

tempopsicanalítico

53

Nº 2

TEMPO PSICANALÍTICO
53.2, 2021

Publicação da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle
Filiada a International Federation of Psychoanalytical Societies (IFPS)
Rua Visconde de Pirajá, 156, salas 307/310 - Ipanema - 22410-001 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.
Telefone: (21)2522-0032
E-mail: spid@unisis.com.br - Homepage: <http://www.spid.com.br>

EDITOR CIENTÍFICO
Pedro Sobrino Laureano

EDITORES ADJUNTOS:
Alexandra de Gouvêa Vianna
André Soares Pereira Avelar
Daniela Teixeira Dutra Viola
Eduardo Name Risk
Rodrigo Sanchez Peres
Véronique Donard

EDITORAS ASSISTENTES:
Eloísa Aparecida de Castro
Karin Yasmin Veloso Müller

COMISSÃO EXECUTIVA:
Adelina Helena de Freitas
José Durval C. Cavalcanti de Albuquerque

REVISÃO:
Sandra Felgueiras

DIAGRAMAÇÃO:
Marco Aurélio Costa Santiago

CONSELHO EDITORIAL
Ana Cleide Guedes Moreira - UFPA
Ângela Maria Resende Vorcaro - UFMG
Anna Carolina Lo Bianco - UFRJ
Antônio Márcio Ribeiro Teixeira - UFMG
Edilene Freire de Queiroz - UNICAP
Francisco Moacir de Melo Catunda Martins - UNB
Fuad Kyrillos Neto. UFSJ
Luiz Augusto Monnerat Celes - UNB
Luiz Eduardo Prado de Oliveira - Paris 7, França
Marco Antônio Coutinho Jorge - UERJ
Marta Gevez Ambertin - UNT, Argentina
Nelson da Silva Júnior - USP
Octavio Almeida de Souza - Fiocruz
Raul Albino Pacheco Filho - PUC - SP
Ricardo Salztrager - Unirio

Tempo psicanalítico. - V. 53.2 (2021) Rio de Janeiro. - Rio de Janeiro: Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, 1978 - 312 p.; 21-28 cm

Semestral (1978-1989), anual (1990-2007), Semestral (2008-)

ISSN 0101-4838

1. Psicanálise - Periódicos. I. Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle

CD:616.8917

LINHA EDITORIAL

A revista Tempo Psicanalítico é uma publicação semestral de trabalhos originais que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: estudos teórico-clínicos, relatos de pesquisa, revisões críticas da literatura, relatos de experiência profissional, notas técnicas e resenhas na área da Psicanálise e áreas relacionadas. Excepcionalmente serão publicados artigos não originais, de difícil acesso e/ou traduções.

Versão online: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-4838&lng=pt&nrm=iso

PERIÓDICO INDEXADO NAS BASES DE DADOS:

PEPSIC - http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php/Ing_es

SSCI - Social Sciences Citation Index - scientific.thomsonreuters.com

PsycINFO - American Psychological Association - <http://www.apa.org/pubs/database/psycinfo/index.aspx>

IndexPSI - www.bvs-psi.org.br

LILACS/BIREME Literatura Latino-Americana e do Caribe das Ciências da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS e da Organização Mundial da Saúde - <http://regional.bvsalud.org/php/index.php>

CLASE - www.dgbiblio.unam.mx/clase.html

PSICODOC - <http://www.psicodoc.org/>

QUALIS da CAPES - <http://qualis.capes.gov.br/webqualis> (A2)

tempopsicanalítico

53

Nº 2



SPID

Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle
Julho/Dezembro - 2021

SUMÁRIO

ARTIGOS

FREUD: DO MITO À CULTURA

Marcio Garrit

Ana Maria Rudge 6

LEITORES ADVERTIDOS: DESCONSTRUÇÃO, PSICANÁLISE E

LEITURAS DO RETORNO A FREUD

Ana Carolina do Rosário Correia

Hélida Vieira da Silva Xavier

Charles Elias Lang 21

CONTRIBUIÇÕES PSICANALÍTICAS PARA O TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Ana Paula Mucha Tonetto

Valeria Barbieri

Marcela Lança de Andrade

Claire Squires 52

O RECONHECIMENTO DE UM “NÃO-LUGAR” NA PSICANÁLISE

Hudson Augusto Rodrigues Bonomo

Auterives Maciel Junior 83

EXPRESSIONES CONTEMPORÂNEAS DO MAL-ESTAR NA UNIVERSIDADE: TEMPORALIDADE E ESCRITAS DA EXPERIÊNCIA

Gabriela Oliveira Guerra

Taís Fim Alberti

Camilla Baldicera Biazus 102

EXPERIÊNCIAS DE (DES)CONTINUIDADE E O VIR A SER NO ABRIGO: ENTRE ENCONTROS E POSSIBILIDADES

Poliana Omizzollo

Milena da Rosa Silva

Lizia Pereira da Rosa Taborda 138

DE MEDEIA À ALIENAÇÃO PARENTAL: TRADUÇÕES TRÁGICAS PARA O EXCESSO PULSIONAL Aline Spaciari Matioli Viviana Carola Velasco Martinez	164
O PROBLEMA DA ONTOLOGIA NA PSICANÁLISE LACANIANA Ruben Artur Lemke Tiago Ravello Márcio Luis Costa	194
APORTES DE FREUD AL ESTUDIO DE LA MEMORIA COLECTIVA Fedra Sonia Cuestas	228
CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS EN ADOLESCENTES ACORDE AL ENFOQUE DINÁMICO Y PSICOANALÍTICO Edgar Alfonso Acuña Bermúdez	264
ALTERIDAD EN LOS ESTADOS LÍMITES Y ADULTEZ JOVEN: UNA PERSPECTIVA PSICOANALÍTICA Daniela Fernández Olguin	293
RESENHA	
ABRINDO O LIVRO DO MUNDO NA PANDEMIA DA COVID-19 Isabel Fortes	308

FREUD: DO MITO À CULTURA

Marcio Garrit*
Ana Maria Rudge**

RESUMO

O objetivo deste artigo é discorrer sobre o mito de autoria de Freud a respeito da fundação da cultura. É em *Totem e Tabu* (1913) que o pai da psicanálise empreende uma construção, a partir de achados de sua prática clínica e de conceitos psicanalíticos e, sem dispensar o apoio em trabalhos antropológicos, apresenta uma concepção sobre as bases nas quais a civilização se apoia. Sua importância é ser a primeira incursão da psicanálise no que hoje é chamado por alguns de antropologia psicanalítica, ou seja, de estudo psicanalítico sobre a cultura, embora outros considerem, em vista da metodologia diversa que caracteriza os dois campos, que se trata de metapsicologia.

Palavras-chave: cultura, mito, neurose, sujeito, tabu, totem.

FREUD: FROM MYTH TO CULTURE

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss Freud's myth about the foundation of culture. It is in Totem and Tabu (1913) that the father of psychoanalysis undertakes a construction, based on findings from his clinical practice and psychoanalytic concepts and, without dispensing support in anthropological works, presents a conception on the bases on which civilization rests. Its importance is to be the first incursion of psychoanalysis in what it is called today, by some authors, psychoanalytic anthropology, that is, a psychoanalytic study of culture, although others consider, in view of the diverse methodology that characterizes the two fields, that it is metapsychology.

Keywords: Culture, myth, neurosis, subject, taboo.

* Doutorando em Psicologia clínica pela PUC/RJ e, Mestre em Psicanálise, Cultura e Sociedade pela Universidade Veiga de Almeida (UVA).

** Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida (UVA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

FREUD: DEL MITO A LA CULTURA

RESUMEN

*El propósito de este artículo es discutir el mito de la autoría de Freud sobre el fundamento de la cultura. Es en *Tótem y tabú* (1913) que el padre del psicoanálisis emprende una construcción, a partir de hallazgos de su práctica clínica y conceptos psicoanalíticos y, sin prescindir del apoyo de trabajos antropológicos, presenta una concepción de las bases sobre las que se construye la civilización soporta. Su importancia radica en ser la primera incursión del psicoanálisis en lo que algunos hoy llaman antropología psicoanalítica, es decir, el estudio psicoanalítico de la cultura, aunque otros consideran, dada la diferente metodología que caracteriza a los dos campos, que se trata de la metapsicología.*

Palabras clave: Cultura, mito, neurosis, sujeto, tabú, tótem.

FREUD E O MITO FUNDADOR DA CIVILIZAÇÃO

[...] o sintoma deva ser considerado também uma ação de protesto contra a ação de coerção civilizatória.

Rudge; Fuks¹

Os escritos freudianos permitem acompanhar a formação de uma concepção de sociedade derivada da Psicanálise e de como o sujeito constituiu-se como ser na cultura. Enquanto circundado pelos ditos da cultura à qual pertence, o sujeito, de certa forma, tem seu sintoma neurótico também determinado por discursos e práticas que refletem a estrutura cultural de uma época. Sendo assim, o interesse de Freud pelo estudo da cultura resultou em trabalhos importantes e que mobilizaram muitas discussões. Sua teoria sobre a fundação da civilização foi formulada como um mito, um “mito moderno” construído com base em descobertas que a clínica psicanalítica possibilitou e o diálogo que manteve com pensadores das áreas das ciências sociais e biológicas de sua época.

O mito sobre a inauguração da cultura transmite as marcas presentes na história e no psiquismo do homem civilizado. A fundação da civilização resulta do assassinato do pai e da posterior instituição do totem e do tabu, que são as primeiras formas das organizações sociais, da moral e da religião. Vamos à narrativa do mito que atribui a origem da cultura à violência: ao assassinato do pai da horda.

De acordo com Freud (1913), um pai violento e opressor, o mais forte da horda, dela expulsava todos os filhos homens e reservava para si as mulheres da tribo. Certa vez, os irmãos excluídos, que separados nada poderiam fazer, decidem se aliar para assassinar e devorar o pai; com isso, funda-se a cultura, a lei, a moralidade e a religião. O pai, ao ser devorado, satisfaz tanto o ódio quanto a admiração dos filhos que, através da identificação, buscam apropriar-se de sua força. Essa refeição totêmica é marcada por amor e ódio. O ódio foi gerado pela impossibilidade de os filhos satisfazerem suas necessidades sexuais e de poder, e o amor surge na identificação, após o ato. O remorso pelo assassinato leva-os a se reunirem em grupos simbolizados por um totem, geralmente um animal, que representa o pai morto. Obedecendo às injunções paternas, o sexo com as mulheres do mesmo totem torna-se proibido, e Freud observa que o pai morto se torna mais forte do que quando vivo.

Esse mito, que Freud qualifica de científico, apresenta a limitação da satisfação pulsional do indivíduo como inerente à vida na cultura. Essa é uma das normas inegociáveis para qualquer organização social e tais limitações estão baseadas em alguns interditos básicos. O criador da psicanálise inaugura seus estudos sobre a cultura apresentando o interdito do incesto como renúncia necessária para o estabelecimento da civilização. Mas não só o incesto é proibido. Os irmãos dão-se conta, após o parricídio, de que o desejo de ocupar o lugar do pai morto poderia levar a uma luta fratricida em que a segurança de todos estaria sempre em risco e estabelecem, como outra proibição, a luta por ocupar o lugar do pai.

Freud era marcado por Thomas Hobbes, filósofo político do século XVII, cuja fórmula “o homem é o lobo do homem” é citada em *O mal-estar na civilização*, ao qualificar o homem como uma besta selvagem que não poupa nem os de sua própria espécie (p. 77). Mas *Totem e Tabu* já traz uma influência desse pensador no mito sobre a origem da civilização². De acordo com Maranhão (2008), “essa influência é perceptível em grandes linhas na própria estrutura contratualista do relato mítico criado por Freud, em que a gênese da cultura coincide com a celebração de um pacto fundador” (S. p). O filósofo considerava que no estado natural, devido à escassez, haveria uma guerra constante que ameaçaria a todos de morte. Por essa razão, um contrato social é estabelecido para impor limites à violência e ao individualismo.

Embora só no final de sua obra o pessimismo e o reconhecimento da violência humana tomem lugar no cerne da teoria psicanalítica com a noção de pulsão de morte, podemos encontrar em *Totem e Tabu* uma antecipação deste ponto de vista, quando o parricídio é invocado como pressuposto à introdução da lei.

De acordo com Koltai (2010), o parricídio era para Freud um fato histórico devido ao fato de que, onde os filhos supostamente mataram o pai, os neuróticos o continuam fazendo em pensamento. Entretanto, o próprio fato de que Freud chama sua narrativa de mito, e não de fato histórico, coloca outra perspectiva em jogo, a de uma narrativa com certa função – teoria, e não arquivo.

O mito é sempre uma narrativa sobre fatos do passado remoto, aparentemente arbitrária, porque na origem dos tempos não se sabe o que ocorreu. Entretanto, o valor do mito é que essa construção arbitrária sobre fatos que teriam ocorrido no passado é também uma estrutura permanente que se articula tanto ao passado, como ao presente e ao futuro. Lévi Strauss (S. d.) observa;

Tudo pode acontecer num mito; parece que a sucessão dos acontecimentos não está aí sujeita a nenhuma regra de lógica ou de continuidade (...). Contudo, esses mitos, aparentemente arbitrários, se reproduzem com os mesmos caracteres segundo os mesmos detalhes nas diversas regiões do mundo. (p.239)

O mito construído por Freud, a partir de seus achados da clínica, promove a ambivalência, o ódio e a culpa como centrais na civilização, marcas do homem civilizado. O mito freudiano mostra-se de inquestionável valor para a psicanálise, e é nele que inúmeros outros conceitos se apoiam para posterior desenvolvimento. Freud valoriza-o não só ao qualificar seu mito como científico, mas também ao confessar seu interesse por *Totem e tabu*, a ponto de concorrer com o livro *A interpretação dos sonhos*, que é considerado nada menos do que a obra inaugural da psicanálise. Em 11 de agosto de 1911, de acordo com Falzeder *et al.* (1994), ele escreve algumas cartas ao mesmo amigo Ferenczi, com quem vinha tratando de assuntos cotidianos, com uma frase incisiva: “Sou todo *Totem e Tabu*” (p. 357). E, em 13 de maio de 1913, escrever sobre seu novo trabalho; “Desde *A interpretação dos sonhos* não escrevi nada com semelhante segurança e entusiasmo” (p. 210), e, assim, a gestação do livro foi longa.

O mito científico de Freud foi estruturado a partir das descobertas da Psicanálise, especialmente o complexo de Édipo, o qual encontrou recorrentemente nos neuróticos que atendeu, assim como na análise de seus próprios sonhos. Freud não tentava contribuir para o desenvolvimento de uma Antropologia e, mesmo assim, suas descobertas e ilações a partir da clínica e construções conceituais da Psicanálise acabaram por agregar conteúdo relevante aos antropólogos. Apesar do estranhamento inicial com que foi recebido o texto *Totem e Tabu* por parte de antropólogos como Malinowski e Kroeber, para citar seus mais importantes críticos, a seqüência no tempo mostra uma aproximação entre ambos os campos de saber. Não apenas Lévi-Strauss testemunhou a importância crucial da influência de Freud em sua obra, mas também antropólogos ilustres da contemporaneidade, como Clifford Geertz, sentem-se à vontade para incluir Freud entre os grandes antropólogos. Refletindo sobre o trabalho antropológico sobre a religião, Geertz observa:

(...) esse trabalho continua a extrair os conceitos que utiliza de uma tradição intelectual estreitamente definida. Existem Durkheim, Weber, Freud ou Malinowski, e qualquer trabalho segue a abordagem de uma ou duas dessas figuras transcendentais, com apenas as poucas correções marginais exigidas pela tendência natural ao excesso das mentes seminais, ou em virtude da expansão do montante da documentação descritiva religiosa. (p. 101)

A partir do complexo de Édipo e do recalque dos desejos incestuosos, a que Freud concede o *status* de universalidade, evolui sua abordagem da civilização e da proibição do incesto. No *Manuscrito N*, Freud (1897/1977) enuncia sua descoberta de que os impulsos hostis contra os pais são parte integrante de toda neurose.

(...)os seres humanos, para o benefício da comunidade maior, sacrificaram uma porção de sua liberdade sexual.(...).O horror do incesto (algo ímpio) é baseado no fato que, como resultado da comunidade de vida sexual (mesmo na infância) os membros de uma família mantêm-se juntos permanentemente e se tornam incapazes de contato com estranhos. Portanto, o incesto é antissocial- a civilização consiste nessa renúncia progressiva. (1989, p. 257).

Na primeira incursão freudiana no estudo psicanalítico da cultura, a proibição do incesto é o móvel principal. O pai da Psicanálise baseou-se

na cultura de uma tribo conceituada pelos etnógrafos da época como uma das mais atrasadas e miseráveis: os aborígenes da Austrália. Seus hábitos eram bem rudimentares: não tinham moradias permanentes, agricultura, animais domésticos, exceto os cachorros, e nem qualquer conhecimento de atividades artesanais como a cerâmica. Alimentavam-se de caça e raízes, não tinham lideranças nem religiosidade, e tudo era decidido em assembleias. Freud observa que, entretanto, havia uma moral sexual comparável à da civilização ocidental; o incesto era passível de severas penas e a organização social aparentava ter uma estrutura a serviço desse cuidado.

Ao comparar a restrição de satisfação das pulsões sexuais entre os aborígenes com os presentes em civilizações ditas desenvolvidas, Freud volta seu interesse ao totemismo, pois percebe uma relação direta do totem com a exogamia. O totem, que é o símbolo de um grupo familiar, vem acompanhado da interdição de que membros do mesmo totem mantenham relações sexuais entre si. A análise de Freud a respeito dos costumes dos aborígenes e a relação estabelecida entre essa civilização e a nossa através da interdição do incesto indica que, apesar das particularidades que as diferenciam, a interdição é um elemento invariável nas culturas. Isso é perceptível nos costumes da vida sexual e moral, ou seja, nas imposições que limitam a satisfação pulsional.

O tabu é algo presente na sociedade atual, com modificações devidas ao avanço do tempo, porém subsistindo como “imperativo categórico³” de Kant, porque as proibições que nos regulam não são muito diversas dos tabus primitivos.

O TOTEM E A EXOGAMIA

O totem é, na maior parte das vezes, um animal comestível, inofensivo ou não, ou, mais raramente, uma planta ou elemento da natureza. Ele mantém uma relação especial com todo clã que o instituiu. Tomado como um ancestral comum ao clã, serve, ao mesmo tempo, como um espírito protetor e divinatório. O clã, em retribuição, não mata ou come seu totem, o que é passível de punição severa. Entretanto, em festividades com diversas homenagens ao clã, esse animal é comido em um banquete totêmico.

O totem é transmitido hereditariamente por linhagem paterna ou materna. Remete diretamente a significantes de proteção e acolhimento ao clã, mas o importante é que, segundo Freud (1913), “em quase toda parte em que vigora o totem (...) não se pode casar ou ter relações sexuais entre membros do mesmo totem. É a instituição da exogamia, ligada ao totem.” (p. 12). E o autor continua afirmando que a articulação entre totem e exogamia implica que o totem “torna impossível, para um homem, a união sexual com todas as mulheres de seu próprio clã, ou seja, com bom número de mulheres que não são suas parentas de sangue.” (p. 14). Com essa observação, Freud já se distingue da Antropologia evolucionista que atribuía a motivos biológicos o tabu do incesto, como as consequências negativas de união entre parentes de sangue para a descendência, ou o desinteresse sexual a que a convivência naturalmente destinaria os parentes.

Todos que descendem do totem formam uma família e isso se torna um obstáculo para a união sexual, mostrando, assim, ser um interdito mais severo do que as proibições de nossa cultura. Toda a dinâmica relacionada à exogamia totêmica, que proíbe os vínculos sexuais com os do mesmo clã, acaba sendo o cenário adequado para evitar o que Freud vem a chamar de “incesto de grupo”.

Para Freud (1913), a primeira escolha sexual é incestuosa e, sendo assim, “o neurótico representa para nós um quê de infantilismo psíquico, ele não conseguiu libertar-se das condições infantis da psicosexualidade ou reverteu a elas.” (p. 25). A fixação inconsciente a pulsões infantis incestuosas impõe ao neurótico um direcionamento determinante de seu sintoma.

A neurose envolve a tentativa de evitar uma realidade que não é satisfatória para o sujeito, por meio da introversão da libido. O início é o recalque das pulsões incestuosas, mas estas continuam dinâmicas inconscientemente. A formação dos sintomas neuróticos implica o deslocamento da pulsão recalçada para um cenário imaginário de fantasias que tanto desvelam quanto censuram o desejo recalçado. Em algum grau, o sintoma é uma escolha por satisfações imaginárias, o que significa um relativo desinvestindo do mundo real. A satisfação pela fantasia significa que são poupados esforços para se modificar a realidade insatisfatória, o trabalho e a sublimação são economizados. Por esse motivo, Freud observa que, ao evitar a realidade, o neurótico está se excluindo da comunidade humana.

Os atos incestuosos são interditados como condição para a cultura; é necessário renunciara eles para que haja a formação de um corpo social. Assim como o totemismo associado à proibição do sexo ou casamento com os membros do mesmo totem teria existido entre culturas australianas, a forma como se organizam as interdições do incesto variam com as culturas, mas sempre se tem que sair da família de origem para fazer laços com famílias estranhas.

Em *Moisés e o monoteísmo*, tomando o totemismo como a forma mais antiga de religião, Freud (1939) esclarece que suas duas normas fundamentais, reverenciar o totem(não o matar)e renunciar ao incesto, são proibições de ordem religiosa, que perpetuam as ordens do pai. Mas a terceira norma, aquela que garante a aliança entre os irmãos, a restrição à rivalidade violenta entre eles, não é fruto da vontade do pai, mas se justifica pelo desejo de manter a nova ordem que sucedeu à morte do pai, e se aproxima da filosofia política contratualista.

Freud apresenta um estado natural, em que a violência imperava. O direito é a única forma de racionalizar as relações sociais, barrando o império da força. Como a cultura é posterior ao parricídio, antes do assassinato havia apenas o chefe “orangotango”, o mais forte da horda, e não um pai. O pai mítico só existe enquanto morto, como referencial simbólico do grupo que é representado pelo totem. Portanto, não há por que se lamentar da destituição do poder paterno na modernidade. O pai da horda nunca existiu, embora a nostalgia pelo pai que tudo sabe e pode, tal como ele nos apareceu na infância, relativamente a nosso desamparo e impotência, sempre ameace de nos deixar seduzir para rumos infelizes, na obediência a líderes paranoicos.

O TABU E A NEUROSE

Totem e tabu não é resultado de um trabalho de campo etnográfico, embora muitas das críticas que suscitou tenham partido do engano de que pretendesse ser. Embora ambos os campos de saber se voltem ao homem, as diferenças metodológicas são inarredáveis. Os achados da clínica psicanalítica estão na base da teoria sobre a cultura que o texto apresenta. O campo de pesquisa da psicanálise é a própria experiência

psicanalítica, e não a pesquisa etnográfica. Freud, que era um aplicado pesquisador, reviu muitas teorias etnológicas da época, mas isso para justificar e melhor situar pontos de vista que adquirira previamente no trabalho clínico.

Tanto as descobertas de sua clínica, quanto as relativas à sua análise, que conduziu a partir da anotação e interpretação dos próprios sonhos, mostraram invariavelmente a Freud uma intensa ligação erótica à mãe, e um sentimento ambivalente em relação ao pai, como um rival nas atenções da mãe. Sua convicção a respeito da universalidade do tabu do incesto resulta dessas descobertas clínicas.

Embora ainda não use o termo “complexo”, de acordo com Masson (1986), já em 15 de outubro de 1897, relata a Fliess: “descobri, também em meu próprio caso, o fenômeno de me apaixonar por mamãe e ter ciúme de papai, e agora o considero um acontecimento universal do início da infância” (p. 273). Prossegue observando que o poder de atração do Édipo Rei se origina do fato de que “a lenda grega salienta uma compulsão que todos reconhecem, pois cada um pressente sua existência em si mesmo” (p. 273). A arte e o mito têm o valor de expressar algo de inconsciente, assim como o amor pela mãe e o ciúme e ambivalência em relação ao pai são tidos como sendo de alcance universal. Em pé de página acrescentado em 1920 aos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905) é mais explícito sobre a centralidade do tema:

Tem sido dito, e com razão, que o complexo de Édipo é o complexo nuclear da neurose, e constitui a parte essencial de seu conteúdo (...). Cada nova chegada a este planeta é confrontada com a tarefa de dominar o complexo de Édipo; qualquer um que falhe em fazê-lo cai vítima de neurose. Com o progresso dos estudos psicanalíticos, a importância do complexo de Édipo tornou-se mais e mais claramente evidente; seu reconhecimento tornou-se o *shibboleth* que distingue os aderentes da psicanálise a seus opositores. (p. 226)

Essa decidida convicção na universalidade do Édipo, que se esboça desde tão cedo, encontra sua contrapartida no nível de sua teoria da cultura, na universalidade do tabu do incesto. E não é só essa a articulação com o que apreendeu na clínica. O tabu encontra uma analogia interessante com sintomas da neurose obsessiva. Ele exprime restrições

semelhantes a certas proibições que são parte do sintoma obsessivo, das quais o obsessivo não consegue entender as razões, mas que não pode desobedecer sob risco de ser tomado pela angústia. Sobre isso, Freud (1913) afirma que;

As proibições do tabu prescindem de qualquer fundamentação; têm origem desconhecida; para nós obscuras, parecem evidentes para aqueles sob o seu domínio. Wundt afirma que o tabu é o mais antigo código de leis não escritas da humanidade. Considera-se geralmente que o tabu é mais antigo que os deuses e remonta a épocas anteriores a qualquer religião. (p. 27)

O tabu é dotado de tal poder que se impõe ao sujeito de forma invasiva e violenta e, segundo Freud (1913), “conforme seu sentido literal é algo simultaneamente sagrado, acima do habitual e perigoso, impuro, inquietante” (p. 30). A interdição principal dos tabus é o toque: tudo que faz dirigir o pensamento à coisa proibida, ao contato com ela, se mostra da ordem do impossível, tanto na neurose obsessiva como nas interdições do tabu. De acordo com Freud (1913):

As proibições obsessivas trazem consigo formidáveis renúncias e limitações da vida, tais como as proibições do tabu; mas uma parte delas pode ser cancelada mediante a execução de determinadas ações que então têm de ocorrer, que possuem caráter obsessivo — atos obsessivos —, e de cuja natureza como penitência, expiação, medida defensiva e limpeza não pode haver dúvida. A mais comum destas ações obsessivas é a lavagem com água (mania de lavagem) (p. 36).

Apesar dos tabus aparentarem ser proibições muito antigas, impostas por gerações primitivas, eles terminaram por se fixar como patrimônio psíquico herdado, porque há o desejo, chamado por Freud (1913) de original, de fazer o que é proibido. “As mais antigas e importantes proibições do tabu são as duas leis fundamentais do totemismo: não liquidar o animal totêmico e evitar relações sexuais com os indivíduos do mesmo totem que são do sexo oposto” (p. 39).

Tem-se, nessas duas proibições fundamentais do tabu, o que Freud (1913) considerava o ponto nodal e nuclear da neurose, ou seja, o conflito do sujeito existe tanto em sua relação com o incesto, como com o totem,

o que se revela no banquete totêmico em que imolam e comem, com grande satisfação, o totem tão reverenciado durante o resto do tempo. Obedecer ao tabu, dessa maneira, envolve sempre a renúncia a algo que o sujeito deseja. Freud (1913) defendeu que só precisa de ser proibido aquilo que é desejado.

O tabu é uma proibição antiquíssima, imposta do exterior (por uma autoridade) e voltada contra os mais fortes desejos do ser humano. A vontade de transgredi-lo continua a existir no inconsciente; aqueles que obedecem ao tabu têm uma postura ambivalente quanto ao alvo do tabu (...). (p. 42).

Apesar da analogia proposta por Freud (1913) entre o tabu que funda a civilização e o tabu como sintoma na neurose obsessiva, é importante pontuar que “o tabu não é uma neurose, e sim uma instituição social.” (p. 76). Conclui-se, assim, que o tabu marca a neurose enquanto patrimônio psíquico herdado, e que será operativo no recalque de desejos que, embora inconscientes, serão efetivos na produção de conflitos neuróticos.

O MITO, A RELIGIÃO E O PAI

O totem, como vimos, era geralmente um animal tomado como ancestral de cada clã, reverenciado e protegido pela proibição de matá-lo. O animal totêmico é o sucedâneo do pai morto. A ambivalência, a coexistência de amor e ódio em relação ao pai assassinado, transparece no respeito ao totem na maior parte dos dias, em contraste à comemoração por seu assassinato e sua repetição no banquete totêmico. De acordo com Freud (1913):

A psicanálise nos revelou que o animal totêmico é de fato o sucedâneo do pai, e com isso harmoniza-se a contradição de que normalmente é proibido matá-lo, mas o assassinio torna-se ocasião de festa, de que o animal é morto e, no entanto, pranteado. A postura afetiva ambivalente, que ainda hoje caracteriza o complexo paterno em nossas crianças e frequentemente prossegue na vida adulta, se estenderia também ao sucedâneo do pai, o animal totêmico (p. 140).

As religiões surgem a partir do sentimento de culpa em relação ao pai e obediência a ele *a posteriori*. A ambivalência permanece nas religiões, que refletem a culpa e o arrependimento permanentes pelo crime. O totem, para Freud (1913), é um primeiro representante do pai morto,

que terá outras versões, como a ideia de Deus e o super eu. O parricídio, ao elevar o pai à condição de Deus, torna-se “uma tentativa de expiação muito mais séria do que o velho contrato com o totem” (p. 147).

É o remorso que torna os assassinos em filhos, no momento em que transformam o chefe da horda assassinado em pai através desse sentimento. Os tabus da sociedade primitiva no mito correspondem aos mesmos desejos que a psicanálise descobriu como recalcados no complexo de Édipo. A civilização criada no ódio passa a ser mantida pelo amor ao pai morto, e com isso se cria o primeiro ideal de eu. O aspecto de figura odiada do pai manter-se-á no inconsciente em traços do super eu. De acordo com Koltai (2010):

(...) a ilusão/religião seria uma neurose universal da humanidade (...). Eis a razão para qual Freud a religião é, antes de tudo, um ato de submissão, de interdição do pensamento. Ao fazer prevalecer soluções afetivas análogas ao recalque, a religião mantém o sujeito numa posição de infantilismo psíquico, obtura o caminho dos processos racionais e representa a derrota do intelecto (p. 69).

O assassinato do pai da horda é o marco zero de passagem do estado pré-civilizatório para o civilizatório, e o mito não visa ser um relato que corresponda aos fatos do passado, mas é uma ferramenta teórica pela qual Freud, a partir de suas descobertas na clínica, mas sem dispensar o estudo de autores da Antropologia, apresenta o que considera como os fundamentos da civilização. O assassinato do *Urvater*, esse pai do gozo pleno, aponta para o lugar que, na metapsicologia, é o do recalque originário.

O pai de família vem sendo questionado em seu papel como porta-voz da cultura e transmissor da renúncia pulsional, o que leva a certos diagnósticos da atualidade que apontam a dissolução da família tradicional e a falta de referências e de autoridade (Melman, 2003) como situações que geram a incapacidade de promover o recalque originário e nos garantir uma saída satisfatória do complexo de Édipo.

Entretanto, não é o pai da horda, orangotango, em seu ilimitado poder sobre a horda, quem instaura a cultura. Bem ao contrário, é seu assassinato e o “contrato” entre os filhos o momento de emergência da cultura. Embora as crianças pequenas, por seu desamparo e dependência

do adulto em contraste com o tamanho e a força do seu pai, possam imaginá-lo como o senhor de tudo, faz parte da saída da infância aceitar as limitações, o pai castrado, que obedece à lei tanto quanto todos, e foi barrado pelo tabu do incesto tanto quanto o filho. O impulso a restaurar o pai da horda todo poderoso, todavia, e se refugiar na fantasia de estar protegido às custas da submissão a ele, é uma tentação permanente que às vezes conduz à religião e, nos piores dos destinos, à idealização e eleição de um líder tirânico e paranoico.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. (2012). *Dicionário de filosofia*. (6ª ed.) RJ: WMR Martins Fontes.
- Freud, S. (1897/1975). *Draft N. The Standard Edition of the Complete psychological works of Sigmund Freud*. (Vol. I, pp. 255-257). London: The Hogarth Press.
- Freud, S. (1905/1975). *Three essays on the theory of sexuality. The Standard Edition of the Complete psychological works of Sigmund Freud*. (Vol. VII, pp. 125-248). London: The Hogarth Press.
- Freud, S. (1913/2012). Totem e tabu. In Freud, S. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos*. (P. C. Souza, Trad.). (1ª ed., Vol. 11, pp. 7-157) São Paulo: Cia das Letras.
- Freud, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In Freud, S. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos*. (P. C. Souza, Trad.). (1ª ed., Vol. 11, pp. 9-100). São Paulo: Cia das Letras.
- Freud, S. (1930/2010). O mal-estar na civilização. In Freud, Sigmund. *Obras completas, volume 18s (1930-36)* (1ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1939/1996). Moisés e o monoteísmo três ensaios. In Freud, S. *Obras completas, volume XXII: Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos (1937-1939)*. (J. Strachey, Trad.). (1ª ed., Vol. XXII, pp. 19-67). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S., & Ferenczi, S. In Falzeder, E., Brabant, E., & Giampieri, P. (Orgs.). (1908-1911/1994). *Correspondência Sigmund Freud-Sandor Ferenczi*. (Vol. 1, tomo 1). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S., & Ferenczi, S. In Falzeder, E., Brabant, E., & Giampieri, P. (Orgs.). (1912-1914/1995). *Correspondência Sigmund Freud-Sandor Ferenczi*. (Vol. 1, tomo 2). Rio de Janeiro: Imago.
- Geertz, C. (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Koltai, C. (2010). *Totem e tabu: um mito freudiano*. Coleção para ler Freud. (1ª ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lacan, J. (1988). *A ética da Psicanálise (1959-1960)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Lévi-Strauss, C. (1973). *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Maranhão, B. C. C. (2008). *Do Contrato Social em Hobbes e em Freud: Desejo, discurso e os fundamentos do Direito*. Dissertação PUC-Minas. Recuperado em 28/03/2020 de http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_MaranhaoBC_1.pdf
- Masson, J.M.(1986). *A Correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904*.
- Melman, C. (2003). *O homem sem gravidade-gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Cia de Freud.
- Rudge, A. M., & Fuks, B. B. (2011). Perspectivas da crítica freudiana à cultura. In Braunstein, N. A., & Fuks, B. (Orgs.). *100 anos de novidade: A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno, de Sigmund Freud [1908-2008]*. (1ª ed., pp. 73-89). Rio de Janeiro: CONTRA CAPA.

NOTAS

- ¹ Perspectivas da crítica freudiana à cultura. (2011). In Fuks, B. (Org.). 100 anos de novidade: A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno, de Sigmund Freud [1908-2008]. (p. 79). (1ª ed.). RJ: CONTRACAPA.
- ² Em nota de rodapé de 1914 ao Capítulo VII (B) de *A Interpretação dos Sonhos*, Freud atribuiu o conceito de regressão à influência do *Leviathan*, de Hobbes (1651).
- ³ Termo criado por Kant, talvez por analogia ao termo bíblico “mandamento”, para indicar a fórmula que expressa uma norma da razão(...). Para o homem, norma da razão é uma ordem, pois a vontade humana não é a faculdade de escolher apenas o que a razão reconhece como praticamente necessário, ou seja, como bom. Se assim fosse, a norma da razão não teria caráter coativo e não seria uma ordem(...) como o homem pode escolher também segundo a inclinação sensível, a lei da razão assume para ele a forma de ordem e por isso sua expressão é um I(...) a palavra I. Não passa de outro nome para a palavra dever. (Abbagnano, 2007, p. 545).

Recebido em 2 de maio de 2019

Aceito para publicação em 8 de setembro de 2019

LEITORES ADVERTIDOS: DESCONSTRUÇÃO, PSICANÁLISE E LEITURAS DO RETORNO A FREUD

*Ana Carolina do Rosário Correia**

*Hélida Vieira da Silva Xavier***

*Charles Elias Lang****

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão acerca das exigências metodológicas necessárias à pesquisa psicanalítica, em especial, quando esta toma textos psicanalíticos como objeto e fonte de pesquisa. Nesse sentido, esboçamos uma proposta de “leitura advertida”, ou seja, de leitores que tenham a consciência de que um texto é sempre a escrita de uma determinada leitura – uma leitura-escritura – e que toda leitura possui protocolos, sendo que esses protocolos são muitas vezes automáticos e, por isso, acabam ignorados pelo leitor. Iniciamos este percurso desenvolvendo alguns aspectos epistemológicos para uma leitura desconstrutiva, com base nos textos de Luís Cláudio Figueiredo e Jacques Derrida. Para fins demonstrativos, analisamos a suposição de um sentido de continuidade da psicanálise lacaniana em relação a Freud, como o efeito ou resultado de uma operação de leitura, mais especificamente, de uma leitura sobre o “retorno a Freud”. Para contrastar, uma outra leitura desse retorno, proposta pelos autores Alfredo Eidelsztein e Markos Zafiropoulos, destaca que Lacan introduz uma perspectiva epistemológica distinta da posição freudiana. Concluímos que Lacan, enquanto texto (e como qualquer texto), está aberto a inúmeras possibilidades de leitura. Essa outra maneira de ler causa uma ruptura na forma como Lacan é lido classicamente e inaugura uma outra leitura da psicanálise, a partir da herança do discurso freudo-lacaniano e de suas diferenças com esse outro Lacan.

Palavras-chave: Desconstrução, Jacques Lacan, leitura. Psicanálise.

* Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

** Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

*** Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

WARNED READERS: DECONSTRUCTION, PSYCHOANALYSIS AND READINGS OF THE RETURN TO FREUD

ABSTRACT

The aim of this article is to discuss the methodological requirements for the psychoanalytic research, especially when psychoanalytic texts are taken as objects of research as well as the research source. In this sense, we propose a “warned reading”, which involves readers who are aware that a text is always the writing of a certain reading – a reading-writing – and that every reading has its protocols, but these protocols are often automatic and, for this reason, they end up being unbeknown to the reader. We started this journey by developing some epistemological aspects for a deconstructive reading, based on texts by Luís Cláudio Figueiredo and Jacques Derrida. For demonstrative purposes, we analyze the assumption of a sense of continuity of Lacanian psychoanalysis in relation to Freud, as the effect or the result of a reading operation, more specifically, of a reading on the “return to Freud”. To put into contrast, another reading of this return, a reading that is proposed by the authors Alfredo Eidelsztein e Markos Zafiroopoulos, highlights that Lacan introduces an epistemological perspective that is different from the Freudian stance. We conclude that Lacan, as a text (and like any other text), is open to countless reading possibilities. This other way of reading causes a rupture in the way Lacan is classically read and inaugurates another reading of psychoanalysis, based on the heritage of the Freud-Lacanian discourse and its differences with this other Lacan.

Keywords: Deconstruction, Jacques Lacan, reading, psychoanalysis.

LECTEURS AVERTIS: DECONSTRUCTION, PSYCHANALYSE ET LECTURES DU RETOUR À FREUD

RÉSUMÉ

Le but de cet article est de présenter une discussion sur les exigences méthodologiques nécessaires à la recherche psychanalytique, surtout lorsque celle-ci prend des textes psychanalytiques comme sujet et source de recherche. Ainsi, nous esquissons une proposition de “lecture avertie”, c’est-à-dire, de lecteurs qui aient la conscience qu’un texte est toujours l’écriture d’une lecture déterminée – une lecture-écriture – et que toute lecture possède des protocoles, ces protocoles étant souvent automatiques et par conséquent ignorés par le lecteur. Tout d’abord, nous avons développé quelques aspects épistémologiques pour une lecture déconstructive, sur la base de textes de Luís Cláudio Figueiredo et Jacques Derrida. Pour des fins de démonstration, nous avons analysé la supposition

d'un sens de continuité de la psychanalyse lacanienne vis-à-vis de Freud, comme l'effet ou le résultat d'une opération de lecture, plus spécifiquement d'une lecture sur le "retour à Freud". Pour contraster, une autre lecture de ce retour, proposée par Alfredo Eidelsztein et Markos Zafropoulos, relève que Lacan introduit une perspective épistémologique distincte de la démarche freudienne. Nous concluons que Lacan, en tant que texte (et comme quelconque texte), est ouvert à des innombrables possibilités de lecture. Cette autre façon de lire cause une rupture dans la manière dont Lacan est lu classiquement et inaugure une autre lecture de la psychanalyse, à partir de l'héritage du discours freudo-lacanien et de ses différences avec cet autre Lacan.

Mots-clés: Déconstruction, Jacques Lacan, lecture, psychanalyse.

INTRODUÇÃO

Uma vez transformada em letra, a história deixa de me pertencer
Haruki Murakami

A pesquisa acadêmica em Psicanálise, cujo resultado pretendido pode ser um artigo, um ensaio, uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado, é pautada por uma metodologia de pesquisa distinta daquela de um tratamento psicanalítico. Em se tratando das pesquisas psicanalíticas, quando tomamos a produção acadêmica como objeto e buscamos averiguar qual foi a metodologia seguida, não é raro concluirmos que uma metodologia de pesquisa psicanalítica poderia ser resumida em dois ou três parágrafos, quando não omitida ou sintetizada em expressões como “pesquisa de cunho psicanalítico”, “análise crítica de textos”, “pesquisa histórico-conceitual”, “pesquisa teórica em psicanálise” e “pesquisa epistemológica”, para ficarmos apenas com alguns dos exemplos mais comuns.

A expressão “leitura de textos psicanalíticos” pode ser contada como mais um desses exemplos. Para nós, ela é a expressão exemplar, pois o que a ela se segue, em geral, não é a explicitação do que se compreende por **ler um texto**. “Ler um texto” parece ser algo evidente, óbvio, pacífico, transparente. Ora, além de buscarmos pelo significado da expressão “pesquisa psicanalítica”, o que aqui pretendemos pôr em questão é: o que significa **ler um texto**?

O ato de ler faz parte de um vasto espectro de processos que vai desde o simples reconhecimento de letras e signos até as diferentes formas de interpretação e tradução, nas quais se inclui a interpretação psicanalítica. Ler um texto não é algo simples e direto.

Neste artigo, apresentamos os resultados de algumas pesquisas e uma discussão acerca de certas exigências metodológicas necessárias à pesquisa psicanalítica, em especial quando esta toma textos psicanalíticos como objeto de pesquisa. Nossa estratégia de trabalho é a leitura próxima, atenta e desconstrutiva proposta por Figueiredo (1999), derivada da modalidade desconstrutiva de Jacques Derrida. Tal modalidade de leitura é pautada pela vigilância dos protocolos de cada leitura, da consideração dos contextos da produção de um texto, das estratégias textuais utilizadas pelo autor e dos pressupostos do leitor na atividade interpretativa. Para fins demonstrativos, tomamos a suposição de um sentido de continuidade da psicanálise lacaniana em relação a Freud, como o efeito ou resultado de uma operação de leitura, de uma determinada leitura sobre o “retorno a Freud”. Para contrastar, apresentamos uma outra leitura deste retorno, distinta do freudo-lacanismo, com o auxílio de autores como Eidelsztein (2015) e Zafiropoulos (2018). O intuito deste artigo é esboçar a proposta de “leitores advertidos”, ou seja, leitores que tenham a consciência de que um texto é desde sempre uma escrita de uma determinada leitura – uma **leitura-escritura** – e que toda leitura possui protocolos, sendo que esses protocolos são muitas vezes automáticos e, por isso, acabam ignorados pelo leitor.

BASES EPISTEMOLÓGICAS DA LEITURA DESCONSTRUTIVA

Um dos efeitos imediatos da leitura de **Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi**, de Luís Cláudio Figueiredo, é a formação de uma consciência a respeito do ato de ler, a partir da compreensão de que há modos de ler e interpretar textos – algo que já era conhecido por teólogos, filósofos e juristas. Figueiredo (1999) elenca e caracteriza três modos distintos de ler e interpretar, pela forma singular como abordam o sentido e a alteridade de um texto: a **leitura clássica/sistematizante**, a **leitura hermenêutica**, e a **leitura próxima, atenta e desconstrutiva**. Tais modos de ler e interpretar um texto precisam aqui ser retomados, mas, por ora, nos deteremos nas

bases epistemológicas da modalidade menos conhecida, que é a leitura desconstrutiva. Veremos adiante que, mesmo sem sabermos, já estamos familiarizados com a leitura clássica e a leitura hermenêutica.

A palavra “desconstrução” e o neologismo “desconstruir” tornaram-se parte do cotidiano acadêmico, do idioleto e do jargão daqueles que circulam ou circularam nos departamentos e institutos das ciências humanas e ciências sociais das universidades. De uma maneira geral, pode-se afirmar que a desconstrução é uma atitude e, como tal, visa, de um modo mais rigoroso, tanto a decomposição e a dessedimentação de estruturas (filosóficas, históricas, literárias, linguísticas, políticas, socioculturais, etc.) quanto a compreensão da construção de um “conjunto”, revelando seus pressupostos, sua sintaxe, sua semântica e pragmática, suas ambiguidades e contradições. Tal atividade permite a reconstrução destas estruturas e a ampliação de seus limiares e de seu alcance (Derrida, 1987/1998).

Na **Carta a um amigo japonês**, Derrida (1987/1998) pretende auxiliar seu tradutor a encontrar uma palavra em japonês que corresponda àquela que ele encontrou em francês: *déconstruction*. Para tal, ele tece algumas reflexões sobre o que é a desconstrução, partindo da determinação negativa; ou seja, o que a desconstrução **não** é. Daí, resulta algo importante para desfazer a confusão generalizada.

A desconstrução não consiste numa destruição (neste sentido, difere da *destruktion* de Heidegger); não pode ser entendida, num sentido geral, como um conceito, uma análise ou uma crítica; não é um ato ou uma operação aplicável a um objeto, tampouco é uma instrumentalidade metodológica – embora acabe se embaraçando com estas ao tentar produzir um criticismo no trabalho com textos (Derrida, 1967/2013). O conceito de desconstrução em Derrida vai paradoxalmente tomando forma à medida que ele multiplica as dificuldades subjacentes à tarefa de definir uma palavra. A suposta falta de clareza e ausência de univocidade do conceito reside no fato de que

a palavra “desconstrução” como qualquer outra, não extrai seu valor senão de sua inscrição em uma cadeia de substituições possíveis, naquilo que se chama tão tranquilamente, de um “contexto” [...]. Em que ela substitui ou se deixa determinar por tantas outras palavras. (Derrida, 1987/1998, p. 24)

Isto se deve ao fato de que não é possível construir um novo discurso sem recorrer àquilo que nos propomos a destruir ou desconstruir. É preciso buscar na história da metafísica “a herança e os recursos necessários para a desconstrução dessa mesma herança” (Derrida, 1967/2014, p. 412). Ao sublinhar que a desconstrução é uma palavra, e conseqüentemente é substituível em uma cadeia de substituições, Derrida instaura a indecidibilidade do significado a partir de uma **lógica não-identitária**. Esta lógica está ancorada no caráter absolutamente heterogêneo da textualidade, que é fundamentalmente “constituída de diferenças e de diferenças de diferenças” (Derrida, 1972/2005, pp. 52-53). O significado emerge dessas diferenças sutis e múltiplas, não sendo possível sintetizar as muitas nuances encontradas na linguagem em um simples e único fundamento lógico que determine a identidade.

Disto resulta o que Figueiredo (1999) assinala como uma premissa fundamental na leitura/interpretação. Esse sistema de traços diferenciais é o que trabalha internamente no texto, criando sentido a partir da intersecção entre a intenção do autor e os seus produtos não-intencionais. Isto implica a não existência de uma identidade anterior ao texto. Dito de outra forma, não há, *a priori*, um texto homogêneo e completo na mente do autor, que *a posteriori* apenas será expresso através de um sistema de traços diferenciais (neste caso, a escrita).

Para os leitores guiados por uma atitude desconstrutiva, principia-se uma leitura presumindo que, como leitor, aquilo que se encontra diante dele é um texto, um texto escrito, e cujas unidades de sentido estão implicadas numa rede de traços diferenciais, destituídas de um significado prévio, central e único. O leitor está sozinho diante de um texto, sem a assistência do autor. E mesmo que pudesse dispor dessa assistência, os traços diferenciais do leitor **precedem e prevalecem** ante a suposição daquilo que o autor “quis dizer”. O autor somente existe como ato, como aquele que escreveu. Ao colocar o ponto final, tendo por concluídas as revisões, as reescritas, as adições, as subtrações, os cortes e as edições, o texto deixa de pertencer ao autor, pois o autor tornou-se também um leitor – leitor de seu próprio texto, a despeito de seu *vouloir-dire*.

Ler, compreender, interpretar e traduzir são atos decisivos, que fazem incisões e cortes. Metaforicamente, cada um de nós – cada pesquisador, cada leitor ou escritor – é um texto.

Derrida (1972/2005) vale-se da figura da aranha. Um texto é uma teia e viver pode ser o equivalente a tecer uma vasta teia. Neste sentido, sempre estamos a escrevê-la, ao existirmos. Estamos sempre escrevendo nosso próprio texto, mas nessa tecedura há frequentemente incidentes, acidentes, rupturas, deslocamentos, feridas. No caso da teia, quando esta é partida, a aranha a reconstitui. Essa reconstituição, no entanto, deixa um traço, uma marca, uma cicatriz. E as cicatrizes não desaparecem. O que pode ser apagado é a ruptura, mas ali onde houve a ruptura a reconstituição deixa outro traço. Esse novo traço não tem propriamente um lugar; ele não é uma presença, mas o simulacro de uma presença que se desconjunta, se desloca, se expulsa. Se há um corte no tecido do texto, o seccionamento cria ainda texto. A teia volta a se tecer a partir de suas rupturas, criando uma sobreposição de véus. O tecido pode ser reconstituído sempre. O que rebrota não é o idêntico, mas o traço do apagamento, as marcas ou os traços de todas as leituras.

Nessa metáfora da aranha e de sua teia, rompida e reconstituída, a autoridade semântica precisa e lógica do texto é desmontada: ao invés de o texto ser regido por um significado mestre, o centro se torna flutuante (Derrida, 1967/2014), passível de ser deslocado a cada leitura. O texto é, portanto, passível de adquirir significados e interpretações múltiplas. A perspectiva derridiana concede ao leitor a possibilidade de adicionar sentido e atitude ao texto, pois as palavras dispostas em linhas na escritura são como caixas de ressonância que estão propensas à interpretação do leitor. Um texto é um tecido cuja matéria são significantes e ler significa acrescentar um fio novo ao tecido do texto, uma ação que emerge como efeito das exigências suplementares (Derrida, 1972/2005). Daí toda leitura ser também, simultaneamente, uma escritura – uma **leitura-escritura**.

A estratégia desconstrutiva de leitura de textos é implementada em dois momentos. Conforme ressalta Derrida (1972/2001, p. 48), “desconstruir a oposição significa, primeiramente, em um momento dado, inverter a hierarquia”. O segundo termo é proposto como principal, uma vez que as

relações argumentativas de causa e efeito são invertidas, sendo que a causa passa a ser definida como tal devido ao efeito que ela produz.

Essa inversão não é o único trabalho do desconstrucionista. Em seguida, sucede o segundo momento, no qual Derrida (1967/2014) propõe o **jogo**. Ele apresenta o conceito de jogo como uma alternativa à tentativa de totalização/finitude de um discurso ou de um campo – isto porque a natureza do campo, ou seja, a linguagem, exclui a totalização. O jogo refere-se ao jogo das substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito. Esse movimento do jogo permitido pela falta, pelo abandono à referência de centro, de sujeito/autor ou de uma origem, de referência privilegiada ou de uma hierarquia absoluta é o movimento da **suplementaridade**.

Nas palavras de Derrida (1967/2014, pp. 421-422):

Não se pode determinar o centro e esgotar a totalidade porque o signo que substitui o centro, que o **supre**, que ocupa o seu lugar na sua ausência, esse signo acrescenta-se, vem a mais, como **suplemento**. O movimento de significação acrescenta alguma coisa, o que faz que sempre haja mais, mas esta adição é flutuante porque vem substituir, suprir a falta do lado do significado.

Fundamentado no jogo proposto por Derrida, o resultado da leitura de um texto é a produção de um novo texto, de outro texto; de uma alteridade, ao invés da repetição da identidade. Esse novo texto não tem como objetivo confirmar ou refutar o texto anterior, afinal, a lógica binária não lhe serve. Não cabe a essa nova escritura “distinguir o remédio do veneno, o bem do mal, o verdadeiro do falso, o dentro do fora” (Derrida, 1972/2005, p. 122). A leitura-escritura não funciona pela lógica do complemento, que apaga diferenças; mas pela “relação entre termos que não só se complementam como, ao invés disso, se opõem e não só se contradizem, como, ao contrário, se suplementam” (Figueiredo, 2012, p. 61).

O suplemento é um excesso, uma adição, mas também é um significante que supre e substitui outros significantes na cadeia de remessas diferenciais (Derrida 1967/2013). Constitui um paradoxo, pois é capaz de “substituir e suprir uma falta do lado do significado e fornecer o excesso de que é preciso” (Santiago, 1976, p. 88). Esta outra lógica

foge dos dualismos; evidencia as diferenças, as embaralha e as sustenta, mesmo que isso leve a ambiguidades (Campos & Coelho Jr., 2010). Essas ambiguidades e polissemias, longe de serem obstáculos, são admitidas como brechas pelas quais novos sentidos podem ser produzidos. A estratégia de leitura desconstrutiva não pretende destruir o texto, mas a inversão e o deslocamento da ordem de conceitos que sustenta sua estrutura, em busca de novos conceitos, de significados ocultos, subentendidos ou denegados pelo próprio texto (Lang & Barbosa, 2012).

É por essas razões, que no percurso de uma leitura desconstrutiva o **leitor atento** é aquele que se lança na exploração das tensões do texto, de suas ambiguidades, das suas trilhas perdidas, ainda que contraditórias ou deslegitimadas. O leitor atento empreende uma leitura vigilante com relação às “impurezas”, irregularidades, promessas e fraturas das quais todos os textos são feitos, às alteridades do e no texto (Figueiredo, 1999, p. 17), com o intuito de desestabilizar e temporalizar seu sentido canônico apriorístico, injetando vitalidade ao texto em análise. Pois, como ressalta Derrida (1967/2014, p. 410), “a ausência de significação transcendental amplia indefinidamente o campo e o jogo da significação”.

MÉTODOS DE SISTEMATIZAÇÃO DE LEITURA DA OBRA DE LACAN

As leituras clássicas/sistematizantes são, literalmente, as leituras “de classe”, isto é, são os modos de ler que se tornaram automáticos, as interpretações que se tornaram clássicas e que os professores a cada geração transmitem a seus alunos; leituras e interpretações que se estabeleceram e que são ensinadas e transmitidas aos jovens estudantes através dos manuais de uma área do conhecimento. Este tipo de leitura privilegia o sentido em relação à forma do texto. Há uma primazia e uma valência do sentido, o que implica a aspiração a um consenso, um sentido único e universal, subordinado à intenção transcendente do autor e de seus objetos intencionais. O objetivo desta modalidade de leitura é resgatar as teses centrais do texto e organizar a trama textual ao redor de pontos ideais. O sentido pode ser feito e refeito, mas será sempre idêntico a si mesmo (Figueiredo, 1999). Esta modalidade de leitura permite que o texto possa ser resumido, ou seja, que do texto possa ser

retirado o acessório, o excesso, o contingente, de tal modo que apenas o necessário – isto é, o sentido essencial – possa ser transmitido sem acidentes. Ironicamente, se Freud precisou de milhares de páginas para dizer algo, um bom leitor clássico poderia dizer, em menos páginas, o que Freud “realmente” queria dizer.

Quando nos dedicamos a ler Lacan, em geral, pode-se lê-lo a partir do conjunto dos seminários transcritos e reescritos, de seus **Escritos**, de textos publicados e ainda não publicados. Essa leitura do conjunto pressupõe a ideia de Obra, de uma identidade a ser apreendida e elucidada. No ponto mais nevrálgico, inclusive, há a figura do melhor leitor, o ente investido e autorizado como aquele que melhor saberia ler Lacan. Mas o que é a Obra de um autor e como se estabeleceu tal conjunto? No caso de Freud, o que permitiu que se falasse em uma **Obra Completa**? Qual o gesto que permitiu que fosse estabelecida uma Edição *Standard* das Obras Completas, ou que fossem excluídos determinados textos, sob o argumento de serem “pré-psicanalíticos”? A “Obra Completa” não abarca também os textos excluídos, apócrifos?

O acercamento desse conjunto – isto é, o acercamento da Obra –, que é o segundo passo da leitura, obedece a diversas formas de aproximação. Como interpelar o texto de Lacan? Ou **um** texto de Lacan?

Alguns autores como Jacques-Alain Miller (2014) são nodais ao justificarem uma leitura evolutiva ou linear, que diferencia etapas ou fases no ensino de Lacan: o primeiro, o segundo e o “ultimíssimo Lacan” ou o Lacan do Imaginário, do Simbólico e do Real. Para Eidelsztein (2015), a sistematização exemplificada com Miller poderia ser também ilustrada pela metáfora da cebola e de suas camadas: o último ensino, supostamente o mais verdadeiro, estaria no coração do percurso lacaniano, tal como o broto da cebola. Essa modalidade de leitura também pode ter como metáfora uma escada, isto é, a pressuposição de que haveria uma progressão no interior do trabalho lacaniano, culminando nos últimos textos e seminários. Ou, então, a progressão não é necessária e pode-se ainda seguir a metáfora da linha, pontuada pela cronologia dos textos. O próprio Eidelsztein (2015) elege outra figura: a de um diamante facetado. Nessa modalidade de leitura, os textos lacanianos podem ser lidos e relidos a partir de diferentes

perspectivas, mas nem por isso alguma destas teria um valor diferente das outras, quer seja de verdade ou de maior exatidão.

Na trilha dos questionamentos acerca do que é ler em psicanálise, Goldenberg (2018) propõe uma **desleitura** de Lacan. Seu projeto é fundamentado a partir da concepção de que Lacan é, para nós, um ser de escritura e seu ensino é uma questão de leitura. O autor não nos ensina sobre como se deve ler ou não, mas indaga (e nos indaga) a respeito das consequências de como a obra de Lacan chega ao leitor, posto que grande parte de seu ensino se deve à transcrição de uma produção oral. Goldenberg enfatiza que o estabelecimento dos textos já supõe uma leitura e não uma simples transcrição. A própria escolha da pontuação é uma interpretação do transcritor e indica um sentido, da mesma forma que a tarefa de tradução é uma leitura. As decisões que o transcritor toma durante a passagem do texto oral para o texto escrito repercutem no resultado, isto é, no modo como esse texto será lido e interpretado.

Goldenberg recupera o conceito de desleitura (*misreading*), elaborado pelo crítico literário Harold Bloom, a fim de interpelar os escritos de Lacan. Segundo Goldenberg, Bloom lançou uma nova luz sobre os conceitos freudianos das “lembranças encobridoras” e do “romance familiar”. Bloom divide os leitores entre duas categorias, os fracos e os fortes. Estes últimos desleem “porque a leitura, no sentido forte do termo, opera como um ‘romance familiar’ – no sentido de Freud –, ou seja, como a reescrita de um outro texto” (Goldenberg, 2018, pp. 35-36). Os textos não existem *per se* e o que há é uma relação entre eles, sendo que tais relações já são atos críticos. “A crítica, ou seja, a leitura pode não ser necessariamente uma avaliação, mas é sempre **uma decisão** [grifo do autor], e o que decide é o significado” (Goldenberg, 2018, p. 36).

É comum que um leitor forte se torne um revisionista. O que está em jogo é um redirecionamento no intuito de revalorizar e reavaliar textos, com um ideal de correção e restauração da verdade textual que antes de sua leitura/escrita fora extraviada. O leitor forte é aquele que ao desler o outro funda sua própria escritura. São essas as chaves conceituais que Goldenberg (2018) utiliza para fundamentar três desleitura: a primeira, na qual Lacan deslê Freud; a segunda, em que Miller deslê Lacan e a terceira, que é a sua própria desleitura de Lacan. Retornaremos a elas mais adiante.

As boas leituras clássicas acabam por se tornar dogmatizantes, já que conseguem expor as teses presentes no texto de forma clara e assim propiciam sua transmissão (Figueiredo, 1999). Mas há, também, um efeito negativo, visto que estas leituras tendem a engessar e reprimir as possibilidades de produção de sentidos novos. Isso leva a uma entronização da interpretação dominante e à compulsão de sua repetição de forma doutrinária. Por esse motivo, parece necessário investigar outras possibilidades de leitura de Lacan e de textos psicanalíticos.

UM EXEMPLO: O “RETORNO A FREUD” COMO EFEITO DE UMA LEITURA FREUDO-LACANIANA

O “retorno a Freud” é uma expressão utilizada entre os psicanalistas para se referir à fase do ensino de Lacan na qual ele se propõe a ler e a revisar conceitos freudianos. O próprio Lacan a usou em 1953, em “Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise” – também conhecido como “Discurso de Roma” –, considerado o marco inicial desse período. Ainda que esse discurso não passasse de um balbúcio inicial, para Lacan estava evidente que uma renovação estava sendo anunciada. O retorno a Freud consistia, naquele momento, em “renovar em sua disciplina os fundamentos que ela retira da linguagem”, tarefa que passa por “um questionamento dos fundamentos dessa disciplina” (Lacan, 1953/1998b, p. 239).

De acordo com a sistematização da leitura da obra de Lacan, feita no âmbito da psicanálise de orientação lacaniana (ou milleriana, uma vez que é apresentada nos textos de Jacques-Alain Miller), esse retorno corresponde ao início do período de seu segundo ensino, organizado em torno do conceito de Simbólico. Este foi antecedido pelo primeiro, o Lacan do Imaginário, e seguido pelo terceiro ensino: o Lacan do Real, ou ainda, o “último Lacan”. Segundo Eidelsztein (2015), o que se apresenta nesta sistematização corresponde a uma oposição entre os ensinamentos de Lacan, efetivada da seguinte maneira: o “último Lacan” contra o “primeiro e segundo Lacan”. Em suma, “Lacan contra Lacan”.

Tomaremos aqui alguns textos de Miller como referências de uma leitura clássica do retorno a Freud. O que o pretendo herdeiro intelectual

e responsável pela transcrição dos seminários e edição da obra de Lacan escreve a respeito do retorno a Freud?

Para Miller (1989, p. 9, tradução nossa), o retorno parte de uma “exigente fidelidade [de Lacan] ao texto de Freud”, fidelidade esta que, no entanto, não o impediu de criar suas próprias formulações. O ato de retornar passaria pela substituição de termos freudianos por outros termos definidos por Lacan. Ou seja, por uma mudança de vocabulário e pela reatualização de Freud e suas referências (Miller, 1990; 2008). O argumento de Miller acerca da fidelidade lacaniana aos textos de Freud é compartilhado hoje por uma parcela dos psicanalistas lacanianos igualmente fiéis a Miller e cujos comentários assumem um tom frequentemente inquestionável e acrítico.

Miller (1989) evoca como exemplo desse retorno o termo “sujeito”. Não há, segundo Miller, menções ao sujeito em Freud. Já em Lacan, o sujeito é objeto de teorizações diversas (o sujeito barrado, da ciência, do inconsciente, enfim, em questão...). Sob o rótulo do retorno, Lacan teria incluído conceitos que não encontramos em Freud, mas cujo **efeito** já estaria presente em Freud. O estádio do espelho também é utilizado por Miller (1989) como ilustração da nova gramática psicanalítica de Lacan. Freud teria desdobrado o Eu, que é imaginário, em dois outros termos – o eu ideal e o ideal do eu. Lacan, por sua vez, extraiu a diferença entre os dois termos e chamou o eu ideal, isto é, a imagem que o Eu tem de si, de **i**; e o ideal do eu, isto é, a posição a partir da qual o Eu se vê, de **I**.

O trabalho de Lacan durante o retorno seria dispor os conceitos freudianos em uma nova organização. Inclusive, para Miller (1990), Lacan seria a pessoa mais indicada para isso, porque ocupa o lugar do leitor privilegiado de Freud, daquele que o leu com mais cuidado e atenção. Poderíamos dizer que, para Miller, Lacan teria empreendido uma espécie de releitura do texto freudiano, operação que consistiu essencialmente na tradução e fragmentação de conceitos. Seguindo essa lógica, poderíamos encontrar alguns equivalentes nas duas teorias, como visto acima no exemplo do binômio eu ideal/ideal do eu e i/I. A leitura de Miller coloca Freud na posição do minerador que descobre um cristal em estado bruto, mas já reconhecido como valioso, e, Lacan, como aquele que veio logo em seguida para aparar as arestas, lapidar e livrar esse cristal de suas impurezas.

Algumas considerações precisam ser feitas acerca da leitura de Miller sobre o retorno a Freud. A primeira delas é que essa leitura considera o retorno como uma espécie de tradução. E o problema de considerar o retorno a Freud apenas ao nível de uma depuração de termos é que o trabalho de Lacan acaba reduzido a um exercício de substituição de significantes.

Esse problema nos leva a uma segunda consideração: Miller não defende a existência de uma mudança lógica entre Freud e Lacan. Segundo o autor, em alguns momentos tende-se a pensar que Lacan substituiu Freud no sentido de ter construído outra lógica. Miller (2008, pp. 32-33, tradução nossa) rechaça essa possibilidade, pois, para ele, “desde então, é possível constatar na psicanálise tal como existe no mundo que as referências a Lacan se multiplicaram, inclusive o que se pode chamar uma escola que se denomina pós-lacanian”. Dito de outra forma, poderíamos pensar então que Freud e Lacan estariam sob a mesma lógica, porque hoje há o reconhecimento da comunidade psicanalítica – ainda que em algum momento passado essa legitimidade tenha sido questionada ou até mesmo rechaçada¹. A psicanálise lacanianiana em algum momento deixou de gravitar em torno da psicanálise freudiana e foi aceita pelos psicanalistas como uma escola autônoma.

A partir da leitura de Miller podemos chegar a alguns pressupostos. O primeiro deles é que, para Miller, Lacan sustentaria teoricamente, em linhas genéricas, o mesmo que Freud. De acordo com o que vimos acima, Miller concorda com uma continuidade lógica entre Freud e Lacan que, para fins de desambiguação, Eidelsztein (2015) propõe que chamemos de Freud-Lacan. Acrescentaremos um adjetivo àqueles que seguem essa linha teórica e doravante os chamaremos de freudo-lacanianos. O segundo de nossos pressupostos é que a leitura de Miller pode ser entendida como linear e evolutiva. Logo, nos parece que as psicanálises freudiana e lacanianiana serviriam como degraus na construção do edifício teórico de uma espécie de “psicanálise geral”, paradigmática.

DESLEITURAS

Da psicanálise, pode-se falar de como é muito fácil constatar que se fala dela desse jeito. Um pouco menos fácil é falar dela se impondo como

disciplina oito horas por dia, **de não repetir jamais a mesma coisa e de não dizer o que já é corriqueiro** [grifo nosso, tradução nossa]. (Lacan, 1967/2005, p. 15)

Resgatamos a passagem acima da conferência **Place, origine et fin de mon enseignement** (“Lugar, origem e fim de meu ensinamento”, tradução nossa), proferida em 1967, no Centre Hospitalier du Vinatier, em Lyon, na qual Lacan expõe seu ensino, seu pensamento, e, em seguida, dialoga com Henri Maldiney. Nessa passagem, Lacan (1967/2005) refere-se ao seu esforço de falar da (e sobre a) psicanálise sem jamais repetir a mesma coisa e não dizer o que já é senso comum. Tomemos este esforço constante como a força motriz do trabalho que Lacan empreende como retorno a Freud – projeto iniciado nos anos 50, que consiste em virar pelo avesso (*re-tour*) conceitos freudianos.

Para Goldenberg (2018), o retorno a Freud corresponde a uma desleitura dos fundamentos freudianos. Nas palavras de Goldenberg (2018, pp. 38-39):

Não é, de modo algum, uma volta aos fundamentos ou um regresso às origens deturpadas ou esquecidas de um freudismo mais puro. Trata-se do mais profundo questionamento. Lacan relê os conceitos freudianos invertendo-lhes a ordem das razões [grifo do autor].

Essa ruptura do paradigma não impede Lacan de se afirmar freudiano, embora não se declare como seu sucessor, sequer como discípulo (seus mestres foram Clérambault e Kojève), seu freudismo tem por base a crítica incessante aos fundamentos freudianos da psicanálise. Como exemplos de desleitura em Lacan, Goldenberg cita: o conceito de *tyche e authomaton* como uma desleitura lacaniana da pulsão de morte freudiana e da física de Aristóteles, a fim de fundamentar uma teoria nova do significante; a desleitura do signo de Saussure, priorizando o significante em detrimento do significado; a desleitura da condensação freudiana e do complexo de Édipo, com base na metáfora; a desleitura da pulsão freudiana para embasar o conceito de gozo e retirar a psicanálise do biologismo.

A insistência em jamais se repetir indica a diligência de Lacan em fundamentar seus conceitos, uma vez que estes podem ser – e foram – transformados no decorrer de seus seminários. Ao falar do lugar, origem

e fim de seu ensino, Lacan adverte que não pode resumi-lo em linhas gerais de um manual, não pode entregá-lo na forma de um comprimido. Presume que talvez alguém o faça mais tarde, uma vez que já esteja fora de cena, e, admitindo o fracasso na transmissão da psicanálise, seu ensino vivo seja cristalizado pelo discurso universitário, transformado em teses acadêmicas: “como o âmbar que aprisiona a mosca, para nada saber de seu voo” (Lacan, 1969/2003, p. 399).

Essa tarefa coube a Jacques-Alain Miller, que empreendeu o que Goldenberg (2018) também caracteriza o “esforço” de Miller em elucidar Lacan como uma desleitura. **Lacan Elucidado** (1997) é o título da coletânea das conferências brasileiras ministradas por Miller entre 1981 e 1995, projeto que visa atender à demanda dos brasileiros de esclarecimento de Lacan. O sintagma “Lacan-elucidado” é um projeto de **correção** do ensino lacaniano com o propósito de apagar a orientação antiontológica e antibiologista que o caracteriza (Goldenberg, 2018).

O projeto de Miller em elucidar Lacan tem como estratégia uma política de reescrita da obra do precursor, apagando de uma só vez o leitor e o autor. Estes são os artifícios para fundar sua escola e uma nova psicanálise, cuja transmissão reconduz Lacan a um paradigma anterior, ao mesmo tempo em que apaga o caminho que trilha para “inovar”, mostrando-se como o exegeta mais qualificado. Nas palavras de Goldenberg, Miller ao desler Lacan,

não apenas nega a si mesmo como leitor e a sua obra como autoria, como também possui o poder inédito [...] de **reescrever** os escritos assinados JL [Jacques Lacan], a partir de seu próprio ato de exegese **apagado como tal**. Em outras palavras, quem compra a versão *Seuil* de **O Seminário** não está lendo JL mas JAM [Jacques-Alain Miller], e não sabe. (Goldenberg, 2018, p. 47)

A desleitura milleriana simplifica, decide o indecيدido, suprime as ambiguidades, funda uma ortodoxia lacaniana, uma *Lacanian Standard Edition*, restabelece nos moldes naturalistas um lacanismo filosoficamente fenomenológico, sintonizado com o senso comum. De um ensino feito de enunciados teóricos correntemente reconsiderados e refeitos a ortodoxia instituiu que a última versão do ensino seria a correta

e definitiva, de maneira que as anteriores caducaram. Concordamos com o ponto de vista do autor ao considerar que cada momento do ensino de Lacan conduz ao limite um ponto teórico e a formalização que o apoia. O período seguinte se sustenta neste ponto de limite e de impasse que desloca, subverte ou reconduz o conceito em uma nova leitura, que simultaneamente inclui e supera a anterior.

Considerado na comunidade lacaniana internacional como o exegeta maior, JAM é um leitor fortíssimo de Lacan. Como escreve Lacan em 1972, “aquele que me interroga também sabe ler-me” (Lacan, 1993/1974, p. 7). O que Goldenberg enfatiza em seu livro é que Miller também sabe, porém não é – ou não deveria ser considerado – o único. Goldenberg tampouco se furta aos possíveis questionamentos em relação à leitura que empreende dos escritos de Lacan. Reconhece que propõe uma desleitura, mas não afirma, nem pensa que a exegese canônica esteja errada e a dele correta. Conclui que seu trabalho de desleitura se debruça sobre as versões críticas mais confiáveis, não se esquiva das dificuldades nem das contradições que se apresentam ao longo do percurso de leitura, muito menos omite o indecível. Mantém-se atento à leitura que lhe parece mais lógica no contexto em que esse discurso é produzido e fundamenta cada decisão tomada, apontando que outros modos de decidir podem ser considerados.

DIMENSÕES HERMENÊUTICAS E UMA OUTRA LEITURA DO “RETORNO A FREUD”

Até aqui, julgamos ter apresentado de uma forma breve a leitura desconstrutiva e algumas modalidades de leitura clássica. Resta apresentar o que Figueiredo (1999) chama de leitura hermenêutica, uma modalidade de leitura exigida historicamente pelos textos sagrados e posteriormente pelos textos jurídicos e filosóficos. Essa leitura parte do pressuposto de que o texto possui um sentido e que, para restaurá-lo, é necessário a construção de um pano de fundo que permita ao texto se situar em um **contexto**. Ler, portanto, implica contextualizar, descontextualizar e recontextualizar o texto em seus horizontes externos e internos.

Entende-se por horizontes externos aqueles que inscrevem o texto num cenário no qual ele faça sentido. São definidos de acordo com um

recorte, que pode ser o do gênero literário, da área de conhecimento, do tema ou do conjunto da obra de um autor. Já os horizontes internos são as referências anteriores que se encontram entrelaçadas ao texto e os elementos que atribuem a cada premissa do texto “um lugar, uma função e um sentido” (Figueiredo, 1999, p. 11). Uma dialética se sustenta entre os contextos internos e externos. A variedade de horizontes internos auxilia a formação de outros tantos horizontes externos e vice-versa. Uma das formas de fazer isso é considerar “outros textos contemporâneos ou pertencentes a um ‘mesmo’ passado” (Figueiredo, 1999, p. 11).

Se começamos uma leitura situando o contexto epistemológico para revelar o pano de fundo, o tecido sobre o qual se inscreve e se escreve o “retorno a Freud” efetivado por Jacques Lacan, esse “situar” não é simples e ingênuo, e o contexto histórico e epistemológico da produção de um texto ou de um movimento não é saturável. O contexto não está *a priori*, de antemão, lá, dentro ou ao redor do texto. É preciso construir um contexto. “Situar” um contexto é produzir um corte e um recorte. É uma operação de leitura e um trabalho realizado pelo leitor.

Em 1953, no prelúdio do “retorno”, Lacan questionava a relação da comunidade psicanalítica com a ciência, apontando problemas na formalização dos fundamentos psicanalíticos. Apesar do papel na direção da subjetividade moderna, Lacan (1953/1998b, p. 285) indica que a psicanálise se ordenou e se sustentou “com um atraso de meio século em relação ao movimento das ciências”.

Eidelsztein (2015) aponta que tal atraso foi reproduzido no movimento psicanalítico e que, ainda em 1950, a ideia comum de ciência seguia de acordo com as concepções de Freud, isto é, estagnada antes de 1900. Durante décadas, os círculos psicanalíticos reproduziram uma espécie de resistência à ciência ao multiplicar ilogismos e obscurantismos, por terem a convicção de que o saber surge da experiência. O efeito disso na comunidade psicanalítica é a hipervalorização do acúmulo de experiência, quer seja na prática clínica ou na análise pessoal, em que a psicanálise é concebida como uma experiência transmitida de um praticante a outro através de vivências individuais e inefáveis. Para Eidelsztein (2015), Freud está mais próximo a um modelo de ciência derivado de Aristóteles e de Newton,

enquanto Lacan buscava aproximar a Psicanálise de um modelo mais próximo a Platão e a Einstein.

Assim, diante de um quadro de atraso epistêmico, Lacan iniciou o projeto de “retorno a Freud”. Tal projeto procurou ligar a psicanálise às ciências formais articulando-a ao “giro linguístico” de Saussure, Jakobson e Benveniste, com o estruturalismo de Lévi-Strauss, o pragmatismo de Austin, a epistemologia de Koyré, etc. E tudo numa estreita relação com as concepções das ciências modernas: a matemática de Cantor, Frege e Dedekind (topologia, números reais, teoria dos conjuntos, cálculo infinitesimal, etc.) e as físicas (relativista, quântica, de cordas, de supercordas, etc.) (Eidelsztein, 2014, 2015). Assim, Lacan ligou a psicanálise à lógica simbólica moderna, à lógica matemática (Eidelsztein, 2015). A psicanálise doravante deveria consistir em um modelo teórico “que em seu funcionamento cria uma prática e os objetos sobre os quais o faz segundo uma posição que funda quem o busca e o pratica” (Eidelsztein, 2014, p. 3, tradução nossa).

Freud concebeu e inseriu o saber e a prática da psicanálise numa lógica que Eidelsztein (2014) nomeia de “giro biologicista e naturalista”. Este giro foi sustentado por grande parte dos pensadores contemporâneos a Freud e caracterizados como “filósofos-médicos”. A crítica de Lacan, por sua vez, incide sobre o fato de a psicanálise ter permanecido ligada à concepção científica instituída por seu fundador, a de um empirismo lógico. Nessa ótica, não há uma continuidade de Freud em Lacan, mas uma ruptura, um corte, uma mudança de galáxia epistemológica. Há Freud, para quem o que vem primeiro é a substância viva (o corpo biológico), suas energias (pulsões e libido) e as vivências, frutos do encontro com a realidade. E há Lacan. E há ainda um “Outro Lacan”, distinto do Lacan dos freudolacanianos, um Lacan com outros pressupostos e fundamentos, estranhos para os freudianos e para os lacanianos.

LACAN E A DESCONSTRUÇÃO DA PSICANÁLISE FREUDIANA

CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA: O EU E O OUTRO

A leitura-escritura de Eidelsztein (2016) aborda alguns textos nos quais Lacan comentou o conceito freudiano de *Trieb*. O autor propõe

que Lacan subverteu *Trieb* através de uma “desconstrução da pulsão” cujos objetivos foram: 1) refletir e problematizar o conceito tal como havia sido postulado por Freud e 2) conservar o termo original, mas substituir a base argumentativa e epistemológica.

Lacan desembarçou *Trieb* das concepções vitalistas próprias da psicanálise freudiana, nas quais as pulsões eram frequentemente ilustradas como energias ou forças. Doravante inserido no “giro linguístico” lacaniano, *Trieb* pode ser entendido como uma espécie de autômato ou simulacro do organismo. Lacan (1960/1998d, p. 831) situa a pulsão como um “tesouro dos significantes” e a descola da função orgânica com a qual estava relacionada em Freud. Essa seria uma possível justificativa lacaniana para a concepção errônea desse caráter biológico, uma vez que “as pulsões são, no corpo, o eco do fato de que há um dizer” (Lacan, 1975, p. 6, tradução nossa). Haveria uma confusão entre a cadeia significante e os artifícios gramaticais que são rastros dela; o discurso, que é o verdadeiro fenômeno, acaba confundido com o corpo físico, como se fosse este que, na verdade, falasse.

A metapsicologia freudiana propõe, em contraposição a uma observação do material bruto, uma lógica imaterial e espacial – ou seja, de abstrações – para dar ordem, tornar inteligíveis as formações do inconsciente e a própria psicanálise (Triska & D’Agord, 2013). Em alguns textos de Freud, tais como **O eu e o isso**, já se mostra evidente a necessidade da utilização/construção de modelos que lhe fossem resolutos para o desenvolvimento das teorias metapsicológicas. Observa-se no “modelo do ovo” ou “modelo do saco” uma representação do aparato psíquico como uma figura bilátera, com um lado interior e outro exterior. O Eu freudiano está situado no interior desta superfície esférica, separado do mundo externo. O Inconsciente é constituído por certos conteúdos que são capturados pela oralidade, através de uma zona permeável, por onde significantes poderiam penetrar.

Levando-se em conta que o primeiro investimento libidinal seria no próprio corpo (Freud, 1914/1974b), esta fase narcísica acaba por abrir a possibilidade de investimento em um não-Eu. Entretanto, fatalmente define tudo o que é prazer como relacionado ao Eu e tudo o que é desprazer como não-Eu, externo (Freud, 1930 [1929]/1974c). Partindo deste raciocínio era previsível que o mal-estar na cultura fosse postulado (Eidelsztein, 2015).

Lacan irá empregar uma inversão da lógica freudiana: o Eu deixa o interior do aparato psíquico e, como representado teoricamente no estádio do espelho, constitui-se na relação com o Outro, sem o qual não existiria (Eidelsztein, 2015). Ao modelo freudiano do ovo, polarizado, Lacan vai dar lugar a figuras topológicas. Pensar o retorno a Freud implica considerar a implementação lacaniana da topologia na psicanálise. A empreitada de Lacan tem início com os esquemas (R, Z, L e I), os modelos (como o óptico, já presente no Seminário 1, de 1953-1954), o grafo do desejo, a topologia de superfícies (Seminário 9, 1961-1962) e o matema dos quatro discursos (no Seminário 17, de 1960-1970). Posteriormente, em 1972, Lacan cunha o termo topologia estrutural, no qual as superfícies topológicas são consideradas estruturas de caráter abstrato e imaterial, em concordância com a teoria estruturalista (Triska & D'Agord, 2013).

DO PAI MORTO À FALTA NO OUTRO

Segundo Freud (1913 [1913-1912]/1974a), a origem das sociedades, antigas e modernas, remete ao fenômeno do totemismo, cuja organização social era bastante peculiar. Na época totêmica, havia uma série de regras para aqueles que compartilhavam do mesmo totem, isto é, de um mesmo animal ou planta que atuava como símbolo sagrado. O grupo de pessoas que pertenciam a um mesmo clã chamavam a si mesmos pelo nome do totem; acreditavam que realmente descendiam do animal representado por esse totem; eram considerados irmãos e irmãs e por isso não poderiam casar ou ter relações sexuais entre si. Além disso, o animal totêmico não poderia ser caçado nem morto, e sua carne não poderia ser comida, exceto em cerimônias muito específicas. Para a psicanálise freudiana, o animal totêmico nada mais é do que um suplente do pai, o que é corroborado pela interdição do assassinato e do consumo da carne do animal.

Para a construção desse mito, Freud (1913 [1913-1912]/1974a) descreve uma cena primitiva. Haveria um pai primevo de quem todos os outros machos descenderam. Violento e autoritário, expulsa os filhos quando estes crescem e chegam à maturidade sexual, pois todas as fêmeas do bando são restritas a esse pai. Até que um dia esse grupo de filhos, até

então vivendo em exílio, retorna para matar e devorar o pai, encerrando o seu reinado. Uma vez que o pai está morto, os filhos passam a sentir culpa e remorso por seu ato parricida, já que, apesar de o odiarem, também o amavam e o admiravam. “O pai morto tornou-se mais forte do que o fora vivo”, descreve Freud (1913 [1913-1912]/1974a, p. 170). Os tabus que foram impostos pelo pai em vida agora são proibidos pelos próprios filhos: não matarás o totem (isto é, o pai) e renunciarás à satisfação sexual com as mulheres do totem. Estes dois tabus correspondem aos dois desejos que são reprimidos no complexo de Édipo (Freud, 1913 [1913-1912]/1974a). A culpa filial, oriunda da morte do pai, é a origem da religião totêmica. Da mesma forma, as religiões, a moral e a sociedade convergem todas para o complexo de Édipo.

Esse caráter universal dado ao Édipo foi posteriormente questionado por diversos pesquisadores, sobretudo no campo da antropologia e da sociologia. Malinowski é um dos antropólogos que argumentam contra a universalidade do Édipo, já que este depende de certos contextos sociais presentes nas sociedades 1) patriarcais e 2) ocidentais. Como podemos resgatar no comentário de Lacan (1938/2008a) sobre Malinowski, há diferenças no papel do pai nas sociedades matriarcais em relação às sociedades patriarcais: as tarefas que o pai desempenha possuem caráter mais familiar e o tio materno é quem introduz a criança nos ritos e tabus.

Em 1938, no texto **Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia**, Lacan revisou o complexo de Édipo, considerando as estruturas mentais, bem como os fatos sociais, que permitam situar a família paternalista na história para, em seguida, esclarecer a neurose contemporânea. Na reelaboração lacaniana de 1938 acerca do papel do complexo de Édipo no psiquismo humano é possível destacar mais uma contraposição teórica em relação a Freud. Se para Freud o Édipo cumpre uma função na gênese das neuroses conforme as dificuldades que houvesse transposto em seu percurso e resolução, para Lacan (1938/2008a, 1946/1998a) a experiência edípica surge como um fato positivo da vida subjetiva, inclusive denota seu aspecto sadio, como uma forma de esquivar-se da asfixia característica da estrutura narcísica (o estádio do espelho). Nas palavras de Lacan (1946/1998a, p. 184), “uma certa ‘dose de Édipo”

será necessária na constituição do mundo da realidade, na organização das categorias temporal e espacial. Por possibilitar a sublimação da realidade, no complexo de Édipo jaz a base para o progresso das culturas e desenvolvimento das produções simbólicas das sociedades.

No plano da dinâmica edípica lacaniana, tanto a imago materna como a paterna² mobilizam da mesma maneira o processo de repressão (constituição do supereu) e o de construção identitária (que erige o ideal do eu). Todavia, Lacan assinala que na doutrina freudiana a atividade de repressão parte unicamente do lado paterno, para ambos os sexos. Essa visão freudiana está subordinada à concepção universalista de um Édipo submetido a um imaginário a-histórico da ordem familiar (Zafirooulos, 2002). É neste aspecto que Lacan relembra a relevância da participação materna na origem da atividade de repressão sexual e da ordem familiar, em contraposição à valorização que Freud concede à dominação do varão, o único a quem adjudica a instituição da lei para o sujeito do Édipo e do social. No que concerne à repressão sexual, Lacan (1938/2008a, p. 51. grifo nosso) destaca que “para definir no plano psicológico essa gênese da repressão, devemos reconhecer na fantasia de castração o jogo imaginário que a condiciona, na **mãe** o objeto que a determina”. Portanto, o princípio da repressão e, conseqüentemente, a formação do supereu não depende, ao ver de Lacan, de uma dominação masculina, manifesta no temor ao pai vigente na referência do fantasma de castração. A repressão advém também do protótipo materno incitado pelo desejo genital do Édipo, que relança o fantasma do corpo fragmentado.

Não obstante, Lacan (1938/2008a, 1946/1998a) toca em outro ponto importante de sua leitura sobre o complexo de Édipo, no qual o triunfo da imago paterna sobre a materna, no tocante à formação das identificações, está sujeito à **relatividade sociológica**. Em suma, do ponto de vista lacaniano, a imago paterna só concentra a função de repressão e a de idealização do Édipo à custa da determinação sociocultural da família paternalista. A perspectiva lacaniana de relativismo sociológico do Édipo se opõe à defendida por Freud, que sublinhava uma concepção universalista do complexo de Édipo. Portanto, o ponto de remate da constituição psíquica do sujeito (a saída pelo Édipo) não é inerente à forma deste complexo, isto porque o complexo de Édipo não é universal

e supõe que suas modalidades se modificam de acordo com as condições de funcionamento das famílias, estabelecidas, por sua vez, pela evolução sócio-histórica das sociedades. Vale evocar que Lacan define o **complexo** como a unidade funcional do psiquismo condicionada por fatores culturais, posto que não corresponde a funções vitais, mas à insuficiência congênita dessas funções.

Mais adiante, em 1953, encontramos um Lacan profundamente imerso na antropologia estrutural de Lévi-Strauss. Na lógica proposta pelo antropólogo, as neuroses devem ser interpretadas como formações míticas (Zafirooulos, 2018), tese endossada por Lacan que, naquele mesmo ano, empreende uma leitura do caso do Homem dos Ratos na qual descreve a neurose obsessiva como um mito individual do neurótico. O texto **O mito individual do neurótico** (Lacan, 1952/2008b) é a primeira publicação de Lacan em que aparece a noção de **Nome-do-pai**. Nele surgem as referências à tríade real, simbólico e imaginário, a função e a estrutura.

O deslocamento que se produz em 1953, em termos conceituais, concerne à passagem do valor social do pai de 1938 ao valor estrutural e propriamente simbólico de seu nome. Em resumo, o que se opera é a mudança de ênfase no papel das circunstâncias familiares ou das condições sociais do edipismo em benefício do poder do Nome-do-pai como símbolo ou, mais precisamente, da função simbólica que norteia o destino do homem. A lógica desta função se pauta nas regras propostas pelos especialistas das ciências sociais, etnólogos e linguistas, que sucederam Durkheim nos embasamentos antropológicos de Lacan (Zafirooulos, 2002).

A hipótese de Lévi-Strauss (1949/1982) quanto à noção de parentesco permitiu a Lacan aprofundar as questões acerca das fundações do universalismo edipiano proposto por Freud – questionamento já presente em 1938 –, alicerçado não mais no sentimento de um temor natural do incesto, mas na existência de uma função simbólica assimilada como lei da organização inconsciente das sociedades humanas. Logo, com a entrada em cena da antropologia de Lévi-Strauss, o complexo de Édipo passou a figurar no quadro de um universal simbólico e deixou de ser pensado como um universal natural.

O mito neurótico, assim como o *orenda*, o *wakan*, o *mana* e o *hau*, faz parte de uma lista de elementos que Lévi-Strauss (1950/2018) chama de formas institucionais de tipo zero ou significantes de exceção, aquilo que permite o exercício do pensamento simbólico. Esses significantes de exceção não teriam, para Lacan, valor simbólico zero. O que estaria de fato em questão não é nem o *mana*, nem o pai morto, mas a falta produzida por eles; falta esta que, segundo Zafiropoulos (2018), estaria encoberta pelo ideal do eu. Para Lacan, esses significantes têm valor imaginário $i = \sqrt{-1}$. No léxico dessa função simbólica, a expressão lacaniana é a falta no Outro, $S(\mathbb{A})$.

Em termos históricos, Zafiropoulos (2002; 2018) comenta que, ao mesmo tempo em que Lacan avança na elaboração da teoria do Nome-do-pai, ele retifica sua posição subjetiva com respeito ao Nome-do-pai da psicanálise. Procede assim, um ato inaugural que funda um novo campo analítico, adequado ao que nesse período é posto em manifesto na clínica analítica lacaniana: a fecundidade do pai morto, de seu nome e de sua palavra.

O que interessa a Lacan durante o retorno a Freud é a integração simbólica do sujeito (Zafiropoulos, 2018). Neste sentido, o Édipo freudiano representa uma situação simbólica possível em um mar de outras possibilidades de “modalidades mitológicas e rituais, histórica e geograficamente diferenciadas, a exemplo de Lévi-Strauss” (Zafiropoulos, 2018, p. 327); é um particular pensado como universal ou, em outras palavras, uma das chaves desta integração. Acreditamos que Lacan não estava tão interessado no mito do pai morto da horda primitiva, ou seja, em um elemento particular posto por Freud no centro da estrutura e sustentado como universal; mas naquilo que lhe é suplementar, isto é, o jogo do qual esse elemento faz parte e que de fato é, para Lacan, universal: o próprio “molho de chaves” da função simbólica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomemos o termo utilizado por Lacan: *retourner*. O verbo francês *retourner* pode ser traduzido como “retornar, voltar a um lugar em que já se esteve”, mas inclusive entendido como “pôr alguma coisa ao avesso”; “virar-lhe de modo a colocar o ‘acima’ embaixo, a ‘frente’ atrás”; “inverter o senso”; “fazer mudar de opinião”; “orientar algo ou alguém para uma

posição inversa, sobre alguém ou algo” (Retourner, 2020). Lacan leu o discurso da metapsicologia freudiana e se valeu dele para desmontá-lo, torcê-lo e reposicioná-lo. Nesse sentido, o Seminário 17, intitulado no Brasil como **O avesso da psicanálise**, também poderia ser traduzido como **A psicanálise ao avesso** (Eidelsztein, 2015).

Nas leituras clássicas, no entanto, é difundida a ideia de que Lacan empreende um retorno à obra de Freud. Em verdade, o que nos permitiu falar em uma desconstrução da psicanálise freudiana é sua fidelidade, não à letra de Freud, mas aos princípios norteadores e efeitos do texto de Freud (Eidelsztein, 2015). Em suas palavras:

a palavra de ordem com que nos armamos, do retorno a Freud, nada tem a ver com o retorno às fontes, que, aqui como alhures, poderia significar apenas uma regressão [...]. Nosso retorno a Freud tem um sentido completamente diferente por dizer respeito à topologia do sujeito, a qual só se elucida numa segunda volta sobre si mesma. [...] Essa dupla volta da qual fornecemos a teoria presta-se, com efeito, a uma outra costura, ao lhe oferecer uma nova borda: aquela de onde ressalta uma estrutura muito mais apropriada do que a antiga esfera para responder pelo que se propõe ao sujeito como dentro e fora. (Lacan, 1966/1998e, pp. 368-369)

Em **A coisa freudiana**, afirma: “O sentido de um retorno a Freud é um retorno ao sentido de Freud” (Lacan, 1955/1998c, p. 406). Ele o faz, não sem sublinhar que esse retorno significa uma reviravolta. Ademais, ao retornar ao sentido freudiano, Lacan promove uma inversão: ele parte e elabora outras ideias, orientado no inconsciente freudiano, mas ao avesso (Eidelsztein, 2015). Essa virada ao avesso é a própria razão de ser da desconstrução, isto é, a intenção de mudar a direção hierarquicamente imposta entre termos, para que seja estabelecida uma indecisão produtora de sentidos, ou seja, para que o **jogo** aconteça.

Se um discurso é um “sistema no qual o significado central, originário ou transcendental nunca estará absolutamente presente fora de um sistema de diferenças” (Derrida, 1967/2014, pp. 409-410), compreendemos que o discurso freudo-lacanian está também submetido às diferenças e aos acontecimentos. O *retourner*, ou seja, essa torção promovida por Lacan pode ser lida como um **acontecimento**, resultado de uma ruptura e de um redobramento, isto é, da passagem de um campo para outro campo.

Se aqui fizemos um exercício de rompimento de Freud-Lacan, isso foi para pôr em evidência que diferenças e sentidos novos podem emergir dessa desambiguação. Pelo mesmo motivo, a desambiguação Lacan-Miller também nos parece necessária.

Nosso princípio é: não só isto, mas também aquilo. A nossa leitura, essa outra leitura, é paradoxal, pois é suplemento. É uma leitura sobre o retorno a Freud, que não só contradiz a leitura de Miller, como, ao contrário, suplementa o que Miller escreve. Se Miller preconiza, em seu texto, que há uma mudança de vocabulário entre Lacan e Freud, podemos dizer que há de fato uma mudança de vocabulário, mas há mais que isso. Lacan, enquanto texto, está aberto a inúmeras possibilidades de leitura. Essa outra maneira de ler, esse “ler de uma certa maneira” (Derrida, 1967/2014, p. 420), causa uma ruptura na forma como Lacan é lido classicamente e inaugura uma outra leitura da psicanálise, a partir da herança do discurso freudo-lacanian e de suas diferenças com esse outro Lacan.

REFERÊNCIAS

- Campos, E. B. V., & Coelho Jr., N. E. (2010). Incidências da hermenêutica para a metodologia da pesquisa teórica em psicanálise. *Estudos de Psicologia*, 27(2), pp. 247-257. Recuperado em 12/05/2020, de <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000200012>
- Derrida, J. (1998). Carta a um amigo japonês. (E. Lima, Trad.). In Ottoni, P. (Org.). *Tradução: a prática da diferença*. (pp. 19-25). Campinas, SP: Unicamp/FAPESP. (Original publicado em 1987).
- Derrida, J. (2001). *Posições*. (T. T. Silva, Trad.). Belo Horizonte, BH: Autêntica. (Original publicado em 1972).
- Derrida, J. (2005). *A farmácia de Platão*. (R. Costa, Trad.). São Paulo, SP: Iluminuras. (Original publicado em 1972).
- Derrida, J. (2013). *Gramatologia*. (2a ed.). (M. Chnaiderman, R. J. Ribeiro, Trad.). São Paulo, SP: Perspectiva. (Original publicado em 1967).
- Derrida, J. (2014). A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In *A escritura e a diferença* (pp. 407-426) (M. B. N. Silva, P. L. Lopes, P. Carvalho, Trans.). São Paulo, SP: Perspectiva. (Original publicado em 1967).
- Eidelsztein, A. (2014). La ciencia y el psicoanálisis. *Imago agenda*, 182. Buenos Aires, AR: Letra Viva.
- Eidelsztein, A. (2015). *Otro Lacan: estudio crítico sobre los fundamentos del psicoanálisis lacaniano*. Buenos Aires, AR: Letra Viva.
- Eidelsztein, A. (2016). Deconstrucción de la pulsión. *Imago Agenda*, 197. Buenos Aires, AR: Letra Viva.
- Figueiredo, L. C. M. (1999). *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo, SP: Escuta.
- Figueiredo, L. C. M. (2012). Três teses sobre o paradoxo em psicanálise. In *As diversas faces do cuidar* (pp. 53-69). São Paulo, SP: Escuta.
- Freud, S. (1974a). Totem e tabu. In (J. Strachey, Ed., J. Salomão, Trad.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (vol. 13, pp. 13-191). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1913 [1912-1913]).

- Freud, S. (1974b). Sobre o narcisismo: uma introdução. In (J. Strachey, Ed., J. Salomão, Trad.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (vol. 14, pp. 83-119). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (1974c). O mal-estar na civilização. In (J. Strachey, Ed., J. Salomão, Trad.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (vol. 21, pp. 73-279). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1930[1929]).
- Goldenberg, R. (2018). *Desler Lacan*. São Paulo, SP: Instituto Langage.
- Lacan, J. (1975). *Le séminaire, livre XXIII*. Paris, FR: Staferla. Recuperado em 12/05/2020, de <http://staferla.free.fr/S23/S23.htm>
- Lacan, J. (1993). *Televisão*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Original publicado em 1974).
- Lacan, J. (1998a). Formulações sobre a causalidade psíquica. In *Escritos* (pp. 152-194). (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Original publicado em 1946).
- Lacan, J. (1998b). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In *Escritos* (pp. 238-324). (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1998c). A coisa freudiana. In *Escritos* (pp. 402-437). (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Original publicado em 1955).
- Lacan, J. (1998d). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano In *Escritos* (pp. 807-842). (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Original publicado em 1960).
- Lacan, J. (1998e). De um desígnio. In *Escritos* (pp. 365-369). (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Original publicado em 1966).
- Lacan, J. (2003). Prefácio a uma tese. In *Outros escritos* (pp. 389-399). (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Original publicado de 1969).
- Lacan, J. (2005). Place, origine et fin de mon enseignement. In: *Mon enseignement*. (pp. 9-65). Paris, FR: Seuil. (Original publicado em 1967).
- Lacan, J. (2008a). *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. (2a ed.). (M. A. C. Jorge, P. M. Silveira Júnior, Trads.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Original publicado em 1938).

- Lacan, J. (2008b). *O mito individual do neurótico*. (C. Berliner, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Original publicado em 1952).
- Lang, C. E., & Barbosa, J. F. (2012). Pode-se utilizar a desconstrução na pesquisa teórica em psicanálise? *Cadernos de pesquisa em ciências humanas*, 13(102), pp. 75-99. Recuperado em 12/05/2020, de <https://doi.org/10.5007/1984-8951.2012v13n102p75>
- Lévi-Strauss, C. (1982). *As estruturas elementares do parentesco*. (M. Ferreira, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1949).
- Lévi-Strauss, C. (2018). *Introdução à obra de Marcel Mauss*. (P. Neves, Trad.). São Paulo, SP: Ubu. (Original publicado em 1950).
- Miller, J.-A. (1989). Las respuestas de lo real. In Assoun, P.-L. et al. *Aspectos del malestar en la cultura* (I. Agoff, Trad., pp. 8-19). Buenos Aires, AR: Manantial.
- Miller, J.-A. (1990) *Matemas II*. Buenos Aires, AR: Manantial.
- Miller, J.-A. (1997). *Lacan elucidado: palestras no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Miller, J.-A. (2008). *El partenaire-síntoma*. Buenos Aires, AR: Paidós.
- Miller, J.-A. (2014). Períodos en la enseñanza de Lacan (pp. 197-213). In *El ultimísimo Lacan* (S. Verley, Trad.). Buenos Aires, AR: Paidós.
- Retourner. (2020). In Jeuge-Maynard, I. *Dictionnaires de français Larousse*. Paris, FR. Recuperado em 12/05/2020, de <http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/retourner/68911?q=retourner#68156>
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. (V. Ribeiro, L. Magalhães, Trans.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Santiago, S. (Sup.). (1976). *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Triska, V.H. C., & D'Agord, M. R. L. (2013). A topologia estrutural de Lacan. *Psicologia clínica*, 25(1), pp. 145-161. Recuperado em 12/05/2020, de <https://doi.org/10.1590/S0103-56652013000100010>
- Zafiroopoulos, M. (2002). *Lacan y las ciencias sociales. La declinación del padre (1938-1953)*. Buenos Aires, AR: Nueva Visión.
- Zafiroopoulos, M. (2018). *Lacan e Lévi-Strauss*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

NOTAS

- ¹ Achamos pertinente recordar que, em 1953, Lacan foi deposto do cargo de presidente da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), em meio a discussões que questionavam a efetividade das técnicas adotadas por ele, sobretudo o uso de sessões curtas. Naquele mesmo ano, Lacan se demitiu dessa instituição com outros psicanalistas e juntos fundaram a Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP).
- ² O vocábulo **imago** utilizado por Lacan (1938/2002) inscreve no inconsciente os dois núcleos da representação do modelo familiar: matriarcado e patriarcado. Segundo o Roudinesco & Plon (1998), imago deriva da psicologia junguiana e refere-se a um protótipo inconsciente de personagens, designando a maneira como o sujeito apreende o outro, sendo elaborado a partir das primeiras relações intersubjetivas reais e fantasmáticas com os componentes do círculo familiar.

Recebido em 10 de novembro de 2019
Aceito para publicação em 4 de agosto de 2020

CONTRIBUIÇÕES PSICANALÍTICAS PARA O TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/ HIPERATIVIDADE: UMA REVISÃO DA LITERATURA

*Ana Paula Mucha Tonetto**

*Valeria Barbieri***

*Marcela Lança de Andrade****

*Claire Squires*****

RESUMO

O Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade é considerado o principal transtorno do neurodesenvolvimento em crianças. A etiologia não é bem descrita, permitindo o estabelecimento de várias hipóteses causais. A psicanálise ajuda a compreender essas realidades psíquicas como resultado de um complexo jogo de fatores inconscientes e da realidade, levando em conta aspectos biológicos e sociais. Para esta revisão, os descritores “Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade” e “Psicanálise” foram utilizados em três idiomas (português, inglês e espanhol). Foram selecionados 32 artigos entre janeiro de 2006 e fevereiro de 2018, nas bases de dados Lilacs, Pubmed,

* Doutoranda e Mestre em Psicologia pela FFCLRP-USP. Psicóloga e pesquisadora do LAPIAF-USP. Especialista em Psicologia Clínica na Saúde Reprodutiva da Mulher pela UNICAMP. Graduada em Psicologia pela UNESP.

** Professora associada da FCLRP-USP. Mestre e doutora em Psicologia Clínica pelo IPUSP. Pós-doutora em Psicologia Clínica e Psicanálise (Universidade de Paris-7). Coordenadora do LAPIAF-USP.

*** Doutora e Mestre pela FFCLRP-USP. Psicóloga pela UNESP. Psicóloga judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e docente da Faculdades ITES/Taquaritinga- SP.

**** Psychiatre, psychanalyste et en pédopsychiatrie à la maternité de Melun et au Centre médico-psychologique (77) et à l'hôpital Cochin. Maître de conférences à l'Université et Directeur de recherches. Université Paris Diderot SPC UFR Études psychanalytiques. Membre titulaire du Centre de Recherches Psychanalyse, Médecine, Société. Membre du Conseil scientifique de l'Université Paris 7, collège des B. Membre du Conseil d'UFR Études Psychanalytiques depuis 2014.

Embase e Scopus. Observou-se o aumento de estudos que relacionam o Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade à Psicanálise, bem como um crescimento no desenvolvimento de estratégias terapêuticas nas diferentes teorias psicanalíticas.

Palavras-chave: Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade; Psicanálise; Revisão; TDAH.

PSYCHOANALYTIC CONSIDERATIONS ABOUT ATTENTION DEFICIT /HYPERACTIVITY DISORDER: A LITERATURE REVISION

ABSTRACT

Attention Deficit Hyperactivity Disorder is considered the main neurodevelopmental disorder in children. The etiology is not well described, allowing the establishment of several causal hypotheses. Psychoanalysis helps to understand these psychic realities as a result of a complex game of unconscious factors and reality, taking into account biological and social aspects. For this review, the descriptors "Attention deficit hyperactivity disorder" and "Psychoanalysis" were used in three languages (Portuguese, English and Spanish). A total of 32 articles were selected between January 2006 and February 2018, in the Lilacs, Pubmed, Embase and Scopus databases. There was an increase in studies that relate Attention Deficit Hyperactivity Disorder to Psychoanalysis, as well as a growth in the development of therapeutic strategies in different psychoanalytic theories.

Keywords: Attention deficit hyperactivity disorder; Psychoanalysis; Revision; ADHD.

CONSIDÉRATIONS PSYCHANALYTIQUES SUR LE TROUBLE TROUBLE DU DÉFICIT DE L'ATTENTION /HYPERACTIVITÉ: UNE REVUE DE LA LITTÉRATURE

RÉSUMÉ

Le Trouble déficitaire de l'attention avec hyperactivité est considéré comme le principal trouble neurodéveloppemental chez les enfants. L'étiologie n'est pas bien décrite, ce qui permet d'établir plusieurs hypothèses causales. La psychanalyse aide à appréhender ces réalités psychiques à la suite d'un jeu complexe de facteurs inconscients et de réalité, prenant en compte les aspects biologiques et sociaux. Pour cette revue, les descripteurs «Trouble déficitaire de l'attention avec hyperactivité» et «Psychanalyse» ont été utilisés en trois langues (portugais, anglais et espagnol). Au total, 32 articles ont été

sélectionnés entre janvier 2006 et février 2018, dans les bases de données Lilacs, Pubmed, Embase et Scopus. Il y a eu une augmentation des études qui rapportent le trouble déficitaire de l'attention avec hyperactivité à la psychanalyse, ainsi qu'une croissance dans le développement de stratégies thérapeutiques dans différentes théories psychanalytiques.

Mots clés: Trouble déficitaire de l'attention avec hyperactivité ; Psychanalyse; Passer en revue; TDAH.

INTRODUÇÃO

O Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) é atualmente um dos temas mais debatidos em relação a crianças em idade escolar, sendo considerado o principal distúrbio psicológico infantil (Rodrigues & Leite, 2016). O TDAH é formado por um quadro composto de sinais e sintomas comportamentais relacionados à desatenção, à hiperatividade e à impulsividade. É considerado um transtorno complexo, cuja etiologia não está bem descrita, permitindo o estabelecimento de várias hipóteses causais. As evidências sugerem que fatores ambientais e genéticos estão associados ao aumento da suscetibilidade ao esse quadro (Hora, Silva, Ramos, Pontes & Nobre, 2015).

Atualmente o diagnóstico de TDAH é um desafio, pois várias outras doenças podem apresentar sinais e sintomas de alerta comuns a ele, como a Dislexia e a Deficiência Intelectual. Além disso, ele aumenta as possibilidades de desenvolvimento de algumas comorbidades, como o Transtorno Opositor Desafiante, o Transtorno da Conduta, o Transtorno Bipolar e a Depressão (Machado et al., 2014; Alves, Neme & Cardia, 2015; Dias & Badin, 2015).

Em decorrência desses desafios, o próprio termo que nomeia o transtorno passou por diversas modificações. A tabela 1 apresenta uma perspectiva temporal das principais nomenclaturas e o contexto histórico do transtorno ao longo dos anos.

Tabela1: Nomenclatura para o TDAH ao longo do tempo (APA, 2014; Martins et al., 2014):

Ano	Nomenclatura	Contexto histórico
1940	Lesão cerebral mínima	Não foi aceito pela dificuldade de confirmação de uma lesão
1960	Disfunção cerebral mínima	Proposto pelo DSM-1. Alterou a ideia de estrutura para função
1968	Reação Hipercinética da Infância e da Adolescência	Proposto pelo DSM-2 que não definiu critérios de diagnóstico
1980	Transtorno de Déficit de Atenção	Proposto pelo DSM-3. Incluiu a condição de desatenção e impulsividade associada ou não à hiperatividade
1980	Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade	Declaração aprovada durante a revisão do DSM-3
1994	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade	Proposto pelo DSM-4. Inclui critérios diagnósticos bem estabelecidos
2014	Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade	Proposto pelo DSM-5

(APA, 2014; Martins *et al.*, 2014)

Existem dois principais conjuntos de critérios diagnósticos de uso corrente para o TDAH: um deles foi baseado na Classificação Internacional de Transtornos Mentais e Comportamentais, 10ª revisão – CID-10 (OMS, 1993), e o outro baseado nos critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais – DSM 5ª edição (APA, 2014). De acordo com a CID-10, o diagnóstico desse transtorno requer níveis anormais de hiperatividade, desatenção e impulsividade durante pelo menos seis meses. O DSM 5 (APA, 2014) considera o TDAH como parte do grupo de Transtornos do Neurodesenvolvimento, definido por níveis prejudiciais de desatenção, desorganização e/ou hiperatividade-impulsividade e cita cinco critérios a serem considerados no seu diagnóstico. Ainda, determina três subtipos de TDAH: de apresentação combinada, quando ambos os critérios de desatenção e hiperatividade são preenchidos nos últimos seis meses; de apresentação predominantemente

desatenta, quando os critérios de desatenção são preenchidos nos últimos seis meses; e de apresentação predominantemente hiperativa/impulsiva, quando o critério de hiperatividade é preenchido nos últimos 6 meses. É possível também classificar o TDAH nos graus leve, moderado ou grave, de acordo com a intensidade do comprometimento.

Alguns pesquisadores questionam os critérios utilizados pelo DSM 5 (APA, 2014) para o diagnóstico do TDAH, porque os consideram demasiado abrangentes, de forma que quase todas as pessoas podem neles se enquadrar, uma vez que sinais de ansiedade e desatenção são características favorecidas pelo estilo de vida globalizado e capitalista. Portanto, a classificação do DSM 5 (APA, 2014) passaria por um viés cultural atual. Eles sustentam que o referido transtorno seria o resultado de uma junção de dificuldades familiares, sociais e da esfera médica e educacional (Mariotto, 2012; Neto & Santos, 2013; do Couto & Castro, 2015).

Estudos populacionais sugerem que o diagnóstico de TDAH está presente na maioria das culturas, em cerca de 5% das crianças e 2,5% dos adultos (APA, 2014). As taxas de prevalência são bastante variáveis, mas estima-se que de 8% a 12% das crianças no mundo apresentam TDAH.

Historicamente, o TDAH sempre foi diagnosticado com mais frequência nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália do que na Europa. Isso ocorre, provavelmente, porque as perspectivas teóricas e as práticas diagnósticas não são as mesmas nesses locais. Em geral, os norte-americanos consideram o TDAH como um transtorno de desenvolvimento, enquanto os europeus o compreendem mais como uma manifestação de dificuldades comportamentais. Contudo, pesquisas epidemiológicas recentes mostram que essas diferenças de prevalência diminuíram, pois a atual utilização do DSM contribuiu para uma harmonização das práticas diagnósticas, tanto na pesquisa, quanto no âmbito clínico (Dumas, 2011). Segundo dados da Associação Brasileira de Déficit de Atenção (ABDA), entre 3% e 5% das crianças brasileiras sofrem com o TDAH; dentre essas crianças, 60% a 85% permanecem com o transtorno na adolescência (Cheida & Monteiro, 2014).

A proporção da incidência entre gêneros varia, sendo maior no sexo masculino. Não existe, todavia, nenhuma explicação científica de qualquer área de pesquisa para lançar luz sobre essa maior vulnerabilidade do sexo

masculino. Há apenas a suposição de que os meninos são encaminhados mais frequentemente para tratamento do que as meninas por desenvolverem também problemas de conduta e, assim, preocuparem mais seus cuidadores e professores (Benczik, 2010). É possível também que as meninas sejam subdiagnosticadas por apresentarem com maior frequência o TDAH com predomínio do tipo desatento, e por terem poucos sintomas de agressividade/impulsividade. Por essas reações, os sintomas das meninas teriam menor impacto em seu ambiente social, e elas seriam encaminhadas para tratamento com menor frequência (Rohde & Halpern, 2004).

O tratamento do TDAH requer uma abordagem ampla e multidisciplinar. Os enfoques terapêuticos mais utilizados incluem a educação sobre o transtorno para todos os que têm contato com a criança, como família e professores, o uso de fármacos para a criança e as intervenções psicoterápicas com ela e com a família. O tratamento pode ser oferecido de forma contínua, considerando os diferentes contextos e pessoas com quem essas crianças convivem. O uso de fármacos é prescrito na maioria dos casos; trata-se de medicamentos de primeira linha para tratamento do TDAH em crianças em idade escolar, adolescentes e adultos. O aumento recente nas vendas desses fármacos no mundo e no Brasil atraiu a atenção da comunidade para a possibilidade de tratamento excessivo (Itaborahy & Ortega, 2013). Para o cuidado terapêutico medicamentoso do TDAH a principal substância utilizada é o metilfenidato, que é um estimulante comercializado desde os anos 50 na Suíça (onde foi sintetizado), na Alemanha e nos Estados Unidos. Todavia, foi somente a partir de sua associação com o TDAH que suas vendas aumentaram, tornando-se o estimulante mais consumido no mundo.

Em relação a outras possíveis abordagens para explicar a etiologia do TDAH, a psicanálise é citada na segunda edição do DSM. A partir desta teoria, são agrupados os problemas de hiperatividade, agitação, distração e falta de atenção sob a denominação diagnóstica de *reação hipercinética da infância*. No entanto, o DSM 2 postula não apenas que a criança hiperativa “reage” às circunstâncias de vida que a afetam, mas também que se protege delas, recorrendo aos sintomas do transtorno como forma de defesa.

Corroborando com esse posicionamento, sob a influência da abordagem psicanalítica, Ajuriaguerra (1970) apresentou as dimensões

psicológicas e psicossociais da hiperatividade. Ela postulou que, para se protegerem contra sentimentos invasivos de ansiedade difusa, de frustração ou de revolta, certas crianças desenvolvem diversos sintomas de TDAH, quase sempre em um contexto relacional bastante conflituoso.

O DSM 3, no entanto, abandonou a orientação psicanalítica e passou a enfatizar a dificuldade de atenção, renomeando-a como *Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade*. As edições mais recentes do DSM sofreram revisões e atualmente o diagnóstico é feito a partir de uma abordagem multidimensional baseada em listas de sintomas. Porém os diagnósticos psiquiátricos baseados nesses manuais possuem bases biológicas de análise em vez da descrição causal dos sintomas sentidos pelos sujeitos (Cheida e Monteiro, 2014).

Dessa forma, tratando-se de um diagnóstico comum na vida de várias crianças, faz-se necessário ultrapassar a descrição exclusiva do transtorno e seus sintomas, para compreender o impacto que as crianças sofrem quando apresentam e quando são enquadradas em tais características, pois estas podem limitar a expressão das suas vivências individuais e também as de suas famílias. É importante, portanto, considerar as particularidades de cada contexto familiar e social para alcançar um entendimento abrangente desse sofrimento. Esta visão é possibilitada por meio do olhar psicanalítico, que lança luz sobre cenários outros que não aqueles considerados no momento de um diagnóstico puramente descritivo.

Assim, diante da importância da prevalência do TDAH nos últimos anos principalmente na população infantil, do sofrimento que ele gera nas crianças e suas famílias, das dificuldades relativas ao seu diagnóstico e de uma possível hipermedicalização nos seus tratamentos, este trabalho pretende realizar uma revisão de literatura para conhecer e analisar os estudos que buscaram uma compreensão psicanalítica do TDAH, uma vez que a consideração da experiência e do significado dos sintomas a ele associados, que essa abordagem possibilita, proporcionaria um entendimento mais abrangente a seu respeito, passível de abrir vias diversificadas para tratamentos mais compatíveis com as necessidades dos pacientes, acompanhados ou não de medicação.

MÉTODO

Realizou-se uma revisão de literatura com os seguintes descritores, em português, inglês e espanhol: “Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade” (Attention Deficit Disorder with Hyperactivity/Trastorno por Déficit de Atención con Hiperactividad) e “Psicanálise” (Psychoanalysis/Psicoanálisis). Foram selecionados artigos a partir de janeiro de 2006 até fevereiro de 2018. Optou-se por selecionar os artigos dos últimos 15 anos por serem mais atuais e porque a partir desta data o número de trabalhos a respeito dessa condição clínica aumentou consideravelmente.

Não foram incluídos na busca outros descritores que se relacionavam ao TDAH relativos às mudanças na sua terminologia, conforme descrito na tabela 1, pois o descritor “Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade” selecionado no portal BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) já abarcava uma série de sinônimos, como *Disfunção Encefálica Mínima, Síndrome Hipercinética, Disfunção Cerebral Mínima, Transtorno de Hiperatividade e Falta de Atenção, Transtorno de Hiperatividade e Déficit de Atenção, Transtorno do Déficit de Atenção, Transtorno da Falta de Atenção, Transtorno da Falta de Atenção com Hiperatividade, TDAH e ADHD*. Portanto, o descritor utilizado neste trabalho já abarcava as denominações anteriores do transtorno.

As bases de dados escolhidas para as buscas foram: LILACS, que abarca a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde; PUBMED, literatura relacionada à Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos; EMBASE, relacionada às publicações europeias e SCOPUS, a maior fonte referencial de literatura técnica e científica revisada por pares.

RESULTADOS

Foram encontrados 97 artigos com todas as combinações possíveis dos descritores, no período selecionado para as buscas de 2006 a 2018. Destes, foram selecionados para compor essa revisão 32 artigos. Foram excluídos 65 artigos por tratarem do TDAH relacionado ao campo das neurociências, à farmacologia, outras perspectivas teóricas que não a Psicanálise, e associado a outras psicopatologias (transtorno borderline, transtorno bipolar). Os resultados foram descritos na tabela abaixo:

Tabela 2: Números de artigos encontrados e selecionados:

Descritores	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (+ descritor em inglês e espanhol) (2006-2018)	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade AND Psicanálise (+ descritores em inglês e espanhol)	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade AND Psicanálise (+ descritores em inglês e espanhol) (2006-2018)	Repetidos ou fora da área de interesse*	TOTAL
Lilacs	489	27	26	10	16
Pubmed	20.937	13	8	5	3
Embase	853	25	25	16	9
Scopus	18.388	57	38	34	4
TOTAL	40.667	122	97	65	32

* Foram excluídos por tratarem-se do TDAH relacionado a: neurociências, farmacologia, outras perspectivas teóricas, a outras psicopatologias (transtorno borderline, transtorno bipolar).

A referência dos artigos e as respectivas bases de dados em que eles foram identificados encontram-se na tabela 3:

Tabela 3: Artigos selecionados de acordo com a base de dados:

Bases de dados	Referências dos artigos
LILACS	da Silva Moreira, A. & Coutinho, L. G. (2018). Efeitos da medicalização na travessia adolescente. <i>Revista de Psicologia</i> , 9(1).
	do Couto, D. P. & de Castro, J. E. (2015) Da higiene mental à higiene química: contribuições para um contraponto entre a criança tomada como objeto pelo higienismo e como sujeito de sua verdade pela psicanálise. <i>Cad. Psicanál.</i> , v. 37, n. 32, p. 135-157, jan./jun.
	Lebovic, A. (2014). “El Juego del engaño” vicisitudes de un tratamiento psicoanalítico con un niño con una patología grave. <i>Rev. univ. psicoanál.</i> , 14, 57-70.
	Calvo, M. A. (2013). Psicoanálisis y TDAH: el origen de la hiperactividad y los problemas de atención en las vivencias primeras. <i>Cuadernos de psiquiatría y psicoterapia del niño y del adolescente</i> , (56), 17-24.
	Matos, R. P. C. (2013). Elementos para entender o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: TDAH. <i>Estilos da Clínica</i> , 18(2), 342-357.

Continua...

Tabela 3: Continuação.

Bases de dados	Referências dos artigos
	Neto, F. K. & Santos, R. A. N. (2013). TDAH e o Neurocentrismo: reflexões acerca dos sintomas de desatenção e hiperatividade e seu lugar no registro das bioidentidades. <i>Vínculo</i> , 10(1), 38-44.
	Brant, L. C. & Carvalho, T. R. F. (2012). Metilfenidato: medicamento gadget da contemporaneidade. <i>Interface</i> , 16(42), 623-36.
	Mariotto, R. M. M. (2012). Considerações teórico-clínicas sobre a hiperatividade em crianças. <i>Assoc. psicanal. Curitiba</i> , 24: 105-115, jun.
	Conway, F. (2012). Psychodynamic psychotherapy of ADHD: A review of the literature. <i>Psychotherapy</i> , 49(3), 404.
	Legnani, V. N. (2012). Efeitos imaginários do diagnóstico de TDAH na subjetividade da criança. <i>Fractal: Revista de Psicologia</i> , 24(2), 307-322.
LILACS	França, M. T. B. (2012). Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): ampliando o entendimento. <i>Jornal de Psicanálise</i> 45 (82), 191-207.
	Lopes, A. C. D. (2012). Mamãe faz cem anos. O TDAH e a atualidade da mãe devoradora. <i>aSEPHallus</i> , 7(13), 85-95.
	Araya, S. (2011). La función de atención interferida por una configuración específica de la escena primaria en la mente materna. <i>Rev. chil. psicoanal</i> , 28(1), 104-112.
	Dias, E. O. (2011). A infância na psicanálise winnicottiana. <i>Rev. psicanal</i> , 18(2), 375-395.
	Lopes, A. C. D. (2009). TDAH: um apelo ao pai? <i>Tempo psicanal.</i> ; 41(2): 313-328.
	Legnani, V. N. & Almeida, S. F. C. D. (2009). Hiperatividade: o "não-decidido" da estrutura ou o "infantil" ainda no tempo da infância. <i>Estilos da clínica</i> , 14(26), 14-35.
	Salomonsson, B. (2017). Interpreting the inner world of ADHD children: psychoanalytic perspectives. <i>International journal of qualitative studies on health and well-being</i> , 12(sup1), 1298269.
PUBMED	Günter, M. (2014). Attention deficit hyperactivity disorder (ADHD): An affect-processing and thought disorder?. <i>The International Journal of Psychoanalysis</i> , 95(1), 43-66.
	Thisted, J. A. (2011). [Psychoanalysis and social anthropology]. <i>Vertex (Buenos Aires, Argentina)</i> , 23(105), 364-368.
	Laidlaw, C. & Howcroft, G. (2015). Encountering a cartwheeling princess: relational psychoanalytic therapy of a child with attachment difficulties and ADHD. <i>Journal of Child & Adolescent Mental Health</i> , 27(3), 227-245.
EMBASE	Adrian, V. (2014, June). ADHD: The relevance of associating pharmacotherapy and psychodynamic psychotherapy? In <i>Annales Medico-Psychologiques</i> (Vol. 172, No. 4, Pp. 246-253). 21 Street Camille Desmoulins, Issy, 92789 Moulinaux Cedex 9, France: Masson Editeur.

Continua...

Tabela 3: Continuação.

Bases de dados	Referências dos artigos
	Chrzan-Dętko, M. (2013). In search of a meaning - Psychodynamic therapy with children experiencing externalizing disorders. <i>Psychotherapia</i> , vol 3, 61-69.
	Petermann, F, Lehmkuhl, G. (2012). [ADHD and conduct disorder: trends in diagnosis and therapy]. <i>Praxis der Kinderpsychologie und Kinderpsychiatrie</i> . 61 (7), pp. 512-523.
	Pozzi-Monzo, M. (2012). Ritalin for whom? Revisited: further thinking on ADHD. <i>Journal of Child Psychotherapy</i> , 38(1), 49-60.
EMBASE	Chambry, J., Billard, C., Guinard, M., Lacaze, E., Idiart, M. E., Delteil-Pinton, F., & Cohen, D. L. A. (2011). [Attention deficit disorder: multidisciplinary observational study over 1 year]. <i>L'Encephale</i> , 37(3), 180-190.
	Jones, B. & Allison, E. (2010). An integrated theory for attention-deficit hyperactivity disorder [ADHD]. <i>Psychoanalytic Psychotherapy</i> , 24(3), 279-295.
	Sugarman, A. (2010). Convergences and divergences in treatments of so-called ADHD children. <i>The International Journal of Psychoanalysis</i> , 91(2), 395-398.
	Van Woerden, P. (2009). Especially ADHD subtype in brave "good" girls is better recognized: Disclosure of ADHD is becoming more successful. <i>Pharmaceutisch Weekblad</i> , vol 144(6), 12-17.
	Waska, R. (2014). Attention deficit disorder or object detachment disorder: a brief psychoanalytic case study. <i>Psychoanalytic review</i> , 101(3), 367.
SCOPUS	Mellier, D. (2013). Toddler's agitation, a review of literature. <i>Neuropsychiatrie de l'Enfance et de l'Adolescence</i> ; Vol 61(3), 160-165.
	Renard, U. (2012). L'invention de l'hyperactivité: quand le test confirme la nosographie et vice-versa. <i>Figures de la psychanalyse</i> , (2), 87-97.
	Yanof, J. A. (2011). Treating children with affect dysregulation. Discussion of Dr. Wendy Olesker's analysis of Matt. <i>The Psychoanalytic study of the child</i> , 66, 109-121.

Verificou-se que as publicações relacionadas ao TDAH e Psicanálise aumentaram nos últimos 12 anos, sendo que grande parte desses artigos foram publicados em 2012 e eram de diferentes nacionalidades, com destaque para o Brasil (América Latina) e Europa. As revistas identificadas eram das áreas da psicologia ou psicanálise, algumas voltadas para crianças e adolescentes, e os trabalhos dividiram-se entre estudos de caso, teóricos (em maior número) e uma revisão bibliográfica. As publicações eram de autores e instituições diferentes, com exceção de uma pesquisadora que publicou dois artigos nesse período (Lopes, 2009 & Lopes, 2012).

Tabela 4: Detalhamento dos artigos quanto ao ano, autoria, tema, tipo de estudo, referencial teórico, país e revista.

título	ano	autor	tema	Empírico / teórico / relato de experiência/histórico	Referencial teórico	Campo do conhecimento	País da publicação	Nome da revista
1 Efeitos da medicalização na travessia adolescente.	2018	Amanda da Silva Moreira e Luciana Gageiro Coutinho	<p>Pensar os efeitos da hegemonia do atual discurso médico-científico sobre o processo da adolescência, a partir da apresentação e discussão do caso de um jovem de 17 anos que através de um projeto de pesquisa-intervenção.</p> <p>A partir da psicanálise, pretendeu-se analisar de que modo o mal-estar apresentado pelo jovem dentro de uma categorização diagnóstica medicalizante reforça a sua dificuldade em se engajar no trabalho de subjetivação, que lhe permitiria assumir uma posição desejante e construir um discurso próprio sobre si mesmo.</p>	Relato de experiência	Psicanalítico Lacaniano	Psicologia Psicanálise	Brasil	Revista de psicologia (UFC)
2 Da higiene mental à higiene química: contribuições para um contraponto entre a criança tomada como objeto pelo higienismo e como sujeito de sua verdade pela psicanálise	2015	Daniela Paula do Couto Júlio Eduardo de Castro	<p>Como a influência do saber médico-científico, difundido nos moldes do discurso universitário, é exercida sobre a criança. As fobias e as inibições, sintomas antes prevalentes na infância, cederam lugar à hiperatividade e à desatenção. A angústia que acompanha tais sintomas sofreu uma mutação: a criança que se recolhia, agora se agita. Enquanto o saber médico-científico tenta conter essa agitação por via medicamentosa, a psicanálise, com base em sua ética, se coloca como contraponto às abordagens higienistas e escuta a criança em sua singularidade.</p>	Teórico	Psicanalítico Lacaniano	Psicologia Psicanálise	Brasil	Cad. Psicanál. CPRJ

Continua....

Tabela 4: Continuação.

título	ano	autor	tema	Empírico / teórico / relato de experiência/ histórico	Referencial teórico	Campo do conhecimento	País da publicação	Nome da revista
3 “El Juego del engaño” vicisitudes de un tratamiento psicoanalítico con un niño con una patología grave	2014	Ariana Lebovic	O nome TDAH engloba modos de funcionamento psíquicos diferentes (abre margem para muitos diagnósticos). O diagnóstico nega a multiplicidade de causas que envolvem tal diagnóstico .	Relato de experiência	Psicanalítico	Psicologia	Argentina	Revista universitaria de psicoanálisis
4 Psicoanálisis y TDAH el origen de la hiperactividad y los problemas de atención en las vivencias primeras.	2013	Mónica Avellón Calvo	Crianças acometidas por TDAH têm dificuldade para tolerar a frustração e a espera. A ausência da mãe não é elaborada por essas crianças (por terem existido dificuldades na relação entre a mãe e o bebê no início da vida) então essas crianças evacua a tensão através do movimento e utilizando defesas primitivas.	Relatos de experiências	Psicanalítico	Psiquiatria	Espanha	Cuadernos de psiquiatria y psicoterapia del niño y del adolescente
5 Elementos para entender o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade - TDAH	2013	Roberto Pires Calazans Matos	Este artigo apresenta alguns elementos que podem permitir uma melhor compreensão do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. O primeiro elemento é determinar a função perturbada - a consciência - e a semiologia clássica dessa função; o segundo, apontar para uma ideologia naturalista que sustenta o diagnóstico em termos de transtorno; o terceiro é a maneira pela qual a psicanálise considera a consciência; e o quarto, uma breve consideração sobre como a inibição em Freud e Lacan podem auxiliar no entendimento desse transtorno.	Teórico	Psicanalítico Lacaniano	Psicologia	Brasil	Estilos da clínica

Continua....

Tabela 4: Continuação.

título	ano	autor	tema	Empírico / teórico / relato de experiência/histórico	Referencial teórico	Campo do conhecimento	País da publicação	Nome da revista
6 TDAH e o Neurocentrismo: reflexões acerca dos sintomas de desatenção e hiperatividade e seu lugar no registro das bioidentidades	2013	Fuad Kyrillos Neto e Rodrigo Afonso Nogueira Santos	Conclui-se que o corpo se constitui no refúgio da razão diagnóstica sustentada pelo DSM e apresenta-se a proposta de uma clínica que valorize a escuta do sintoma da criança como forma de produção que é singular, em alternativa à medicalização das manifestações desatentas e hiperativas na infância.	Teórico	Psicanalítico	Psicologia	Brasil	Vínculo
7 Metilfenidato: medicamento gadget da contemporaneidade	2012	Luiz Carlos Brant e Tales Renato Ferreira Carvalho	No caso do TDAH inventou-se, primeiro, o remédio e, depois, a doença. Conclui ser o metilfenidato mais uma invenção da contemporaneidade. Um objeto de consumo curto e rápido, parceiro conectável e desconectável ao alcance das mãos, tornando-se dispositivo de prazeres efêmeros, fabricado e comercializado como medicamento.	Teórico	Psicanalítico e filosófico	Psicologia	Brasil	Interface: comunicação, saúde e educação
8 Considerações teórico-clínicas sobre a hiperatividade em crianças	2012	Rosa Maria Marini Mariotto	O TDAH vai além dos vetores psicanalíticos que situam a hiperatividade nas questões parentais. Propõe uma discussão quanto ao diagnóstico baseado no DSM e em questões da contemporaneidade.	Teórico	Psicanalítico Lacaniano	Psicologia	Brasil	Assoc. Psicanal. Curitiba Rev.
9 Psychodynamic psychotherapy of ADHD: A review of the literature.	2012	Francine Conway	Pesquisa que avaliou estudos de caso, relatórios de pesquisa e realizou uma revisão que forneceu dados para orientar os psicoterapeutas psicodinâmicos em seu tratamento de crianças com TDAH.	Teórico	Psicanálise	Psicoterapia psicanalítica	Estados Unidos	Psychotherapy

Continua....

Tabela 4: Continuação.

título	ano	autor	tema	Empírico / teórico / relato de experiência/ histórico	Referencial teórico	Campo do conhecimento	País da publicação	Nome da revista
10 Efeitos imaginários do diagnóstico de TDA/H na subjetividade da criança	2012	Viviane Neves Legnani	Aponta para o TDAH como a junção de dificuldades parentais, sociais e da esfera médica e educacional.	Relato de experiência	Psicanálise	Psicologia	Brasil	Fractal: revista de psicologia
11 Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): ampliando o entendimento	2012	Maria Thereza de Barros França	Crianças com TDAH apresentam prejuízos na construção da sua subjetividade, pela dificuldade de evolução das sensações às emoções, das percepções às representações, do corporal ao psíquico. Ao entrarem em ansiedade as crianças com TDAH desorganizam-se internamente.	Teórico	Psicanálise	Psicanalítico	Brasil	Jornal de Psicanálise
12 Mamãe faz cem anos. O TDAH e a atualidade da mãe devoradora	2012	Ana Carolina Duarte Lopes	Aponta para o sintoma como uma fragilidade do Nome-do-Pai diante do "devorador" Desejo da Mãe. O corpo que se movimenta em excesso e a falta de interesse por tudo dizem respeito ao sofrimento da criança que, de alguma maneira, tenta se proteger das demandas maternas que lhe são feitas.	Relato de experiência	Psicanálise Lacaniana	Psicologia	Brasil	aSEPHallus UFRJ
13 La función de atención interferida por una configuración específica de la escena primaria en la mente materna	2011	Jayne S. Araya	Aponta para a necessidade de observar as relações iniciais entre a mãe e o bebê para a compreensão da manifestação do TDAH.	Teórico	Psicanálise	Psicanálise	Chile	Revista chilena de psicoanálisi

Continua....

Tabela 4: Continuação.

título	ano	autor	tema	Empírico / teórico / relato de experiência/histórico	Referencial teórico	Campo do conhecimento	País da publicação	Nome da revista
14 A infância na psicanálise winnicottiana.	2011	Elsa Oliveira Dias	Falhas ambientais no período de latência fazem parte da etiologia do TDAH	Teórico	Psicanálise Winnicottiana	Psicanálise	Brasil	Revista de psicanálise
15 TDAH: um apelo ao pai? 2009	2009	Ana Carolina Duarte Lopes	Pensa o TDAH como um apelo o pai, ou seja, como a busca de um ordenador simbólico. Infância como uma posição subjetiva em construção e não como uma neurose estabelecida. Assim, o TDAH seria uma apropriação da farmacologia e da medicina de algo que diz respeito ao campo subjetivo.	Teórico	Psicanálise Lacaniana	Psicanálise	Brasil	Tempo psicanalítico
16 Hiperatividade: o “não-decidiado” da estrutura ou o “infantil” ainda no tempo da infância	2009	Viviane Neves Legnani e Sandra Francesca Conte de Almeida	A intervenção do psicanalista não pode deixar de focalizar e analisar os efeitos das relações familiares, institucionais e sociais do ambiente escolar na posição subjetiva da criança diagnosticada com TDAH.	Relato de experiência	Psicanálise	Psicologia	Brasil	Estilos da clínica
17 Interpreting the inner world of ADHD children: psychoanalytic perspectives.	2017	Björn Salomonsson	O TDAH é cada vez mais visto como associado à disfunção cerebral e causado por ela. Embora seja necessária uma pesquisa muito mais sistemática para estabelecer a eficácia da psicanálise, ela pode lançar luz sobre as conexões entre o mundo interior e os sintomas, como déficits de atenção, hiperatividade e impulsividade. O tratamento psicanalítico é uma das várias abordagens para entender o TDAH e ajudar a criança a lidar com isso.	Teórico	Psicanálise	Psicanálise	Suécia	International journal of qualitative studies on health and well-being

Continua....

Tabela 4: Continuação.

título	ano	autor	tema	Empírico / teórico / relato de experiência / histórico	Referencial teórico	Campo do conhecimento	País da publicação	Nome da revista
18 Attention deficit hyperactivity disorder (ADHD): An affect-processing and thought disorder?	2013	Michael Günter	Na literatura sobre criança e a psicanálise adolescente, atenção e hiperatividade, ou seja, o TDAH é descrito como uma síndrome complexa com características psicodinâmicas variadas. Três categorias são distinguidas: 1. um distúrbio das relações de objeto inicial, resultando no desenvolvimento de uma organização de defesa maníaca, não trabalhando ou simbolizando os receios de perda de objeto e emoções depressivos, que são organizadas pelo corpo; 2. uma desordem na triangulação, em que a ocupação da posição do pai permanece instável; Estruturas que podem fornecer pouco apoio, alternando com excitação excessiva que afetam a regulação são prejudicadas; 3. estresse emocional atual ou trauma. Aborda a dificuldade no reconhecimento de símbolos, no processamento das informações e no modo como o paciente utiliza as defesas (narcisicamente).	Teórico	Psicanálise	Psicanálise	Alemanha	Institute of Psychoanalysis The International Journal of Psychoanalysis
19 [Psychoanalysis and social anthropology].	2012	Jens Ariel Thisted	Estudo etnográfico, que apontou para a necessidade de analisar a criança com TDAH a partir da sua individualidade e não propor um modelo padrão de causas e comportamentos.	Relato de experiência (etnografia)	Psicanálise e Antropologia	Psiquiatria	Argentina Buenos Aires	Revista Argentina de Psiquiatria

Continua....

Tabela 4: Continuação.

título	ano	autor	tema	Empírico / teórico / relato de experiência/histórico	Referencial teórico	Campo do conhecimento	País da publicação	Nome da revista
20 Encountering a cartwheeling princess: relational psychoanalytic therapy of a child with attachment difficulties and ADHD	2015	Christine Laidlaw e Greg Howcroft	O artigo trata de uma metodologia para ajudar no atendimento de crianças com TDAH. A pesquisadora criou um boneco que atuava como co-terapeuta durante as sessões e com ele recriava situações que a criança vivia, entre outras atividades.	Relato de experiência	Psicanálise Psicoterapia	Psicologia	África do Sul	Journal of Child & Adolescent Mental Health
21 ADHD: The relevance of associating pharmacotherapy and psychodynamic psychotherapy?	2014	Valérie Adrian	TDAH como uma desordem complexa e multifatorial, cujo tratamento pode ser beneficiado por uma abordagem terapêutica envolvendo psicanálise e psicofarmacologia.	Teórico	Psicanálise	Psiquiatria	França	Annales Medico-Psychologiques
22 In search of a meaning - Psychodynamic therapy with children experiencing externalizing disorders	2013	Magdalena Chrzan-Dełkoś	O artigo discute semelhanças no diagnóstico de crianças com TDAH e crianças que foram expostas a traumas na primeira infância e a importância de fazer a diferenciação, uma vez que essas crianças apresentam comportamentos parecidos, como agressividade e agitação. Mostra a eficácia do tratamento psicanalítico para tratar essas questões.	Relato de experiência	Psicanálise Teoria da mentalização de P. Fonagy	Psicologia Psiquiatria	Polônia	Psychoterapia

Continua....

Tabela 4: Continuação.

título	ano	autor	tema	Empírico / teórico / relato de experiência/histórico	Referencial teórico	Campo do conhecimento	País da publicação	Nome da revista
23 [ADHD and conduct disorder: trends in diagnosis and therapy]	2012	Franz Petermann e Lehmkuhl, G.	O artigo avaliou publicações nos países de língua alemã que datam do ano 2010 a 2012, sobre os transtornos de externalização (TDAH e Transtorno de conduta). Observou-se que a preocupação com o Transtorno de Conduta (incluindo psicopatia) aumentou em comparação com a discussão do significado do TDAH.	Teórico	Psicanálise	Psiquiatria Psicologia	Alemanha	Praxis der Kinderpsychologie und Kinderpsychiatrie
24 Ritalin for whom? Revisited: further thinking on ADHD	2012	Maria Pozzi-Monzo	Apresenta a hipótese de que o TDAH se manifesta devido ao entrelaçamento de fatores neuropsicológicos, que desde o nascimento podem ser tratados por meio de intervenções psicológicas, com psicoterapia para pais-bebê e tratamento psicanalítico de crianças.	Teórico	Psicanálise e teoria do apego	Psicologia	Inglaterra	Journal of Child Psychotherapy
25 Attention deficit disorder: multidisciplinary observational study over 1 year	2011	Jean Chambry Et al.	Pesquisa avaliou um grupo de crianças com TDAH que fez psicoterapia de orientação psicanalítica. Como conclusão sugere-se a necessidade de projetos terapêuticos específicos concebidos de acordo com cada criança. Houve uma melhora nos escores dos testes de atenção e execução após as sessões de psicoterapia.	Relatos de experiências	Psicanálise Psicoterapia	Psicologia Psiquiatria	França Paris	L'Encephale

Continua...

Tabela 4: Continuação.

título	ano	autor	tema	Empírico / teórico / relato de experiência/histórico	Referencial teórico	Campo do conhecimento	País da publicação	Nome da revista
26 An integrated theory for Attention-Deficit Hyperactivity Disorder [ADHD]	2010	Barry Jones e Elizabeth Allison	Alerta para a importância de integrar as teorias (biológicas e sociais) para oferecer um cuidado melhor para o paciente acometido por TDAH, uma vez que a falta de uma teoria integrada pode ter consequências adversas para aqueles que tentam tratá-lo.	Teórico	Psicanálise	Psiquiatria	Estados Unidos	Psychoanalytic Psychotherapy
27 Convergences and divergences in treatments of so-called ADHD children	2010	Alan Sugarman	---- não foi possível acessar	reportagem	---- não foi possível acessar	Psiquiatria	Estados Unidos	The International Journal of Psychoanalysis
28 Especially ADHD subtype in brave "good" girls is better recognized: Disclosure of ADHD is becoming more successful	2009	Petra Van Woerden	----- não foi possível acessar	---- não foi possível acessar	---- não foi possível acessar	---- não foi possível acessar	Holanda	Pharmaceutisch Weekblad
29 Attention Deficit Disorder or Object Detachment Disorder: A Brief Psychoanalytic Case Study	2014	Robert Waska	Pacientes com TDAH sofrem por estarem sobrecarregados com uma variedade de conflitos relacionais inconscientes, que criam sintomas de desatenção. Abordagem psicanalítica pode atender e colaborar para a compreensão.	Relato de experiência	Psicanálise	Psicologia Psicanálise	Estados Unidos Califórnia	Psychoanalytic review

Continua....

Tabela 4: Continuação.

título	ano	autor	tema	Empírico / teórico / relato de experiência/ histórico	Referencial teórico	Campo do conhecimento	País da publicação	Nome da revista
30 Toddler's agitation, a review of literature.	2013	Denis Mellier	Revisão da literatura sobre a agitação em crianças entre 1 e 3 anos. A hipótese é de que a agitação resulta de sofrimentos que não são contidos (compreendidos) pela criança e então são expulsos pelo caminho da ação, da função motora. Ressalta a importância da psicoterapia para pais e bebês.	Teórico	Psicologia e Teoria do Apego	Psiquiatria Psicanálise	França	Neuropsychiatrie de l'Enfance et de l'Adolescence
31 L'invention de l'hyperactivité: quand le test confirme la nosographie et vice-versa	2012	Ursula Renard	Ciência atual exclui o sujeito do inconsciente. Utiliza da biotecnologia e entende os transtornos como causas orgânicas. O artigo apresenta uma proposta para o entendimento de acordo com o estágio do espelho.	Teórico	Psicanálise Lacaniana	Psicanálise	França	Figures de la psychanalyse
32 Treating children with affect dysregulation. Discussion of Dr. Wendy Olesker's analysis of Matt.	2012	Judith A. Yanof	Para o atendimento a psicanalista utilizou uma variedade de técnicas não-verbais, de interpretação, de desenvolvimento e de reprodução para ajudar no progresso do menino em seu desenvolvimento. Ela também trabalhou com os pais de forma colaborativa, como parte do processo terapêutico.	Relato de experiência	Psicanálise Psicoterapia	Psicanálise	Estados Unidos	The Psychoanalytic study of the child

DISCUSSÃO

A etiologia, o diagnóstico e o tratamento do TDAH são fonte de muitos questionamentos. Os artigos de abordagem psicanalítica encontrados nesta revisão criticam a compreensão desse transtorno pautada em uma visão biológica reducionista e centrada na identificação de sintomas manifestos (Jones & Allison, 2010; Mariotto, 2012; Matos, 2013; Lebovic, 2014; Neto & Santos, 2013; Günter, 2014; Adrian, 2014).

Nesse contexto, as produções científicas aqui revistas contestam os critérios utilizados pelo DSM para o diagnóstico do TDAH, pois os consideram muito abrangentes, de forma que quase todas as pessoas podem neles se enquadrar em alguma época da vida, uma vez que sinais de ansiedade e desatenção são características favorecidas pelo estilo de vida globalizado e capitalista (Mariotto, 2012; Neto & Santos, 2013; do Couto & de Castro, 2015). Além disso, a ansiedade e a desatenção também estão presentes em várias outras psicopatologias. Logo, as propostas diagnósticas puramente descritivas como as do DSM sofrem por sua falta de especificidade e por sua superficialidade.

Muitos dos autores dos artigos revisados neste estudo também criticaram as classificações propostas sobre o TDAH nas várias edições do DSM porque elas seriam atravessadas por um viés cultural, ignorando que o transtorno corresponderia a uma junção de dificuldades parentais, sociais e da esfera médica e educacional. Nesse âmbito, dificuldades no início da vida são ressaltadas por eles como favorecedoras do surgimento do TDAH (Araya, 2011; Dias, 2011; Pozzi-Monzo, 2012; Chrzan-Dętko, 2013; Calvo, 2013; Günter, 2014), principalmente nas famílias em que há comorbidades como os transtornos disruptivos; no entanto, há controvérsias quanto a este último aspecto.

Desse modo, nos artigos que examinam as relações entre variáveis ligadas ao comportamento parental e o TDAH (Mariotto, 2012; Waska, 2014; Adrian, 2014) é possível identificar duas tendências distintas. A primeira delas pressupõe que a conduta dos pais pode contribuir para a emergência do transtorno e a continuidade dos seus sintomas, estando estes associados ao estresse interativo entre pais e filhos e à adversidade social na família. A segunda tendência enfatiza o componente biológico e genético do TDAH e compreende que o comportamento parental está relacionado apenas ao surgimento das comorbidades associadas como o Transtorno Opositivo Desafiador e o Transtorno da Conduta.

Dias (2011), buscando ultrapassar essa dicotomia, descreve que o TDAH se manifesta como um produto de relações complexas, que envolvem a história de vida, aspectos inconscientes, relacionais, institucionais, sociais, bem como fatores neurobiológicos e genéticos. Nesse cenário, a Psicanálise possibilita analisar essas realidades psíquicas, como resultado de um sofisticado entrelaçamento entre fatores inconscientes e a realidade exterior, tendo em conta os aspectos biológicos e as raízes sociais.

Nos artigos analisados, diferentes vertentes psicanalíticas foram utilizadas como embasamento teórico para a compreensão do TDAH. Dias (2011), a partir da psicanálise winnicottiana, sugere que falhas ambientais no período de latência fazem parte da etiologia desse quadro. Já os artigos de abordagem lacanianiana (Lopes, 2012; Renard, 2009) discutem que os sintomas são uma representação da fragilidade do Nome-do-Pai diante do “devorador” Desejo da Mãe. O corpo hipercinético e o desinteresse/desatenção expressariam o sofrimento da criança que busca se proteger das demandas maternas que lhe são feitas (Lopes, 2012). O TDAH seria, portanto, um apelo ao pai, ou seja, a busca de um ordenador simbólico (Lopes, 2009). Renard (2009), seguindo a mesma direção, apresenta uma proposta para o entendimento desse quadro a partir das vivências relacionadas ao estágio do espelho. Ela alegou que as crianças podem manifestar os sintomas para solicitar o Pai, ainda que de forma inadequada (Lopes, 2009; Lopes, 2012). Diante de tais propostas de compreensão psicanalítica do TDAH que incluem o papel do ambiente familiar no seu favorecimento e sustentação, é sempre relevante evocar que é a dimensão fantasmática que se encontra em jogo e não a realidade exterior em si. Portanto, não se trata necessariamente, no caso das explicações lacanianas, de uma situação familiar real marcada por uma mãe dominante e impositiva e por um pai desvanecido a quem a criança busca recorrer para escapar de um domínio materno opressor. Desse modo, é a experiência afetiva nos relacionamentos que consiste no fator determinante do amadurecimento emocional infantil, saudável ou não. Mesmo em abordagens como a winnicottiana, que levam em conta o ambiente real em que a criança se desenvolve, o conceito de “mãe suficientemente boa” (Winnicott, 1958/2000), implica em uma

relação, visto que ela não necessita ser a própria mãe do bebê e, na mesma família, esse vínculo “suficientemente bom” pode se estabelecer com um filho, mas não com outro. Em síntese, qualquer tentativa de compreensão psicanalítica do TDAH (ou de outro transtorno) requer a recuperação tanto da dimensão fantasmática que o acompanha, mas também a consideração da infinidade de configurações possíveis de se estabelecerem em um relacionamento humano, o que torna cada um deles uma experiência única para os envolvidos. É por essa razão que toda estratégia de tratamento nesta abordagem envolve forçosamente a consideração da singularidade presente em cada caso.

Ainda com relação à etiologia, alguns dos estudos revisados atribuíram a manifestação do TDAH a dificuldades na capacidade de simbolização da criança. Dada essa deficiência, a comunicação permanece no nível corporal, o que leva a criança a fazer uso da agitação como um sintoma motor, sem controle dos gestos, pois há dificuldade para compreender as informações da realidade compartilhada e descobrir como agir nela. Os pacientes acometidos pelo TDAH apresentariam, assim, dificuldade para fantasiar, fazendo uso dos jogos nas sessões de psicoterapia apenas de forma concreta (Yanof, 2011; Mellier, 2013). Diante desses prejuízos na capacidade de expressão, Laidlaw e Howcroft (2015) e Yanof (2011) buscaram desenvolver técnicas para o tratamento em que o brincar ocupa um lugar essencial.

Com relação às propostas para o tratamento do transtorno, os artigos abordaram a importância, como descrevemos, de considerar o sujeito em sua singularidade (Legnani & Almeida, 2009; Jones & Allison, 2010; Chambry *et al.*, 2011; Thisted, 2011; Neto & Santos, 2013; do Couto & de Castro, 2015 e Laidlaw & Howcroft, 2015). A intervenção psicoterápica deve, segundo tais autores, focalizar e analisar a experiência emocional presente nas relações familiares, conforme discutimos, mas também as repercussões institucionais, sociais e do ambiente escolar na posição subjetiva da criança diagnosticada com TDAH e de seus cuidadores. Nesse sentido, o tratamento por meio do método psicanalítico seria apropriado por considerar a intersecção de todos esses fatores na idiossincrasia de cada caso. Nesse contexto, alguns artigos procuraram demonstrar a eficácia da psicoterapia de abordagem psicanalítica para

o tratamento do TDAH (Chambry *et al.*, 2011; Yanof, 2011; Legnani, 2012; Chrzan-Dętko, 2013; Calvo, 2013; Waska, 2014; Lebovic, 2014 e Laidlaw & Howcroft, 2015). Além do cuidado às crianças diagnosticadas, os trabalhos sustentaram ser benéfico que os pais sejam nele incluídos, de modo a compreenderem melhor o sofrimento do filho (Yanof, 2011; Legnani, 2012; Mellier, 2013).

No entanto, apesar de seus benefícios para as crianças, verificou-se que no atendimento psicoterápico nem sempre as intervenções verbais atingem os pacientes, o que causava no analista sentimentos contratransferenciais que o levavam à atuação. Por isso, os estudos mostraram a necessidade de realizar adaptações nas estratégias terapêuticas, no sentido de privilegiar o desenvolvimento da capacidade de simbolização, tanto no relacionamento quanto na transferência (Yanof, 2011; Mellier, 2013). É nesse aspecto que o brincar é fundamental.

Quanto ao uso de medicamentos para o tratamento do TDAH, ele se mostrou controverso nos estudos psicanalíticos aqui revisados. Para alguns dos autores, o metilfenidato, fármaco mais utilizado por ser de consumo curto e rápido, se tornou um produto das necessidades contemporâneas, atendendo as demandas atuais de resoluções rápidas e fáceis para os problemas nas crianças, aumentando as críticas a respeito do seu uso (Lopes, 2009; Brant & Carvalho, 2012). No entanto, Adrian (2014) considera que o emprego concomitante de algum medicamento com a psicoterapia pode atuar como um fator benéfico para os casos em que existe esta necessidade, depois de uma avaliação médica. Nessa mesma direção, Conway (2012) alertou que a realização de um bom diagnóstico é necessária antes da prescrição do medicamento, pois, em seu estudo, um grupo de crianças obteve bons resultados apenas com a psicoterapia psicanalítica sem o uso de medicação. Essa análise judiciosa impediria que o remédio sirva apenas para esconder ou camuflar o que o paciente realmente sente.

Apesar dos bons resultados descritos na literatura, Salomonsson (2017) observou que a psicoterapia psicanalítica muitas vezes é alvo de crítica, podendo ser vista como ineficaz para o tratamento do TDAH. Ele ressaltou que seria necessária uma pesquisa muito mais sistemática para estabelecer a eficácia do método psicanalítico, porém defendeu sua

importância para informar sobre as experiências emocionais da criança. A psicanálise poderia, assim, esclarecer as conexões entre o mundo interior da criança e seus sintomas, tais como déficits de atenção, hiperatividade e impulsividade. O tratamento psicanalítico seria, portanto, uma das várias abordagens para entender o TDAH e ajudar a criança e seus familiares, por se tratar de uma abordagem hermenêutica em cujo contexto o analista interpreta os comportamentos e as comunicações da criança à medida que eles emergem na sessão.

CONCLUSÃO

Nesta revisão bibliográfica encontrou-se um grande número de estudos acerca do TDAH com concepções controversas a respeito do seu diagnóstico, entendimento e tratamento. Apesar de ter havido um aumento de estudos que relacionam o TDAH e a Psicanálise nos últimos anos, assim como um crescimento no desenvolvimento de técnicas para utilizar no processo terapêutico, ainda faz-se necessária a realização de mais estudos e fundamentação, para que possamos avançar neste campo de pesquisa.

Nos artigos revisados, principalmente nos mais recentes, relatou-se a influência, na perspectiva psicanalítica, do ambiente externo para o surgimento do TDAH. Entretanto, apesar de a Psicanálise apontar para os primeiros anos de vida e para o relacionamento com os pais como fatores decisivos no desenvolvimento de eventuais sintomas, não se exclui a importância da genética e dos fatores culturais. Além disso, os relacionamentos familiares devem ser considerados no contexto e singularidade de cada caso e em sua dimensão fantasmática, para que não haja o risco de culpabilizar os pais reais pelo acometimento do TDAH nos filhos.

Considerando os desafios sobre a compreensão da etiologia do TDAH e a sua determinação quanto a ser um transtorno do neurodesenvolvimento na infância, é imperioso avaliar o caráter interdisciplinar que os cuidados à criança precisam contemplar. Dessa forma, também é necessário incorporar uma percepção mais ampla das possibilidades de desenvolvimento do quadro.

Ainda que a dinâmica familiar seja de grande influência no desenvolvimento emocional das crianças, são muitos os fatores que

impactam na condição de cuidado que uma família consegue ofertar. Nessa situação, se os conflitos inter-relacionais produzem quadros diversos de adoecimento, há de se considerar todas as variáveis que podem atuar de forma a favorecê-los, como os aspectos relacionados à condição socioeconômica, ou fatores de risco e proteção existentes no ambiente externo. Do mesmo modo, compreensões do TDAH que se amparam em concepções neurológicas, também merecem ponderação.

A perspectiva psicanalítica prima pela consideração do TDAH no contexto da singularidade de cada caso. Os comportamentos e modos de interação da criança com o mundo são vistos como suas formas de expressão, passíveis de serem contemplados em um tratamento, a fim de aliviar as angústias subjacentes a eles e possibilitar que a criatividade pessoal possa alavancar novas formas de existência.

Assim, com uma perspectiva mais abrangente, a revisão bibliográfica realizada mostrou que a Psicanálise tem arcabouço suficiente para contemplar tanto os aspectos subjetivos e fantasmáticos (sem negligenciar os determinantes genéticos e biológicos) quanto os elementos despertados na interação entre a criança e sua família, e entre estas e a sociedade, a fim de refletir sobre o que é comunicado por meio dos sintomas do TDAH. A descoberta do sentido dos sintomas para um indivíduo auxilia a apaciar a angústia e o liberta para buscar outras formas de se expressar, mais compatíveis com o seu bem-estar. É essa compreensão individualizada que permitirá conceber cuidados à criança e à família que contemplem as suas reais necessidades, permitindo a retomada do desenvolvimento emocional de todos. Compreender a complexidade dos contextos de surgimento e manutenção do TDAH, conforme proporcionado pelo prisma psicanalítico lança possibilidades de oferecimento de ajuda, tanto para os filhos como para os pais.

A psicanálise oferece uma forma de cuidado que busca por uma avaliação e um tratamento singular e reflexivo, em conjunto com os pais e pessoas que convivem com a criança. Dessa maneira, ainda que haja muitas dúvidas a respeito das origens do TDAH, a Psicanálise muito pode contribuir ao considerar as particularidades de cada caso, respeitando as histórias de vida de cada criança e seus familiares e suas formas de ser e existir em suas dimensões fantasmáticas e reais.

REFERÊNCIAS

- Adrian, V. (2014). ADHD: The relevance of associating pharmacotherapy and psychodynamic psychotherapy?. *Annales Medico-Psychologiques*, 172(4), 246-253.
- Ajuriaguerra, J. (1970). *Manuel de psychiatrie de l'enfant*. Paris: Masson.
- Alves, G. M. A. N., Neme, C. M. B., & Cardia, M. F. (2015). Avaliação neuropsicológica de crianças com transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) revisão da literatura. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 9(4), 65-74.
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais-: DSM-5*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Araya, S. (2011). La función de atención interferida por una configuración específica de la escena primaria en la mente materna. *Rev. chil. psicoanal*, 28(1), 104-112.
- Benczik, E. B. P. (2010). *Transtorno de déficit de Atenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Brant, L. C., & Carvalho, T. R. F. (2012). Metilfenidato: medicamento gadget da contemporaneidade. *Interface*, 16(42), 623-36.
- Calvo, M. A. (2013). Psicoanálisis y tdah: el origen de la hiperactividad y los problemas de atención en las vivencias primeras. *Cuadernos de psiquiatría y psicoterapia del niño y del adolescente*, 1(56), 17-24.
- Chambry, J., Billard, C., Guinard, M., Lacaze, E., Idiart, M. E., Delteil-Pinton, F., & Cohen, D. L. A. (2011). Attention deficit disorder: multidisciplinary observational study over 1 year. *L'Encephale*, 37(3), 180-190.
- Cheida, R. S., & Monteiro, M. S. A. (2014). Sobre os sentidos sócio-técnicos da interação entre o metilfenidato e o conhecimento neurológico do TDA/H. *Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*, 1(1). Recuperado em <http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1194/648>.
- Chrzan-Dętko, M. (2013). In search of a meaning - Psychodynamic therapy with children experiencing externalizing disorders. *Psychoterapia*, 3(1), 61-69.

- Conway, F. (2012). Psychodynamic psychotherapy of ADHD: A review of the literature. *Psychotherapy*, 49(3), 404-417.
- da Silva Moreira, A., & Coutinho, L. G. (2018). Efeitos da medicalização na travessia adolescente. *Revista de Psicologia*, 9(1), 53-63.
- Dias, E. O. (2011). A infância na psicanálise winnicottiana. *Revista psicanálise*, 18(2), 375-395.
- Dias, G., & Badin, K. (2015). Comorbidades no transtorno de déficit de atenção/hiperatividade–transtorno específico da aprendizagem. In A. E. Nardi, J. Quevedo, & A. G. da Silva (Orgs), *Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: Teoria e clínica* (pp. 131). Porto Alegre, RS: Artmed.
- do Couto, D. P., & de Castro, J. E. (2015). Da higiene mental à higiene química: contribuições para um contraponto entre a criança tomada como objeto pelo higienismo e como sujeito de sua verdade pela psicanálise. *Cad. Psicanál.*, 37(32), 135-157.
- Dumas, J. E. (2011). *Psicopatologia da infância e da adolescência*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Günter, M. (2014). Attention deficit hyperactivity disorder (ADHD): An affect-processing and thought disorder?. *The International Journal of Psychoanalysis*, 95(1), 43-66.
- Hora, A. F., Silva, S., Ramos, M., Pontes, F., & Nobre, J. P. (2015). A prevalência do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): uma revisão de literatura. *Psicologia*, 29(2), 47-62.
- Itaborahy, C., & Ortega, F. (2013). Methylphenidate in Brazil: a decade of publications. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 803-816.
- Jones, B., & Allison, E. (2010). An integrated theory for attention-deficit hyperactivity disorder [ADHD]. *Psychoanalytic Psychotherapy*, 24(3), 279-295.
- Laidlaw, C., & Howcroft, G. (2015). Encountering a cartwheeling princess: relational psychoanalytic therapy of a child with attachment difficulties and ADHD. *Journal of Child & Adolescent Mental Health*, 27(3), 227-245.
- Lebovic, A. (2014). “El Juego del engaño” vicisitudes de un tratamiento psicoanalítico con un niño con una patología grave. *Rev. univ. psicoanál.*, 14(1), 57-70.

- Legnani, V. N. (2012). Efeitos imaginários do diagnóstico de TDA/H na subjetividade da criança. *Fractal: Revista de Psicologia*, 24(2), 307-322.
- Legnani, V. N., & Almeida, S. F. C. D. (2009). Hiperatividade: o "não-decidiado" da estrutura ou o "infantil" ainda no tempo da infância. *Estilos da clínica*, 14(26), 14-35.
- Lopes, A. C. D. (2009). TDAH: um apelo ao pai?. *Tempo psicanal.*, 41(2), 313-328.
- Lopes, A. C. D. (2012). Mamãe faz cem anos. O TDAH e a atualidade da mãe devoradora. *aSEPHallus*, 7(13), 85-95.
- Machado, C. M., Luiz, A. M. A. G., Marques Filho, A. B., Miyazaki, M. C. D. O. S., Domingos, N. A. M., & Cabrera, E. M. S. (2014). Ambulatório de psiquiatria infantil: prevalência de transtornos mentais em crianças e adolescentes. *Psicologia: teoria e prática*, 16(2), 53-62.
- Mariotto, R. M. M. (2012). Considerações teórico-clínicas sobre a hiperatividade em crianças. *Assoc. psicanal. Curitiba*, 24(1), 105-115.
- Martins, A. C. G., Souza, N. S. D., Machado, D. D. C. D., Bastos, V. H., Orsini, M., & Barbosa, A. D. M. (2014). Historical and diagnostic trajectory of attention deficit hyperactivity disorder (ADHD): a literature review. *Revista Brasileira de Neurologia*, 50(2), 26-32.
- Matos, R. P. C. (2013). Elementos para entender o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: TDAH. *Estilos da Clínica*, 18(2), 342-357.
- Mellier, D. (2013). Toddler's agitation, a review of literature. *Neuropsychiatrie de l'Enfance et de l'Adolescence*, 61(3), 160-165.
- Neto, F. K., & Santos, R. A. N. (2013). TDA/H e o Neurocentrismo: reflexões acerca dos sintomas de desatenção e hiperatividade e seu lugar no registro das bioidentidades. *Vínculo*, 10(1), 38-44.
- Organização Mundial de Saúde. (1993) *Classificação de transtornos mentais e de comportamentos da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Pozzi-Monzo, M. (2012). Ritalin for whom? Revisited: further thinking on ADHD. *Journal of Child Psychotherapy*, 38(1), 49-60.
- Renard, U. (2012). L'invention de l'hyperactivité: quand le test confirme la nosographie et vice-versa. *Figures de la psychanalyse*, 1(2), 87-97.

- Rodrigues, A. C. P. V., & Leite, Á. J. M. (2016). Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade: causas, sintomas, diagnóstico e tratamento. *Revista de Medicina da UFC*, 56(2), 72.
- Rohde, L. A. P., & Halpern, R. (2004). Transtorno de Atenção/Hiperatividade: Atualização. *Jornal de Pediatria*, 80(2), 61-70.
- Salomonsson, B. (2017). Interpreting the inner world of ADHD children: psychoanalytic perspectives. *International journal of qualitative studies on health and well-being*, 12(sup1), 1298269.
- Thisted, J. A. (2011). Psychoanalysis and social anthropology. *Vertex (Buenos Aires, Argentina)*, 23(105), 364-368.
- Waska, R. (2014). Attention deficit disorder or object detachment disorder: a brief psychoanalytic case study. *Psychoanalytic review*, 101(3), 367-383.
- Winnicott, D. W. (2000). *Da pediatria à Psicanálise* (D. L. Bogolometz, trad.) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1958).
- Yanof, J. A. (2011). Treating children with affect dysregulation. Discussion of Dr. Wendy Olesker's analysis of Matt. *The Psychoanalytic study of the child*, 66(1), 109-121.

Recebido em 9 de março de 2021

Aceito para publicação em 20 de agosto de 2021

O RECONHECIMENTO DE UM “NÃO-LUGAR” NA PSICANÁLISE

*Hudson Augusto Rodrigues Bonomo**
*Auterives Maciel Junior***

RESUMO

Neste artigo, define-se um “não-lugar” na psicanálise a partir de dois conceitos: o virtual e o ponto de afãnesis. O sujeito da psicanálise será desafiado em uma movimentação cada vez mais evanescente em relação à proposta de um sujeito do desejo e da falta (falta-a-ser). Uma crítica será elaborada ao longo do texto, problematizando as estruturas tradicionais da psicopatologia psicanalítica. A identificação também é questionada, não em sua existência, mas na capacidade de ser traduzida em discurso pelo analisante, que em sua forma mais radical a apresenta destituída de um estado atual, permanecendo virtualizada em contornos nunca vistos na cultura. A potência do analisante faz-se presente e o psicanalista tradicional é questionado em sua escuta, com o objetivo de trazer à tona uma nova ética para a clínica psicanalítica na contemporaneidade.

Palavras-chave: psicanálise, não-lugar, virtual, afãnesis, ética.

RECOGNIZING A “NO-PLACE” IN PSYCHOANALYSIS

ABSTRACT

In this article, a “non-place” in psychoanalysis is defined based on two concepts: the virtual and the aphanesis point. The subject of psychoanalysis will

* Psicanalista Membro Associado da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle; Doutorando em Psicanálise, Saúde e Sociedade (UVA); Mestre em Ciências em Engenharia Mecânica pela COPPE/UFRJ; Pós-graduado em Clínica Psicanalítica (USU); Coordenador da Especialização em Teoria e Clínica Psicanalítica Freud-Lacaniana (USU).

** Psicanalista Membro Associado da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID); Doutor em Teoria Psicanalítica (UFRJ) e Mestre em filosofia (UERJ). Professor do departamento de pós-graduação – mestrado e doutorado – em Psicanálise, Saúde e Sociedade (UVA) e professor do departamento de psicologia (PUC-RIO). Professor programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado - em Memória, linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

be challenged in an increasingly evanescent movement in relation to a subject's proposal of desire and lack (lack-of-being). A criticism will be elaborated throughout the text, problematizing the traditional structures of psychoanalytic psychopathology. The identification is also questioned, not in its existence, but in the ability to be translated into discourse by the analyst, who in its most radical form presents it without a current state, remaining virtualized in contours never seen in culture. The analyst's potency is present, and the traditional psychoanalyst is questioned in his listening in order to bring up a new ethics for contemporary psychoanalytic clinic.

Keywords: psychoanalysis, non-place, virtual, aphanesis, ethics.

RECONOCIENDO UN “NO-LUGAR” EN PSICOANÁLISIS

RESUMEN

En este artículo se define un “no lugar” en psicoanálisis a partir de dos conceptos: el virtual y el punto afànesis. El sujeto del psicoanálisis será desafiado en un movimiento cada vez más evanescente con relación a la propuesta de un sujeto de deseo y falta (falta de ser). Se elaborará una crítica a lo largo del texto, problematizando las estructuras tradicionales de la psicopatología psicoanalítica. La identificación también se cuestiona, no en su existencia, sino en la capacidad de ser traducida en discurso por el analista, quien en su forma más radical la presenta sin un estado actual, permaneciendo virtualizada en contornos nunca vistos en la cultura. La potencia del analista está presente y el psicoanalista tradicional es cuestionado en su escucha para plantear una nueva ética para la clínica psicoanalítica contemporánea.

Palabras clave: psicoanálisis, no lugar, virtual, afànesis, ética.

INTRODUÇÃO

Segundo Lévy (2011, p. 15), a palavra virtual vem do latim *virtualis*, que decorre de *virtus*, força, potência. O virtual existe em potência e não em ato. Para o autor, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual. O virtual é um conjunto de forças que acompanham uma entidade ou um processo de resolução, uma atualização.

Esta analogia a uma dimensão temporal com uma função de potência sobre algo, o atualizado, é o mais estimulante nesta definição de virtual do ponto de vista psicanalítico, pois trata de algo da ordem do Isso, com uma autonomia sobre a criação. Ao mesmo tempo, o autor define que a entidade pode criar instâncias desta construção de potência ou até mesmo influenciá-la, reorganizando e elaborando como da ordem do Eu psicanalítico.

Ao misturar o autônomo e o interpretado, Lévy auxilia na conexão que se pode fazer entre a atualização e a criação. O retorno do que foi interpretado e elaborado pode ser invenção, mais do que razão, a partir de uma dinâmica de forças do próprio processo virtual por ele definido.

A partir desse conceito vislumbra-se uma antecipação de conflitos e dinâmica de mudança no atual como resposta às movimentações de potência do virtual. A virtualização é, em si, para Lévy (2011, p. 17), “uma mutação de identidade..., a entidade passa a encontrar sua consistência essencial num campo problemático”.

A virtualização com isto não soluciona, mas desloca, cria movimento neste campo problemático. Além disso, nenhuma atualização se parece com nenhuma outra, há imprevisibilidade e “o virtual é uma fonte indefinida de atualizações” (Levy, 2010, p. 50).

A virtualização, passagem à problemática, deslocamento do ser para a questão, é algo que necessariamente põe em causa a identidade clássica, pensamento apoiado em definições, determinações, exclusões, inclusões e terceiros excluídos. Por isto a virtualização é (...) processo de acolhimento da alteridade. (Levy, 2011, p. 25).

Lebrun (2008) cita que Jacques Lacan prevê, no encerramento de uma jornada em Paris sobre as psicoses da criança (Lacan, 1967/2003), que, um dia, em uma época futura, teríamos o que ele chama de “criança generalizada”. Nessa época, permanecer criança nada teria de repreensível — pelo contrário, seria implicitamente favorecido.

Este momento já chegou, de forma inesperada, pela via da potência do virtual. Esta criança que não quer ser um “adulto”, no sentido do senso comum, encontrou uma nova forma de estar no mundo, desconectada de uma rede envelhecida, a rede dos que não escapam e ficaram “adultos”.

A psicanálise ficou “adulta” e está na rede envelhecida. Ela mesma trocou parte de seus objetivos como práxis por um pouco de segurança, parodiando Freud sobre o mal-estar. Uma dura crítica à psicanálise é proferida neste sentido por Umberto Galimberti:

A psicanálise não diz nada e não pode dizer absolutamente nada, porque a imagem de ‘psique’ de que dispões é construída sobre a imagem do homem pré-tecnológico, cujo agir é motivado por um fim e projetado

sobre um sentido que é, também, a construção das melhores condições possíveis de civilização, que podem ser obtidas mediante um equilíbrio entre felicidade e segurança. (Galimberti, 2006, p. 800)

É possível escapar a esta crítica pela via do Real, para um lugar topológico a partir de um furo que sempre esteve lá: o objeto *a*, e por um movimento que chamaremos de fantasma-coisa.

Utiliza-se a inserção da tecnologia como um marco importante para o movimento de ruptura com a identificação às instituições tradicionais como família, trabalho, religião etc. na observação deste não-lugar, trazendo a necessidade de defini-lo do ponto de vista psicanalítico.

A partir de um intercurso genealógico sobre a noção de afânesis em Lacan, elabora-se um percurso para alcançar esta relação fantasmática entre o sujeito barrado ($\$$) e a afânesis ($\hat{\alpha}$) como possibilidade de movimentação do sujeito por este lugar, um lugar topológico, intitulado neste artigo de “não-lugar”.

A TECNOLOGIA E O NÃO-LUGAR

O desenvolvimento da tecnologia e da comunicação tem um impacto radical na sociedade e modifica a forma como se relacionam as pessoas. O espaço cibernético, segundo Le Breton (2007, p. 141),

é um modo de existência completo, portador de linguagens, de culturas, de utopias. Desenvolve um mundo real e imaginário de sentidos e de valores que só existem por meio do cruzamento de milhões de computadores e do emaranhamento de diálogos, de imagens, de interrogações de dados, de discussões em chats... que coloca provisoriamente em contato indivíduos afastados no tempo e no espaço e que às vezes ignoram tudo deles mesmos. Um mundo em que as fronteiras se misturam e em que o corpo se apaga (...).

A instabilidade domina esta rede por intermédio de um conjunto de transformações que são apresentadas por Floridi (2015) em seu *The Onlife Manifesto*, das quais se destaca a mudança da primazia das entidades para a das interações. Esta primazia das interações cria um embaçamento entre a distinção de realidade e virtualidade por parte do sujeito frente a tecnologia que direciona esta justificativa para a compreensão inicial de território e lugar.

Segundo o arquiteto, urbanista e filósofo Virilio (1993, p. 9), o território é delimitado e o lugar é limitado a uma identificação. Para ele, a ruptura dos limites não está tão mais relacionada ao espaço físico (cadastro, setor urbano) como antes, mas principalmente na tecnologia que não cessa de se modificar através de uma série de interrupções (desemprego, trabalho autônomo...) e ocultações sucessivas ou simultâneas. Este movimento, segundo o autor, visa organizar e desorganizar o meio urbano ao ponto de provocar o declínio e degradação dos locais.

De forma similar nos ambientes virtualizados, os espaços são emergentes e rapidamente desconstruídos e reorganizados em uma nova forma de acesso ou rede. A rede imita o processo de transformações da vida real, mas com muito mais potência. O sujeito avança em um processo criativo, em que as identificações ora são convertidas em atual na forma de afetos, ora estabilizados em potência mantidas no virtual. De forma surpreendente, é factível ao sujeito sustentar o virtual sem ajuda tecnológica, uma vez que domine os processos com ela apreendidos.

O virtual favorece a potência do pensamento liberando os limites do corpo para criar e movimentar-se à vontade: “O espaço cibernético é a apoteose da sociedade do espetáculo, de um mundo reduzido ao olhar, à mobilidade do imaginário, mas à inspeção dos corpos que se tornaram inúteis e estorvantes.” (Le Breton, 2007, p. 142).

Existe, realmente, uma fronteira entre uma identificação tradicional e outra virtual? Como isso afeta a nossa intimidade e autenticidade como pessoas? Segundo Han (2018), esta maneira de ser, buscando identificações virtuais, é uma desconstrução da distância espacial entre o público e o privado, com uma severa exposição do espaço privado. O que é mais interessante é que esta esfera privada é contrária à construção de imagem e de se tornar objeto que, ao ser desconstruída, torna quase tudo público — quase tudo é imagem e objeto.

homo digitalis [‘homem digital’] é tudo, menos um ‘ninguém’. Ele preserva a sua identidade privada, mesmo quando ele se comporta como parte do enxame. Ele se externa, de fato, de maneira anônima, mas via de regra ele tem um perfil e trabalha ininterruptamente em sua otimização (...) São estranhas a ele espacialidade (...) pertencem à topologia das

massas (...) formam um especial aglomerado sem reunião, uma massa [Menge] sem interioridade, sem alma ou espírito. (Han, 2018, p. 29)

É na apresentação de seu texto “O estádio do espelho como formador da função do eu” que Lacan (1949/1998) oferece a identificação fundamental que é dada com a imagem do próprio corpo, uma pré-formação do Eu que favorece a percepção da unidade do corpo próprio e põe fim ao fantasma do corpo esfacelado, levando à identidade corporal do sujeito e ao início da relação com a imagem e à alteridade deste sujeito. Segundo Lacan (1964/2008, p. 74), o sujeito é impactado pelo olhar e pela fala do Outro, este Outro com “O” maiúsculo, capaz de impactar a vida do sujeito: “O olho e o olhar, esta é para nós a esquizofrenia na qual se manifesta a pulsão ao nível do campo escópico.”

Apesar de rápido, o tal “acolhimento virtual” é precário, mas impactante, e afeta o sujeito. Este fica entre estar em um lugar, mas não o reconhecer como seu.

Em uma posição passiva, constrói algo próprio de si mesmo, para ele mesmo se regozijar, enquanto promove um pedido de reconhecimento que nem sempre vem acompanhado de uma atenta participação dos outros nas redes. Outrora, em sua posição passiva, se põe a capturar os desavisados da rede, os que a procuram por distração, e não por vocação. Em ambas as posições, passiva e ativa, o sujeito perde a capacidade de suportar o silêncio e passa a viver nas estimulações que a conectividade aparentemente produz. Ao satisfazer-se com as interações digitais, este sujeito acostuma-se ao não afeto e à falta de atenção na vida, ficando submetido cada vez mais ao silêncio. Na tentativa de um possível retorno a este universo do mundo físico, encontrará um acúmulo de faltas de identificações que pode tornar este movimento aterrorizante. Apesar de se sentir parte de um mundo virtual, este sujeito ainda se frustra em seu corpo, em seu tempo, em seu silêncio, e não consegue viver a proposta de uma vida virtual “pura”. Corpo e imagem juntos, no imaginário, como sempre estiveram.

O digital submete a tríade lacaniana do real, do imaginário e do simbólico a uma reconstrução radical. Ele desconstrói o real e totaliza o imaginário.

O smartphone funciona como um espelho digital para a nova versão pós-

infantil do estágio do espelho. Ele abre um espaço narcísico, uma esfera do imaginário na qual eu me tranco. Por meio do smartphone o outro não fala. (Han, 2018, p. 44-45)

Uma nova geração de fantasmas torna-se cada vez mais voraz; os objetos passaram a ter vida e a fazer laços com o sujeito, e o sujeito tornou-se objeto das coisas. No seu silêncio há um encontro com as coisas, distante de A Coisa, e perto demais de identificações sem o Outro.

A nova geração de fantasmas, a saber, os digitais, se tornam (...) mais vorazes, mais audazes e barulhentos. As mídias digitais não iriam de fato 'além da força humana'? Elas não levariam a um rápido, não mais controlável aumento dos fantasmas? Não desaprendemos com elas, de fato, a pensar em uma pessoa distante e a tocar uma pessoa próxima? A Internet das Coisas produz novos fantasmas. As coisas, que antigamente eram mudas, começam, agora, a falar. (Han, 2018, p. 96-97)

Uma nova linguagem inicia-se entre as coisas e o sujeito errante que, pela via de um fantasma-coisa, pode enfim não retornar ao lugar de identificações insatisfatórias de uma vida precária de afetos, o lugar. Este fantasma-coisa será representado neste trabalho como $\mathcal{S} \langle \rangle \grave{\text{a}}$. Sendo $\grave{\text{a}}$ a letra que vai representar o ponto de afânesis. Faz-se necessária uma genealogia do termo afânesis neste ponto do texto para a melhor compreensão de como o sujeito torna-se errante.

O PONTO DE AFÂNESIS ($\grave{\text{a}}$) E O Esvaecimento do sujeito

A movimentação do sujeito errante citado no tópico anterior é de difícil compreensão. A escuta analítica encontra-se, muitas vezes, presa a um manejo diagnóstico diferencial da psicopatologia psicanalítica. Lacan trabalhará os modos de gozo, a sexualização e o *sinthoma* no final de sua obra. O foco de Lacan passa a ser a apresentação do RSI (Real, Simbólico e Imaginário) enlaçado pelo *Sinthoma*, que é muito importante do ponto de vista clínico, mas que pouco revela sobre as possibilidades de movimentação do conjunto RSI-*Sinthoma* ao longo da linha da vida do sujeito apresentado neste artigo e que se presentifica no Real através do fantasma-coisa.

Esta complementação em relação ao movimento do conjunto RSI-*Sinthoma* tem como objetivo problematizar uma diferença muito

importante, também vista por Lacan contra Ernest Jones, entre o desaparecimento do desejo e o desaparecimento do sujeito barrado. Este ponto específico gera uma grande dificuldade de compreensão de um sujeito esvaziado de si mesmo para um sujeito potencializado no virtual. Ambos poderiam caracterizar um afastamento do modelo de sujeito da psicanálise, mas são diferentes entre si. Para demonstrar isso, faz-se uso de uma genealogia do conceito de afânesis na obra lacaniana e, a partir disso, elabora-se uma estratégia de visualização dos movimentos do sujeito errante.

Jacques Lacan ao longo de sua obra fez uso do termo proposto por Ernest Jones, biógrafo de Freud: afânesis. Segundo Chatelard (2001), Jones propõe a expressão afânesis do desejo contribuindo para o debate acerca da fase fálica, no contexto dos anos 1930, debate do qual participaram Freud e seus contemporâneos: K. Horney, K. Abraham, M. Klein e H. Deutsch.

Segundo a autora, a palavra afânesis (*aphanisis*), oriunda do grego, significa desaparecimento. O termo afânesis foi inventado pelo psicanalista inglês Ernest Jones em uma conferência pronunciada em Innsbruck, no X Congresso Internacional de Psicanálise, em 1º de setembro de 1927. Como termo oposto encontra-se *phantasis* ou *epiphasis*, que significa aparição ou visão. Esses dois termos atrairão a atenção de Lacan, que fará um outro uso do termo afânesis, referindo-se ao desaparecimento do sujeito enquanto dividido, diferentemente de E. Jones, que faz uso do termo para se referir ao desaparecimento do desejo na castração.

Tomando as coisas no nível simples da leitura, pode-se dizer que a castração é o signo do drama do Édipo, como também dela é ele o pivô implícito. (...) O que quer dizer, pois semelhante formulação? Em que implica? O que supõe? (Lacan, 1956-1957/1995, p. 221)

Em *O seminário, livro 4: a relação de objeto*, Lacan (1956-1957/1995, p. 222) apontará a dificuldade de E. Jones em lidar com as questões acima, e de jamais ter conseguido superar as dificuldades do manejo complexo da castração. Lacan aponta, ainda, que, na perspectiva de Jones, o temor da castração não pode ficar sujeito ao acidente, à contingência das ameaças e, para tanto, criou o termo afânesis, substituindo a castração e o

tornando o temor de ver extinguir-se nele o desejo. Lacan compreenderá como um exagero por parte de Jones acreditar que o sujeito pudesse dar conta da referência aos objetos, a frustração de não os obter e, ainda, consolidar um temor do desaparecimento do desejo de retomá-los.

Em *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*, Lacan (1957-1958/1999, p. 290) sinalizará a discordância de Freud da teoria de Jones sobre a feminilidade como primitiva.

Uma objeção similar se aplica à concepção de Jones (“Die erste Entwicklung der weiblichen Sexualität” [O primeiro desenvolvimento da sexualidade feminina], *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse*, Vol. 14, 1928), segundo a qual o estágio fálico da garota seria antes uma reação protetora secundária do que um verdadeiro estágio de desenvolvimento. Isso não corresponde nem às condições dinâmicas nem às cronológicas. (Freud, 1931/2010, p. 220)

Lacan (1957-1958/1999, p. 299-300) argumenta a castração como parte da experiência de todos e, por isso, a afânesis não poderia ser colocada como equivalente à castração. Para ele, o falo precisa desempenhar um papel de significante, de certo modo, um significante-encruzilhada, pois é preciso que o desejo do sujeito humano passe por esse sistema para se fazer conhecer e o qual é profundamente modificado por ele. Este significante atravessa o drama edípiano, tanto em sua entrada quanto em suas saídas.

Ao ultrapassar a fixação teórica do termo criado por Jones, pelo crivo de Freud e por sua lógica do significante, Lacan apropriar-se-á do termo afânesis para usá-lo para todo sujeito dividido, ou seja, castrado.

Segundo Garcia (2016, p. 723), Lacan trouxe, pela primeira vez, em seu *Seminário 6: o desejo e sua interpretação*, o conceito de objeto *a*. Lacan o fez por intermédio do resgate do termo afânesis de Jones, porém com outro uso, como possibilidade de apagamento ou desaparecimento do sujeito.

Tudo se passa como se, para Lacan, o sujeito fosse algo arrancado das entranhas do Outro (a estrutura transcendental sociolinguística), mas que, ao sê-lo, se apresentasse como que determinado até a última instância de seu ser pela estrutura. Nesses termos, o sujeito não suportaria o peso da determinação dos significantes e se apagaria. (Garcia, 2016, p. 723)

Para o autor, quem passa pela castração simbólica, o sujeito barrado pelo significante, a afânesis é uma vivência necessária, um signo impossível de ser contornado. E o que é essa afânesis senão o desespero de um sujeito que vê seu desejo perecer diante da determinação total do significante?

Isso trará a necessidade de pensar o objeto *a*, neste ponto da obra de Lacan, como objeto do desejo e como um lugar onde se firma a sobrevivência do sujeito. Lacan aborda o tema da seguinte forma:

(...) o objeto não pode ser o correlato e o correspondente de uma necessidade do sujeito. O objeto é essa coisa que suporta o sujeito no momento preciso em que este tem de enfrentar, digamos, sua existência. É essa coisa que suporta o sujeito na sua existência no sentido mais radical, a saber, justamente no sentido que ele existe na linguagem. Em outras palavras, o objeto consiste em algo que está fora dele e que ele só pode apreender em sua natureza própria de linguagem no momento preciso em que ele, como sujeito, tem de se apagar, desvanecer, desaparecer por trás de um significante. Nesse momento, que é, por assim dizer, um ponto pânico, o sujeito tem de se aferrar a algo, e ele se aferra justamente ao objeto enquanto objeto do desejo. (Lacan, 1958-1959/2016, p. 100).

Segundo Garcia (2016, p. 724-725), ao correr o risco de se apagar perante o significante, o objeto *a* será o lugar ao qual o sujeito se agarrará para não desaparecer. Enquanto objeto do desejo, o objeto *a* é o objeto do fantasma: o lugar onde o desejo do sujeito aprende a se situar.

Segundo Chatelard (2001, p. 56), o termo afânise como foi retomado por Lacan concerne ao sujeito enquanto desvanecido ante o objeto de seu desejo. Neste trabalho, acrescentamos a ideia de que o objeto *a* passa a ser o primeiro ponto de afânesis do sujeito e ancora o significante “falo”, como veremos a seguir.

Em *O seminário, livro 8: a transferência*, Lacan (1960-1961/2010, p. 286) apresenta uma inversão, em que o sujeito, na maioria dos casos, que em pânico se agarraria ao objeto *a*, passa a “não temer a aphanisis, mas ao contrário, se refugiar nela e guardar o seu desejo no bolso”. Isso é possível graças ao mecanismo significante, o falo, que é mais precioso que o próprio desejo.

(...) longe do temor da aphanisis se projetar, se podemos dizer, na imagem do complexo de castração, é ao contrário a necessidade, a determinação

do mecanismo significante que, no complexo de castração, empurra na maioria dos casos o sujeito, não a temer a aphanisis, mas, ao contrário, a refugiar-se nela, a guardar seu desejo no bolso. O que a experiência analítica nos revela é que, mais precioso que o próprio desejo, é guardar o seu símbolo, que é o falo. (Lacan, 1960-61/2010, p. 286)

Lacan conduz-nos à sua fórmula (Lacan, citado por Chatelard, 2001, p. 56), segundo a qual o que não foi simbolizado reaparece no real e que o furo da perda provoca no sujeito o luto e, em seguida, que o furo da perda no real mobiliza o significante; e é justamente esse furo que apela para o significante da falta, o falo. É através deste caminho que se faz possível passar do campo narcísico ao campo do desejo.

Em *O seminário, livro 10: a angústia* (1962-1963/2005, p. 156), profere que o luto por alguém acontece quando podemos dizer: Eu era a sua falta – e que nem sabíamos que estávamos no lugar de sua falta. “O que damos no amor é essencialmente aquilo que não temos, e quando isso que não temos volta para nós, com certeza há uma regressão e, ao mesmo tempo, uma revelação daquilo em que faltamos para com essa pessoa, para representar essa falta.”. Uma inversão ocorre novamente, pois cremos que faltamos, mas, na realidade, éramos preciosos para a pessoa, mesmo sendo bons ou ruins para ela.

No seminário 11, Lacan (1964/2008) apresenta o ceticismo como uma experiência que mantém uma posição subjetiva importante: não se pode saber nada. Citará Montaigne como alguém que não se centrou em um ceticismo, mas em torno do movimento vivo da afânise do sujeito. A partir dessa constatação, ele conceberá o ceticismo como uma ética.

O ceticismo é um modo de o homem se manter na vida, que implica uma posição tão difícil, tão heroica, que não podemos mesmo mais imaginar (...) a via do desejo. (Lacan, 1964/2008, p. 218)

Lacan (*ibidem*, p. 222) sinalizará que a psicossomática não deve ser concebida a partir de um olhar apenas para o somático, mas que há uma intervenção do desejo e, pela conservação deste desejo, que o elo que o sustenta não daria retorno à função que a afânise tem sobre o sujeito (o enigma do psicossomático está sempre lá, mesmo que não falado por ele), que é fazer retornar à causalidade de *a*.

Não há sujeito sem, em alguma parte, afânise do sujeito, e é nessa alienação, nessa divisão fundamental, que se institui a dialética do sujeito. (Lacan, 1964/2008, p. 216)

Em seu texto “Kant com Sade”, Lacan (1966/1998, p. 785) aponta para uma separação entre o esvaecimento de uma experiência fisiológica e da afânesis do sujeito barrado. Este esvaecimento apontaria para algo finito: a morte do sujeito que se entrega à dor na mesma vertente do prazer, que também tem seu fim predestinado.

A experiência fisiológica demonstra que a dor é de ciclo mais longo, sob todos os aspectos, do que o prazer, já que uma estimulação a provoca no ponto em que o prazer acaba. Por mais prolongada que a suponhamos, no entanto, como o prazer ela tem seu fim: é o esvaecimento do sujeito. (Lacan, 1966/1998, p. 785)

Logo em seguida, Lacan (*ibidem*, p. 786) assinalará, novamente, para o que determina o esvaecimento pela afânesis, que vem desde o seminário 5, indicando que “... há uma estática do fantasma pela qual o ponto de afânise ($\dot{\alpha}$), suposto em \mathcal{S} , deve ser, na imaginação, infinitamente adiado.”

J. D. Nasio, na lição de 15 de maio de 1979, falando a convite de Lacan e dialogando com Jean-Michel Vapperau, transcrito em uma versão inédita do *Seminário 26: a topologia e o tempo*, trará o seguinte resumo da temática:

Assim, quando Freud escreve: o desejo se satisfaz, ele [Lacan] diz: o sujeito do desejo se satisfaz. Jones propõe: afânise do desejo, ele [Lacan] diz: não, afânise do sujeito. Então ele [Lacan] encontrou uma maneira de dizer: não é que o sujeito esteja ausente da cadeia de significantes, não é que não estejamos nos mil e um acontecimentos que vão se suceder, é que o sujeito está, mas como que apagado, o sujeito ‘se afanisa’, se desvanece no Outro.

Nasio, nesse mesmo seminário 26, dirá ainda mais sobre o sujeito que se afanisa: “(...) o sujeito está em no ato, seu ato de enunciar o dito, mas, sendo que este vem do Outro e se dirige ao Outro, que tudo ocorre entre ditos, o sujeito fica suspenso, perdido, apagado num conjunto aberto de significantes encadeados. Somos o sujeito do ato e com esse ato, no entanto, desaparecemos.”

É a partir deste desaparecimento, suspensão e de atos que se reforça a ideia de potência do silêncio, aqui utilizado como ausência dos significantes ou do gozo absoluto ou de uma fragmentação necessária, liberando uma criança generalizada em seu exílio e astúcia para criar uma nova forma de estar no mundo.

O GRAFO DA AFÂNESIS E O NÃO-LUGAR

Constrói-se, a partir do entendimento anterior da inserção da tecnologia, do virtual em ação com sua potência e da genealogia do conceito de afânesis, uma proposta de matema para o fantasma-coisa ($\mathcal{S} \leftrightarrow \hat{a}$). Lendo os seminários de Lacan, buscando afânesis (\hat{a}), encontramos o desafio para uma formalização do impossível. Onde está o sujeito que se afanisa?

O passo, a seguir, é estabelecer uma definição de um “não-lugar”, que é a especificação do caminho que se percorre a partir do primeiro ponto de afânesis ($\hat{a} = a$) e os pontos de invocação do sujeito (\mathcal{S}) e que permita abarcar o desaparecimento, a suspensão e os atos deste sujeito.

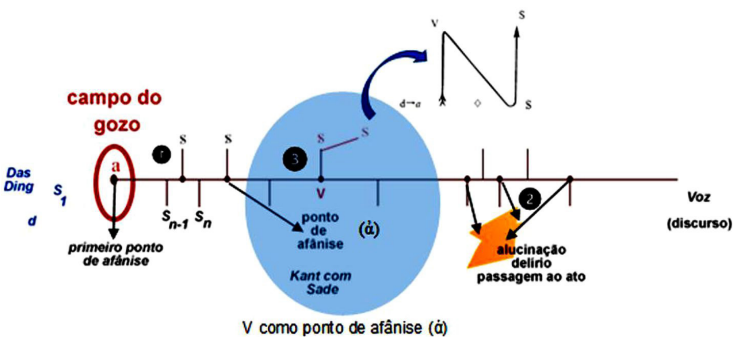


Figura 1 – Grafo da Afânesis em sua relação com \mathcal{S} .

A explicação do grafo será dividida em “quatro caminhos”. Primeiramente, os caminhos dos “adultos”, pela via da psicopatologia psicanalítica lacaniana (neurose, psicose e perversão). Em seguida, apresenta-se o caminho da “criança generalizada” fazendo uso das inflexões para não retornar ao campo do gozo, escapando, assim, de suas identificações primárias.

Inicialmente, apresentam-se os três caminhos “adultos” para o sujeito.

No primeiro caminho (1), o sujeito, em seu campo de gozo, é invocado por dois significantes de sua cadeia signifiante. Impulsionado por esta voz (discurso) através do circuito, encontra o ponto de afânise entre estes dois significantes ($S_{n-1} - \hat{a} - S_n$) de acionamento. A próxima operação é o mal-estar do surgimento do sujeito barrado ($\hat{a} - \mathcal{S} - \hat{a}$). Dividido, o sujeito pode, em análise, fazer trabalhar e, em angústia, interrompe o processo e retorna ao seu campo de gozo e aos seus modos de gozo que podem ser ou não impactados por este fazer trabalhar. Esse caminho repete-se a cada dois significantes da linguagem que representem o S_1 . Estamos ilustrando todas as formas do sujeito barrado se relacionar com o objeto a , o primeiro de afânesis (\hat{a}). Com isto repetimos o matema do fantasma da neurose: $\mathcal{S} \langle \rangle a$.

Em um segundo caminho (2), o “adulto” segue sem rumo pelos significantes; fragmentado, ele acionará mais de um ponto de afânise entre muitos pares de significantes. Ao fazer isso, ele sem barra (S), ou melhor, seria interessante diferenciá-la por uma notação que Nasio (1987/2011) faz uso: S^\dagger para o fragmentado. Neste caminho, cada S^\dagger sustentará a parte (p) que lhe cabe na alucinação, no delírio ou na passagem ao ato ($S^\dagger - \hat{a} - p_1 - \hat{a} - p_2 - \hat{a} - \dots - p_n$). Uma vez passado este momento, pela via da contenção mecânica ou química, do fazer trabalhar de uma análise, ou de um novo comando de voz para o retorno, este sujeito fará o caminho inverso em direção ao objeto a . Com isto, elaboramos, de forma semelhante a Nasio, um matema da foraclusão da psicose: $S^\dagger \langle \rangle a$, passando por muitos pontos de afânise.

No terceiro caminho (3), o sujeito é atraído por um ponto de afânise produzido. Este ponto é produção deste próprio sujeito, sem a necessidade de invocação pelos significantes. Ele mesmo lança a voz (discurso) de gozo absoluto (V). Em nosso artigo, este V , que vem da fórmula da fantasia sadiana, do texto lacaniano “Kant com Sade”, é o ponto de ligação deste sujeito que se coloca como objeto para um Outro sujeito. O ponto de afânesis neste caminho, como V , faz o papel de esconder o \mathcal{S} como objeto a . Aqui temos uma inversão da fórmula do fantasma neurótico. Na perversão temos: $a \langle \rangle \mathcal{S}$. Sendo mais criativo em nossa elaboração, sem considerar o uso deste Outro sujeito para fazer o circuito, teremos o seguinte matema:

a $\langle \rangle V$, onde $V = \hat{\alpha}$. A questão que aparece aqui é como se dá o retorno ao campo do gozo. Uma vez que o Outro sujeito da fórmula esteja enlaçado a partir de V , não há por que voltar a a ; mas, se houver uma ruptura por parte deste Outro, via um fazer trabalhar ou um desaparecimento deste, o sujeito volta ao seu campo de gozo e lançará novamente mão de V em algum lugar de afânese. De todos, o mais complexo dos caminhos ainda tem uma variável a mais, que é a dificuldade com seu fantasma. Uma vez que o fantasma não o conduza a V , pela falta de um Outro, este poderá pela via da análise fazer trabalhar de forma a produzir novamente V . Aqui encontra-se um campo de ética complexo para a psicanálise, que insiste em se abster de um trabalho junto a este grupo de “adultos” e, se colocando à disposição do outro sujeito, o capturado, que faz trabalhar para escapar a proposta de um perverso.

Por último, e mais importante para a definição de não-lugar, apresenta-se o caminho da “criança generalizada”. Este sujeito vaga pelas inflexões, de $\hat{\alpha}$ em $\hat{\alpha}$, podendo ou não se encaixar em algum dos modelos da psicopatologia apresentados anteriormente. É partir deste sujeito, em sua viagem, desaparecido, suspenso e de entre atos que pode se constituir um não-lugar. A estrutura da psicopatologia não faz mais sentido aqui, porque ele não vai trocar a liberdade por nenhum quinhão de segurança estrutural.

Este sujeito, originalmente em um campo de gozo, com identificações primárias, de um certo modo desvencilha-se de qualquer voz pela via do silêncio, este que, de alguma forma, o protege do caminho de volta ao objeto afânese primevo (objeto a). Neste caso, o matema para o movimento do sujeito em afânese será expresso pelo fantasma-coisa: $S/ \langle \rangle \hat{\alpha}$.

Temos que ressaltar, ainda, a linguagem, a voz, o discurso como fundamentais para a infinitude que a função da afânese dá ao sujeito. A vibração no eixo do grafo supracitada é designada à voz por simplificação ou por complexidade se assim pudermos estabelecer um paradoxo de uma formalização impossível de ser representada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto tem como objetivo chamar a atenção para a criança generalizada e definir um não-lugar para ela. Optou-se por problematizar

a inserção da tecnologia, trazer a importância da potência do virtual e compreender a genealogia do conceito de afânise, que traz muitos indicadores para a definição pretendida. Trazer a afânise como ponto de inflexão, ou de mudança de rota, apresenta uma nova forma de entender o sujeito em uma posição adulta ou de criança generalizada. É entender o não-lugar como modo de retornar ao caminho da afânise pela ética de um trabalho feito em uma análise e não retomar o campo do gozo. É realmente uma solução difícil de compreender, pois foge à lógica da estrutura e, até mesmo, do campo de gozo.

Segundo Lapoujade (2017), Souriau, em seu livro *Les Différents modes d'existence* (1943), descreve um tipo de existência mínima, a dos seres virtuais.

Dizer que uma coisa existe virtualmente significa dizer que ela não existe? De jeito nenhum. Mas também não significa que seja possível. Significa que ela é condicionada por uma realidade qualquer que nem a compreende nem a coloca. Ela se completa do lado de fora, se fecha sobre si mesma no vazio de um puro nada. O arco da ponte quebrada, ou começada, desenha virtualmente a curvatura que lhe falta. (Souriau, citado por Lapoujade, 2017)

Para o autor, os virtuais têm, a partir do esboço da ponte existente, uma forma de se diferenciar do puro nada. Eles conseguem escapar à supressão de uma diferença contínua que aparece em cada ponto de afânise por uma armadilha estruturante e identitária. A multiplicidade de identificações neste não-lugar pode levar a um cansaço extremo ou a um vacilo que rompa o silêncio e o retorno ao campo do gozo se torna aterrorizante. A clínica posiciona-se como escuta do que então? Como construir uma ética para esta clínica?

Han (2015 e 2018) assevera que já estamos vivendo este momento, uma sociedade do cansaço ou do desempenho, um enxame nas redes sociais que contraditoriamente não é muito social, mas da coisificação, produtora de fantasmas e de infantilização, conforme previa Lacan. A tecnologia tem um papel importante nesta transformação do homem. Na clínica, esta tecnologia não aparece somente no campo da adicto da internet, de jogos ou redes; está também no uso compulsivo de fármacos em busca de desempenho, das cirurgias plásticas em busca de estética, dos

anexos ao corpo como celulares e dispositivos para monitoramento. As possibilidades são infinitas e a potência do virtual, digna de novas formas de subjetivação, vem nos desafiar na continuidade da clínica psicanalítica diante destes novos sujeitos e suas demandas por análise.

Para Lapoujade (2017, p. 62), é preciso admitir que a existência não é mais apenas nos seres, mas entre os seres, referindo-se a Souriau. Neste trabalho, fomos além da existência do ser, mas onde ele faz silêncio, suspensão e ato. Ele ainda diz (*idem*, p. 63): “Podemos duvidar da realidade de certas existências, mas não dos fatos, pois têm uma eficácia, modificam alguma coisa no modo de existência dos seres”. E não é a psicanálise o lugar de trabalho em torno dos atos, dos cortes, do movimento? Não é a clínica um bom lugar para existir minimamente?

A clínica pela observação do grafo apresentado pode ser pensada como uma escuta deste silenciamento da voz do discurso. É pensar a clínica no Real, no impossível de escutar, mas no possível de reconhecimento de um não-lugar quando parte do desejo do analisante. O lugar ainda pode ser uma saída, mas retornar a um não-lugar também.

Para este artigo, é importante problematizar as formas de desaparecimento transitórias do sujeito barrado (\bar{S}) e da riqueza com que as formas contemporâneas apresentam circuitos pulsionais de existência mínima, seja como fuga de uma angústia ou responsabilidades, seja como criação de uma nova forma de viver.

A partir da afânise (\bar{a}), podemos dar existência a partir de muito pouco. Todavia, este muito pouco, que se sustenta por muito pouco, dará a possibilidade de uma instância de sujeito, que é preciosa para uma escuta diferencial na clínica psicanalítica.

REFERÊNCIAS

- Chatelard, D. (2001, dezembro). Algumas considerações sobre o termo afânise a partir de E. Jones e J. Lacan. *Ágora*, 4(2), 51-59. Recuperado em 29 de jun. de 2020, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982001000200004&lng=en&nrm=iso
- Floridi, L. (2015). The Onlife Manifesto. In Floridi, L. (Ed.), *The Onlife Manifesto: Being Human in a Hyperconnected Era* (pp. 7-13). New York: Springer.
- Freud, S. (1931/2010). Sobre a sexualidade feminina. In Freud, S. *Obras Completas Vol. 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Galimberti, U. (2006). *Psiche e Técnica: o homem na idade técnica*. São Paulo: Paulus.
- Garcia, L. F. (2016, dezembro). Das Ding e os impasses do objeto: duas fórmulas do desejo em O Seminário, livro 7. *Estilos da Clínica*, 21(3), 721-735. Recuperado em 30 de jun. de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282016000300010&lng=pt&nrm=iso
- Han, B.-C. (2015). *Sociedade do cansaço* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Han, B.-C. (2018). *No exame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes.
- Lacan, J. (1949/1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In Lacan, J. *Escritos* (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1956-1957/1995). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1957-1958/1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1958-1959/2016). *O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1960-1961/2010). *O seminário, livro 8: a interpretação*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1962-1963/2005). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1964/2008). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Lacan, J. (1966/1998). Kant com Sade. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 776-803). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1967/2003). Alocação sobre as psicoses da criança. In J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 359-368). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (Inédito). *O seminário, livro 26: a topologia e o tempo*. Recuperado em 23 de set. de 2020, de <https://www.acheronta.org/lacan/topologiatempo.htm>
- Lapoujade, D. (2017). *As existências mínimas*. São Paulo: N-1 Edições.
- Le Breton, D. (2007). *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. (M. Appenzeller, Trad.) Campinas: Papirus.
- Lebrun, J.-P. (2008). *A perversão comum: viver juntos sem outro*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico.
- Lévy, P. (2010). *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34.
- Lévy, P. (2011). *O que é virtual?* (P. Neves, Trad.) São Paulo: Ed. 34.
- Nasio, J.-D. (1987/2011). *Os olhos de Laura: somos todos loucos em algum recanto de nossas vidas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Virilio, P. (1993). *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Recebido em 10 de janeiro de 2021

Aceito para publicação em 10 de setembro de 2021

EXPRESSIONES CONTEMPORÂNEAS DO MAL-ESTAR NA UNIVERSIDADE: TEMPORALIDADE E ESCRITAS DA EXPERIÊNCIA

*Gabriela Oliveira Guerra**
*Táts Fim Alberti***
*Camilla Baldicera Biazus****

RESUMO

O presente ensaio parte de uma pesquisa construída a partir de inquietações referentes ao sofrimento psíquico no contexto universitário, produzidas a partir da experiência de escuta da pesquisadora enquanto psicóloga em instituições da rede federal de ensino. Foi tecida no desejo de construir, a partir da *escuta-flânerie*, espaços-tempo de reflexão sobre as expressões contemporâneas do mal-estar na universidade. Em sua especificidade, objetivou problematizar a dimensão sociopolítica do sofrimento, suas expressões e formas de reconhecimento no território universitário; bem como refletir sobre os fenômenos sociais do nosso tempo, os processos de subjetivação e as estratégias de inscrição no laço social na contemporaneidade. A abordagem metodológica define-se por uma pesquisa em psicanálise. O delineamento desse método sustenta-se na proposta ético-metodológica tecida por Gurski (2008; 2012; 2014; 2019), na qual se articulam o referencial e a escuta psicanalítica com as

* Psicóloga na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS). Graduada em Psicologia pela UFN-2009 e especialização em Atendimento clínico: Abordagem Psicanalítica pela ULBRA/SM. Mestre em Psicologia pela UFSM/RS.

** Professora Associada do Departamento de Psicologia, no Centro de Ciências Sociais e Humanas (UFSM). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado e Doutorado. Graduada em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, mestre em Educação pela UFSM e doutora em Educação pela UFRGS.

*** Docente no Curso de Psicologia da URI. Graduada em Psicologia (UFN-2009), mestrado em Psicologia Clínica pela UNISINOS e Doutorado em Linguística pela UFSM. Pós-doutora (PNPD - CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM.

construções dos escritos de Benjamin sobre o tema da experiência e a posição do *flanêur* em Baudelaire. Os participantes da pesquisa - técnicos, docentes e discentes ligados às atividades e projetos em Psicologia Clínica e Escolar Educacional na universidade - construíram escritas da experiência. Também foram incluídos neste estudo alguns fragmentos discursivos de expressões midiáticas em reportagens atuais de *sites* de notícias na internet, recolhidos como restos do discurso social acerca do tema. A problematização quanto aos efeitos dos discursos que organizam o laço social nas vivências universitárias encontrou tensionamentos sobre nossos modos de ser e de viver, modos de produção e de circulação dos afetos. *O desamparo, a velocidade, a estagnação, a sobrevivência, o esgotamento, a indiferença, o silenciamento.* Precipitados da experiência que decantam de narrativas diversas, significantes que constituem formas de nomear o mal-estar, de fazer registro e inscrição do que inquieta, do que produz sofrimento, nos limiares da escrita. Passagens constitutivas de experiências e de subjetividades.

Palavras-chave: Psicanálise. Mal-estar. Universidade. Temporalidade. Escritas da experiência.

CONTEMPORARY EXPRESSIONS OF UNEASINESS AT THE UNIVERSITY: TEMPORALITY AND EXPERIENCE WRITINGS

ABSTRACT

*The present essay is based on research built from concerns regarding psychological suffering in the university context, produced from the researcher's listening experience as a psychologist in institutions of the federal education network. It was done in the desire to build, from the listening-flânerie, spaces-time for reflection on contemporary expressions of uneasiness in the university. In its specificity, it aimed to problematize the socio-political dimension of suffering, its expressions and forms of recognition in the university territory; as well as reflecting on the social phenomena of our time, the processes of subjectivation and the strategies of inscription in the social bond in contemporary times. The methodological approach is defined by research in psychoanalysis. The design of this method is based on the ethical-methodological proposal made by Gurski (2008; 2012; 2014; 2019), in which the referential and psychoanalytical listening are articulated with the constructions of Benjamin's writings on the theme of the experience and *flanêur's* position in Baudelaire. The research participants - technicians, teachers and students linked to the activities and projects in Clinical and*

Educational School Psychology at the university - built writings of the experience. Also included in this study were some discursive fragments of media expressions in current news reports on internet news sites, collected as remnants of social discourse on the topic. The problematization as to the effects of the discourses that organize the social bond in university experiences found tension on our ways of being and living, ways of production and circulation of affections. Helplessness, speed, stagnation, survival, exhaustion, indifference, silence. Coming from the experience that flows from diverse narratives, signifiers that constitute ways to name the uneasiness, to register what is restless, what produces suffering, on the writing threshold. Transitions made of experiences and subjectivities.

Keywords: Psychoanalysis. Uneasiness. University. Temporality. Experience writings.

EXPRESIONES CONTEMPORÁNEAS DEL MALESTAR EN LA UNIVERSIDAD: TEMPORALIDAD Y ESCRITURAS DE LA EXPERIENCIA

RESUMEN

Este ensayo se basa en una investigación construida a partir de preocupaciones sobre el sufrimiento psicológico en el contexto universitario, producida a partir de la experiencia de escucha del investigador como psicóloga en instituciones de la red educativa federal. Se tejió en el deseo de construir, desde la escucha-flânerie, espacios-tiempo para la reflexión sobre las expresiones contemporáneas de malestar en la universidad. En su especificidad, pretendía problematizar la dimensión sociopolítica del sufrimiento, sus expresiones y formas de reconocimiento en el territorio universitario; además de reflexionar sobre los fenómenos sociales de nuestro tiempo, los procesos de subjetivación y las estrategias de inscripción en el vínculo social en los tiempos contemporáneos. El enfoque metodológico está definido por la investigación en psicoanálisis. El diseño de este método se basa en la propuesta ético-metodológica hecha por Gurski (2008; 2012; 2014; 2019), en la que la escucha referencial y psicoanalítica se articula con las construcciones de los escritos de Benjamin sobre el tema de la experiencia y la posición del flâneur en Baudelaire. Los participantes de la investigación, técnicos, docentes y estudiantes vinculados a las actividades y proyectos en Psicología de la Escuela Clínica y Educativa de la universidad, elaboraron escritos sobre la experiencia. También se incluyeron en este estudio algunos fragmentos discursivos de las expresiones de los medios en los informes de noticias actuales en sitios de noticias de Internet, recopilados como

restos del discurso social sobre el tema. La problematización de los efectos de los discursos que organizan el vínculo social en las experiencias universitarias encontró tensión en nuestras formas de ser y vivir, modos de producción y circulación de afectos. Impotencia, velocidad, estancamiento, supervivencia, agotamiento, indiferencia, silencio. Precipitados de la experiencia que decantan a partir de diversas narrativas, significantes que constituyen formas de nombrar el malestar, registrar y registrar lo que es inquieto, lo que produce sufrimiento, en los umbrales de la escritura. Pasajes constitutivos de experiencias y subjetividades.

Palabras clave: Psicoanálisis. Malestar. Universidad. Temporalidad. Escrituras de la experiencia.

Importa que na psicanálise hoje se faça a discussão, se trata do homem contemporâneo lidando com o corpo, o gozo, a dor, a vida e a morte e tudo o que se acha no saber-fazer, lida com o Real. E com o Outro. E entre os outros. O desafio vai ao extremo – como não recuar nos limiares, não se ausentar da passagem, transmissão do que por vezes é da ordem do inenarrável? [...] *não se pode desistir de constituir experiência; pois trata-se da mesma matéria, podemos dizer, do exercício do desejo* (Pereira, 2012).

O presente ensaio parte de uma pesquisa construída a partir de inquietações referentes ao sofrimento psíquico no contexto universitário, produzidas a partir da experiência de escuta da pesquisadora enquanto psicóloga em instituições da rede federal de ensino. O desejo de construir, a partir da *escuta-flânerie*, espaços-tempo de reflexão sobre as expressões contemporâneas do mal-estar na universidade encontrou na temporalidade das escritas da experiência a potencialidade da construção de limiares, de intervalos de precipitação dos sujeitos e de construção simbólica. As interlocuções do que se observa como demanda institucional referente ao sofrimento psíquico do estudante universitário, às vulnerabilidades, à exclusão social e às violências vivenciadas por estes, bem como o adoecimento de docentes e servidores, juntamente com as expressões recolhidas no cenário social acerca do tema compõem as reflexões aqui inscritas.

A abordagem metodológica define-se por uma pesquisa em psicanálise. O delineamento desse método sustenta-se na proposta ético-metodológica tecida por Gurski (2008; 2012; 2014; 2019), na qual se articulam

o referencial e a escuta psicanalítica com as construções dos escritos de Benjamin sobre o tema da experiência e a posição do *flâneur* em Baudelaire.

Gurski (2012) apresenta a figura do *flâneur* - recolhida por Benjamin da obra de Baudelaire - como uma personagem de resistência poética do século XIX, uma espécie de testemunha da desmoralização da experiência que ocorria por obra do ritmo, inspirado no tempo industrial: “personagem híbrido, o *flâneur* questionou a fugacidade e a vivência do tempo, buscando, na *flânerie*, um outro modo de percepção, passível de incluir o inesperado na construção da experiência” (Gurski, 2014, p. 175). A postura do *flâneur* é associada pela autora à posição da escuta em psicanálise, no que concerne à atenção flutuante, que caracteriza o trabalho do psicanalista. Outra personagem que se destaca na obra de Walter Benjamin, segundo Gurski e Strzykowski (2018), é o *catador de restos*: “figura que perambulava pelas cidades modernas em busca daquilo que grande parte da sociedade considerava inútil: lixo, sucata, migalhas, materiais descartáveis” (p. 411).

O tema da experiência (*Erfahrung*) é abordado por Benjamin (2017/1937) em contraponto ao conceito de vivência (*Erlebnis*), definindo este último como uma forma de experiência isolada, que não faz laço e não carrega nenhum valor coletivo. Destaca que um acontecimento pode decantar em experiência somente ao ser compartilhado, narrado, transmitido e denuncia o que chamou de esvaziamento da dimensão da experiência na modernidade (Benjamin, 2012/1933).

O percurso ético-metodológico do estudo foi tecido em três tempos¹. O primeiro tempo caracteriza o percurso-*flânerie* na instituição, a partir dos registros da experiência da pesquisadora, construídos em diários de experiência. No segundo momento da pesquisa, foram realizados convites à produção de um registro de experiência. Os participantes – três docentes, duas servidoras e uma discente, que compõem a rede transferencial de trabalho da pesquisadora – compuseram uma escrita em associação livre. Buscou-se ofertar a produção escrita como um primeiro dispositivo de intervenção frente à temática estudada, trabalhando, no *a posteriori*, seus efeitos nos sujeitos. No terceiro e último tempo da pesquisa, a partir da reunião de todo o material construído, foram realizadas as leituras e análises dos diários de experiência, dos registros

de experiência dos participantes e a análise do que decantou da *escuta-flânerie*. Nesse sentido, a travessia da pesquisa foi se costurando, nesses diferentes tempos, constituindo espaços, delimitando territórios da experiência, por meio de tecidos discursivos bordados nesta escrita.

O encontro com as fontes narrativas escolhidas – as expressões midiáticas em reportagens acerca do tema e os registros escritos de experiência dos participantes – bem como o movimento de leitura-escuta de cada uma e de escansão dos significantes (Iribarry, 2003), busca uma construção discursiva atenta aos elementos de repetição. É também na inspiração no estilo benjaminiano de escrita, colecionando citações e fragmentos de pensamento de seu tempo em seus “pequenos cadernos de notas”, inscrevendo “o que a leitura e a vida diária lhe rendiam como pérolas” (Arendt, 2008, p. 216), que este ensaio é tecido.

Recolhendo as pérolas da experiência de cada fonte, os restos do que interpela os sujeitos. Deixando-se afetar pelas palavras, no singular de cada experiência, em uma operação de costura, entrelaçando os tensionamentos que emergem com o referencial teórico, sem a pretensão de construir explicações ou determinações para o fenômeno estudado, respeitando sua complexidade, bem como as diversas questões que se abrem. Retomamos as elaborações de Rickes (2006), quando associa o movimento de corte/costura com a escrita, evocando também o trabalho psíquico que está em jogo na escrita da memória, pelo fio da palavra:

Falar de corte/costura evoca a imagem da agulha que faz passar a linha, esburacando os tecidos, inaugurando um traçado singular rumo ao ponto que se deseja fazer aproximar, na tentativa de articular a união entre as fazendas. Uma união, um laço que não deixa de denunciar a descontinuidade entre os planos. A agulha que desenha um traçado no ar. A linha que deixa como rastro no tecido o desenho de um trajeto. A costura que denuncia uma descontinuidade: pequena cicatriz nos tecidos (Rickes, 2006, p. 18).

Nesse sentido, a inspiração na figura do *catador de restos* buscou situar os diferentes discursos em seus detalhes, recolher testemunhos, cenas, histórias, memórias, fragmentos discursivos, elementos do tempo atual. O movimento de flunar pelas narrativas e espaços, sem buscar notar algo específico, atento às redes significantes e repetições que emergem do encontro com as narrativas, percebendo a potência dos restos no cotidiano

do trabalho institucional, a partir do que decanta da experiência, do que causa estranhamento. Esse movimento leva-nos ao encontro do que Benjamin descreve em seu escrito “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, tomando a narrativa como uma forma artesanal de comunicação, imprimindo-se “na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (Benjamin, 2012/1936, p. 221).

A composição narrativa do percurso de pesquisa e de seus efeitos de reflexão também nos remete ao proposto por Larrosa (2018, p. 26) quando trabalha o conceito de experiência, inicialmente como um lugar de encontro, de travessia, de passagem, de um mais além: “o sujeito da experiência se expõe, atravessando um espaço indeterminado e perigoso”. Tal espaço ocorre no encontro com a dimensão inconsciente da experiência, a qual associamos à questão lançada por Voltolini (2017, p. 312): “como considerar a presença ativa do indestrutível inconsciente no campo educacional”?

Nossa aposta parte da construção de espaços-tempo de circulação da palavra – e de seu registro pela fala ou escrita – que permitam a precipitação do sujeito da experiência, do sujeito do inconsciente e das inscrições narrativas que deles decantam. A proposta de tais espaços levou em conta o campo transferencial do cotidiano de trabalho da pesquisadora, as redes de relações tecidas e a intenção de tecer redes discursivas acerca do tema, partindo do local de atuação profissional, na busca de construção de dispositivos de intervenção frente às questões que se atravessam.

Assim, iniciamos com a enunciação dos contornos delineados na construção dos caminhos da pesquisa e de uma posição discursiva frente às experiências. Excertos dos diários de experiência da pesquisadora irão se entrelaçando às outras fontes narrativas e ao referencial teórico na tessitura da escrita, tendo como fios condutores o movimento da *flânerie* e a associação livre, bem como a construção de redes significantes acerca da temática. Importa destacar que, nesse sentido, as linhas de cada tecido discursivo irão se entrelaçando no texto, costurando-se pela via de seus elementos de repetição e tentativas de construção de sentidos, de bordeamento às questões que vão se lançando, dando a ver as marcas de um estilo na escrita.

Retomamos as considerações de Gurski (2019), quando ressalta a associação da *flânerie* como um dispositivo que “sustenta uma posição

possível do pesquisador em psicanálise na instituição”, bem como uma condição temporal comum à escuta psicanalítica e ao *flâneur*. A autora considera, dessa forma, a construção de possibilidades de oferecer “uma fala livre e mais implicada com o tempo de cada um, evocando o surgimento de uma narrativa mais próxima às questões do sujeito” (Gurski, 2019, pp. 166-167). Também nos remetemos à afirmação de Iribarry (2003), de que o pesquisador em psicanálise está implicado como primeiro sujeito de sua pesquisa, a fim de compor os primeiros traçados da narrativa, pelos fragmentos dos diários de experiência:

Os caminhos e descaminhos de um flunar pela instituição, deixando-se afetar pelas vivências, lançadas na forma de palavras e expressões soltas no caderno em branco, na intenção de que decantem em experiências a partir da escrita, forjando espaços e tempos. A associação livre da pesquisadora, os diários de experiência contornando o cotidiano institucional. Busco me deixar afetar, me percebendo no lugar de técnica, profissional da instituição, e pesquisadora, na aposta de que, a posteriori, os efeitos de uma investigação se manifestem na continuidade das práticas.

A problematização acerca das demandas estudantis frente ao sofrimento psíquico que, por muitas vezes, encontravam respostas burocratizadas ou patologizantes, nos nós de uma rede tecida com fios quase invisíveis, que demandam sempre novos laços. As experiências limites, as fronteiras, as crises, o ato. A ausência de limiares. O corpo frente ao insuportável, aos excessos. As demandas de suporte ao coletivo frente a vivência da morte autoprovocada. As incidências do acontecimento na instituição. A frequente repetição de tais acontecimentos nas instituições educacionais. A suspensão do tempo frente ao choque do real. As diversas tentativas de narrar e nomear o mal-estar e o sofrimento. A travessia que por vezes parte da sobrevivência, para o testemunho sobre a vivência e, por fim, para o registro simbólico da experiência. Os significantes sustentados pelo social na suposição de um frágil lugar de reconhecimento: a ansiedade e a depressão. As soluções mediadas pela lógica de mercado, de aceleração e de tamponamento de qualquer expressão do sofrer: a medicalização. A gestão do sofrimento e a administração do mal-estar. A expropriação do sujeito da experiência. A destituição de sua capacidade de narrar e de narrar-se. A desubjetivação. O desamparo discursivo. O sofrimento e sua dimensão sociopolítica.

Tais associações e inquietações impulsionam um percurso de pesquisa que busca tensioná-las por meio de um olhar para os efeitos dos discursos

que organizam o laço social no nosso tempo nas vivências universitárias. De que formas estas vivências são interpeladas pelos fenômenos sociopolíticos atuais? Ao problematizar as demandas recolhidas no cenário educacional, surge o desejo pela pesquisa e a busca por autores que problematizam tais questões. Nesse momento, a tessitura se abre entre os fios da experiência e de operadores conceituais.

Em *O mal-estar na Cultura*, Freud (2020/1930) tece sua teoria da cultura e uma série de teses fundamentais. Comparecem os elementos que serão cruciais como operadores de análises sociais e uma concepção de poder e de desamparo. Neste escrito, Freud indica as três fontes de mal-estar, sofrimento e infelicidade para o ser humano: a partir do próprio corpo que, “destinado à decadência e à dissolução, não pode nem mesmo prescindir da dor e do medo como sinais de alarme”; a partir do mundo externo que, “com suas forças descomuns, implacáveis e destrutivas”, pode voltar-se contra nós; e, por fim, das relações com outros seres humanos. O autor destaca que o sofrimento advindo desta última fonte talvez seja sentido de modo mais doloroso do que qualquer outro (Freud, 2020/1930, p. 321).

Assim, a fragilidade de nosso próprio corpo, a prepotência da natureza e a deficiência das disposições que regulam os relacionamentos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade, seriam as principais fontes de mal-estar. Freud (2020/1930) destaca ainda que na terceira fonte, a social, estão as disposições que nós mesmos criamos para nossa proteção contra o sofrimento, referenciando a natureza invencível de nossa própria constituição psíquica e a hostilidade da cultura. Suas proposições, nesse sentido, situam que a configuração do sofrimento é diferente em cada época histórica, bem como as disposições de respostas para o mesmo.

Seligmann-Silva (2017) ressalta a importância de pensarmos o significado do termo alemão *Unbehagen*, mal-estar: o termo *behagen* (que na palavra está precedido pela negação *un-*) refere-se ao “sentir-se protegido”; *unbehagen* remete a estar desprotegido, a uma falta de abrigo, a uma fragilidade. O autor destaca a proximidade do termo com outro de grande importância para a psicanálise: *Unheimlich* – o estranho, sinistro, inquietante – título de um ensaio de Freud, de 1919, tendo ele destacado como um dos sentidos justamente “o que provoca mal-estar”.

Para Gurski (2014), desde Freud (1930; 1937) estamos advertidos de que o mal-estar é condição para a criação da cultura e da civilização, bem como reconhecemos os paradoxos do campo da educação, “cuja insatisfação constante deve ser tomada como efeito da impossibilidade enquanto condição permanente do ato de educar” (Gurski, 2014, p. 172). O mal-estar na educação contemporânea nos impõe reflexões acerca das condições do sofrimento atual de educadores e jovens, associadas às repetitivas listas de sintomas manifestos e às queixas de pais e professores.

Pereira (2017) constata que, no âmbito da educação atual, os sintomas transbordam. Relaciona tal fato à perda da efetividade interditiva dos possíveis reguladores sociais. Acompanhamos o delineamento da questão lançada pelo autor, que evoca o sintoma no âmbito educativo em seu caráter político, a contrapelo de psicologismos estigmatizantes, reconhecendo que “todo sintoma é propriamente social – mesmo sendo em si um descontínuo desse social – está inscrito num tempo e numa história e se apresenta sempre à espera de alguém que o induza a ser falado” (Pereira, 2017, p. 11). Atentando a essas dimensões, passamos aos possíveis enlaces dos restos-retalhos da experiência da pesquisadora com as experiências que decantam de outras narrativas recolhidas neste percurso.

ACERCA DOS ESPAÇOS-TEMPO FORJADOS E DAS INSCRIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS

Na continuidade dos trilhamentos do percurso de pesquisa, a vinculação, enquanto profissional do ensino superior público, também sustentou o desejo pelo compartilhamento de experiências com os profissionais, docentes e discentes que vivem o cotidiano da instituição. Dessa forma, um dos tecidos narrativos deste estudo foi recolhido a partir do convite à produção de uma escrita da experiência em associação livre sobre como o tema da pesquisa interpela as suas vivências universitárias. Tal produção foi entregue em um momento posterior a um primeiro encontro com a pesquisadora, o qual não foi determinado inicialmente, mas procurou respeitar o tempo de cada participante.

A temporalidade da produção escrita dos participantes fomentou reflexões sobre como o convite foi recebido por cada um e os efeitos que

se colocar a escrever sobre suas vivências provocou. Alguns participantes entregaram sua produção escrita logo no encontro seguinte, em que se propunha uma roda de conversa que incluía o tema da pesquisa e a experiência da escrita. Percebeu-se que a resposta imediata ao convite fez com que algumas escritas tomassem a forma de uma produção quase acadêmica, com alguns escritos iniciando, inclusive, por um histórico curricular, o que ao mesmo tempo transparece as formas singulares de se voltar para as experiências universitárias. O pedido realizado por um dos participantes, de uma escrita do convite da pesquisa na forma de um e-mail, que detalhasse seus objetivos, também permitiu a reflexão sobre os imperativos de uma forma de produção que muitas vezes exclui o que é da ordem da subjetividade, da autoria e da criação, por meio de delimitações do que se considera uma escrita digna de reconhecimento nesse espaço.

Já outros participantes solicitaram à pesquisadora um tempo maior para a sua produção, sendo este associado à necessidade de um intervalo na rotina acadêmica para que pudessem se deter na reflexão sobre suas experiências, a qual precisou ser elaborada por muitos no período de férias. Observou-se que tal escrita tomou a forma de uma narrativa menos formalizada, mais próxima ao movimento de associação livre. Assim, a travessia da escrita permitiu a inclusão subjetiva frente aos registros de cada acontecimento, em um movimento de rememoração. Como bem situa a escrita de umas das participantes da pesquisa: “*a passagem a outro domínio temporal*” e a “*suspensão de um condicionamento acadêmico*” permitem a assunção de uma autoria, abrem as possibilidades de inscrições aos “*ousados(as) escritores(as) de suas próprias linhas*”.

Tais reflexões precipitaram as produções a partir dos trilhamentos pelos primeiros territórios deste trabalho, pensando a produção escrita como uma experiência de passagem, como uma experiência limiar. Nos remetem às construções de Sousa (1999) a respeito dos determinantes das condições de enunciação e a necessária condição de exílio implicada no ato de escrever, convocando a um descentramento subjetivo, bem como, muitas vezes, a necessidade de se colocar em “uma posição de estrangeiro para que neste intervalo criado entre o familiar da língua e o desconhecido de um sujeito produzido pelo texto, um estilo possa se constituir” (Sousa, 1999, n.p).

O autor associa a inibição da escrita a uma impossibilidade de instaurar para o sujeito um lugar de exílio, a qual só volta a ser possível se o sujeito conseguir suportar esse lugar de ausência produzido pelo ato de escritura. Refletimos também sobre como, na atualidade, as condições de nosso laço social impossibilitam esse descentramento subjetivo. Alguns trechos das produções dos participantes são bastante representativos dessas questões, como o retratado por uma discente:

Registro aberto,

Primeiro desafio: fazer livre as associações que já conheceram o silêncio de um cárcere.

Abrir um registro. Forjar uma válvula que dê escape ao que nem sempre é dito.

Deixar que o acúmulo de vivências transcorra em vazamento de experiências e inunde minhas palavras sem medo de ser, por elas, levada ao desconhecido.

Como pode se esperar de um registro, o sentido do relógio desfavorece minha fluidez. O tempo universitário, adepto ao empilhamento cronológico de vivências, em nada me surpreende ao barrar minha escrita até a passagem a outro domínio temporal, o do recesso acadêmico. Pausa - ainda institucional - ao comum excesso de movimentações e respostas institucionais mais ágeis do que seu próprio processo de elaboração. Não me surpreende ter realizado um esforço para me reencontrar em um escrito sobre a experiência universitária e por esse reencontro apenas ter sido facilitado pela suspensão, ao menos temporária, do condicionamento universitário (e não da condição universitária). Diante do tema “expressões contemporâneas do mal-estar na universidade: temporalidade e escritas da experiência” só alcanço a possibilidade de me inscrever após uma torção do tempo em sentido anti horário. E assim, dispara-se a corrente de significações que até então vivia seu próprio recesso. E agora? Por onde começo?

Perguntas sinceras mas que - sem querer - acabam por me orientar em parte cotidiana da experiência universitária. A alta demanda por atividades e exercícios na formação profissional por (muitas) vezes gera justamente essa incerteza sobre os próximos passos a seguir, sobre a posição de cada demanda na fila auto renovável de atribuições no intervalo auto consumível do tempo. Enquanto uma dimensão se estende, outra se encurta e é em meio a esse vai e vêm que se parece tecer a normativa de uma rotina muito bem ajustada a atordoantes aspectos da contemporaneidade (...).

A produção do inconsciente frente ao convite de escrita e a construção de um espaço- tempo enunciativo foram explicitados por uma das servidoras participantes:

Me questionei o porquê da resistência em responder à questão de pesquisa, por quais razões um registro de experiência em associação livre me tomaria num ponto de esquecimento, produção inconsciente. Também me questiono acerca na necessidade de estar fora, estar longe para poder escrever, como se algo da queixa me tomasse em necessidade, como se não pudesse escrever de dentro, de dentro de onde ainda posso produzir, criar.

Então me vejo envolta dos primeiros ensejos acerca do mal-estar, a crítica desmedida, crítica pela crítica, reação sem ação, sem criação. Entendo que um dos mal-estares contemporâneos que nos acomete na universidade diz respeito à dupla: velocidade-estagnação. Os imperativos contemporâneos de produção almejam: corra! Ao mesmo tempo, como sintoma, produzem-se as estagnações, paralisações, por vezes inibições. São respostas a um tempo em que o intervalo não é permitido, aquele intervalo necessário a todo percurso simbólico, às próprias inscrições das matrizes simbólicas, balizas necessárias para que, na falta e diante da falta, o sujeito se posicione. Como produzir falta, intervalo, num tempo em que os holofotes evidenciam a correria? É neste contexto que, também na Universidade, não há olhares, não há vozes que se entremeeiam. A produção do sofrimento universitário parece dizer respeito à lógica dos números, do mais um. Ao mesmo tempo em que inúmeros são aqueles que vencem, o sujeito inexistente, cada um é apenas mais um. [...] Destaco o contexto em que me encontro, na urgência de responder sem perder a serenidade de estar “fora”, dentro-fora, caro à psicanálise, mas mais caro àqueles que pretendem se sustentar dentro de um contexto que pode sugá-lo para dentro, engolfar...

A impossibilidade de inscrição sem uma torção do tempo em sentido anti-horário. A corrente de significações disparada após seu próprio recesso. A necessidade de estar fora, estar longe para poder escrever. A potencialidade destas construções nos remete ao escrito de Fonseca et al. (2018, p. 180), o qual discute o resgate das experiências liminares no cotidiano, entendendo-as “como zona de passagem entre um estado e outro, de acordo com Benjamin”. Junto aos autores, nos voltamos ao conceito de experiência liminar, presente no *Livro das Passagens*, de Benjamin (2009/1927-1940), acompanhando suas reflexões:

Entendemos que as experiências liminares correspondem àquelas que pertencem a zonas menos definidas que as fronteiriças. Lembram fluxos e contrafluxos que, em nossa atual sociedade, são como que apagados pela diminuição da nossa percepção aos ritmos e tempos diferenciados de transição. As transições, nos dias de hoje, encurtaram. Não podemos perder tempo, abolimos o tempo das passagens e seus ritos, já não experienciamos momentos de indecisão, de indecidibilidade com afago e acolhimento para uma outra experiência do tempo e da memória. O encurtamento das experiências liminares em nosso atual contexto social e individual manifesta-se como um diagnóstico de nosso intolerável presente: já não podemos sair do mesmo lugar, os limiares tornaram-se tão espessos que viraram lugares de detenção que não levam a lugar nenhum. Foram vampirizados pela biopolítica do capital. Diante disso, questionamos: como podemos acessar a experiência liminar para produzirmos um cotidiano a contrapelo das tendências biopolíticas, massificantes e formalizadas do contemporâneo? (Fonseca et al., 2018, p. 181)

Acompanhamos a questão proposta pelos autores e buscamos construir passagens junto aos tensionamentos produzidos pelos cortes e costuras no traçado dos tecidos discursivos das experiências e suas narrativas.

SOBREVIVÊNCIA. SOBRE A VIVÊNCIA. EXPERIÊNCIA. CONSTRUINDO POSIÇÕES ENUNCIATIVAS FRENTE ÀS EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DO MAL-ESTAR

O silêncio enclausurante das associações. O que dá escape ao que nem sempre é dito. *Vivências, experiências, palavras, desconhecido*. É no recorte da associação escrita que nos tomamos por uma reflexão. Dentre os convidados a participar da pesquisa, cinco eram estudantes e apenas uma respondeu ao convite. O que pode suscitar tal silenciamento? O que ele pode comunicar? Percebemos que tal condição aparece frequentemente como expressão do mal-estar contemporâneo, o que nos remete a algumas associações quando relacionadas à juventude e suas condições de nomeação da experiência. Também nos perguntamos se o convite à escrita não foi tomado pela via de mais um imperativo ou exigência à produção, diante da “*fila autorrenovável de atribuições no intervalo autoconsumível do tempo*”.

Tal inibição também pode ser relacionada ao *medo de ser, pelas palavras, levado ao desconhecido*. A construção da alegoria *sobrevivência, sobre a vivência, experiência*, parece enlaçar uma rede significativa que enreda as condições de necessidade, desamparo, da falta, para um possível caminho de assunção do desejo, de uma posição discursiva. O movimento de *deixar que o acúmulo de vivências transcorra em vazamento de experiências* depende do atravessamento desses limiares, dessa passagem pelas palavras, pela indeterminação, pelo desconhecido.

Em associação a tais reflexões, Gurski (2012; 2014) destaca a descartabilidade e o tom fugidio das relações no tempo social atual, a constante promessa de gozo na relação com os objetos e o prazer fugaz, em que o novo, como novidade, importa mais que qualquer tradição de pensamento. Afirma a necessidade de interrogarmos a transmissão que o mundo adulto faz em direção aos jovens nos dias de hoje, pois os impasses apresentados pela juventude, em cada época, apontam o que está em jogo no cenário social. Caracteriza como “erosão da adulez” (Gurski, 2012) as dificuldades em que os mais velhos se encontram para ocupar a posição de quem tem algo a transmitir às gerações futuras, encantados que estão pelas promessas de gozo atribuídas à juventude.

Gurski e Pereira (2016, p. 430) enfatizam a impossibilidade de pensarmos em constituição psíquica sem a relacionarmos ao laço social que a ensaja, pois “é na estreita relação com as pautas de cada época que os sujeitos vão se produzindo e construindo seus modos de constituição e de sofrimento psíquico”. Os autores afirmam que, na adolescência, as condições do laço social tornam-se ainda mais impactantes, em função das travessias entre o familiar e o social, em que são buscados novos traços passíveis de se representar e sustentar em um novo lugar psíquico na relação com o Outro. Dessa forma, o adolescente sofre com os efeitos advindos da desmoralização da experiência, do empobrecimento das narratividades, da ausência de diferença geracional, respondendo a essas condições através das manifestações sintomáticas.

Rickes (2007, p. 15) trabalha as condições de possibilidade que sustentam a emergência do *lugar sujeito*, refletindo acerca das posições enunciativas produzidas pelas diferentes articulações sociais estabelecidas, sustentando-se na teoria freudolacaniana

para afirmar que “é impossível pensar o singular desarticulado das condições do laço social que o determina”. Aponta a necessária condição de assujeitamento que a constituição do sujeito implica, na impossibilidade de separá-lo do Outro, estabelecendo o lugar sujeito como uma posição que só se desenvolve e se difunde em laços sociais que guardam determinadas características.

Para a autora, nas sociedades tradicionais, de estruturas sociais mais estáveis, a filiação constituía um lugar permanente na trama social, onde a divisão característica da posição sujeito não se configurava. Tal experiência psíquica só pode se estabelecer quando as estruturas que respondem ao homem sobre qual seu lugar nessa trama perdem a consistência e indicam como resposta uma provisoriidade:

A perda de um destino traçado no nascimento não se faz sem o trabalho de luto impulsionado pela ausência do amparo que um destino decidido na origem propicia – destino decidido pela filiação, ou ainda, ditado pelos desígnios do tirano. O indivíduo, ocupante de uma posição social estável, está amparado no traçado de uma trajetória de vida que não lhe reserva surpresas e que depende muito pouco de sua ação uma vez que já está escrita nas tramas do tecido que ele habita. [...] O sujeito, dividido, desamparado de uma origem que lhe antecipe seu trajeto no mundo, tenta fundar os argumentos que respondem por suas escolhas no *eu*. Este sujeito experimenta a cada passo a precariedade de seu ser, não encontrando nas organizações sociais a estabilidade que poderia conduzir-lhe às respostas sobre os caminhos que deve ou quer percorrer em vida (Rickes, 2007, p. 16).

A fim de perceber como o tema do mal-estar universitário é situado no laço social, tomado como laço discursivo a partir da teoria lacaniana, buscou-se associar ao movimento da *flânerie*, a observação do que se manifesta no discurso social acerca do tema, por meio de expressões midiáticas de reportagens jornalísticas que tentam explicitar a dimensão do fenômeno estudado, utilizando-se de diferentes formas narrativas. Em algumas delas encontramos um olhar atento e cuidadoso à complexidade e mutifatorialidade do fenômeno que se propõe a analisar, na construção de reflexões que não impõem determinações casuais. Em outras encontramos a busca

clara pela determinação dos fatos, os quais surgem “impregnados de explicações”, o que nos remete às construções benjaminianas acerca da forma de comunicação informativa, a qual, segundo o autor, é estranha à narrativa e incompatível com seu espírito e suas formas tradicionais por demandar uma verificabilidade imediata, precisando ser “compreensível em si e para si” (Benjamin, 2012, p. 219).

Parte das reflexões que deram lugar ao tema desta pesquisa foi tensionada pelas questões construídas por Brum (2018)², em um artigo jornalístico em que trata de recentes casos de suicídio entre jovens, os quais repercutiram em instituições escolares. Nesse sentido, propõe uma torção nos questionamentos, reposicionando as perguntas ao campo do coletivo: no lugar de se problematizar o porquê mais jovens se suicidam hoje, sugere pensarmos em por que não haveria mais adolescentes interrompendo a própria vida nos dias atuais do que no passado, destacando as condições atuais de um mundo distópico, que dificulta o encontro de sentidos diante do desespero. Refere que a dimensão coletiva não apaga a singularidade de cada caso, mas tal singularidade deve ser situada no contexto de seu tempo histórico: “quando adolescentes se matam, eles dizem algo sobre si mesmos, mas também dizem algo sobre a época em que não viverão”. Ressalta, ainda, que não é possível desconectar qualquer doença da época em que ela é produzida.

Sobre as configurações de nossa época, Brum (2018) aponta as dificuldades de se imaginar um futuro que não seja uma distopia, as expressões ilusórias de um mundo de relações virtuais e da impossibilidade de desconexão, do excesso de estímulos, da impaciência dos segundos e da sobreposição e aceleração dos tempos, em que não há espaço nem tempo para elaborar nenhuma experiência, pois em seguida outra se apresenta. Para a autora: “o mal-estar do nosso tempo é alimentado pela nossa impossibilidade de enxergar uma vida possível logo ali na frente. Como os adultos também não enxergam, o desamparo é total”.

Rosa (2015) assinala que a naturalização do desamparo social apaga a força discursiva dos sujeitos que estão submetidos, de forma que, aliado a estes, deparamo-nos com o desamparo discursivo, o qual lança o sujeito ao silenciamento que, muitas vezes, acomete alguns segmentos da população

e que pode ser orientador na análise de vários fenômenos. Pujó (2000) constrói a noção de desamparo discursivo para tratar da fragilização das estruturas discursivas que suportam o vínculo social. Refere-se à sensação de desproteção que se apodera progressivamente de nós nesta etapa avançada da modernidade, momento em que o discurso rege a “circulação dos valores e ideais, crenças e tradições, preferências e satisfações aceitas em determinada cultura, interpondo a malha protetora dos semblantes que resguardam o sujeito das emergências do real” (Pujó, 2000, p. 6).

Retomando as construções das produções escritas, destacamos a associação de uma servidora acerca da concepção de mal-estar:

Mal-estar, posição freudiana acerca do sujeito na cultura. Que todos tenhamos um mal-estar em relação a estar, estar com os outros, com os Outros, eis uma das questões fundamentais de toda neurose. A resposta ao mal-estar interpela então cada sujeito desde uma posição singular: da queixa à crítica, do ato à criação.

As respostas ao mal-estar são tensionadas por Kehl (2002) quando afirma que a sociedade contemporânea pensa a cura do sofrimento como eliminação de todo mal-estar: “o homem contemporâneo quer ser despojado não apenas da angústia de viver, mas também da responsabilidade de arcar com ela; quer eliminar a inquietação que o habita em vez de indagar seu sentido” (Kehl, 2002, pp. 8-9). Aponta que o sentido ou significado de um ato, uma experiência ou uma vida inteira se revela na interface entre o que é mais singular, mais particular, e sua inscrição simbólica na cultura. Também nos adverte de que os discursos atrelados às razões de mercado constituem cadeias metafóricas muito pobres, que vão do objeto ao sujeito e se encerram na promoção da ilusão de um encontro entre os dois, por se apoiarem cada vez menos em razões filosóficas.

Recolhendo alguns restos das escritas de experiência, vamos tecendo algumas reflexões. “Os atordoantes aspectos da contemporaneidade.” O mal-estar universitário manifesto pela *dupla: velocidade-estagnação. Os imperativos contemporâneos de velocidade em contraponto à produção de sintomas: estagnações, paralisações e inibições.* Um tempo que não permite o “*intervalo necessário a todo percurso simbólico, às próprias inscrições das matrizes simbólicas, balizas necessárias para que, na falta e diante da falta, o sujeito se posicione*”.

As produções dos participantes remetem a elaborações acerca da singularidade da experiência no nosso tempo, que suscitam algumas construções benjaminianas. Fonseca et al. (2018) destacam que nossas experiências em meio a um cotidiano acelerado acabam atravessadas por um ritmo de vida que forja tempos e espaços muito diferentes dos experimentados pelos antigos contadores de história: “as vivências que se acumulam, uma após a outra, não deixam sobrar tempo para a elaboração necessária para que algo que solidifique em nossa memória como experiência, para que um fragmento se transforme em pérola” (p. 182).

Buscamos novamente as construções de Kehl (2007), a qual também ressalta que a experiência do tempo na contemporaneidade resume-se à experiência da velocidade e ao tempo urgente do capital. A imersão do homem contemporâneo nessa temporalidade urgente, conforme a autora, já não permite conceber outra forma de estar no mundo que não seja a da velocidade, da pressa, das sensações fugazes e das percepções instantâneas que conduzem a decisões urgentes. O tempo, enquanto uma construção social, “talvez seja a face mais invisível e mais onipresente do poder” (Kehl, 2007, p. 258):

O controle do tempo é um aspecto do discurso, no sentido lacaniano, que ultrapassa o puro domínio do significante; a inclusão da dimensão temporal, sob forma subjetiva da *espera* de satisfação, marca o nascimento do sujeito psíquico. O tempo é instituído, para cada sujeito, no intervalo entre demanda e a satisfação; ou entre a demanda do Outro e a possibilidade do sujeito de responder a ela. Dito de outra maneira: o sujeito do desejo, em psicanálise, é um intervalo que pulsa entre o tempo próprio da pulsão e o tempo urgente da demanda do Outro (Kehl, 2007, p. 258).

Nesse sentido, ainda acompanhando as reflexões da autora, a temporalidade, como forma de organização e percepção do tempo, caracteriza um dos modos de regulação social da pulsão, no que tange ao ritmo que se imprime às modalidades de satisfação, de procrastinação, de gozo. As modalidades de satisfação às exigências pulsionais, manifestas pelas diferentes formas de se vivenciar a passagem ou duração do tempo, são diversas em diferentes culturas.

A problematização dessa questão também é explicitada em reportagens acerca do tema. Em sua nona edição, a revista *Arco* (2018) trabalhou a

temática da saúde mental no ambiente universitário, relacionando-a às atuais transformações no cenário sociopolítico e econômico e às lógicas de trabalho e produção instituídas. O adoecimento mental e suas formas de reconhecimento são relacionadas ao contexto de incertezas, exigências e também de falta de tempo, bem como à pressão acadêmica e ao estresse.

Destacam-se a normatização das lógicas de produtividade e a competitividade do sistema acadêmico, constituindo um ambiente muitas vezes hostil, o que se manifesta em formas de relação permeadas pela intolerância, pelo preconceito e pela segregação. As constantes privações impostas pela rotina, as necessidades econômicas que impõem a divisão do tempo entre estudo e trabalho, bem com a idealização da academia, a individualização e padronização nas práticas de ensino também são pontuadas. Além disso, a estrutura fragmentada com que as instituições se organizam também é associada aos fatores estruturais que contribuem para o adoecimento.

A respeito das lógicas e discursos instituídos no sistema acadêmico, encontramos consonância entre a reportagem e a produção escrita de uma profissional participante:

Uma lógica um tanto paranoica se instaura nos corredores. Na disputa por ser mais que um número, os números, um número, as pessoas se perdem. As relações de alteridade tomam outras frentes, o discurso persecutório se institui. Então é preciso estar um pouco fora, para olhar ao invés de enxergar [...]. Temos recebido estudantes atordoados, engolidos pela necessidade de resposta aos imperativos categóricos de nossa época. Respondemos com a escuta, um espaço-tempo lógico que possa ser exterior à cronologia. Ao mesmo tempo, nos vemos imersos aos calendários acadêmicos, às portarias e leis que tentam regimentar o mais rigidamente possível os passos de cada funcionário público. Não sou pública, isto é fato. E cada vez que o cargo que ocupo me fizer sentir pública, sei que estou no lugar errado, sei que estou exatamente onde o mal-estar interpela em grupo, é aí que me perco enquanto sujeito.

“Estudantes atordoados, engolidos pela necessidade de resposta aos imperativos categóricos de nossa época”. Mais recentemente, em matéria publicada no dia 16 de agosto de 2019, o jornal gaúcho *Zero Hora* tratou da ascensão de problemas de depressão e ansiedade e de episódios de suicídio de universitários em sofrimento psíquico, ocorridos nas

instituições de ensino. Relaciona tal fenômeno e as estatísticas implicadas à sua dimensão mundial e destaca as ações institucionais de suporte. A partir de entrevistas com estudantes, são expressos relatos de isolamento e depressão. Colocamos o trecho a seguir em destaque, a fim de problematizá-lo:

Esse cenário tornou-se mais visível após uma revolução no Ensino Superior, que colocou o sonho de cursar a universidade ao alcance de grupos tradicionalmente excluídos. Nos últimos anos, houve a ampliação das vagas, a interiorização dos cursos, a adoção de políticas de cotas e a possibilidade de ingresso com a nota do Enem, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Essas mudanças criaram uma mobilidade acadêmica inédita, com estudantes espalhando-se pelo Brasil. Alunos e professores ouvidos por *GaúchaZH* acreditam que essa bem-vinda transformação, responsável por democratizar o acesso e promover a igualdade, pode ter tido um efeito colateral imprevisto. A escassez de estruturas e recursos de apoio aos ingressantes pode ter favorecido casos de depressão nos *campi*.

De que *efeito colateral imprevisto* se trata? Refere-se a um efeito frente a uma mobilidade física ou se quer tratar de uma mobilidade social? O caminho discursivo tomado pela reportagem parece trilhar curvas sinuosas ao associar um processo de *democratização do acesso* a um efeito inesperado, o qual tem uma relação mais estreita com as condições de *permanência* dos alunos nas instituições, com a escassez de ações de assistência estudantil e com a precarização do ensino público, que instauram uma condição de desamparo social.

Nos propomos a pensar tal colocação a partir de alguns tensionamentos: o risco de tal associação direta cair em uma patologização de uma condição de vulnerabilidade social, bem como a possibilidade de incursão na exclusão da condição sociopolítica do sofrimento. Tais reflexões nos aproximam das advertências propostas por Dunker (2015) a respeito da expansão do âmbito patológico, contemplando atitudes inadaptadas, estilos de vida, comportamentos de risco, disfunções cerebrais, propensões genéticas e até mesmo vulnerabilidades sociais, o que configura uma “revitalização expansiva da diagnóstica psiquiátrica sem comparação com outras áreas da medicina” (p. 22).

Colocamos em questão também o próprio termo *democratização*, o qual, repositado frente ao contexto histórico da universidade enquanto instituição e de uma reforma universitária, iniciada nas proximidades da década de 1970, nos remete às reflexões de Chauí (2014) a respeito da implantação de um sistema universitário estruturado no modelo administrativo e organizacional da grande empresa capitalista. Conforme a autora, a massificação do ensino universitário, com o aumento de estudantes, baixou o nível dos cursos, a partir da desproporção entre corpo docente e quantidade de alunos, bem como pelo estado de degradação do ensino médio. Tal ideia de massificação, conforme a autora, pressupõe uma concepção elitista do saber, em que “está implícita a ideia de que para a ‘massa’ qualquer saber é suficiente, não sendo necessário ampliar a universidade de modo a fazer com que o aumento da quantidade não implicasse diminuição da qualidade” (Chauí, 2014, n.p.).

A violência dos discursos produzidos no capitalismo avançado é problematizada por Rosa (2015), indicando um modo de laço em que o sujeito é convocado violentamente ao gozo, sob a forma de consumo e lucro, ou na forma de sofrimento. Destaca a necessidade de abordarmos os fenômenos socioculturais e políticos da contemporaneidade e a problematização de sua incidência no sujeito, a qual produz, muitas vezes, efeitos de alienação e de destituição subjetiva. A leitura da autora é convocada pelo escrito da discente:

A tal empilhamento soma-se a instabilidade e a insegurança sociopolítica de não saber sobre a continuidade do solo em que piso enquanto profissional e cidadã e sobre a segurança de corpos como o meu e de corpos portadores de outros marcadores sociais. Política essa dos direitos que vão e vem e dos corpos que cada vez mais vão e jazem nas trincheiras de uma existência não reconhecida na podridão de um sistema de classes e de cores. O movimento desleal entre o ser tomada ou pela desesperança ou pela alienação. Isso também é expressão de mal estar. [...]

É nesse sentido que, junto a Rosa (2016), entendemos que os sintomas manifestos precisam de ser relacionados ao campo do social, fazendo-se necessária a escuta do sofrimento em sua dimensão sociopolítica, bem como a reflexão sobre os efeitos do desamparo discursivo nos sujeitos. Destacamos a proposta de psicanálise implicada construída pela autora, implicação com a

noção de laço social e discursivo como produtor e indutor de subjetividades. A autora também aponta a necessidade de construção e fundamentação de dispositivos de intervenção que incidam no discurso que rege o laço social, bem como de estratégias clínicas coletivas que criem formas de elaboração simbólica do vivido, resgatando a experiência compartilhada.

A expressão do mal-estar e sofrimento discente também é destacada na escrita de uma professora:

[...] o sofrimento dos alunos. Isso tem me feito repensar muitas coisas e também tentar compreender o que estamos fazendo que nossos alunos estão adoecidos. Diagnosticados, medicalizados, apáticos, sem brilho no olhar. Um olhar perdido tentando entender “o que vim buscar na universidade”.

Propomos a reflexão acerca do que se manifesta nesses discursos aliada às construções de Dunker (2015), quando demarca a impossibilidade de compreender as configurações históricas do sofrimento psíquico sem partirmos da reconstrução prévia de seus vínculos com a experiência social. Dessa forma, o sofrimento é indissociável de uma experiência narrativa que mobiliza sistemas sociais de valores e expectativas fracassadas de reconhecimento.

O autor define racionalidade diagnóstica no contexto de articulação entre mal-estar, sofrimento e sintoma, a qual “opera cifrando, reconhecendo e nomeando o mal-estar em modos mais ou menos legítimos de sofrimento e, estipulando no interior destes, as formas de sintoma” (Dunker, 2015, pp. 20-21). Adverte que a nomeação normativa de um sintoma incluída em classificações é fortemente redutiva em relação ao domínio de experiência que ela comprime e generaliza, operando uma neutralização do potencial crítico que dos sintomas psicológicos e do papel que sempre tiveram, de produzir novas modalidades de laços sociais.

É nesse sentido que nos questionamos acerca das construções da gramática de sofrimento manifesto no cenário educacional e de uma racionalidade específica nesse âmbito, institucionalizando formas de gestão do sofrimento e de administração do mal-estar, atreladas às formas de laço social na contemporaneidade, bem como aos modos atuais de estruturação do sistema universitário e suas lógicas de produção.

A busca por um ideal na formação, relacionado à demanda de mercado como objetivo a ser atendido, nos aproxima das reflexões de Chauí (2014) sobre a universidade administrada, a ideologia neoliberal e as formas atuais de gestão da educação. Tais questões são explicitadas na escrita de um docente participante: *“Além disso, acompanhei os primeiros alunos ingressantes até a graduação, podendo, desta forma, visualizar e monitorar o “produto” que estávamos entregando ao mercado”*.

A partir destes recortes, recolhemos as construções da autora acerca do conceito de ideologia da competência, o qual se caracteriza pela afirmação de que a divisão social se realiza entre os competentes e os incompetentes: os primeiros, especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos, em contraponto aos que executam as tarefas comandadas pelos especialistas. Destaca que o discurso competente é aquele proferido pelo especialista, que ocupa uma posição determinada na hierarquia organizacional:

Creio que a universidade tenha hoje um papel que alguns não querem desempenhar, mas que é determinante para a existência da própria universidade: criar incompetentes sociais e políticos, realizar com a cultura o que a empresa realiza com o trabalho. [...] Se a universidade brasileira está em crise, é simplesmente porque a reforma do ensino inverteu seu sentido e finalidade – em lugar de criar elites dirigentes, está destinada a adestrar mão de obra dócil para um mercado sempre incerto. E ela própria ainda não se sente bem treinada para isso, donde sua “crise”. (Chauí, 2014, n.p.)

Em algumas escritas de docentes participantes são expressas as incidências deste sistema na produção de sofrimento e mal-estar. A confrontação dos sujeitos com um ideal imposto parece constantemente atualizar as exigências para um mais além, revelando também a ambivalência entre a satisfação pela produtividade e o reconhecimento do lugar em que todos esses imperativos os colocam:

A oferta de diversas disciplinas fora da área de domínio de conhecimento é frequente nas instituições privadas. Este fato é favorável na ampliação do conhecimento, porém exige um empenho muito grande para o domínio do conteúdo e oferta das aulas, demandando muito estudo e tempo de preparo e capacitação para o desempenho dessa função. Por outro lado, essa condição

gera um estresse muito grande devido ao empenho e organização do tempo de preparo e oferta das aulas.

Na pesquisa realizada por Pereira (2016) acerca do mal-estar docente, são expressos um crescente esgotamento, absentéismo e hipermedicalização, além de queixas acerca das precárias condições de trabalho, de uma paralisia profissional, depressão e fenômenos associados, como estresse, transtorno bipolar, alimentar, pânico, bem como consumo de álcool. Para o autor, as constantes demandas a que estão submetidos relacionam seu êxito profissional ao êxito de todos, expondo sua vulnerabilidade. Ao avaliar o aluno, o que se avalia é o próprio trabalho do professor, colocando em suspeita sua competência, podendo produzir sentimentos de impotência e culpa, colocando à prova seu narcisismo. Afirma ainda que, na crença da responsabilidade pela transmissão do saber e tomado pelos ideais pedagógicos do nosso tempo, o docente vive o fracasso como algo muito próprio.

Além disso, encontramos a expressão de algumas dessas questões apontadas pelo autor na escrita de uma docente:

A caminhada vai se consolidando, você começa a se desvendar também nas suas possibilidades. Digo isso, pois a vida acadêmica é perversa, egóica, competitiva. O lattes passa por cima de todos. Você acha que não dará conta, que não publica o suficiente... Enfim, vai observando como cada colega também lida com isso. Depois da maternidade, você precisa de terapia para entender que a vida acadêmica não terá mais o mesmo ritmo. Sua produção é outra e você descobre que é possível, que você sobrevive.

Charczuk (2017) destaca que o sofrimento docente também pode estar relacionado a práticas, arranjos escolares e situações educacionais em que o professor é destituído de sua subjetividade em seu exercício, de sua singularidade. Para a autora, determinadas situações podem transformar a relação educativa em palco para a objetificação dos sujeitos, expropriando-lhes seus saberes e reduzindo a possibilidade de criação e invenção. Dessa forma, formula apostas em espaços de fala e também de formação de professores, onde estes possam dizer de si, de seu trabalho e de seu sofrimento.

Por meio da escrita, a narrativa dos excessos institucionais parece encontrar espaço de inscrição, de registro de uma multiplicidade de funções assumidas que se enumeram:

[...] Dessa forma, o grande estresse encontra-se nessa habilidade de exercer todas essas atividades de forma satisfatória. [...] Essa multifuncionalidade ativa me coloca em uma situação de movimento frenético, que ora se constitui em diversos cenários de atuação ampliando minhas habilidades e competências e ora me coloca em posição de fadiga. [...] A classificação docente nos órgãos de pesquisa, por produção docente, é um fator estressante, pois a elaboração de pesquisas estruturadas que despertem a classificação e investimento no projeto de autoria é insano. Esse fato contribui com a ansiedade docente [...].

A produção escrita do docente encontra-se com as reflexões de Costa (2017), ao questionar a investida neoliberal em prol do desmonte das instituições públicas, com sua lógica meritocrática, de produtividade e de concorrência quanto ao financiamento de pesquisas e classificação em ranqueamentos. Para o autor, diante deste cenário, retorna-se à ideia de moderação, impondo aos sujeitos a criação de estratégias de sobrevivência, diante da necessidade de “que fôssemos mais ou menos competitivos, mais ou menos empreendedores, mais ou menos ávidos para que nos tornássemos merecedores de sobrevivências acadêmicas mais ou menos compensatórias” (Costa, 2017, p. 23).

Ao tensionar as formas de gestão desse sistema, o autor evoca a dimensão micropolítica na construção de modos criativos de resistência, como formas de resposta do desejo à experiência da desestabilização e mal-estar provocados. Convoca-nos a traçar, com nossas pesquisas, nossas escritas e modos de viver-junto, cartografias capazes de construir possibilidades de trânsito no ambiente acadêmico, diante das forças que colonizam nossa experiência imediata.

A construção desses espaços possíveis, a contrapelo das imposições deste cenário obscuro, na produção de encontros que buscam os sujeitos da experiência, é evocada pela narrativa da docente:

Atualmente, percebo que nossos alunos precisam de um olhar atento, de alguém que escute suas angústias, suas questões, seus medos, anseios... alguns precisam ou buscam um abraço, um olhar, um “oi, tudo bem”? Coisa mínimas no relacionamento interpessoal diário. Mas para querer/poder ouvi-los preciso querer e saber que serei afetada por isso. Que de alguma forma preciso me envolver. Construimos um grupo que não é só de pesquisa, ensino ou extensão. É um grupo de afeto, de cuidado.

Junto a estas construções, recolhemos um trecho da escrita de uma profissional, a qual também aponta a construção de espaços criativos e de resistência:

O que hoje realmente me toma experiencialmente são as possíveis projeções futuras. Como sustentar uma ética que muitas vezes é contrária à lógica universitária? Neste espaço que habito, ainda me é possível e por isto permaneço. Convivo com pessoas que respeitam o tempo, produzimos laços interessantes e um respiro àqueles que chegam à clínica submersos. Como são possíveis estas produções? Serenidade e sinceridade. Não cair num discurso óbvio sempre me pareceu recomendável, não reproduzir queixas, mesmo que às vezes, me veja envolta delas (...).

Dessa forma, a tessitura de tais redes discursivas acerca das formas de expressão contemporâneas do mal-estar na universidade, pela narrativa das experiências do percurso deste estudo, busca alinhar seus últimos traçados. Estes vão se entrelaçando no reconhecimento da existência de muitos fios soltos pelo caminho, bem como de alguns nós impossíveis de desatar, que nos remetem à dimensão de incompletude, de intransmissibilidade e dos limites da linguagem. O indeterminado. O desconhecido. O bordado dessa trama também mostra um desenho descontínuo em seus avessos, que transparecem a dimensão impossível do educar e seus restos, no não-saber que buscamos contornar pela palavra.

Nesse sentido, retornamos às provocações do fragmento que abrem este ensaio: “*como não recuar nos limiares, não se ausentar da passagem, transmissão do que por vezes é da ordem do inenarrável*”? Insistimos na constituição da experiência, no exercício do desejo, pela circulação da palavra. Na busca pelos limiares, a livre associação da discente encontra na produção artística possibilidades de elaboração de um tempo. *Sobre viver e experimentar – re (existir), (re) sentir, (re) significar. Criar:*

Mal estar é perceber que existem mais cicatrizes sob o sol do que os espaços de escuta dentro de uma instituição interessados em conhecer. É doloroso saber que essa limitação também serve a algo, afinal, como a letra de uma música que tanto marca a experiência de 2019, ao tanta dor roubar nossa voz, o que resta de nós? Alvos passeando por aí. No sinal AmarElo do percurso de narrar a si mesmo, pode-se ler escrito:

“Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência é roubar o pouco de bom que vivi.” (Emicida, 2019)³.

RESTOS-RETALHOS: TECITURAS DA EXPERIÊNCIA EM TEMPOS SOMBRIOS

Ao final desta travessia, algumas falas e escritas insistem em ecoar. Significantes que inscrevem algumas expressões contemporâneas do mal-estar na universidade e, por que não dizer, no cenário social do nosso tempo. Precipitados da experiência que decantam de narrativas diversas. *O desamparo, a velocidade, a estagnação, a sobrevivência, o esgotamento, a indiferença, o silenciamento.* A destituição subjetiva. A ausência de limiaries. São restos-retalhos da tecitura desse percurso de pesquisa que constituem formas de nomear o mal-estar, de fazer registro e inscrição do que inquieta, do que produz sofrimento, nos limiaries da escrita. Elaboraões que criam formas de *dar escape aos não-ditos*, produzindo encontros *destemidos com o desconhecido*, disparando *correntes de significação*.

Continuamos a deparar-nos com os *atordoantes aspectos da contemporaneidade. A suspensão do tempo frente ao choque do real.* No momento em que escrevo estas linhas, estamos envoltos em um acontecimento que interpela a todos, sem distinções de qualquer ordem. A expressão do mal-estar toma-nos a partir de um mesmo lugar. Isolados, reclusos no combate a um inimigo invisível. Uma condição contingente de saúde pública, uma pandemia, que nos impôs uma paragem, um intervalo frente ao emaranhado de vivências cotidianas. Uma pausa de tempos indeterminados. A vivência que forja reflexões, ainda mais urgentes, sobre a constituição de experiências limiaries cotidianas. Muitos de nós ainda respondem espelhados aos imperativos de nossa época: produzir fazeres neste intervalo, tirar proveito deste tempo.

A condição de exílio, para além do que nos convoca o ato de escrita, conforme nos suscitaram as construções desta pesquisa, se torna uma necessidade real, no isolamento social. Porém, um descentramento subjetivo já nos demanda um esforço maior, pois as novas informações e novos acontecimentos nos convocam constantemente, denunciando riscos. Estamos no tempo de *testemunho sobre a vivência*, buscando

recursos narrativos, formas de nomear o mal-estar e o sofrimento que encontrem *um registro simbólico de tal experiência*, frente ao real que não cessa de interpelar. *Impotência, incertezas, fragilidade, vulnerabilidades...*

Uma vivência que nos coloca frente ao novo, que certamente nos tornará outros. Um intervalo que impõe tensionamentos sobre nossos modos de ser e de viver, modos de produção e de circulação dos afetos. Tensionamentos também precipitados a partir das inquietações que originaram esta pesquisa. Tais acontecimentos constituirão fronteiras ou limiares? Voltaremos silenciados deste combate, como refere Benjamin (2012/1933) acerca dos soldados frente ao choque da experiência de guerra? Percebemo-nos como minúsculos e frágeis corpos humanos frente a um campo destrutivo de forças, em aproximação à narrativa do autor acerca daquela experiência, fazendo frente ao desamparo. Insistimos: *não se pode desistir de constituir experiência; trata-se da mesma matéria, do exercício do desejo.*

As formas de gestão do sofrimento e administração do mal-estar mostram sua face mais perversa, propondo-nos escolhas entre a vida ou o capital, entre formas de sustento e de renda ou a preservação da saúde. Um paradoxo perverso. Um “estado suicidário”, como bem nos descreve Safatle (2020), na construção de uma denúncia ao que caracteriza como “um novo estágio nos modelos de gestão imanentes ao neoliberalismo. Agora, é sua face a mais cruel, sua fase terminal” (Safatle, 2020, p. 4).

De alguma forma, as leituras e escutas construídas a partir deste percurso de pesquisa recolhem o mal-estar proveniente do confronto dos sujeitos com estas lógicas. *Racionalidades neoliberais*. Muitas vezes violentas, intolerantes, segregadoras. *Os condicionamentos e as sobrevivências acadêmicas*. *O aluno-produto entregue ao mercado*. Lógicas que também sustentam uma gramática de sofrimento no cenário educacional. A escrita que flui no movimento das livres associações denunciando o mal-estar. A escrita que o bordejia, contorna, para dele não dizer. A escrita impossível. As inscrições em ato. São recortes de alguns efeitos dos discursos que organizam o laço social nas vivências universitárias e nas nossas formas cotidianas de fazer laço.

Lembramos Agamben (2005, pp. 21;23) quando afirma que o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência e a incapacidade de

fazê-la e transmiti-la “talvez seja um dos poucos dados certos de que disponha sobre si mesmo”. O autor também aponta o insuportável de nossa incapacidade de traduzir em experiências nossa existência cotidiana. Porém, constatando tal realidade, ainda insiste – na esteira da herança benjaminiana – na possibilidade de existência de “um germe de experiência futura”, em hibernação, apostando no escrito como um lugar lógico para que possa atingir a maturação.

Como não recuar frente ao inenarrável? Como sustentar-se como sujeito em meio a contextos engolfantes? Como sustentar uma ética muitas vezes contrária à lógica universitária?

Torna-se impossível pensar a respeito do final de um percurso de pesquisa sem ser interpelada pelas expressões mais atuais do mal-estar, nos limites entre a vida e a morte, nas condições de *sobrevivência*. Significante que insiste por entre os traçados desta pesquisa, relacionado ao cenário educacional. As associações em meio a esta rede significativa nos remetem às condições de enunciação dos sujeitos na atualidade, muitas vezes destituídos da possibilidade de narrar-se. Sem espaços e tempos de elaboração.

O silenciamento de muitos estudantes em resposta à proposição deste estudo nos faz refletir sobre formas não convencionais de escuta e intervenção, implicadas com estas incidências dos fenômenos sociopolíticos nos sujeitos e na criação de formas de elaboração simbólica do vivido. A percepção de *alunos adoecidos, a apatia, o olhar perdido. O adoecimento, a medicalização como estratégia para suportar, a falta de brilho no olhar*. Caracterizações que nos remetem, mais uma vez, às produções de Agamben (2008), ao enunciar que o biopoder contemporâneo reduz a vida à sobrevida, elimina o corpo e o mantém em uma zona intermediária entre a vida e a morte, produzindo sobreviventes. Referenciando as construções do autor, Pelbart (2013) aponta que tal condição de sobrevivente caracteriza um efeito generalizado do biopoder, não mais restrito apenas aos regimes totalitários, mas incluindo “a democracia ocidental, a sociedade de consumo, o hedonismo de massa, a medicalização da existência, em suma, a abordagem biológica da vida numa escala ampliada” (Pelbart, 2013, p. 27).

Como produzir passagens do mal-estar ao ato criativo? Como fazer frente ao desamparo discursivo? Aqui, encontramos na escrita uma possibilidade

de *fazer a experiência falar*, de produção narrativa, advertidas de tantas outras possíveis, na aposta em nossa responsabilidade cotidiana enquanto profissionais e na potencialidade de nossas práticas criativas. A ética da psicanálise convoca-nos ao encontro com a transitoriedade nos limiares, com a transitoriedade de nossas vidas. Passagens constitutivas de experiências e de subjetividades. Brechas, fendas, deslocamentos, esses lugares-do-*entre* que se abrem, em suspensões temporais por onde os sujeitos possam emergir. Intervalos. Lugares de ruptura, de rompimentos com o estabelecido, de aberturas para o novo e de avessos produtivos de traçados singulares.

A construção de espaços-tempo de circulação da palavra, de precipitação do sujeito da experiência, situa sua aposta nas experiências limiares nomeadas por Benjamin: o despertar, a conversação e o sonho como passagens, zonas de transição criativas e transformadoras, que constituem novas posições enunciativas. Não recuemos frente à *travessia indeterminada e perigosa da experiência*. Pelo fragmento recortado da música evocada pela estudante, buscamos lampejos frente a tanta obscuridade:

*“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes (...)
Pra que amanhã não seja só um ontem
Com um novo nome.”*

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2005). *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Agamben, G. (2008). *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt, H. (2008). *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1955).
- Benjamin, W. (2017). *Baudelaire e a modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Obra original publicada em 1937).
- Benjamin, W. (2012). Experiência e pobreza. In Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. (vol.1). São Paulo: Brasiliense. (Obra original publicada em 1933).
- Benjamin, W. (2012). O narrador. In Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. (vol.1). São Paulo: Brasiliense. (Obra original publicada em 1936).
- Benjamin, W. (2009). *Passagens*. Bolle, W., & Matos, O. (Orgs.). (I. Aron, Trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. (Obra original publicada em 1927-1940).
- Brum, E. (2018, junho). O suicídio dos que não viram adultos nesse mundo corroído. Coluna Opinião. *Jornal El País*. Recuperado em 14/07/18 de https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/opinion/1529328111_109277.amp.html
- Charczuk, S. B. (2017, novembro). *Acerca do mal-estar e sofrimento docente*. In Colóquio Internacional do LEPSI. São Paulo, Brasil. 12.
- Chauí, M. (2014). *A ideologia da competência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Costa, L. B. (2017, setembro-dezembro). Aos que ainda escrevem: a escrita acadêmica nos designs do neoliberalismo. *Linha Mestra*, 33, 21-28. Recuperado em 23/04/18 de https://linhamestra0033.files.wordpress.com/2018/01/03_luciano_bedim_da_costa.pdf
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.

- Freud, S. (1930). O mal-estar na cultura. In Iannini, G., & Tavares, P. H. (Orgs.). *Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. (pp. 305-405). Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- Freud, S. (1996). Análise terminável e interminável. In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. vol. 23. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1937).
- Fonseca, T. M. G., Albuquerque, A. S., Cardoso Filho, C. A., & Siegmann, C. (2018, agosto). O cotidiano frente à experiência liminar. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, 30(2), 180-188. Recuperado em 15/02/2019 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198402922018000200180&lng=en&nrm=iso
- Gurski, R. (2008). *Juventude e paixão pelo real: problematizações sobre experiência e transmissão no laço social atual*. 219 f. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Gurski, R. (2012). *Três Ensaios sobre Juventude e Violência*. São Paulo: Escuta.
- Gurski, R. (2014). Três Tópicos para pensar (a contrapelo) o mal-estar na educação. (pp. 167-180). In Voltolini, R. (Org.). *Retratos do Mal-estar na educação contemporânea*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Gurski, R. (2019). A escuta-flânerie como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e Socioeducação. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, 51(2), 166-194. Recuperado em 25/02/20 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010148382019000200009
- Gurski, R., & Strzykalski, S. (2018, setembro-dezembro). A pesquisa em psicanálise e o “catador de restos”: enlaces metodológicos. *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, XXI(3), 406-415. Recuperado em 26/01/19 de <http://www.scielo.br/pdf/agora/v21n3/1809-4414-agora-21-03-406.pdf>
- Gurski, R., & Pereira, M. R. (2016, dezembro). A experiência e o tempo na passagem da adolescência contemporânea. *Psicol. USP*, São Paulo, 27(3), 429-440. Recuperado em 25/02/18 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642016000300429&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

- Iribarry, I. N. (2003, janeiro-junho). O que é pesquisa psicanalítica? *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 6(1), 115-138. Recuperado em 24/06/18 de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982003000100007
- Kehl, M. R. (2002). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Kehl, M. R. (2007). Tempo e narrativas. In Costa, A., & Rinaldi, D. (Orgs.). *Escrita e psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud: UERJ, Instituto de Psicologia.
- Larrosa, J. (2002, abril). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, 19, 20-28. Recuperado em 13/03/18 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782002000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- Melo, I. (2019, 16 de agosto). Depressão e ansiedade de universitários: um problema em ascensão que preocupa especialistas e instituições. *Zero Hora*. Recuperado em 16/08/19 de [https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2019/08/depressao-e-ansiedade-de-universitarios-um-problema-em-ascensao-que-preocupa-especialistas-e-instituicoes-cje96go8034t01pau0l8bbe2.html#:~:text=Uma%20propor%C3%A7%C3%A3o%20expressiva%20de%20estudantes,psiqui%C3%A1trica%20\(6%2C5%25\)](https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2019/08/depressao-e-ansiedade-de-universitarios-um-problema-em-ascensao-que-preocupa-especialistas-e-instituicoes-cje96go8034t01pau0l8bbe2.html#:~:text=Uma%20propor%C3%A7%C3%A3o%20expressiva%20de%20estudantes,psiqui%C3%A1trica%20(6%2C5%25))
- Pelbart, P. P. (2013). *O avesso do nihilismo: cartografias do esgotamento*. São Paulo: n-1 edições.
- Pereira, L. S. (2012). In Costa, A., & Rinaldi, D. (Orgs.). *A escrita como experiência de passagem*. Rio de Janeiro: Cia de Freud.
- Pereira, M. R. (2016). *O nome atual do mal-estar docente*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço.
- Pereira, M. R. (2017). Psicanálise, educação e sintoma: uma introdução. In Pereira, M. R. (Org.). *Os sintomas na educação hoje: que fazemos com “isso”?* Belo Horizonte: Scriptum.
- Pujó, M. (2000, junho). Trauma y desamparo. *Revista Psicoanálisis y el hospital*, 17, 5-29.
- Revista Arco: Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Dossiê Saúde Mental. (2018, junho). n. 9. Recuperado em 12/01/2019 de <https://www.ufsm.br/midias/arco/9a-edicao/>

- Rickes, S. M. (2006, janeiro-dezembro). No fio da palavra. *Organon*, 20(40/41), 17-27. Porto Alegre. Recuperado em 13/01/19 de <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/39563>
- Rickes, S. M. (2007, agosto). Entre a sujeição e o domínio, vibra a posição sujeito: reverberações éticas de uma concepção do sujeito como lugar enunciativo. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, 19(2), 15-24. Recuperado em 30/01/20 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822007000200003&lng=en&nrm=iso
- Rosa, M. D. (2015). *Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. 2015. 144 p. Tese de livre-docência. Departamento de Psicologia Clínica. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Safatle, V. *Bem-vindo ao estado suicidário*. São Paulo, Latesfip/USP, 2020. Recuperado em 27/03/20 de <https://n-1publications.org/004>
- Seligmann-Silva, M. (2017). A cultura ou a sublime guerra entre amor e morte. In Freud, S. *O mal-estar na cultura*. (2ª ed., pp. 21-38). Porto Alegre, RS: L&PM. (Obra original publicada em 1930).
- Sousa, E. L. A. de. (1999). O inconsciente e as condições de uma autoria. *Psicol. USP*, São Paulo, 10(1), 225-238. Recuperado em 26/01/19 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365641999000100011&lng=en&nrm=iso.
- Voltolini, R. (2017). A normatividade como anomalia na pesquisa psicanalítica. In Pereira, M. R. (Org.). *Os sintomas na educação hoje: que fazemos com “isso”?* Belo Horizonte: Scriptum.

NOTAS

- ¹ Importa destacar que, durante a realização desta pesquisa, foram considerados todos os procedimentos éticos necessários. O estudo passou por análise e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da instituição. Foi solicitada autorização institucional e, para participação na pesquisa, foram previamente esclarecidos seus objetivos e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, estando garantidos o sigilo, a privacidade e a confidencialidade.

² Eliane Brum é jornalista, escritora, documentarista e colunista do jornal *El País*.

³ Referência ao álbum *AmarElo* e à música de mesmo título, composto pelo *rapper* brasileiro Emicida.

Recebido em 12 de fevereiro de 2021

Aceito para publicação em 1 de junho de 2021

EXPERIÊNCIAS DE (DES)CONTINUIDADE E O VIR A SER NO ABRIGO: ENTRE ENCONTROS E POSSIBILIDADES

*Poliana Omizzollo**

*Milena da Rosa Silva***

*Lízia Pereira da Rosa Taborda****

RESUMO

O presente trabalho apresenta um fragmento de um projeto maior, o qual abordou as possibilidades de vir a ser em uma instituição de acolhimento. Nos propusemos a realizar uma operação de leitura (Jerusalinsky & Berlink, 2008) da relação estabelecida entre bebês que se encontram acolhidos em abrigos residenciais e seus respectivos cuidadores. Discutimos as observações realizadas com dois bebês, com 14 e 18 meses de idade, acolhidos em dois distintos abrigos residenciais de Porto Alegre (RS - Brasil). Realizamos quatro visitas a cada casa, nas quais os bebês foram observados em relação com os agentes educadores, utilizando os Indicadores Clínicos de Referência para o Desenvolvimento Infantil (IRDIs). Buscamos ainda, a partir de conceitos fundamentais da teoria de D. Winnicott, apoio para refletir acerca do que se mostrou em evidência na relação entre bebês e cuidadores, de modo que as concepções de ambiente e de (des)continuidade dos cuidados serviram como base nesta leitura, permitindo a emergência de alguns apontamentos: mesmo ressaltando o direito da continuidade dos cuidados que toda criança possui, a separação da mãe/família não necessariamente se faz, por

* Psicóloga formada pela PUCRS, Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS), Especialista em Clínica Psicanalítica pela UFRGS.

** Psicóloga formada pela UFRGS, Mestre e Doutora em Psicologia (UFRGS), Docente da Graduação em Psicologia e do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS).

*** Psicóloga formada pela UFRGS, Mestre e Doutoranda em Psicoterapia Psicanalítica da Infância e Adolescência pela Tavistock and Portman NHS Foundation Trust.

si só, traumática. Comprendemos, portanto, que mesmo sendo portadores de uma marca primeira (privação da família originária), existe possibilidade de o bebê se desenvolver satisfatoriamente no contexto do acolhimento institucional desde que possa estabelecer um encontro com alguém/ambiente disponível para sustentá-lo, para proporcionar uma experiência de continuidade e para impedir que seu sofrimento inicial impossibilite seu vir a ser.

Palavras chave: bebê; acolhimento institucional; IRDI; Winnicott; psicanálise.

EXPERIENCIAS DE (DES)CONTINUIDAD Y EL VENIR A SER EN EL ABRIGO: ENTRE ENCUENTROS Y POSIBILIDADES

RESUMEN

Este documento presenta un fragmento de un proyecto más amplio, que abordó las posibilidades de llegar a ser sujeto en una institución de acogida. Se propuso realizar una operación de lectura (Jerusalinsky & Berlink, 2008) de la relación que se establece entre los bebés que se encuentran acogidos en albergues residenciales y sus respectivos cuidadores. Discutimos las observaciones realizadas con dos bebés, de 14 y 18 meses, que están alojados en instituciones de acogida en Porto Alegre (RS - Brasil). Para esto, utilizamos los Indicadores clínicos de referencia para el desarrollo infantil (IRDI). Realizamos cuatro visitas a cada hogar, en las que se observó a los bebés en relación con los agentes educadores, utilizando los Indicadores Clínicos de Referencia para el Desarrollo Infantil (IRDIs). También se buscó, a partir de los conceptos fundamentales de la teoría de D. Winnicott, sustento para reflexionar sobre lo evidenciado en la relación entre bebés y cuidadores, de manera que las concepciones de entorno y (dis) continuidad del cuidado sirvieran de base en esta lectura, permitiendo el surgimiento de algunas notas: incluso enfatizando el derecho a la continuidad del cuidado que tiene todo niño, la separación de la madre / familia no es necesariamente traumática en sí misma. Entendemos, por tanto, que aun siendo portadores de una primera marca (privación de la familia originaria), existe la posibilidad de que el bebé se desarrolle satisfactoriamente en el contexto del cuidado institucional, siempre que pueda establecer un encuentro con alguien / entorno. disponible para apoyarlo, para brindar una experiencia de continuidad y para evitar que tu sufrimiento inicial te haga imposible llegar a ser.

Palabras clave: bebés; cuidado institucional; Winnicott; IRDI; psicoanálisis.

EXPERIENCES OF (DIS)CONTINUITY AND THE POSSIBILITY OF COME TO BE IN THE SHELTER: BETWEEN ENCOUNTERS AND POSSIBILITIES

ABSTRACT

This paper presents a fragment of a larger project, which addressed the possibilities of come to be in a sheltering institution. We proposed to perform a reading operation (Jerusalinsky & Berlink, 2008) of the relationship established between infants who are living in residential shelters and their respective caregivers. We discussed the observation of two infants, with 14 and 18 months-old, sheltered in two different residential shelters in Porto Alegre (RS - Brazil). We conducted four visits to each house, in which each infant was observed in relation to their educating agent, using the Clinical Reference Indicators for Child Development (IRDIs). We also seek, from fundamental concepts of D. Winnicott's theory, support to reflect on what has been shown in evidence in the relationship between infants and carers in a way that the conceptions of environment and (dis) continuity of care served as the basis for this reading, allowing the emergence of some notes: even emphasizing the right of continuity of care that every child has, the separation of the mother / family is not necessarily traumatic in itself. We understand, therefore, that even if they have a first mark (deprivation of the original family), there is a possibility that the baby develops satisfactorily in the context of institutional care, as long as he can establish an encounter with someone/environment available to support him, to provide an experience of continuity and to prevent that this initial suffering makes him incapable of come to be.

Keywords: infant; sheltering institution; IRDI; Winnicott; psychoanalysis.

INTRODUÇÃO

Este relato busca resgatar fragmentos de experiências em lares que se apresentam distintos daqueles de uma família. São instituições que acolhem bebês, crianças e adolescentes que por diversos motivos foram separados de suas famílias de origem. Neste processo, onde a (des)continuidade se faz presente, apresentam-se diferentes formas de encontros e descobertas, de modo que fomos incitadas a refletir acerca das possibilidades de vir a ser que se configuram nestes locais.

Boris Cyrulnik (2006) nos traz a ideia do tempo enquanto atravessado por vivências carregadas de sentido e afetividade, por meio das quais registros são produzidos através de imagens e palavras. Nesta conjuntura, o autor nos apresenta a ideia do tempo enquanto sinônimo de diferentes passagens, onde memórias são construídas através de tudo o que é contínuo e também daquilo que por algum motivo possa vir a se interromper, deixando ainda alguma marca. Neste ensejo, trazemos a teoria winnicottiana, a qual apresenta como seu fio condutor a ideia de continuidade do ser (*being*), onde a constância dos cuidados assegura e proporciona o devir sujeito. Nas palavras do autor, “a base de todas as teorias sobre o desenvolvimento da personalidade humana é a continuidade, a linha da vida, que provavelmente tem início antes do nascimento concreto do bebê” (Winnicott, 1968/2006, p. 79). Esta possibilidade de cuidados contínuos propicia ao bebê a confiança necessária para sentir-se real.

Para Figueiredo (2009), sem a oferta e experiência da continuidade não é possível o sentimento de existir. Neste caminho, é preciso que a continuidade seja construída e reconstruída a cada passo, sendo esta incumbência daquele que cuida, “frequentemente são famílias, grupos e instituições os objetos mais aptos a oferecer *holding* ao longo da vida, principalmente quando o que está em jogo é a continuidade na posição simbólica do sujeito no mundo” (Figueiredo, 2009, p. 125-126).

Partindo da concepção de Figueiredo (2009) quanto à construção e reconstrução da continuidade no decorrer do tempo, bem como das concepções winnicottianas (1950/2005, 1968/2006) a respeito, trazemos à discussão o contexto que por ora nos dedicamos a abordar: crianças que por algum motivo se encontram separadas de sua família de origem, residindo em instituições de acolhimento. Neste sentido, não podemos nos furtar de considerar a possibilidade de que um registro psíquico calcado no “abandono” esteja presente. Isto posto, invadem-nos questões que permeiam o processo da continuidade, neste específico contexto: Esta primeira interrupção pode ser considerada uma violência da descontinuidade? Pode este processo ser construído em um ambiente marcado por constantes inconstâncias? A fim de investigar esse tema, realizamos uma operação de leitura de bebês acolhidos em Abrigos Residencias (AR) distintos e para

tanto foram utilizados relatos dos diários de campo de cada observador e o Instrumento IRDI – Indicadores Clínicos de Referência para o Desenvolvimento Infantil (Kupfer et al., 2009).

MÉTODO

Este estudo objetiva destacar um recorte de um escrito maior (Omizzollo, 2017), o qual aborda as possibilidades de vir a ser, nos sentidos propostos por Winnicott (1960/2007), em uma instituição de acolhimento, considerando as possíveis implicações para a criança que se encontra separada de sua família de origem. Para tal, lançamos mão dos IRDIs – Indicadores Clínicos de Referência para o Desenvolvimento Infantil (Kupfer et al., 2009), uma metodologia de avaliação, prevenção e promoção de saúde mental na primeira infância, que já vem sendo utilizada em outros contextos (Wiles, Omizzollo, Ferrari & Silva, 2017), Para a análise das observações realizadas, utilizamo-nos de conceitos fundamentais da teoria de D. Winnicott, sobretudo as concepções de *ambiente* e de *(des)continuidade dos cuidados*.

Tendo como base a proposição de *leitura de bebês* de Jerusalinsky e Berlinck (2008), realizamos uma operação de leitura da relação que se estabelece entre os bebês que se encontram acolhidos em abrigos residenciais (ARs) no município de Porto Alegre (Brasil) e seus respectivos cuidadores (agentes educadores - AEs). Esta leitura é possível a partir do momento em que o bebê oferece como “dado a ver” (Jerusalinsky & Berlinck, 2008, p.122), no corpo e no comportamento, aquilo que se manifesta do sujeito. Não se trata, portanto apenas de uma observação, mas de uma leitura clínica, onde o que está dado a ver – e também dado a ouvir, sentir... - assume papel de comunicação do que se passa subjetivamente com os bebês.

A fim de melhor elucidar este método, os autores utilizam como exemplo as iluminuras presentes nos textos medievais, que possuíam como objetivo “capturar o olhar produzindo um silêncio no leitor antes de iniciar a leitura” (Jerusalinsky & Berlinck, 2008, p.128), trazendo algo de fascinante. Neste ensejo, os autores se remetem à leitura daquilo que o bebê manifesta, alertando que, para que tal manifesto possa ser lido

cl clinicamente, deva ser tomado como um enigma, que será então *decifrado* a partir do entrelaçamento “do dado a ver no corpo e da produção do bebê com a escuta do discurso parental e o modo como esse discurso se coloca em ato nos cuidados do bebê” (Jerusalinsky & Berlinck, 2008, p. 128).

Pode-se aproximar tais ideias com o que propõe Winnicott (1941/2000) quando se vale da observação de uma situação padronizada para mostrar que o que opera na relação entre mãe (cuidador) e bebê, e nos sintomas que o bebê apresenta, se dá em rede, ou seja, tanto pelo lado da mãe quanto pelo lado do bebê. Assim, trata-se de observar o que o bebê apresenta como *dado a ver*, mas imbricado no contexto que o sustenta e abre (ou não) espaço para seu vir a ser.

A experiência que deu base ao presente estudo transcorreu a partir de visitas a sete abrigos residenciais da cidade de Porto Alegre (RS/Brasil) por três pesquisadores. Em alguns momentos as visitas aconteceram em duplas, em outros por apenas um pesquisador, sempre no mesmo turno. Foram realizadas, em média, quatro visitas a cada casa, onde puderam ser observados dez bebês de até 18 meses, na relação com o adulto (AE) responsável por seus cuidados (Omizzollo, 2017). Nesses encontros, os pesquisadores utilizaram o Instrumento IRDI (Kupfer et al., 2009), que consiste de 31 indicadores, para verificar como estava se dando a constituição subjetiva dos bebês, considerando a relação estabelecida com os agentes educadores. Os indicadores apontam para diferentes situações que eram observadas, na origem do instrumento, na relação do bebê com sua mãe. Já neste caso, os indicadores foram adaptados para contemplar a relação do bebê com o agente educador, que, mesmo não assumindo papel de mãe ou pai, ocupa uma posição elementar na constituição subjetiva do bebê. Cada indicador deve ser avaliado como: Presente, Ausente ou Não Observado. Além do instrumento IRDI, os pesquisadores utilizaram também um diário de campo, de forma a armazenar suas percepções acerca das observações realizadas. Importante ressaltar que este momento não compreendeu um acompanhamento longitudinal, tampouco uma avaliação pontual de um único registro, mas um processo intermediário, com número variado de encontros com cada dupla, capaz de oferecer indícios suficientes para a realização desta leitura.

A leitura destes momentos proporciona ao pesquisador uma compreensão acerca das vias pelas quais está se dando a constituição subjetiva de cada bebê – quando presentes, os IRDIs são indicadores de desenvolvimento, e, quando ausentes, apontam riscos para o desenvolvimento. Assim, o valor do IRDI está em detectar a tempo entraves à constituição subjetiva, e tratá-los a tempo. Segundo Kupfer et. al. (2009), o instrumento possibilita realizar a prevenção e o tratamento “num período em que as áreas mais nobres do aparelho psíquico ainda estão em construção” (p. 61). Os indicadores isoladamente nada dizem. Do contrário, só valem por sua relação com outros representando a articulação entre o desenrolar do tempo cronológico e o estrutural no tempo da infância. Só assim possuem um valor de tendência de indicação do processo de constituição psíquica (Pesaro, 2010). A avaliação com o instrumento IRDI nunca aponta para um diagnóstico, e sim para “a) presença ou ausência de problemas de desenvolvimento propriamente dito para a criança, ou b) presença ou ausência de problemas de desenvolvimento com risco psíquico para a constituição do sujeito” (Kupfer et al., 2009, p. 56).

Dentre os sete abrigos residenciais (ARs) acompanhados, destacaram-se dois ARs que apresentaram maior contraste entre si (ARs Verde e Violeta). No presente trabalho, serão apresentadas as análises relativas a esses dois ARs. Em cada AR foi observado um bebê, cuja leitura – a qual enlaça a avaliação com os IRDIs e as observações registradas nos diários de campo – será apresentada e discutida. Para fins de confidencialidade, todos os nomes de bebês, AEs e ARs foram alterados.

VISITANDO ABRIGOS RESIDENCIAIS: ELEMENTOS PARA UMA LEITURA

Durante o processo de visitas a cada uma das casas, houve cenas que se destacaram e nos despertaram a atenção. O AR Verde era uma casa bastante organizada, tanto em seu aspecto físico quanto no que diz respeito às relações estabelecidas (entre os AEs e as crianças como um todo). Havia um clima tranquilo, onde o cuidado com João, bebê de 14 meses que ali habitava, era evidente. Val, a AE que se propunha especialmente aos cuidados do menino, conhecia-o desde a sua chegada à casa. A organização era bastante evidente: o AE Fábio se encarregava

principalmente dos adolescentes, enquanto Val podia dedicar-se quase que exclusivamente a João, mostrando-se extremamente carinhosa e afetuosa com ele. Fábio e os outros funcionários também demonstravam muito carinho pelo menino, que parecia muito bem “olhado” ali (como pela cozinheira, bastante carinhosa, e em algumas das visitas havia uma técnica de enfermagem que também demonstrava um cuidado especial).

Os adolescentes, nesta casa, assumiam um papel muito importante. Em geral eram cuidadosos e gostavam de João, principalmente as meninas e um dos meninos, com quem ele mantinha um ótimo vínculo. Esses jovens conseguiam fazer uma função que em outras casas não foi possível observar nem pelos próprios AEs. Eles brincavam, instigavam, faziam com que a presença de João na casa fosse importante. Eles sabiam que logo João iria embora, como muitos outros bebês foram. Mostraram-nos isso através de um mural com fotos de muitas crianças que passaram pela casa. Este mural parecia mostrar um pouco daquela “família”, onde havia histórias que não se apagavam quando alguém saía ou quando uma nova criança chegava, de modo que todos faziam parte. João parecia muito bem, era uma criança alegre, ativa, criativa e já falava algumas palavras, aumentando seu vocabulário dia após dia. Movimentava-se com agilidade, correndo pela casa, explorando tudo o que lhe era possível. Questionamos se nos outros turnos haveria este mesmo clima agradável, e, através do que se pode perceber da relação estabelecida entre os adolescentes, é possível inferir o quanto esta fazia função ímpar tanto para João, quanto para eles próprios auxiliando na construção deste ambiente

Já o AR Violeta foi, de longe, a casa onde foram encontradas mais dificuldades, gerando, assim, maior preocupação com as crianças. O ambiente era bastante tumultuado, com pouca organização. A casa era grande (dois pisos) e possuía um pátio amplo nos fundos, onde as crianças permaneciam boa parte do tempo em que estivemos lá. No entanto, tratava-se de um lugar muito perigoso, sendo bastante acidentado, com um piso de concreto muito antigo e esburacado, além de escadas. As crianças tropeçavam, caíam e se levantavam, quase sempre sem amparo de um adulto. À exceção de poucos momentos, esta casa nos transmitia uma sensação de preocupação e mal estar. Era onde vivia Lucas, então com 18 meses.

Os AEs eram muito diferentes entre si. Apesar de conseguirmos observar poucos momentos de relação com as crianças, Carlos demonstrava-se atencioso e carinhoso para com elas. Conversava com as crianças enquanto as alimentava ou calçava. Nitidamente havia uma preferência por ele em relação, por exemplo, à AE Maria. No entanto, Carlos não parecia muito vinculado às crianças, pois se ocupava essencialmente de outras tarefas; já Maria parecia ainda mais distante das crianças, de modo que a impressão que tivemos foi que estava ali apenas para atender ao cuidado físico das crianças. Da parte dela não foi possível observar nenhuma demonstração de carinho ou afeto. Já a AE Claudia, que esteve presente em apenas uma de nossas visitas, era quem mais acolhia a demanda das crianças, além de ser, explicitamente, a mais solicitada por elas. Ainda assim, evidenciamos que as crianças passavam muito tempo sozinhas, e apresentavam, todas, grande necessidade de chamar a atenção, falando muito alto, gritando e criando conflitos de diversos tipos. Claudia era quem, de alguma forma, parecia tentar acolher aqueles pequenos sujeitos, ao mesmo tempo em que parecia cansada e “estressada” por precisar dar conta de muita coisa sozinha, de modo que praticamente não recebia a ajuda dos outros AEs.

Lucas nos preocupou de início, estava retraído, desconfiado, não respondia aos nossos investimentos. Contudo, na presença de Claudia demonstrou estar muito melhor: correndo, brincando, sorrindo, buscando pelos AEs e principalmente pelas demais crianças. “Provocava” as AEs quando estas tentavam impor-lhe alguma regra, sorrindo maliciosamente. Respondia com afeto ao investimento do irmão mais velho, de oito anos. A irmã, de cinco anos aparentemente não fazia questão de manter uma relação com ele. Os três foram acolhidos juntos, sendo que Lucas passou seu primeiro ano de vida em uma clínica de reabilitação junto da mãe. No momento em que iniciamos a pesquisa, Lucas e seus irmãos não recebiam visitas da família há quase seis meses. Foi possível perceber uma grande diferença no seu comportamento de acordo com os AEs presentes. No dia em que estava Claudia, Lucas parecia mais solto, brincando com os demais, correndo e sorrindo. Ele buscava por Claudia que respondia afetivamente, segurando-o no colo e soltando, de modo

que podia sair para brincar e retornar para onde parecia sentir-se seguro. Nos outros momentos, dificilmente o vimos sorrir, e esteve mais isolado, sem investimento e atenção por parte dos AEs.

Como já aludido anteriormente, a análise realizada neste estudo focalizará estas duas casas, de modo que nos deteremos aos dois bebês nelas acolhidos, às suas avaliações a partir dos IRDIs e das observações registradas nos diários de campo. Buscamos, a partir de conceitos fundamentais da teoria winnicottiana, apoio para refletir acerca do que se mostrou em evidência e nos tomou enquanto enigma, convidando-nos a ler “em lugar de ficar capturados no fascínio e estranhamento que o sintoma como espetáculo dado a ver produz”, como bem apontam Jerusalinsky e Berlinck (2008, p. 130).

A partir disso, esta leitura permitiu a emergência da seguinte premissa: mesmo apontando para a necessidade da continuidade dos cuidados que toda criança possui, a separação da mãe/família não necessariamente se faz, por si só, traumática. Está posta a existência de inúmeros fatores que conduzem ao abrigamento, o que invariavelmente acarreta importantes marcas no sujeito (Stahlschmidt, Cintra & Svirski, 2007). No entanto, estas marcas precisam ser lidas no caso a caso, onde, a partir do contexto em que se desenvolvem, pode ser compreendido em que medida podem implicar em problemas no processo de integração. Trazemos tais apontamentos tendo em vista que a retirada da família talvez não implique na quebra de uma continuidade dos cuidados, uma vez que esta continuidade não é garantida simplesmente pelos laços de sangue. Por outro lado, talvez a quebra já tivesse ocorrido antes da vivência do acolhimento institucional. Nesta conjuntura, questionamo-nos sobre a possível experiência de uma *violência da descontinuidade*, o que nos conduz a refletir acerca de que lugar ocupa o ambiente abrigo para estas crianças.

É POSSÍVEL FALAR EM VIOLÊNCIA DA (DES)CONTINUIDADE?

Segundo Val, João foi para esta casa direto do hospital, sendo filho de uma mãe usuária de drogas. A família foi destituída do poder muito recentemente, mas nunca tiveram contato.

(Diário de campo, AR Verde)

...a agente me falou mais das crianças. Lucas ficou com a mãe até mais ou menos um ano em uma clínica para dependentes químicos; foi para o abrigo por maus tratos da mãe há mais ou menos seis meses e desde então a mãe não visitou mais, “caiu nas drogas de novo” disse a agente
(Diário de campo, AR Violeta).

Os breves relatos acima se apresentam sob a forma de convite para iniciar uma reflexão acerca do que pode configurar o ato do acolhimento para estas crianças. Na medida do possível, buscávamos compreender um pouco mais acerca dos motivos que levaram cada bebê ao abrigo. Porém, deparamo-nos com escassas informações, o que nos mobilizou ainda mais ao percebermos que os próprios agentes não eram detentores das mesmas. A partir dos relatos dos AEs das casas observadas, foi possível depreender que a maioria das crianças se encontram em instituições de acolhimento em virtude de serem *filhos do crack*, expressão bastante utilizada por eles para designar as crianças cujos pais são usuários da substância e em grande parte também moradores de rua.

As instituições de acolhimento se configuram como uma medida de proteção, excepcional e transitória, e se destinam a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069, 1990) esta medida deve ser utilizada apenas como último recurso até o retorno à família de origem ou à inserção em família substituta. De acordo com Janczura (2008), a partir do momento em que a família ou responsáveis não conseguem zelar pelos direitos da criança ou do adolescente, e que tampouco o Estado está sendo capaz de garantir proteção social da família, o abrigo acaba por se tornar uma necessidade. Ainda para a autora, o abrigo seria um arranjo provisório e excepcional, que tem por objetivo proteger os direitos humanos da criança e do adolescente.

Existem muitos estudos acerca da vivência em abrigos (Lima, 2021; Mulinari, 2021; Omizzollo, 2012; Dell’aglio & Siqueira, 2006; Janczura, 2008), sendo que alguns apontam prejuízos para a criança, e outros, uma possibilidade positiva para o desenvolvimento infantil ao configurar uma nova chance para aqueles cujas famílias não representam um bom ambiente de sustentação. Embora na política que baseia esta

prática (Lei 8069, 1990) existam medidas específicas que sustentem a proteção das crianças, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, na sua efetivação há questões importantes que vão de encontro ao Estatuto. De acordo com Stahlschmidt, Cintra & Svirski (2007), esta medida, que deveria ser a última opção, acaba por ser utilizada antes e em detrimento de outras medidas. Dentre os motivos mais frequentes para o acolhimento estão a carência de recursos materiais da família/responsável; o abandono; a violência doméstica; a dependência química; a vivência de rua e a orfandade (Ianelli, Assis & Pinto, 2015).

É possível visualizar um grande problema que se instala uma vez que as crianças são abrigadas como medida transitória e permanecem por um largo período de tempo na instituição em função da demora e dificuldade de se realizar a reinserção na família ou a destituição do pátrio poder da família de origem (Liberati & Cyrino, 1993). De acordo com as autoras, “a cultura de institucionalização integra a história da população infanto-juvenil em situação de pobreza, violência e abandono no Brasil, tendo tido o ideal da proteção como justificativa para o secular confinamento em instituições de abrigo” (Ianelli, Assis & Pinto, 2015, p. 40). O avanço deste tempo infelizmente também atua para que as chances de adoção diminuam, o que pode contribuir para a intensificação das marcas de abandono.

A respeito das crianças observadas, apesar da parca informação, compreendemos que as mesmas são frutos de famílias consideradas impossibilitadas de garantir a continuidade dos cuidados necessários para o desenvolvimento do bebê. O que desperta nossa atenção é o fato de que, muitas vezes, se tratam de pessoas em grande vulnerabilidade, também esquecidas neste continuum de cuidados. Apesar disso, encontramos crianças cujos direitos de alguma forma foram reconhecidos como violados, e, independente do motivo que levou a isto, o que está em cena neste momento é a possibilidade de reparo, ou de reinício de um processo que precisou ser interrompido.

João, Lucas, entre outros, são crianças que precisaram ser “retiradas” do convívio de suas famílias em nome de seu bem estar. Ao nos voltarmos para Lucas, de quem sabemos algo para além do uso de drogas de sua mãe, entendemos que não foi somente a dependência química que os separou: Lucas sofria maus tratos. Não sabemos e é custoso conjecturar como

isso se dava e por quê; no entanto, compreendeu-se que o ambiente em que o menino estava inserido não lhe permitiria crescer e desenvolver-se satisfatoriamente. Já no caso de João, encontramos em sua história apenas um motivo, cru: o uso de drogas da mãe. E o restante da família, se havia, foi acionado? Foi um desejo da mãe? Para Nazir (2002), o abandono não necessariamente é sinônimo de rejeição ou de não-desejo, de modo que sabemos de muitas mães/famílias que, conhecendo sua condição, acabam por abrir mão do convívio com seus filhos em nome da vida da criança.

Nas crianças aludidas, a simples passagem pela instituição já pode configurar uma marca psíquica; no entanto, o que as diferencia talvez advinha de suas primeiras relações, dos primeiros cuidados estabelecidos. João não teve contato com sua mãe, sendo de imediato levado ao abrigo, onde encontrou Val, figura fundamental em seu primeiro ano de vida. Lucas, ao contrário, passou um ano junto de sua mãe biológica; porém a relação que se estabeleceu entre ambos, diferente de possibilitar a continuidade de seu desenvolvimento, culminou com a separação da dupla, sendo a criança acolhida no AR Violeta.

Winnicott (1956/2000) evidencia em sua obra que o bebê tem direito à continuidade dos cuidados, e traz a mãe real como a mais indicada para a realização de operações fundamentais que comporão as formas através das quais se desdobram os processos de maturação do indivíduo. A mãe/ambiente assume, na teoria winnicottiana, posição basilar para com o bebê e seu processo de integração. Para tanto, os cuidados oferecidos por essa mãe/ambiente devem ser suficientemente bons, ou seja, devem acolher e responder às necessidades do bebê, sem excessiva intrusão (Winnicott 1960/2007). Portanto, entendemos que por mais que a privação do vínculo materno/familiar possa emergir enquanto marca, a privação de direitos fundamentais que embaraçam ou até mesmo impedem que os cuidados fundamentais sejam proporcionados ao bebê configura uma marca ainda maior, uma descontinuidade primeira, o que para Winnicott (1960/2007) pode se estabelecer enquanto trauma.

Winnicott também atenta para a influência da separação entre mãe/cuidador e bebê sobre os fenômenos transicionais. Caso a mãe se ausente por muito tempo, a representação interna que o bebê possui dela se esmaece, o que tem como consequência a descatexização do objeto. Como

afirma o autor, “é preciso que exista alguém que esse objeto represente ou simbolize (...); objetos e fenômenos transicionais tornam a criança capaz de suportar frustrações e privações” (1950/2005, p. 211-212). Sabemos que o objeto simboliza a criação de um espaço potencial, e, quando isso não é possível, também não há a possibilidade de uma ameaça de separação, permanecendo o indivíduo voltado ao próprio corpo (autoerotismo) ou mesmo para o objeto. Isso se dá na medida em que o ambiente falha, não satisfaz, e assim a criança não consegue aproveitá-lo.

Em vista disso, o autor propõe que o espaço potencial que se cria entre as realidades internas e externas pode possibilitar a elaboração deste estado de desamparo que é invariavelmente experienciado ao longo da vida (1975). Assim, é por meio de sua capacidade criativa que o bebê, frente a uma experiência de privação, pode lidar com a árdua realidade. Tal como propõe Drehmer (2011), “mesmo após um trauma constituído na relação bebê-ambiente, o bebê, que ainda tinha o ego fragilizado, poderá se recuperar dessas falhas ambientais” (p. 459).

Sándor Ferenczi(1933/1992), por sua vez, propõe que o trauma não se trata de uma consequência imediata do sofrimento. Esse, por si só, pode resultar em comoção, dor e angústia, porém não necessariamente se torna traumatizante. Na ocorrência de um evento perturbador, a criança tende a buscar um terceiro personagem que possa servir como testemunho da ruptura sofrida, a fim de que possa ajudá-la quanto à elaboração e simbolização de suas experiências, atribuindo um lugar para o acontecimento anterior. Assim, a configuração do traumático só se dá com o fracasso do testemunho, onde “o terceiro personagem, por meio da indiferença ou mesmo da impossibilidade de compreendê-la termina por desmentir seu sofrimento” (Kupermann, 2009, p. 194).

Desta forma, questionamo-nos em que medida o ambiente abrigo, por meio das figuras que o compõe, mas principalmente dos AEs, pode exprimir-se enquanto este terceiro personagem proposto por Ferenczi, de modo a auxiliar o bebê, através do espaço potencial criado entre ambos, a favorecer sua capacidade criativa.

O proferido até então nos remonta às cenas dos ARs Verde e Violeta, onde encontramos, em sua maioria, crianças se desenvolvendo

de forma satisfatória: através de nossas observações, bem como do material apreendido a partir dos IRDIs, foi possível perceber que os bebês se encontravam de acordo com o esperado para seu tempo de desenvolvimento. Voltando-nos para as casas visitadas, encontramos crianças cujas singulares histórias demarcam diferentes sentidos em suas vivências, além de que a busca e o encontro pelo terceiro personagem (testemunho) também se apresenta de modo distinto.

AR Verde – Bebê João

Val conta que cuidou dele (João) desde que chegou e mais recentemente se tornou volante. Por isso tem um vínculo muito forte com o menino
(Diário de campo)

Val anunciou que estava na hora do banho e foi prepará-lo. Acompanhei este momento, em que ela parecia muito envolvida, conversando e sendo muito carinhosa com João. Comentou sobre as diversas opiniões dos técnicos (não deve pegar no colo, não deve “dar balda”, não pode se apegar, etc), mas disse que não concorda, que criança precisa sim de colo, atenção, carinho, “ainda mais nas circunstâncias em que vivem e que já passaram”
(Diário de campo)

A posição ocupada por Val na sua relação com João nos incita a pensar sobre o seu papel em atribuir sentido às vivências anteriores de João (ruptura do laço com mãe/família). Winnicott (1968/2006) adverte que, a uma criança acolhida com base no tato e na ternura, é permitido que experimente uma simplicidade contínua e estável de confiabilidade no ambiente, a partir da adaptação do cuidador às suas necessidades. Existe, portanto, a necessidade de que o cuidador se ajuste à criança, “aproximando-se do seu mundo interno e engajando-se na tarefa de

partilhar o seu estado de ser” (Mello, Féres Carneiro & Magalhães, 2015, p. 271). Nesta direção de pensamento, as autoras sugerem que a adaptação do ambiente se desdobra em diferentes formas de cuidar, desde aspectos físicos de segurar o bebê até a atmosfera do ambiente e, principalmente, sob a forma como este é visto.

Percebemos, em nossas visitas, que os cuidados apreendidos por Val proporcionam a João a confiança e a continuidade necessárias para a garantia de seu vir a ser, além de que, ao testemunhar seu sofrimento, figura-se enquanto um terceiro que acolhe e o ampara o bebê. Através da observação dos IRDIs, não foi difícil observar a relação estabelecida entre João e Val, de modo que, com exceção do último indicador, não houve itens ausentes ou não observados. Sintetizam essa relação os seguintes indicadores, todos presentes: 1 (Quando a criança chora ou grita, o cuidador sabe o que ela quer), 2 (O cuidador fala com a criança num estilo particularmente dirigido a ela [manhês]), 3 (A criança reage ao manhês), 7 (A criança utiliza sinais diferentes para expressar suas diferentes necessidades), 10 (A criança reage [sorri, vocaliza] quando o cuidador está se dirigindo a ela), 14 (O cuidador percebe que alguns pedidos da criança podem ser uma forma de chamar a sua atenção). A leitura dos IRDIs nos permite apreender que Val, na relação com João, transita entre o lugar de terceiro/testemunho, e a função de ambiente, como aquela que se encarrega de possibilitar o gesto espontâneo do bebê, onde através da continuidade dos cuidados exerce funções do *holding*, do *handling* e da apresentação de objeto (Winnicott, (1960/2013), facilitando assim o processo de amadurecimento do indivíduo e impedindo a emergência do que poderia ser traumático.

AR Violeta – Bebê Lucas

O agente Carlos ficou no pátio junto, mas não brincava nem interferia muito na brincadeira e as crianças não se interessavam muito em chamá-lo para brincar ou brincar com ele
(Diário de Campo).

Seria muito necessário que nesta casa os agentes pudessem despendar mais atenção às crianças - certamente Lucas estaria melhor (Diário de campo).

A trajetória de Lucas tomou um caminho distinto da de João. A separação de sua mãe não foi o único evento que sublinhou a descontinuidade em seu processo de amadurecimento. Assim, a aposta neste novo ambiente configurou uma tentativa de que também pudesse encontrar alguém que lhe servisse enquanto testemunho das (dolorosas) experiências passadas. No entanto, a partir do que presenciamos enquanto pesquisadores, Lucas certamente encontrava-se em um ambiente onde obstáculos diversos marcavam presença, obstruindo seu desenvolvimento. Estes podem ser traduzidos, como já mencionado anteriormente, pelo angustiante ambiente em que se encontrava, com agentes pouco ou quase nada zelosos por seus cuidados.

Lucas estava muito determinado em ficar ali com Cláudia, que o segurou no colo por algum tempo, sendo logo solicitada pelas outras crianças, também pequenas. Ela parecia bastante atenciosa e afetuosa com todos. Logo em seguida Lucas se soltou junto às outras crianças, descendo e subindo a escada, chamando a nossa atenção, como os maiores faziam. Chamava “tia”, queria que o visse pendurado no corrimão, e olhava de canto de olho quando as agentes diziam para descer e não ficar ali. Achava muita graça do “não” delas, e em alguns momentos respondia a eles com um “sim!”. A partir de então passei a ficar mais tranquila. (Relato do diário de campo).

Como vemos no relato acima, a presença de Cláudia apaziguava nossa angústia no momento em que se demonstrava acolhedora e identificada com as crianças, principalmente com Lucas. Em sua avaliação com os IRDIs, Lucas não é uma criança cujos indicadores apontam para entaves

no desenvolvimento, tampouco em sua estruturação. No entanto, ao analisarmos o sentido da palavra cuidado atribuído por Winnicott, onde a existência psicossomática está intimamente atrelada à provisão ambiental (Loparic, 2013), interrogantes emergem acerca da qualidade desta relação entre Lucas e um adulto cuidador. Enquanto pesquisadores, deparamo-nos com grande dificuldade quanto à realização de uma leitura desta relação, o que fez com que as avaliações de Lucas demonstrassem um alto índice de indicadores não observados, o que requeria novas visitas e observações em busca desses indicadores. Quando presentes, foram evidenciados em situações pontuais, essencialmente na presença de Cláudia, como os indicadores 1 (Quando a criança chora ou grita, o cuidador sabe o que ela quer), 2 (O cuidador fala com a criança num estilo particularmente dirigido a ela [manhês]), 4 (O cuidador propõe algo à criança e aguarda a sua reação), 5 (Há trocas de olhares entre a criança e o cuidador), 8 (A criança solicita o cuidador e faz um intervalo para aguardar sua resposta), 10 (A criança reage [sorri, vocaliza] quando o cuidador está se dirigindo a ela), 11 (A criança procura ativamente o olhar do cuidador), e 17 (Cuidador e criança compartilham uma linguagem particular). Seria ela, portanto, alguém capaz de acolher e sustentar as demandas de Lucas, proporcionando a estabilidade e confiabilidade necessária para facultar a continuidade em seu processo de amadurecimento? Nesta casa e para Lucas, tanto a figura deste terceiro, testemunho, apresentava-se de forma pouco acessível, quanto – e especialmente – alguém que ocupasse o lugar de ambiente que propiciasse a experiência de continuidade, na medida em que Lucas parecia realizar grande esforço em direção a esta ancoragem, como via de aproveitar os efêmeros momentos em que Cláudia se fazia disponível. Neste sentido, em meio às irregularidades e inconstâncias deste ambiente, Lucas parecia buscar brechas através das quais seu verdadeiro self (1960/2007) poderia se expressar, no anseio por uma nova alternativa para seu vir a ser.

Assim como propõe Winnicott, nas palavras de Klautau (2014), “a dimensão intersubjetiva vai sendo instalada ao mesmo tempo em que os objetos transicionais vão sendo produzidos num espaço potencial de interseção entre a mãe e o bebê que passa a existir a partir de então” (p. 127). O autor aproxima o brincar com o jogo agenciado pela mãe no seu

afastamento e retorno, garantindo ao bebê a possibilidade de controlar a realidade externa, o que lhe proporciona desenvolver um estado de confiança (Kloutau, 2014): “A confiança na mãe cria um playground intermediário, onde a ideia da magia se origina [...] O playground é um espaço potencial entre a mãe e o bebê, ou que une mãe e bebê” (Winnicott, 1975, p. 71). Neste sentido, a busca de Lucas por Cláudia e o que pôde ser lido nesta relação, se depreende principalmente a partir do jogo de alternância entre presença e ausência, apontado pelos indicadores: 4 (O cuidador propõe algo à criança e aguarda a sua reação) e 8 (A criança solicita o cuidador e faz um intervalo para aguardar sua resposta).

*Lucas corria para dentro, mexia nas coisas,
sorrisia, brincava e voltava para Claudia; parecia
tranquilo e seguro para ir e voltar, demonstrando
um brincar espontâneo
(Diário de campo)*

Essa confiança propiciada pela mãe/ambiente permite que um espaço potencial passe a existir. Ou seja, não existe de fato uma separação, apenas uma ameaça dela, uma vez que o brincar e a experiência cultural se apropriarão do espaço potencial (Abram, 2000). Somente dessa forma é possível que o bebê transcenda do princípio do prazer para o princípio da realidade, ou, nas palavras de Winnicott (1950/2005), que o bebê possa adentrar em uma terceira zona, da vida criativa e cultural.

Não sabemos se, e em que medida, Claudia poderá servir como ancoragem e ressignificar as marcas que Lucas carrega consigo; no entanto, vislumbramos que aquilo que aflora desde o entre cuidador-bebê, pode significar uma potência para uma vida criativa, que valha à pena ser vivida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos lançarmos em uma experiência investigativa, estamos também acumulando vivências que de uma forma ou outra nos afetarão na medida em que através delas se esculpirá um registro. Registro esse que não conclui, nem encerra, mas que se imprime em borda naquilo

que veio ao nosso encontro, a surpreender-nos. Assim, ao embarcar na trama que permeia a pesquisa, é preciso permitir-se ocupar este lugar de quem não procura, mas de quem pode vir a ser impactado. Neste sentido, o pesquisador psicanalista assume um lugar de não saber, construindo o percurso por conta dos passos que dá, em um processo que o inclui e não se restringe apenas à pesquisa, de modo que não há, portanto, uma neutralidade pura. Desta forma, como via de acesso àquilo que nos tomou também enquanto objeto neste estudo, traçamos uma analogia justamente entre o papel do pesquisador e a relação que se sucede nos cuidados de um bebê:

“Quando o adulto se ocupa de investigar um choro ou inquietação, por exemplo, funciona como uma espécie de processador de elementos brutos lançados no mundo pelo bebê. A tolerância do adulto é uma pausa na qual ele hesita, se pergunta o que será que o bebê quer, sem pressupor instantaneamente que já o sabe. Nesse momento, está autorizado a *não saber* e, a partir dessa posição, assumir um papel de pesquisador, inventor. Tal movimento é vital para que se crie um espaço entre o bebê e o cuidador, de forma a se abrir uma brecha na qual o pequeno possa aparecer.” (Nogara, 2011, p. 113-4).

Ao longo de sua obra, Winnicott privilegia a concepção de espontaneidade, no sentido de indicar uma direção natural, onde as tendências para o desenvolvimento só podem se concretizar na medida em que o ambiente se torna favorável para isso. Assim, um ambiente suficientemente bom torna possível atualizar estas tendências, caso possibilite, inicialmente, a ilusão necessária de onipotência do bebê, favorecendo uma emergência espontânea construída na concreta relação do sujeito com a cultura (Plastino, 2009). Neste sentido, as questões que inicialmente reverberam neste estudo inclinaram-se para a possibilidade (ou não) do ambiente abrigo atuar de modo suficiente na constituição de um self integrado dos bebês. Com vistas à experiência descrita, encorajamo-nos, através de nossa leitura, a sair de uma lógica que destaca o impossível e, assim, resgatar o que há de possível na dinâmica do abrigo. É incontestável – principalmente tendo em vista o que preconiza o ECA quanto a abrigar como última alternativa – que, ao idealizar o vir a ser sujeito de qualquer bebê, não o fazemos na ausência

de sua família, separação que por si só pode produzir efeitos notáveis. No entanto, e não se trata de fechar os olhos para o “terrível” e “mortífero”, o acolhimento institucional pode significar uma potência (de vida) caso ocorra um encontro permeado pelo acolhimento e pelo cuidado.

Nas casas visitadas defrontamo-nos com distintas formas de encontro, e, ao analisarmos o caso a caso, deparamo-nos com a inexistência de um modo comum quanto a operar de modo suficiente. Assim, tal como apontado pela premissa que inaugura nossos achados, a leitura de cada bebê na sua relação com o ambiente revelou possibilidades de um trajeto na direção da integração, o que nos leva a conjecturar que, mesmo que em alguns locais de forma menos satisfatória que em outros, este ambiente pode ser propulsor de um vir a ser. Portanto, não se trata de considerar a separação do bebê de sua família de origem como traumática, haja vista que a interrupção na continuidade dos cuidados já ocorrera previamente; mas, atentar para a qualidade do encontro com um cuidador, aquele que poderá sustentar a dor das experiências iniciais proporcionando um contínuo reinventar de cada história de vida. Trata-se, acima de tudo, de uma aposta de que este novo encontro permeie a ancoragem e a sustentação necessárias para a emergência de uma capacidade criativa.

Relembrar, portanto, os contrastes entre as cenas que compunham a história de João e de Lucas, nos impulsiona a refletir ainda mais sobre quão decisivo se faz o ambiente quando se tratam de seres ainda muito dependentes, porém ativos em seu amadurecer. Ambos, em sua medida, encontraram figuras essenciais que ofereceram um cuidado suficientemente bom. Apesar de muitas vezes esta função se apresentar de forma inconstante, irregular e muitas vezes confusa, as crianças pareciam aproveitar o pouco tempo de investimento, transformando cada fragmento de relação em algo constitutivo. Assim, a presença dos diferentes cuidados providos pelos AEs, os demais profissionais e principalmente a relação entre os pares, entre aqueles que compactuam com um registro tão singular, é determinante ao compor formas distintas de ancoragem, tornando o ambiente, também, suficientemente bom.

Neste percurso, os IRDIs nortearam nosso olhar no decorrer da leitura realizada daquilo que os bebês nos apresentavam como dado a ver. No entanto, é importante ressaltar que as peculiaridades que envolvem

o acolhimento institucional se distanciam sobremaneira do contexto a partir do qual o instrumento foi inicialmente construído. Como já referido anteriormente, mesmo que haja aproximações acerca dos papéis desempenhados em uma família e em um abrigo, são ambientes essencialmente distintos. Portanto, ao realizar uma adaptação dos indicadores, desde a relação do bebê com sua mãe até o que se percebe na relação com um agente educador, deparamo-nos com desafios que vão para além do que concerne à linguagem. A dificuldade que encontramos para observar a relação entre as duplas (AE e bebê) pode também dizer da necessária contextualização a ser feita, e mesmo de uma limitação de tal instrumento para esse contexto. Em nossas observações, para além de uma transposição, buscamos olhar para os bebês tendo em vista as contingências que os permeiam, de modo a ressignificar os conceitos, convertendo-os em algo que seja coerente com os elementos que compõem o contexto abordado. Neste sentido, trazemos um convite para pensar os IRDIs não apenas como um instrumento, mas sobretudo como um dispositivo que auxiliou a aguçar nosso olhar, como uma ferramenta clínica.

Finalizando, nosso encontro com o que emerge de um ambiente abrigo nos auxiliou a esculpir uma forma para aquilo que agora se depreende enquanto registro. Este registro, por sua vez, também implica em um modo de narrar, testemunhar, dar voz e vez para aquilo que se passa no entre (as duplas bebê-AE, os semelhantes, conhecidos e desconhecidos) de abrigos residenciais. Trata-se de um processo, onde os modos de ser, sentir, agir, mas principalmente de ser acolhido, podem produzir sentidos para a construção de uma história.

REFERÊNCIAS

- Abram, J. (2000). A linguagem de Winnicott. Rio de Janeiro: Revinter.
- Cyrulnik, B. (2006). Falar de amor à beira do abismo. São Paulo: Martins Fontes.
- Dell'aglio, D.; Siqueira, A. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia e Sociedade*; v. 18, n. 1, p. 71-80.
- Drehmer, L. R. (2011). A organização psíquica e a experiência de privação: Uma revisão a partir de Freud e Winnicott. *Revista de Psicologia da IMED*; v. 3, n. 1, p. 453-461.
- Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In *Sándor Ferenczi: Obras Completas. Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1933).
- Figueiredo, L. C. (2009). *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Iannelli, A. M., Assis, S. G. & Pinto, L. W. (2015). Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20 (1), 39-48.
- Janczura, R. (2008). *Abrigo e políticas públicas: As contradições na efetivação dos direitos da criança e do adolescente*. Tese de doutorado em Serviço Social. Porto Alegre.
- Jerusalinsky, J. (2002). Enquanto o futuro não vem: A psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês. Salvador: Ágalma.
- Jerusalinsky, J. Berlink, M. (2008). Leitura de bebês. *Estilos da clínica*. v.13 n.24. São Paulo.
- Klautau, P. (2014). Encontros e desencontros entre Winnicott e Lacan. São Paulo: Escuta.
- Kupermann, D. (2009). Figuras do cuidado na contemporaneidade: testemunho, hospitalidade e empatia. In Maia, M. S. (org.). *Por uma ética do cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Kupfer, M. C. M. & Bernardino, L. M. F. (2018). IRDI: Um instrumento que leva a psicanálise à polis. *Estilos da Clínica*, 23 (1), 62-82. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i1p62-82>

- Kupfer, M. C., Voltolini, R. (2005). Uso de Indicadores em Pesquisas de Orientação Psicanalítica: Um Debate Conceitual. In Lerner, R. Kupfer, M. C. M. *Psicanálise com crianças: Clínica e pesquisa*. São Paulo: Escuta.
- Kupfer, M. C., Jerusalinsky, N., Bernardino, L., Wanderley, D., Rocha, P., Molina, S., et al. (2009). Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. *Lat. Am. Journal of Fund. Psychopath*, 6(1), 4868.
- Lima, L. (2021). Medida de proteção e acolhimento institucional para crianças e adolescentes de um município do interior paulista: uma perspectiva histórica. Dissertação de mestrado (Universidade Estadual Paulista). Assis, São Paulo, Brasil.
- Liberati, W. Cyrino, P. (1993). Conselhos e fundos no estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Malheiros.
- Lei 8069, de 13 de julho de 1990 (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Recuperado dia 10 de outubro de 2021, às 10:50.
- Loparic, Z. (2013). *Winnicott e a ética do cuidado*. [recurso eletrônico]. São Paulo: DWW Editorial. v.: digital. Coleção Psicanálise Winnicottiana.
- Mello, R., Féres-Carneiro, T., Magalhães, A. (2015). A maturação como defesa: uma reflexão psicanalítica à luz da obra de Ferenczi e Winnicott. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, 18(2), 268-279.
- Mulinari, B. (2021). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Florianópolis: um estudo a partir da perspectiva dos profissionais das instituições de acolhimento. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Nazir, H. (2002). A criança adotiva e suas famílias. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Nogara, L. (2011). O que podemos prevenir no acolhimento institucional de bebês. In *Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos*. Nogueira, F. (org). Instituto Fazendo História.

- Omizzollo, P. (2012). Abrigo como possível destino para crianças vulneráveis: problema ou solução? Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Manuscrito não publicado.
- Omizzollo, P. (2017). *Experiências de (des)continuidade e o vir a ser no abrigo: Desdobramentos a partir da teoria de D. W. Winnicott*. Dissertação (Mestrado em PPG em Psicanálise: Clínica e Cultura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
- Plastino, C. A. (2009). A dimensão constitutiva do cuidar. In Maia, M. S. (org.). *Por uma ética do cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Stahlschmidt, A. P. M.; Cintra, M. & Svirski, A. C. (2007). Desejo em Questão - considerações sobre a práxis do psicólogo nas equipes de abrigos de proteção. *Percurso (São Paulo)*, 39, 9-16. http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=188&id_tema=72
- Wiles, J. M.; Omizzollo, P.; Ferrari, A. G.; Silva, M. R. (2017). A Pesquisa IRDI e seus desdobramentos: Uma revisão da literatura. *Estudos e pesquisas em psicologia* (UERJ. Impresso), 17 (3), 1140-1161.
- Winnicott, D. W. (1975). *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (2000). Observação de bebês numa situação padronizada. In *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1941).
- Winnicott, D. W. (2000). Preocupação Materna Primária. In *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1956).
-]Winnicott, D. W. (2005). A criança desapossada e como pode ser compensada pela falta de vida familiar. In *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1950)
- Winnicott, D. W. (2006). A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: convergências e divergências. In *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1968).
- Winnicott, D. W. (2007). Os objetivos do tratamento psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1960.)

- Winnicott, D. W. (2007). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (2007). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (2013). O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê. In *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1960).

Recebido em 23 de novembro de 2019

Aceito para publicação em 17 de março de 2020

DE MEDEIA À ALIENAÇÃO PARENTAL: TRADUÇÕES TRÁGICAS PARA O EXCESSO PULSIONAL

*Aline Spaciari Matioli**
*Viviana Carola Velasco Martinez***

RESUMO

A tragédia grega Medeia, de Eurípidés, é tomada como uma metáfora para discutir as vicissitudes de uma separação amorosa. Inspiradas na teoria tradutiva de Jean Laplanche, privilegiamos o desamparo da heroína diante da pulsão desligada pela ruptura do vínculo com Jasão, o que a leva a adotar saídas pouco organizadas na tentativa de dar conta do excesso pulsional, sobretudo por não encontrar no ambiente social assistentes de tradução. Contemporaneamente, além dos casos extremos de filicídio, é na alienação parental que o cônjuge, que se sente abandonado, parece encontrar recursos de ligação, mas de forma igualmente precária, o que deixa restos não traduzidos e, portanto, pouco elaborados.

Palavras-chave: psicanálise, separação amorosa, tragédia grega, teoria da sedução generalizada, alienação parental.

FROM MEDEIA TO PARENTAL ALIENATION: TRAGIC TRANSLATIONS FOR THE PULSIONAL EXCESS

ABSTRACT

Euripides' Greek tragedy, Medeia, is taken as a metaphor to discuss the vicissitudes of a romantic separation. Inspired by Jean Laplanche's translation theory, we privilege the helplessness of the heroine in the face

* Psicóloga pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Saúde Mental, Psicopatologia e Psicanálise (PUC-PR). Mestre e Doutora em Psicologia, na linha de pesquisa Psicanálise e Civilização, pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é psicóloga do Instituto Federal do Paraná – campus Ivaiporã (IFPR), psicóloga clínica e docente do curso de Psicologia da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí.

** Professora doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Psicanálise e Civilização - LEPPSIC, da Universidade Estadual de Maringá.

of the disconnected sexual drive due to the rupture of the link with Jasão, which leads her to adopt less organized forms in attempt to handle with the excess drive, mainly because of not finding translation assistants in the social environment. Contemporaneously besides to the extreme cases of filicide, it is in parental alienation that the spouse, who feels abandoned, seems to find connection resources, but in an equally precarious way, which leaves remains untranslated and therefore poorly elaborated.

Keywords: psychoanalysis, love separation, Greek tragedy, theory of generalized seduction, parental alienation.

DE MEDEIA A LA ALIENACIÓN PARENTAL: TRADUCCIONES TRÁGICAS PARA EL EXCESO PULSIONAL

RESUMEN

La tragedia griega de Eurípides, Medeia, se toma como una metáfora para discutir las vicisitudes de una separación romántica. Inspiradas en la teoría traductiva de Jean Laplanche, privilegiamos lo desamparo de la heroína face a la pulsión desconectada debido a la ruptura del vínculo con Jasão, lo que la lleva a adoptar formas menos organizadas en un intento de hacer face al pulsional excesivo, principalmente por no encontrar asistentes de traducción en el entorno social. Contemporáneamente, además de los casos extremos de filicidio, es en la alienación parental que el cónyuge, que se siente abandonado, parece encontrar recursos de ligazón, pero de una manera igualmente precaria, lo que deja sobras no traducidas y, por lo tanto, mal elaboradas.

Palabras clave: psicoanálisis, separación amorosa, tragedia griega, teoría de la seducción generalizada, alienación parental.

INTRODUÇÃO

Muito se tem escrito sobre os mitos e a psicanálise, pois os dramas que eles inspiram no teatro trágico da vida são o relato mitopoético do sofrimento humano. Berlinck (1997) se refere ao sujeito trágico e ao seu *pathos*, isto é, o sofrimento, a paixão e a passividade; “quando *pathos* acontece, algo da ordem do excesso, da desmesura se põe em marcha sem que o eu possa se assenhorar desse acontecimento, a não ser como paciente, como ator (p. 17).

É precisamente por toda sua riqueza simbólica, afirma Martínez (2001), que Freud fez do mito um recurso importante para sua teoria,

tanto no plano epistemológico e conceitual, quanto no plano da manifestação do próprio psiquismo e da cultura.

Se passarmos rapidamente pela obra de Freud, veremos que o mito vai ganhando grande destaque e importância no tocante às paixões. No *Rascunho N* (1897/1996a), podemos encontrar elementos que anunciam a temática edípica; também na carta a Fliess, de 12/12/1897, Freud se refere aos mitos endopsíquicos; já na famosa *Carta 71* (1897/1996b), entra *Oedipus Rex* na cena psicanalítica, assim como na *Interpretação dos sonhos* (1900/1996c), em que também compara o inconsciente aos Titãs sepultados que, de tempos em tempos, se remexem nas entranhas da terra. Nos *Três ensaios para uma teoria da sexualidade* (1905/1996d), o autor afirma que o verdadeiro enigma da esfinge tebana é sobre a origem do homem, isto é, a concepção e o seu nascimento, curiosidade sexual que despertará na criança o desejo de conhecimento ou o que Freud chama de pulsão epistemofílica. Em *Totem e Tabu* (1913/1996g), Freud propõe um mito científico em torno do assassinato do pai. Também na *História de uma neurose infantil*, o Homem dos lobos (1914/1996h), Freud nos remete à castração de Urano, o pai primevo (Martínez, 2017).

Obviamente, a referência a Édipo é central na obra de Freud, que escolhe a versão de Sófocles, para reconhecer em si e universalizar o drama do herói que mata o pai e casa com a mãe, desvelando uma sexualidade em conflito.

Além de Édipo, continua Martínez (2017), podemos dizer com Rank (citado por Martínez, 2003), que todos os heróis apresentam o mesmo modelo do romance familiar e, portanto, interessam à psicanálise. Orestes, por exemplo, que mata a mãe e seu amante, para vingar o pai, tem uma instigante interpretação sob a pena de Klein (1963/2006); a Medusa, uma figura mitológica muito primitiva e das profundezas, que foi degolada por Perseu, nos leva pelo território da castração, o que também Freud discute no seu pequeno artigo *Cabeça de Medusa* (1922, citado por Martínez, 2003); ainda, devemos mencionar Eros, cujo amor por Psiquê desencadeia o furor e o ciúme destrutivo de Afrodite, a mãe. Aliás, o deus do amor inspirará o pai da psicanálise, na sua segunda teoria das pulsões, quando a pulsão de vida será, como Eros, o princípio de coesão interna do cosmo (Brandão, 1993).

Martínez (2017), também se refere a outras paixões que interessam à psicanálise, como a de Teseu que provoca a morte do filho, acusado falsamente pela madrasta, tomada por um desejo mortífero; o drama de Hércules, que perseguido, submetido e castigado por Hera, enlouquecido, assassina os próprios filhos sem que seu pai Zeus possa impedi-lo; o próprio Zeus, que derruba seu pai Cronos, este que havia castrado Urano...

Os mitos, tal como os compreende Freud (1907/1996e), são resquícios distorcidos de fantasias carregadas dos desejos reprimidos, medos e anseios de toda a humanidade, portanto, embora guardem estreita relação com a cultura de um povo, eles expressam conflitos comuns a todos os homens. Este é o caso do mito de Medeia, encenado por Eurípedes em 431 a.C. que, apesar do desfecho terrível, pelo horror ao filicídio, a peça permanece viva há gerações, desde a antiguidade aos dias atuais. Seus belos versos traduzem o movimento pulsional gerado a partir de uma separação amorosa insuportável.

O próprio Freud (1905/1990), observa Martínez (2017), está seduzido pelo drama da feiticeira e, embora compare a Sra. K. a Medeia, como mostra este trecho

Quando Dora se hospedava com os K., costumava partilhar o quarto com a Sra. K., sendo o marido desalojado. Dora era a confidente e conselheira da mulher em todas as dificuldades de sua vida conjugal; não havia nada de que não conversassem. Medeia ficou muito contente em ver Creusa tornar-se amiga de seus dois filhos, e também não fez nada para estorvar o relacionamento entre a moça e o pai das crianças (p. 54-55).

constantemente se refere à vingança de Dora, uma vingança patológica, dirá, pelo fato da jovem ter contado aos pais sobre a proposta do Sr. K. Contudo, não deixa de haver, nesta interpretação de Freud, um certo exagero, pois contar a verdade, ao contrário, talvez tenha ajudado às crianças da Sra. K. a manter seu pai...

Mas voltemos ao mito. O trágico do mito de Medeia, representado por Eurípedes (431 a.C) é precisamente a preparação e realização de uma vingança terrível – patológica sim –: Medeia castigará terrivelmente a traição de Jasão, matando os próprios filhos.

É justamente por este caminho que traçamos nosso percurso neste artigo, reatualizando, através de Medeia, as vicissitudes decorrentes das rupturas amorosas que dão lugar às vinganças em diversas intensidades, patológicas, que podem matar ora os próprios filhos, ora os pais das crianças. Trata-se de focar as variantes do que hoje chamamos de alienação parental e as discutimos neste encontro bem-sucedido entre o mito e a psicanálise.

Inspiradas na Teoria da Sedução Generalizada, de Jean Laplanche (1987), privilegiamos a reação agressiva e vingativa de Medeia, compreendida como uma resposta possível – uma tradução – ante o desamparo em que se encontrava, referente não somente à perda do amor do objeto, que operou como uma espécie de trauma, mas à carência de assistentes de tradução organizadores do excesso. Sem o amor do marido, sentindo-se ultrajada pelas novas núpcias deste, sua desgraça culmina com a sua expulsão da cidade pelo rei Creonte, devendo deixar os filhos com Jasão. Nessas circunstâncias e sem ter para onde regressar – pois havia traído sua família e sua pátria por amor a Jasão –, viu-se só, abandonada tanto diante do mundo externo quanto das próprias pulsões. Isto precisamente a diferencia do mundo grego, que a tem como uma bárbara.

Desamparada na esfera emocional e social, desprovida de assistentes de tradução organizadores do excesso pulsional desligado pelo rompimento da aliança-juramento entre o casal, sem outras possibilidades de simbolizar a vivência traumática, Medeia acaba por atuar sua dor: mata a nova eleita do marido, o rei que a expulsara de Corinto e também os filhos, atribuindo toda a responsabilidade da tragédia a Jasão sem se ver implicada nos crimes que ela mesma cometeu, precisamente por dar tudo, por amor, e tudo esperar.

Infelizmente, a realidade o atesta, há algo similar no presente e que faz laço com o passado, já que muitos amantes feridos pelo término de uma relação afetiva continuam a envolver os filhos em seus projetos de vingança contra o ex-marido. É o que testemunham as Varas de Família que, segundo Levy e Gomes (2011), tem apresentado um número crescente de casos de alienação parental motivados por animosidade, ódio e desejo de retaliação, em uma versão atualizada da tragédia grega, pois apesar de não chegar ao ato extremo do filicídio como faz a feiticeira da Cólquida, provoca-se também uma morte: a do amor dos filhos pelo genitor alienado como pena pelo fim do enlace.

EURÍPEDES: O DRAMATURGO DA AMBIGUIDADE

Segundo Oliveira (2006), o nome de Eurípedes perfila ao lado de outros dois grandes dramaturgos gregos de grande prestígio, Ésquilo e Sófocles. Nasceu por volta de 480 a.C., em um período glorioso para Atenas em virtude da expansão econômica e política que se refletia nas artes, na poesia e no pensamento filosófico. Membro de uma família aristocrática recebeu uma excelente educação e tinha uma biblioteca valiosa a sua disposição, fato raro naquela época. Ao longo de sua atividade dramática escreveu cerca de noventa obras, destas apenas dezoito foram preservadas em sua versão integral. Enquanto Ésquilo, seu antecessor, escrevia acerca dos princípios divinos, e Sófocles, seu contemporâneo, sobre as características humanas magníficas, Eurípedes inovou na tragédia e nas apresentações cênicas pela sua exímia habilidade em explorar, com grande realismo, as paixões e as contradições da alma humana, sendo considerado por Schaffa (2009) um psicanalista *avant la lettre*. Em sua análise da *Gradiva de Jensen*, Freud (1907/1996f) explicita sua admiração por esta sensibilidade dos romancistas e poetas trágicos, que desde tempos imemoriais, são hábeis em descrever a alma humana de uma forma que nem mesmo a ciência é capaz.

Sensível aos problemas emergentes de sua época, Eurípedes não se restringiu a falar das divindades, retratou pessoas comuns, camponeses, escravos, idosos e denunciou a difícil situação das mulheres. Segundo Martínez (2003), tratava-se de uma postura de certa forma subversiva, pois seu modo de encarar a religião, a natureza e o indivíduo diferiam das concepções do seu tempo. Em face ao conservadorismo grego, o tragediógrafo enfrentou certa resistência por parte do público, tendo conquistado o primeiro lugar nos concursos teatrais durante as Grandes Dionísias – festivais atenienses – apenas cinco vezes ao longo de sua vida. A peça *Medeia*, por exemplo, encenada pela primeira vez em 431 a.C. recebeu o prêmio de terceira colocada.

Para Santos (2005), *Medeia* é uma das personagens mitológicas mais intensas, pois cheia de contradições o que a faz humana e atrativa apesar dos crimes espantosos.

Por um lado, é grandiosa ao máximo e está dotada de todas as qualidades do herói: é sábia, hábil, valente, decidida, abnegada e fiel a seu amado, com

um elevadíssimo sentido de honra. Mas, ao mesmo tempo, é malvada até o insuspeitado. Porque em tudo é extrema e desmesurada (p. 77).

Segundo Vernant e Vidal-Naquet (2005), os mitos, que provêm da tradição oral, são a matéria prima complexa e difusa onde cada poeta grego busca inspiração escolhendo uma versão específica para compor suas obras. É dessa maneira, afirma Brandão (1996), que as tragédias se iniciavam *in medias res*, no meio da história, em geral a partir do fim de um mito. A peça sobre a qual nos debruçamos, por exemplo, é inspirada no *Velocino de Ouro* e *Os Argonautas*, narrativas míticas que se entrelaçam em uma complexa trama que culmina no encontro entre Jasão e Medeia. Portanto, para compreender a intensidade da reação emocional da feiticeira quando o herói toma novas núpcias – ponto inicial da tragédia de Eurípedes – é precisar começar a história um pouco antes. Abrem-se as cortinas.

MEDEIA E A TRAGÉDIA AMOROSA

Jasão era filho de Esão, rei de Iolco na Tessália, que foi destronado pelo irmão Pélias. Após o assassinato do soberano, a mãe do herói, grávida na época, fingiu ter dado à luz a um natimorto, subterfúgio para salvá-lo e entregá-lo aos cuidados do sábio centauro Quirão. Ao terminar sua educação, Jasão regressa a Iolco e reclama pelo trono usurpado, mas seu tio Pélias, no intuito de se livrar do sobrinho, propõe uma condição: o jovem príncipe precisava conquistar o velocino de ouro¹, um tesouro sagrado que se encontrava no reino de Cólquida, em uma gruta, num bosque encantado e sob a proteção perene de um dragão que jamais dormia. Para tanto, Jasão reuniu cinquenta valentes heróis e em uma embarcação mágica, construída por Argos com a ajuda de Atena (Brandão, 1993) – os integrantes ficaram conhecidos por Argonautas – deu início a sua expedição. Após uma longa e desafiadora aventura marítima, ao desembarcar em Cólquida e explicar o motivo de sua viagem, o soberano local, rei Eetes, fingiu concordar entregar-lhe o tesouro se ele arasse a terra com dois touros de pés de bronze que lançavam chamas pelas narinas, e matasse os monstros gigantes que nasceriam dos dentes semeados de um dragão. Atônito frente às tarefas sobre-humanas designadas pelo rei, das quais certamente não sairia com vida, Jasão decide regressar a Iolco, momento este em que Medeia o procura para ofertar-lhe um acordo.

A pedido de Hera, protetora de Jasão, Afrodite convence Eros a flechar o coração de Medeia, uma poderosa feiticeira, filha do rei Eetes, neta de Hélios (o Sol), sobrinha da bruxa Circe. Loucamente apaixonada, ela seduz o líder dos Argonautas ao oferecer poções e encantamentos para vencer os desafios propostos por seu pai. Em troca um pacto solene é selado diante dos deuses e Jasão promete casamento e fidelidade. Munido das ervas e poções mágicas, ele se torna invulnerável ao ferro e ao fogo, vence os desafios e se apossa do velocino. Furioso, o rei Eetes decide impedir o retorno do herói, mas na fuga Medeia havia levado seu irmão Apsirto de refém, a quem decide matar, despedaçar seus membros e jogá-los ao mar no intuito de atrasar a perseguição de seu pai, que certamente recolheria o corpo do filho para conceder-lhe um funeral honroso. De volta a Iolco, Pélias não entregou o trono conforme prometera, e para vingar-se dele, a feiticeira fez com que suas próprias filhas o matassem². Em face à revolta da população o casal fugiu para Corinto onde viveram em plena união por dez anos e tiveram dois filhos. Não obstante, Jasão, que havia feito juras de amor eterno e a Medeia tudo devia, abandona-a para se casar com Creusa (ou Glauce), filha de Creonte, rei de Corinto (Brandão, 1995).

É neste momento que se inicia a tragédia de Eurípides, com a ama descrevendo o deplorável estado de Medeia, uma mulher humilhada pelo repúdio do marido, profundamente ferida pelo ultraje, prostrada ao leito, sem se alimentar, incapaz sequer de levantar os olhos, nem os filhos a agradavam, encontrava-se consumida pelo pranto e desejando apenas a própria morte.

Ai Ai,
vale grande pranto o que sofro,
sofro infeliz. Ó execráveis
filhos de horrenda mãe, morrei
com o pai – e que caia a casa! (p. 41).

Mas ao longo da peça seu ânimo se altera, e do aparente estado melancólico emerge um terrível desejo de vingança que começa pelo assassinato da noiva do marido e culmina no filicídio.

O sofrimento de Medeia se intensifica ainda mais quando o rei, temendo por uma retaliação, pois ciente de seus sortilégios, a expulsa

do reino. Após suas súplicas, Creonte, tocado como pai pelos apelos de uma mãe preocupada com o destino dos filhos, concede mais uma noite para que ela pudesse preparar sua partida. Era o que a feiticeira precisava, tempo suficiente para arquitetar seu plano e garantir, junto a Egeu, rei de Atenas – com a promessa de conceder-lhe uma descendência – um refúgio para onde ir após seu crime. Enfurecida e com sede de vingança, decide assassinar a nova eleita do marido, matar o rei que a expulsara de Corinto e, para ferir Jasão onde mais doeria tirar a vida dos próprios filhos. Arditosa, com doces palavras, finge aceitar a decisão do marido e concorda deixar os filhos sob sua proteção para que apenas ela fosse banida. A despeito da palavra dada pelo marido que dos filhos cuidaria, ainda assim diz temer pelo destino deles e convence Jasão a deixá-los entregar presentes para a noiva, na pérfida intenção de comovê-la a fim de que ela persuadisse o rei para jamais expulsá-los. Porém, o véu e o diadema de ouro estavam envenenados e Creusa, encantada pela beleza dos presentes, os veste, mas logo seu corpo é tomado por chamas inexauríveis e quanto mais tentava se livrar dos adornos, maior era o seu sofrimento. Ao tentar socorrer a filha, o rei Creonte se vê preso no mesmo feitiço e morre carbonizado junto a ela, tendo o fogo se alastrado e consumido também todo o palácio real (Brandão, 1995).

Antes de concluir seu plano maléfico Medeia titubeia, depara-se com o amor que sente pelos dois filhos, e nestes belos versos dirigidos ao coro podemos ver seu coração fraquejar, pois o desejo de vingança e o amor materno se digladiam entre si, e tem-se a impressão de que ela desistirá de sua ideia mortífera.

Por que cravais em mim os olhos, filhos?
 Por que sorrides o último sorriso?
 Ai, o que faço? Foi-se-me a coragem
 quando luzente olhar dos filhos vi,
 mulheres: eu não posso. Adeus, projetos
 de há pouco! Lavarei daqui meus filhos (p. 127).

Porém, rapidamente ela encontra forças no ódio e no desejo de retaliação, sua honra é posta em primeiro plano e a heroína deixa de lado todo o amor que sente pelos filhos.

Mas que há comigo? Quero expor-me a escárnio
 por deixar inimigos meus impunes?
 Deve-se ousar! Mas que vileza a minha,
 no peito tolerar palavras frouxas! (p. 129).

Em um desfecho inesperado, após completar sua vingança e esfaquear os filhos, sem permitir que Jasão tocasse em seus corpos, Medeia foge triunfante levando-os consigo para o templo de Hera no carro do sol, guiado por serpentes aladas, um presente de seu avô. Um *deus ex machina*³ que a salva do furor da população.

LAPLANCHE E SUA TEORIA TRADUTIVA DO INCONSCIENTE

A partir da reinterpretação da neurótica freudiana, Laplanche formula sua Teoria da Sedução Generalizada, doravante TSG. Diferente de Freud, que restringe a sedução a um evento focal e patológico, pois se refere a um atentado sexual de caráter perverso, e menciona a sedução materna, nos textos sobre a feminilidade, Laplanche (1987) amplia esta compreensão e postula a existência de uma sedução generalizada, inerente ao encontro adulto-criança face à interferência da sexualidade infantil do adulto nesta relação.

Laplanche (1987) nomeia de Situação Antropológica Fundamental – SAF – o primeiro momento de encontro entre um adulto e o *infans*, referindo-se a uma criança que ainda não fala (*petit non-parlant*). Trata-se de uma situação universal, de que nenhum ser humano pode escapar, uma relação assimétrica por excelência, pois o adulto se relaciona a partir de seu inconsciente enquanto a criança ainda não tem o seu constituído. É nesta situação que se dará a sedução, por meio das mensagens enigmáticas que circularão entre ambos. Enigmática não apenas para a criança que as recebe, mas para o próprio adulto emissor que não tem ciência do que comunica, porque a mensagem a ela endereçada está atravessada por seu inconsciente, por este estrangeiro interno que também o habita.

Essas mensagens começam a circular desde cedo, já nos cuidados de sobrevivência que estão infiltrados pela sexualidade inconsciente do adulto despertada no contato com o corpo infantil, já que “em toda relação de cuidado temos um pequeno ser em total dependência, sem um inconsciente, mas que a sua presença excita o adulto” (Martínez, 2012,

p. 476). Tais mensagens não se restringem à linguagem verbal, sobretudo neste início da vida, pois o enigmático também circula nos gestos, no tom de voz, na mímica e no olhar. “As mensagens que são objeto das primeiras traduções não são essencialmente verbais, nem ‘intelectuais’! Elas incluem em grande parte significantes de afeto, que poderão ser traduzidos ou recalcados: um sorriso (em Leonardo), um gesto de cólera, uma mímica de nojo” (Laplanche, 1999, p. 329).

Laplanche (1997a) recupera a cena originária para se referir à outra modalidade de transmissão do enigmático, aquela em que o adulto seduz a criança por meio de um deixar ouvir, de um deixar ver que é sempre um fazer ver, uma espécie de exibição que porta uma mensagem: “o que este pai quer de mim me mostrando, deixando-me ver a cena primária, mesmo que apenas me levando ao campo (como o pai do homem dos lobos) para testemunhar o coito de animais?” (p. 146). Grosso modo, este deixar ver, como forma de sedução, parece ter sido utilizado por Medeia ao exibir seus poderes sobre-humanos para as filhas de Pélias. Seduzidas pelo espetáculo perverso polimorfo em que vida e morte se misturam à violência sádica da feiticeira, vimos, as jovens cometem o parricídio. Indo além, talvez o desejo de rejuvenescer o pai fosse uma defesa frente às próprias pulsões destrutivas despertadas com a cena excessiva: será esquarterado, mas tal como o carneiro, reviverá! Uma reparação?

De volta a Laplanche, talvez o exemplo do seio seja um dos mais significativos. Antes de ser um órgão natural de lactação, o seio é uma zona erógena importante para a mulher, isto quer dizer, que o seio cheio de leite é antecedido pelo seio excitável, fonte de prazer erótico. É essa duplicidade da mensagem impossível de ser apreendida em sua totalidade, pois advém de um adulto cindido, que instaura um enigma para a criança: “que quer de mim este seio que me alimenta, mas que também me excita: me excita se excitando? Que quer ele me dizer, que ele mesmo não sabe?” (Laplanche, 1988a, p. 79). É por isso que a mensagem da ternura jamais será pura, porque estará sempre parasitada pela sexualidade recalçada do adulto, a respeito da qual a criança é passiva.

Vale frisar, que essa passividade não se refere a qualquer elemento gestual ou comportamental, mas a desigualdade de condições, à carência

de recursos simbólicos e linguageiros para traduzir a mensagem que lhe é proposta pelo adulto (Ramos, 2008).

A sedução deve se definir como relação passividade-atividade, essa mesma tomada em seu sentido cartesiano: o ativo é aquilo que comporta mais de saber, de experiência, etc., que o passivo. Além disso, nesta dissimetria, a psicanálise introduz o complemento essencial, que este “mais” é um *mais-de-saber-inconsciente* no sedutor que no seduzido (Laplanche, 1997b, p. 332, grifos do autor, tradução livre).

Confrontada às mensagens sexuais do adulto, a criança tentará traduzi-las, simbolizá-las. Todavia, seus códigos autoconservativos serão insuficientes e ela necessitará de novos códigos para auxiliá-la neste árduo e perene trabalho de tradução do enigmático para o qual é convocada. Referimo-nos aos assistentes de tradução, expressão cunhada por Francis Martens (2003), estudioso da TSG, e desde então adotada por Laplanche, para se referir ao conjunto de mensagens, verbais ou não-verbais, ofertadas pelo ambiente social à criança como um auxílio à tradução. Estes novos códigos, comunicados junto com as próprias mensagens enigmáticas, funcionam como uma espécie de contrainvestimento à intensa sedução operada pelo adulto.

Laplanche (2006/2015b) também considera o universo mitológico um auxílio à tradução, já que os mitos, contos e demais esquemas narrativos servem para ligar, ordenar, simbolizar e traduzir as mensagens enigmáticas traumatizantes que vêm do mundo adulto. Dentre eles o autor inclui os códigos clássicos, como o complexo de Édipo, o assassinato do pai e o complexo de castração, pois não os toma como fantasias filogenéticas supostamente originárias como o fez Freud, mas sim, como esquemas narrativos transmitidos culturalmente. Eis o assassinato do pai: o rei Pélias, morto por suas filhas! Nesse sentido, para Laplanche (citado por Ramos, 2008), o próprio complexo de Édipo estaria do lado do recalçamento, e não do recalçado, pois se trata de uma narrativa que opera como uma espécie de tina, um dique para a pulsão. Não só o Édipo continua Ramos (2008), mas os demais protofantasmas, porque se constituem elaborações bem-organizadas, sustentadas pela cultura, os quais ajudam a criança a dar conta do sexual, dos aspectos não ligados e polimórficos da pulsão.

Para Carvalho (2016), o mito da cegonha, há tempos utilizado para explicar a origem dos bebês, opera como um tipo de mediação entre o adulto e a criança evitando, assim, uma exposição excessiva às fantasias inconscientes do adulto que parasitam esta comunicação. Mais tarde, além dos mitos e fábulas, o próprio conhecimento científico servirá como um auxílio à tradução, sobretudo para as crianças maiores que deixarão de acreditar na cegonha. Dito de outro modo, o patrimônio mito-simbólico oferecido pelos pais e pela cultura de forma geral – por meio de filmes, livros etc. – está a serviço do processo tradutivo, à medida que ajuda a codificar e simbolizar os enigmas sexuais provenientes no universo adulto, assim como permite fazer frente à sedução vivida.

A despeito dessa ajuda à tradução, a metabolização das mensagens enigmáticas jamais será plena, sempre haverá um resto irreduzível, um não-traduzido essencial. Esses resíduos à margem das primeiras tentativas de tradução se sedimentam e dão origem ao inconsciente e à pulsão (Laplanche, 1987). É digna de nota que a sedução não se restringe à relação adulto-criança, nem tampouco se processa de forma unilateral – do adulto em direção à criança –, pois a partir do recalçamento originário essa comunicação estará inelutavelmente atravessada por conteúdos inconscientes. Desse modo, a criança, que nos tempos primordiais era passiva em relação ao adulto, tornar-se-á, também, um agente de intensa sedução. É por esta razão que os diferentes personagens míticos retratados na tragédia euripídiana serão ora seduzidos, ora sedutores. Aliás, uma sedução que permeia toda a peça, seja de forma sutil, seja perversa.

Primeiramente, vimos, Hera convence Afrodite a provocar a paixão doentia de Medeia por Jasão. A feiticeira, por sua vez, seduz Jasão com a promessa da vitória, pois com seus encantos o herói venceria os desafios propostos pelo rei Eetes obtendo o velo de ouro e, com isso, a glória. Mais tarde as posições se alteram: Jasão, por almejar o trono de Corinto, se transforma em sedutor de Creusa ao propor um casamento com a filha do rei. A princesa de Corinto é novamente seduzida, dessa vez pelos presentes magníficos de Medeia, uma sedução mortífera que custou sua vida e a de seu pai, o rei Creonte. Nesse ínterim, outro rei é seduzido pela maga: Egeu, com a promessa de ter filhos.

Vale sublinhar, que embora não se trate de crianças pequenas seduzidas na relação com o adulto como nos moldes da SAF, há, nessas relações, uma situação potencialmente assimétrica entre os pares: deuses versus mortais, heróis versus homens, dentre outras dissimetrias, como a de Medeia que, como mulher, era capaz de gerar filhos: a desejada descendência do rei Egeu! E frente a essa intensa sedução, os personagens se defendem como podem, fazendo uso dos assistentes de tradução de que dispõem – pois diferente do *infans* eles já têm um inconsciente constituído – e daqueles que encontram no universo cultural a sua volta, alguns mais organizadores, outros mais dramáticos como veremos a partir de Medeia. Apesar de ter dado absolutamente tudo para o líder dos Argonautas – vitórias, amor e uma descendência – ainda assim, ele a traiu. Desprovida de códigos capazes de decifrar o enigma: “o que queres de mim?”, “o que Jasão quer de mim?”, só restou para a feiticeira, a atuação.

DO EXCESSO AO ATO: UMA SAÍDA PARA O PULSIONAL DESLIGADO

De volta à tragédia, para Martínez (2003), o herói da mitologia grega se encontra na fronteira entre o humano e o divino, pois é descendente de um(a) deus(a) com um(a) mortal, amiúde um soberano(a) ou uma pessoa ilustre. A autora lista uma série de capacidades excepcionais que o distinguem do homem comum, como a força bruta, a coragem, a inteligência, a ousadia e a astúcia, mas apesar dessas qualidades, é aquilo que se vincula à dimensão da falta, como o desamparo, o abandono, a solidão e a angústia que o aproximam do humano. Há também outras características que marcam os heróis, vinculadas aos excessos, como o descomedimento sexual – representado na prática do incesto, do estupro e do adultério – a crueldade, a violência, os assassinatos, as vinganças e as grandes trapagens. Nos mitos e tragédias, continua a autora, a morte do herói é o fim esperado, resultado das ações descomedidas, sempre à beira da transgressão e da ilegalidade, como é o desfecho de Édipo, punido pelo ato abominável, porque mesmo sem saber incorreu na *hybris*, matou o pai e se casou com a mãe.

Na mitologia clássica a *hybris* diz respeito à falta grave, ao crime do excesso, da ambição desmedida, do orgulho e do ultraje aos deuses. Todos os heróis têm como peculiaridade uma natureza que constantemente os

faz ultrapassar a medida certa e cair no erro gravíssimo da *hybris*, pelo qual serão invariavelmente castigados. Aí estão Prometeu, Ícaro, Belerofonte, Tântalo, entre outros (Sousa, 2012). A estes heróis podemos acrescentar Jasão, cuja ambição pelo trono de Corinto o levou a descumprir a promessa de casamento e abandonar a esposa, sendo por ela severamente castigado com a morte dos filhos, a quem nem sequer pôde oferecer um enterro digno. Simbolicamente, o assassinato dos filhos corresponde a uma castração, pois priva o herói de sua descendência (Martínez, 2003; Luz, 2013; Martins & Costa, 2017).

Segundo Pereira (1991), para compreender a gravidade do castigo a que foi submetido Jasão, deve ficar claro que ele descumpriu uma das obrigações mais sagradas da sociedade grega, isto é, a lealdade aos juramentos⁴, que encontra equivalência na lei sagrada da hospitalidade, sendo este código também quebrado pelo Rei Creonte ao expulsar Medeia de Corinto. Mas de certa forma e involuntariamente Jasão também quebra esta lei sagrada da hospitalidade. Como observa Martínez (2003), durante a expedição para Cólquida, descrita em *Os Argonautas*, a nau desorientada por uma forte tempestade levou Jasão e os outros heróis de volta à ilha do rei Cízico que, na noite anterior, os havia recebido com hospitalidade. Confusos e na absoluta escuridão da noite, matam seus anfitriões que os atacam os tomando por inimigos. São os caprichos dos deuses!

Além da *hybris*, Brandão (1995) descreve outras características importantes do herói, que por ser meio humano e meio divino é essencialmente ambivalente, repleto de atributos contraditórios (*complexio oppositorum*). Desse modo, ao mesmo tempo em que pode ser uma fonte infundável de bons feitos, ele pode ser uma maldição, sobretudo se ofendido, visto ser de sua natureza “estar sujeito à violência sanguinária, à loucura, ao ardil e astúcia criminosa, ao furto, ao sacrilégio, ao adultério, ao incesto e, em resumo, a uma contínua transgressão do *métron*, vale dizer, dos limites impostos pelos deuses aos seres mortais” (p. 53). O herói mítico, prossegue o autor, também é marcado por duas virtudes elementares: a *timé*, que representa a honra pessoal, que deveria ser defendida acima de tudo, e a *areté*, que diz respeito à superioridade, à excelência, ser o melhor em algo, como o guerreiro mais forte ou o mais habilidoso na batalha. “Dotado de *timé* e *areté*, mais perto dos deuses que dos homens, o herói está sempre

numa situação limite e a *areté*, a excelência leva-o facilmente a transgredir os limites impostos pelo *méttron*, suscitando-lhe o orgulho desmedido e a insolência (p. 67). É justamente por compartilhar desse mesmo código heroico que Medeia, ferozmente ferida pela traição do marido e tomada por um ódio cego, mata os próprios filhos para dele se vingar e, simultaneamente, restaurar sua *timé*.

Não se trata apenas de ter sido abandonada por Jasão, mas considerando que na Grécia era impossível ter mais de uma esposa – uma esposa e uma concubina era possível –, para casar-se com Creusa, o herói teve de repudiar publicamente a mãe dos seus filhos. O ultraje foi grande para quem fez tudo pelo herói (Martínez, 2003, p. 291).

Jasão, voltemos ao nosso herói. É igualmente desmedido em suas ações, porque não submete sua lança – um atributo militar – ao cetro real que, segundo Brandão (1996), representa a justiça e a paz. Em sua expedição para Cólquida, por exemplo, confuso ele mata o rei Cízico, depois trapaceia o rei Eetes para conseguir o velo de ouro, e por fim permite que Medeia mate o Rei Pélias em seu nome. Jasão também usa deliberadamente o amor da esposa para vencer suas batalhas, pois se vale dos artifícios mágicos por ela oferecidos para ter sucesso. É o que Brandão (1995) nomeia de êxito perverso, um falso herói que obteve vitórias sem glória. E por almejar o trono de Corinto, uma vez mais ele se deixar levar pela ambição, seus interesses egoístas o levam a trair Medeia, deixando-a duplamente desamparada: desampara em termos sociais, pois o noivado com a filha do rei resultou em sua expulsão de Corinto (Brandão, 1997); e desamparada frente às próprias pulsões, cuja voracidade a ataca desde o interior. O desamparo social concerne a sua condição de mulher estrangeira, sem pátria e sem família, que não tinha a quem recorrer e nem para onde regressar, em um momento histórico que destinava à mulher um lugar de extrema passividade⁵. Eis o retrato do estado de extremo desamparo no qual se encontrava a heroína:

eu, só, apátrida, butim de bárbara
terra, sou ultrajada pelo esposo;
não tenho mãe, irmão, nenhum parente
em que desta procela encontre abrigo (Eurípedes, 2006, p. 55)

Já o desamparo diante do mundo interno diz respeito à angústia pela perda do amor do objeto, ao amor transmutado em ódio, a ferida narcísica decorrente da traição de Jasão e ao desmoronar das barreiras frente à pulsão sexual de morte⁶ que toma de assalto a personagem euripídiana. Sobre os efeitos devastadores de uma ruptura amorosa afirma Carvalho (2012):

O investimento do objeto de amor significa sempre um contrainvestimento, pois por trás do objeto de amor se perfila, invariavelmente, o objeto da pulsão perversa e polimorfa. A perda do objeto de amor implica, pois, na esgarçada da trama egóica e na inevitável invasão do Eu pelas pulsões parciais (p. 493).

De princesa descendente dos deuses à estrangeira exilada, a feiticeira poderosa, conhecida por sua excelência nas artes mágicas, outrora respeitada em sua terra natal, é então desvalorizada e desonrada, e como afirma Oliveira (2006), no período clássico Grego, quando um nobre tinha sua honra ferida, não tinha apenas o direito, mas o dever de se vingar⁷. Como observam Vernant e Vidal-Naquet (2005), nas tragédias o drama sempre culmina em um impasse, pois ao ser posto diante de uma encruzilhada o herói precisará tomar uma decisão difícil, porém inevitável. Nossa heroína igualmente se encontrava frente a uma situação insolúvel: exilar-se de Corinto só e humilhada, ou se vingar dos supostos algozes. Ela fez sua escolha e, apesar dos seus próprios argumentos, algo da ordem do excesso é posto em movimento. E assim, a vingança atroz perpetrada por Medeia foi a que julgou proporcional a sua desonra, por meio do seu sombrio saber, mata a noiva de Jasão, o rei e, para culminar com sua vingança, mata seus pequenos filhos.

Todavia, afirma Martínez (2003), o assassinato do rei e de sua filha não foi seu primeiro crime. Havia algo de muito intenso e mortífero em Medeia para o qual o amor por Jasão servia como uma espécie de dique. Nos mitos que inspiram a peça a feiticeira já havia ultrapassado o *métron* (a medida certa) mais de uma vez. Primeiramente, vimos, ela trai o pai para ajudar Jasão, depois mostra sua violência, sua astúcia criminosa e sua paixão desmedida ao matar o próprio irmão e depois o rei Pélias. Contudo, não podemos esquecer que a própria Medeia foi instrumento de Afrodite,

a protetora de Jasão. Seu louco amor a leva a desrespeitar as leis, as tradições e os laços de sangue. Tal crueldade só poderia estar em torno da paixão que muito cedo toma forma na sexualidade infantil, perversa por natureza, a qual se tenta, sem sucesso, sepultar a todo custo. E o que fazer diante da força de Afrodite? Como se defender de tamanha sedução?

O amor de Jasão garantia a Medeia a contenção do excesso, tanto que a paz dura dez anos, período que viveram em harmonia em Corinto, um contorno para o recalçamento dessa intensidade pulsional da feiticeira. Porém, quando esse pacto é rompido, não há mais barreira para o polimórfico perverso que, como uma avalanche, dá lugar novamente à expressão da *hybris*. Assim, tudo e todos são destruídos no caminho para a satisfação.

Por outro lado, esse pacto entre Medeia e Jasão nos remete à ideia de pacto negativo de Kaës, comentado por Losso (2003, citado por Matioli, 2011), que corresponde a uma espécie de aliança inconsciente de caráter defensivo, com vistas a assegurar aos cônjuges que certos conteúdos psíquicos possíveis de inviabilizar a relação permaneçam reprimidos, negados ou cindidos. Porém, quando o casal se separa, esse acordo inconsciente se desfaz, e os conteúdos liberados com sua quebra podem adquirir grande potencial de violência como as reprovações, as agressões verbais e/ou corporais, o ódio passional, as perseguições. No mesmo sentido, Martínez e Matioli (2012) comparam a relação conjugal a uma espécie de tina, um continente para os aspectos mais destrutivos das pulsões do casal. Frente ao rompimento desta tina, a sexualidade polimórfica perversa até então contida transborda e dá lugar a manifestações de natureza agressiva, como as brigas, as fantasias de morte e as ações concretas de vingança e retaliação que, no caso de Medeia, foram atuadas e tiveram como alvo não só os inimigos, mas também os filhos.

E é tão visível em Medeia o polimórfico perverso decorrente também do amor por Jasão, que os meios utilizados, desde o início da tragédia, para destruir seus inimigos são o que Martínez (2003) chama de venenos-fezes para se referir às poções mágicas utilizadas em seus crimes e trapaças. Tal expressão, a nosso ver, além de fazer alusão à analidade, se alinha à tendência agressiva-evacuativa da feiticeira que transforma o excesso pulsional em atuações destrutivas ao descarregar nos objetos do mundo externo a força bruta de suas pulsões. Nos versos narrados pelo

mensageiro fica evidente o potencial corrosivo e destrutivo dos venenos-fezes, os quais desfiguram Creusa ao transformar sua bela imagem em algo grotesco e seu corpo em dejetos, resto, pedaço de carne irreconhecível. Eis um trecho de sua terrível morte:

a áurea guirlanda posta na cabeça
lançava fluxo atroz de fogo omnívoro,
e as vestes finas, dons dos filhos teus,
roíam a alva carne da infeliz.
Levante-se do trono e foge ardendo,
a sacudir melenas a cabeça
para livrar-se da coroa. O ouro,
porém, ficava fixo e o fogo, quando
a coma sacudiu, brilhou o dobro.
E cai no chão, pelo revés vencida,
reconhecível só para seu pai:
nem era clara a forma de seus olhos
nem bela a face; sangue gotejava
junto com o fogo do alto da cabeça;
dentes da droga, ocultos, descolavam
do osso as carnes, qual lágrimas pináceas (Eurípedes, 2006, p. 141).

Quando o mensageiro traz a notícia da morte da princesa de Corinto, a felicidade de Medeia causa-lhe espanto, porque não compreende o prazer da feiticeira frente à atrocidade cometida. Mas esta é uma das faces da pulsão sexual de morte, que pode assumir a máscara da destrutividade, apresentando-se em atos de violência dirigidos aos objetos do mundo externo. Para Laplanche (2003/2015a), embora frequentemente dessexualizada pela cultura, a agressividade produz uma satisfação sexual de ordem sádica como testemunha Medeia, em júbilo, ao saber que seus venenos-fezes provocam a morte horripilante da rival. Para Bacelete e Ribeiro (2016), esta violência contra o outro é uma tentativa de dominar o corpo estranho interno, desencadeado pela separação, que não cessa em atacar o eu, como uma forma de externalizar o excesso pulsional que não pode ser integrado no psiquismo do sujeito. Este era o caso de Medeia, impossibilitada de dar conta da pulsão desligada pela ruptura do vínculo amoroso que operava como uma espécie de barreira protetora frente aos elementos agressivos da sexualidade infantil.

No entanto, para além da intensidade pulsional da feiticeira, aparentemente contida graças às juras de amor eterno de Jasão (Luz, 2013; Martins & Costa, 2017) – poder-se-ia afirmar que Medeia também não dispunha de assistentes de tradução para dar conta da pulsão desligada após a separação – não tinha pátria, família, herança, nem posição social, pois era uma mulher em terra estrangeira –, o que deu lugar ao ato, conferindo, assim, um destino trágico para o pulsional. Os poucos assistentes de tradução disponíveis favoreceram sua atuação guiada principalmente por uma honra ferida (*timé*), que deveria ser defendida a qualquer custo, mesmo matando em si a maternidade com o assassinato dos filhos. Trata-se também, de uma forma de arrancar das entranhas a marca de Jasão a quem deu tudo e de quem tudo tira. A excelência (*areté*) como assistente de tradução igualmente contribuiu para as atuações mortíferas da feiticeira, que fez uso de sua potência destrutiva para aniquilar seus inimigos.

É interessante destacar que Medeia é uma mulher forte que, mesmo nessa trágica situação, tirará partido da sua sabedoria, não só destrói Jasão, deixando-o sem nada, tal como quando o conheceu, mas também é capaz de, ainda, ter seus trunfos. Isso está bem longe das interpretações, como afirma Pereira (1991), que tomam Medeia apenas como a expressão de uma mulher ultrajada. Ela é uma heroína forte, uma feiticeira que, apesar de ter muitas características tipicamente vinculadas ao herói trágico, como a descendência privilegiada (neta do Sol), a *areté* (era uma feiticeira poderosa), a *timé* (por seu elevado sentido de honra), o descomedimento em vários níveis (a astúcia criminosa, a violência sanguinária, a natureza irascível), ela não é castigada por ultrapassar o *métron*. A feiticeira burla todas as leis, sobre ela não recai a culpa trágica, seu fim não é a morte traumática, violenta e solitária como ocorre com os heróis, ao contrário, ela permanece impune e continua fazendo trocas. Após sua fuga de Corinto, Medeia recebeu asilo e se casou com Egeu, rei de Atenas, conforme o pacto firmado. Rapidamente se apossou das rédeas do governo e tentou envenenar o enteado Teseu, o herói que venceu o Minotauro... (Brandão, 1997).

Talvez Medeia esteja mais do lado do divino, pois os excessos são prerrogativa apenas dos deuses (Martínez, 2003).

O COMPLEXO DE MEDEIA E A ALIENAÇÃO PARENTAL

É denominado complexo de Medeia (Depaulis, 2008 citado por Levy & Gomes, 2011) o filicídio por retaliação ao ex-parceiro amoroso. Este atentado contra os filhos tem o intuito de infringir dor e sofrimento ao antigo objeto, castigando-o ao ceifar a vida dos que ele mais amava. De acordo com Levy e Gomes (2011), a personificação de Medeia não se restringe às páginas policiais, ela também pode ser observada nas Varas de Família, sobretudo quando um dos membros do casal parental, sentindo-se traído e humilhado, passa a nutrir sentimento de vingança e incutir nos filhos o ódio contra o ex-parceiro, o que tem resultado no aumento do número de casos de alienação parental. Apesar de diferir do filicídio praticado por Medeia, na alienação parental também estamos diante de uma morte, mas uma morte simbólica, pois o cônjuge que se sente abandonado usa de inúmeros artifícios, muitos deles perversos, veremos adiante, para dar fim ao amor dos filhos pelo genitor alienado, uma forma menos dramática, mas igualmente precária de ligação do excesso pulsional decorrente da separação conjugal.

A alienação parental, como definida por Gardner (2002), refere-se ao conjunto de manobras – atitudes, falas, expressões – em que um dos pais denigre, de forma implícita ou explícita, o outro diante dos filhos, dando origem a um solo fértil para a emergência de sentimentos negativos, fenômeno comumente observado nos contextos das disputas de guarda dos filhos após a separação. Segundo Lago e Bandeira (2009), o genitor alienador, animado pela raiva e pelo desejo de vingança, por se julgar vítima do ex-companheiro, busca destruir sua imagem perante os filhos, implantando neles o ódio contra o outro genitor no intuito de destruir sua relação com a criança.

Fonseca (2006) apresenta as principais estratégias adotadas pelo pai alienador para desmoralizar e afastar os filhos do genitor vitimado: colocar obstáculos às visitas e contatos; inventar doenças e compromissos de última hora para impedir que o pai não-guardião veja os filhos; induzir crenças negativas; mostrar-se abandonado ou infeliz quando o filho se encontra com o outro genitor; inventar histórias de abuso sexual, dentre outras atitudes, mais ou menos perversas, cujo fim é a destruição

lenta e gradual da figura do ex-parceiro. Para Levy e Gomes (2011), os sentimentos mais comuns por detrás dessas manobras são: o ódio pelo abandono, a ferida narcísica decorrente de uma traição, a solidão, o ressentimento e a dificuldade de travessia do processo de luto pela perda do objeto amado, o que é mais frequente nas separações não consensuais.

Não obstante, também há sofrimento nas separações consensuais, pois em qualquer ruptura amorosa a decisão de se separar parte de um dos cônjuges primeiramente, cujo papel assumido é o de vilão e o outro de vítima, ou abandonador e abandonado. Nalguns casos, este sentimento de abandono é capaz de provocar uma grave ferida narcísica que, somada aos sentimentos de culpa, de fracasso, de desprezo e de impotência, dão origem a um excesso difícil de metabolizar. Para Martins e Costa (2017), quando o sentimento de abandono provém do término de uma relação fusional, ele é vivido como uma ameaça de aniquilamento e morte do eu, o que faz despertar as pulsões destrutivas de forma implacável.

No que tange as vicissitudes da pulsão desligada pela ruptura de laços afetivos entre casais, Martínez e Matioli (2012) apontam para duas saídas possíveis: por um lado ela pode se voltar para o próprio eu, o que implica baixa autoestima, reações depressivas até pensamentos suicidas, em uma espécie de melancolização da separação. Por outro lado, quando esta pulsão se projeta para o exterior ela pode dar origem a reações agressivas e destrutivas contra o antigo objeto, que comumente é visto como responsável por todo o seu sofrimento, e é isto que alimenta os desejos de retaliação. Tais desejos, continuam as autoras, podem permanecer restritos ao campo das fantasias, comparecer nos pequenos atos ou até nas grandes atuações, como bem ilustra a personagem-título da tragédia a quem aqui nos dedicamos.

PARA FECHAR AS CORTINAS: A CULTURA E SEUS CÓDIGOS TRÁGICOS

Ao longo do artigo, vimos, o que leva a princesa de Cólquida a romper os limites do que é admissível dentro dos padrões civilizatórios é a pulsão desligada pela ruptura da aliança com Jasão. O polimórfico perverso adormecido graças ao amor dirigido e recebido do objeto desperta de modo implacável e atinge todos em seu caminho. A carência

de assistentes de tradução frente às mensagens de abandono e traição é outro fator que corrobora para o destino dramático do excesso pulsional. Os códigos disponíveis para a feiticeira foram insuficientes para aplacar seu intenso sofrimento, muito aquém de permitir a simbolização e metabolização do que ela viveu como um excesso traumático, eles acabaram por favorecer sua atuação.

Dotada de todas as características do herói mitológico, Medeia não admite ser ofendida e repudiada por Jasão, logo, não hesita em praticar todo tipo de transgressões, inclusive assassinar os próprios filhos para castigá-lo, evitar o escárnio dos inimigos e restaurar sua *timé*. Ao final da peça, mais próxima dos deuses do que dos homens, apesar de incorrer na *hybris*, ela não é punida, assim como não se implica em suas ações descomedidas, já que atribui somente a Jasão toda a responsabilidade sobre o seu sofrimento e a desventura dos filhos, julgando-se vítima dos ultrajes de um marido desleal e ambicioso por quem ela, igualmente traçoira e ambiciosa, tudo fez. Neste encontro de personagens míticos tão intensos, ambivalentes e polimórficos – ou divinamente monstruosos para recuperar uma expressão de Brandão (1995) – o desfecho só poderia ser trágico.

Guardadas as devidas proporções, é possível conjecturar que, no caso da alienação parental, o pai alienador também se julga vítima do ex-parceiro, considerado um vilão-traidor que deve pagar caro pelo sofrimento que supostamente deu causa. Sobretudo nas separações afetivas conflituosas e nos litígios conjugais, aquele que se sente vítima do antigo objeto parece se apoiar no dualismo bom versus mau para justificar, consciente ou inconscientemente, os projetos de vingança e retaliação derivados do ataque pulsional.

Entretanto, diferente do ocorrido na tragédia grega onde o castigo para o pai-amante-traidor foi a morte dos filhos, a punição na tragédia moderna da alienação parental seria não a morte real dos filhos, mas a morte do amor dos filhos por um dos pais como pena frente à ruptura da relação. Isso porque, dentre suas consequências – que recebem o nome de síndrome da alienação parental (Gardner, 2002) – pode estar o afastamento irreversível do pai vitimado em razão da destruição da relação afetiva com os filhos perpetrada pelo genitor alienador. A própria alienação parental pode ser tomada como um código tradutivo, forjado pela cultura, para

dar conta do ódio desencadeado naquele que foi abandonado, traído, como uma forma de dar um contorno ao excesso pulsional gerado pela ruptura de uma relação amorosa na contemporaneidade. Porém, trata-se de um código precário, pois apesar do caráter organizador para o ex-cônjuge que se sente vítima do outro – por conferir um destino à pulsão – ela ainda é desorganizadora para os filhos.

Com este ensaio chamamos a atenção para duas traduções trágicas para o excesso pulsional decorrente de uma separação amorosa: o filicídio e a alienação parental. Saídas diferentes, mas igualmente extremas, pois vinculadas à imperiosa exigência de satisfação pulsional, que para alcançar sua meta⁸ ultrapassa o *métro*, pois pode vir a se utilizar de objetos que lhe são caros, provocando danos irreparáveis a si mesmo ou aos objetos amados.

REFERÊNCIAS

- Bacelete, L., & Ribeiro, P. C. (2016, jul.). Violência e sexualidade: uma reflexão a partir da teoria psicanalítica. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, (45), 87-100.
- Berlink, M. T. (1997). O que é psicopatologia fundamental. *Ciência e Profissão*, 17(2), 13-20.
- Brandão, J. S. (1993). *Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega*. (Vol. I). Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Brandão, J. S. (1995). *Mitologia Grega*. (Volume III). (6a ed.). Petrópolis, Editora Vozes.
- Brandão, J. S. (1996). *Mitologia Grega*. (Volume I). (10a ed.). Petrópolis, Editora Vozes.
- Brandão, J. S. (1997). *Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega*. (Vol. II). (2a ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Brasete, M. F. (2005). A Electra eurípidiana: um drama de matricídio. In C. M. Mora (Coord.). *Ut par delectos it poena: crime e justiça na Antiguidade* (pp. 83-107). Centro de Línguas e Culturas: Universidade de Aveiro, Portugal.
- Carvalho, M. T. M. (2012, jul./set.). Sofrimento psíquico, acontecimento traumático e angústia pulsional. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, 17(3), 487-497.
- Carvalho, M. T. M. (2016). O universo mito-simbólico ante a curiosidade sexual das crianças. *Revista Percurso*, XXIV(56/57). Recuperado em 10 de novembro de 2019, de http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&cida=1220&cori=edicao&cid_edicao=56
- Eurípidés. (2006). *Medéia*. (Flávio Ribeiro de Oliveira, Trad.). São Paulo: Odysseus Editora.
- Ferraz, A. F. (2014). De Eurípidés a Pasolini: apontamentos sobre o mito de Medéia. In: Anais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, Águas Claras, Distrito Federal. Recuperado em 18 de junho, 2019, de http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2014/lista_area_DT04.htm
- Fonseca, P. M. P. C. (2006). Síndrome da alienação parental. *Rev. Pediatría*. São Paulo, 28(3), 162-168.

- Freud, S. (1990). “Fragmento de análisis de un caso de histeria”. In *Obras completas* (Vol. VII). Buenos Aires, Argentina: Amorrortu. (Original publicado em 1905)
- Freud, S. (1996a). Rascunho N. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Volume I, pp. 304-305). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1897)
- Freud, S. (1996b). Carta 71. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Volume I, pp. 314-317). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1897)
- Freud, S. (1996c). A interpretação dos sonhos. O material e a fonte dos sonhos. (Jayme Salomão, Trad.). In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol. IV, pp. 195-302). Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda. (Original publicado em 1900)
- Freud, S. (1996d). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. (Jayme Salomão, Trad.). In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. VII, pp. 128-231). Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda. (Original publicado em 1905)
- Freud, S. (1996e). Escritos criativos e devaneios. (Jayme Salomão, Trad.). In *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. IX, pp. 135-143). Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda. (Original publicado em 1907)
- Freud, S. (1996f). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen. (Jayme Salomão, Trad.). In *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. IX, pp. 19-85). Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda. (Original publicado em 1907)
- Freud, S. (1996g). Totem e tabu. (Jayme Salomão, Trad.). In *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIII, pp. 21-163). Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda. (Original publicado em 1913)
- Freud, S. (1996h). História de uma neurose infantil. (Jayme Salomão, Trad.). In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XVII, pp. 19-129). Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda. (Original publicado em 1918)
- Gardner, R. A. (2002). Parental alienation syndrome vs. parental alienation: Which diagnosis should evaluators use in child custody disputes? *American Journal of Family Therapy*, 30, 93-115.

- Klein (2006). Algumas reflexões sobre a Orestéia. In *Inveja e Gratidão e Outros Trabalhos* (1946- 1963). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1963)
- Lago, V. M., & Bandeira, D. R. (2009). A psicologia e as demandas atuais do Direito de Família. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 29(2), 290-305.
- Laplanche, J. (1987). *Novos fundamentos para a psicanálise*. (João Gama, Trad.) Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Laplanche, J. (1988a). A pulsão e seu objeto-fonte: seu destino na transferência. In *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. (pp. 72-83). (Doris Vasconcellos, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Laplanche, J. (1988b). A pulsão de morte na teoria da pulsão sexual. (Doris Vasconcellos, Trad.). In *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios* (Cap. 9, pp. 97-107). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Laplanche, J. (1997a). A teoria da sedução e o problema do outro. In *Livro Anual de Psicanálise XIII*. International Journal of Psycho-Analysis. São Paulo: Editora Escuta.
- Laplanche, J. (1997b). Temporalité et traduction. Puorune remise au travail de la philosophie du temps. In *Le primat de l'autre en psychanalyse: Travaux 1967-1992* (pp. 317-335). (2a ed.). Paris: Flammarion.
- Laplanche, J. (1999). Curto tratado do inconsciente. *Jornal de Psicanálise*. São Paulo, 32(58/59), 307-337.
- Laplanche, J. (2001). Pulsão e instinto: oposição, apoios e entrelaçamento. In M. R. Cardoso (Org.). *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. Rio de Janeiro: Editora Nau: FAPERJ.
- Laplanche (2015a). O crime sexual. In *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006* (Cap. VIII, pp. 137-153). Porto Alegre: Dublinense. (Original publicado em 2003)
- Laplanche (2015b). Castração e Édipo como esquemas narrativos. In: *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. (Cap. XIX, pp. 280-287). Porto Alegre: Dublinense. (Original publicado em 2006)
- Levy, L., & Gomes, I. C. (2011). Relações amorosas: rupturas e elaborações. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, 43(1), 45-57.

- Luz, A. M. O. (2013). Medéia: a feiticeira do ódio. *SIG Revista de Psicanálise*, 2(1), 59-66.
- Martens, F. (2003). Para una validación sócio-clínica de la teoría de la seducción generalizada. (Lorenza Escardó, Deborah Golergant, Trad.). *Rev. Alter*, (3). Recuperado em 18 de junho de 2010, de <http://www.revistaalter.com>
- Martínez, V. C. V. (2001). A nudez. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 4(2), 41-52. <https://dx.doi.org/10.1590/1415-47142001002005>
- Martínez, V. C. V. (2003). *A figura do herói: entre a falta e o excesso - por uma ruptura de campo em três tempos; a criança e o videogame, o herói mitológico e o homem psicanalítico*. (Tese de Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Martínez, V. C. V. (2012, jul./set.). “Susana e os velhos”: sedução, trauma e sofrimento psíquico. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, 17(3), 475-485.
- Martínez, V. C. V. (2017). Do mito e dos seus heróis: O sexual, a cultura e a psicanálise (pp. 61-90). In Costa, P. J. (Org.). *Psicanálise e mitologia grega: ensaios*. Curitiba: Appris.
- Martínez, V. C. V., & Matioli, A. S. (2012). Enfim sós: Um estudo psicanalítico do divórcio. *Rev. Mal Estar e Subjetividade*, Fortaleza, 12(1-2), 205-242.
- Martins, E. J. P. & Costa, P. J. (2017). Medéia e a ruptura de laços afetivos narcísicos: algumas correlações psicanalíticas (pp. 169-189). In Costa, P. J. (Org.). *Psicanálise e mitologia grega: ensaios*. Curitiba: Appris.
- Matioli, A. S. (2011). *Um estudo psicanalítico da separação conjugal: as mensagens enigmáticas de pais separados dirigidas aos seus filhos*. (Dissertação de mestrado não- publicada). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Oliveira, F. R. (2006). Eurípedes, o tragediógrafo da ambigüidade. (pp. 169-175). In Eurípedes. *Medéia*. (F. R de Oliveira, Trad.). São Paulo: Odysseus Editora.

- Pereira, M. H. R. (1991). Introdução. In Eurípedes. *Medéia* (pp. 9-28). (Maria Helena da Rocha Pereira, Trad.). Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Ramos (Mello Neto), G. A. (2008). *Histeria e psicanálise depois de Freud*. Campinas, SP: Editora Unicamp.
- Schaffa, S. (2009). Medéia, o feminino. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 42(76), 51-64.
- Santos, A. E. (2005). Mujeres terribles (Heroínas de la mitología I). CFC (G): *Estudios griegos e indoeuropeos*, (15), 63-93.
- Sousa, R. (2012, jan./jun.). Algumas expressões da hýbris em *Dispersão*, de Mário de Sá-Carneiro. *Navegações*, 5(1), 62-67.
- Vernant, J. -P., & Vidal-Naquet, P. (2005). *Mito e tragédia na Grécia antiga*. São Paulo: Perspectiva.

NOTAS

- ¹ Velocino de ouro é a pele de um carneiro alado presente de Hermes para salvar os filhos de Átamas, netos de Éolo, deus dos ventos, da morte anunciada pela madrasta. Somente Friso sobrevive, sua irmã Hele caiu no mar. Ao chegar em Cólquida, ele sacrifica o carneiro e presenteia o rei Eetes que o acolhera (Brandão, 1997).
- ² Medeia convence as filhas de Pélias da força de seus poderes ao fazê-las presenciar o rejuvenescimento de um velho carneiro, que após ser despedaçado e cozido em um caldeirão de bronze, volta à vida em pleno vigor. Impulsionadas pelo desejo de rejuvenescer o pai as jovens se deixam enganar pela maga e acabam matando-o ao tentar repetir a mágica (Brandão, 1997).
- ³ Do latim, a expressão *deus ex machina* faz referência a um artifício utilizado nas peças de teatro, em que há uma intervenção divina ou sobrenatural que salva o herói de uma situação insolúvel (Martínez, 2003).
- ⁴ O Rei Eetes e o Rei Pélias também serão castigados. O primeiro prometeu entregar o velocino de ouro a Jasão, mas descumpriu sua promessa, sendo indiretamente castigado por Medeia com a morte do filho. O segundo também não cumpriu sua palavra ao negar entregar o trono a Jasão, sendo punido por Medeia com a morte. A feiticeira tinha o poder tanto de matar quanto de dar a vida: mata primeiro o irmão, depois o gigante de bronze Talos quando a nau Argos passava pela ilha de Creta, o rei de Iolco, a princesa e o rei de Corinto, os próprios filhos, assim como rejuvenesce um animal, e mais tarde, vai dar à luz aos filhos de Egeu (Brandão, 1995).

- ⁵ Apesar da cidadania, as mulheres do período clássico não podiam participar da vida social e política da *polis*. As suas atividades estavam restritas às tarefas domésticas, como o cuidado da casa e dos filhos, suas aparições públicas eram raras, limitadas a casamentos e cerimoniais religiosos, e encontravam-se à mercê dos homens e suas paixões, primeiro do pai, depois do marido (Ferraz, 2014). Em suas peças Eurípedes não somente retratou o sofrimento dessas mulheres, como também buscou enaltecer sua força, mas sem deixar de lado a terrível violência de que eram capazes, como testemunham as tragédias *Medeia*, *Hécuba*, *As troianas* e *Electra*.
- ⁶ Diferentemente de Freud, que compreende as pulsões sob o viés biologizante, Laplanche (1988b) defende que toda a pulsão é sexual, de origem exógena e intersubjetiva, pois implantada e/ou intrometida em nós, pelo outro. Portanto, ambas, pulsão de vida e de morte, são tomadas pelo autor como pulsões sexuais, a primeira voltada à síntese, à unificação, a segunda ao desligamento, à destruição.
- ⁷ Os homicídios retaliatórios e os crimes de sangue, como o parricídio em Édipo Rei, o fratricídio em *Antígona*, peças de Sófocles, o matricídio em *Electra* e o filicídio em *Medeia*, ambas de Eurípedes, eram temas comuns do teatro grego (Brasete, 2005).
- ⁸ A meta, como a compreende Laplanche (2001), não é somente a descarga com vista à satisfação, mas também o seu oposto, a busca por excitação, mesmo que o preço pago seja o aniquilamento total do eu, pois a pulsão sexual não conhece apaziguamento, ela é insaciável.

Recebido em 10 de dezembro de 2020

Aceito para publicação em 11 de fevereiro de 2021

O PROBLEMA DA ONTOLOGIA NA PSICANÁLISE LACANIANA

*Ruben Artur Lemke**

*Tiago Ravanello***

*Márcio Luis Costa****

RESUMO

A discussão sobre a ontologia está relacionada com a política da psicanálise, pois toda teoria impõe uma forma e carrega consigo efeitos de poder. Por este motivo toda a prática clínica precisa realizar uma crítica das decisões ontológicas subjacentes às construções conceituais. Neste artigo pretendemos indicar que existe uma espécie de recusa aos problemas da ontologia na psicanálise de orientação lacaniana. Os principais modos desta recusa são os argumentos da superação da ontologia pela assunção da psicanálise a um estatuto ético, por uma evolução interna do seu quadro conceitual e pela abolição da discussão sobre o referente para o significante. A seguir, apresentamos o posicionamento de autores críticos que fazem exceção ao discurso da superação, bem como os parâmetros pelos quais estes propõem abordar o tema da ontologia. Por fim, buscamos justificar a importância da discussão ontológica na psicanálise e sugerimos a retomada de um diálogo com Heidegger como estratégia para abordar o tema.

Palavras-chave: Psicanálise lacaniana; ontologia; analítica existencial.

* Doutor em Psicologia pela UCDB. Mestre em Psicologia Social pela UFRGS. Residência em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. Graduado em Psicologia pela ULBRA. Coordenador do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande / MS.

** Pós-doutor em Psicologia Clínica (USP), mestre e doutor em teoria psicanalítica (UFRJ) tendo parte de seu doutorado na Université de Paris-X (Nanterre) e psicólogo pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor Associado da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e do Programa de Pós-graduação em Educação, mestrado e doutorado (UFMS).

*** Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidad Nacional Autónoma de Mexico, UNAM, México. Graduação em Filosofia na UCDB. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da UCDB.

THE PROBLEM OF ONTOLOGY IN LACANIAN PSYCHOANALYSIS

ABSTRACT

The ontology discussion is related to the politics of psychoanalysis since every theory imposes a form and carries the effects of power. For this reason, all clinical practice needs to realize a critique of the ontological decisions underlying conceptual constructions. In this paper we intend to indicate that there is a kind of refusal to the ontology problems in the Lacanian psychoanalysis. The main modes of this refusal are the overcome of the ontology by the elevation of the psychoanalysis to an ethical statute, by an internal evolution of its conceptual framework and by the abolition of the discussion about the referent for the signifier. Then we present the positioning of critical authors that make exception to the discourse of overcoming, as well as the parameters by which they propose to approach the theme of the ontology. Finally, we seek to justify the importance of the ontological discussion in psychoanalysis, and we suggest the resumption of a dialogue with Heidegger as a strategy to approach the theme.

Keywords: Lacanian psychoanalysis; Ontology; Existential analytic.

EL PROBLEMA DE LA ONTOLOGÍA EN EL PSICOANÁLISIS DE ORIENTACIÓN LACANIANA

RESUMEN

La discusión sobre la ontología está relacionada con la política del psicoanálisis, pues toda teoría impone una forma y lleva consigo efectos de poder. Por lo tanto, toda la práctica clínica necesita realizar una crítica de las decisiones ontológicas subyacentes a las construcciones conceptuales. En este artículo pretendemos indicar que hay una especie de rechazo a los problemas de la ontología en el psicoanálisis de orientación lacaniana. Los principales modos de este rechazo son los argumentos de la superación de la ontología por la asunción del psicoanálisis a un estatuto ético, por una evolución interna de sus conceptos y por la abolición de la discusión sobre lo referente para el significante. A continuación, presentamos el posicionamiento de autores críticos que hacen excepción al discurso de la superación, así como los parámetros por los cuales éstos proponen abordar el tema de la ontología. Por último, buscamos justificar la importancia de la discusión ontológica en el psicoanálisis y sugerimos la reanudación de un diálogo con Heidegger como estrategia para abordar el tema.

Palabras clave: Psicoanálisis lacaniana; ontología; analítica existencial.

Os problemas concernentes à ontologia¹ na psicanálise não estão de modo algum resolvidos e são problemas que estão diretamente relacionados aos princípios da direção de um tratamento. É uma tarefa intransferível à toda clínica criticar os pressupostos ontológicos subjacentes às construções teóricas que sustentam a prática, pois toda teoria impõe uma forma e carrega consigo efeitos de poder. Levinas (1980) nos alertou que a solidez das formações ontológicas costuma ofuscar o frágil exercício da ética. No que concerne às discussões teóricas na psicanálise, ocorre um movimento contrário: o problema da ontologia parece ficar oculto detrás da importância que a ética, com justa razão, possui na clínica psicanalítica.

Lacan (1959-1960/2008) dedica um seminário ao problema da ética na psicanálise² e no final deste, propõe sua teoria do desejo, teoria que é formalizada nos dois seminários anteriores, como o horizonte ético da psicanálise. Quatro anos mais tarde, no Seminário XI, Lacan (1964/2008) afirma que o conceito de inconsciente, por implicar uma fragilidade ôntica, demandaria ser admitido a partir de um estatuto ético. Essas afirmações, bem como o tom ambíguo com que o autor tocou no tema da ontologia em diversos momentos de sua obra, são a origem, em nosso entender, de uma espécie de recusa à ontologia, uma espécie de consenso tácito que afirma ser possível prescindir da discussão ontológica. Uma das formas desta recusa é a interpretação, segundo a qual, a afirmação de uma ética, por si só, ultrapassa e neutraliza os problemas ontológicos da psicanálise. É comum encontrar nos seminários, conferências e nas apresentações de trabalho, afirmações sobre o estatuto ético da psicanálise que carregam consigo uma recusa a discutir o problema da ontologia, como se o corolário lógico da afirmação do estatuto ético fosse a afirmação de que a psicanálise não comporta uma ontologia.

A afirmação de um estatuto ético para o inconsciente não resolve os problemas concernentes à ontologia, assim como a ética do desejo não esgota os problemas relativos à ética na psicanálise. A ética do desejo não é uma proposição sem consequência para formulação lacaniana de inconsciente. Ela surge no contexto de um debate implícito com o modelo ontológico aristotélico, de modo que esta proposta ética se vê em condição de lançar novos problemas. Além do mais, ao sustentar

nossa ética, que concepções ontológicas estaríamos carregando de modo inadvertido? Sem discutir ontologia, como realizar a crítica aos fundamentos que sustentam a ética de nossa *práxis*? É certo que não podemos sustentar a posição de uma clínica recitando ditos doutrinários. Se a ética da psicanálise é a ética do desejo, ainda existe a tarefa de pensar a relação desta ética com o discurso ético mais amplo. Neste campo Lacan propôs questões desconcertantes, mas que se forem tomadas como posições doutrinárias fechadas, perdem todo o potencial crítico.

Como poderíamos realizar uma crítica interna de possíveis compromissos metafísicos da psicanálise sem o apoio da crítica ontológica? Como o uso de afirmações doutrinárias poderia precaver a psicanálise de compromissos desta ordem? Acaso a experiência psicanalítica não nos ensinou que, tudo aquilo que expulsamos do campo de nossa experiência, de algum modo, retorna? Se sustentamos que o inconsciente tem um estatuto ético, nem por isso podemos usar este estatuto para negar todas as questões referentes à fragilidade ôntica do inconsciente. Nós, que nos situamos na psicanálise, criticamos com facilidade a estratégia pragmática da psiquiatria contemporânea de suspender discussões sobre natureza e causa dos sintomas, que tem por efeito veicular sub-repticiamente um discurso ontológico de cunho organicista sobre etiologia e natureza dos transtornos mentais e isso na ausência de marcadores biológicos. Mas é necessário perguntar: quando sustentamos que não precisamos discutir nem explicitar os problemas ontológicos da psicanálise porque estaríamos, segundo argumentos correntes, plenamente imersos no plano da ética, ou porque suspendemos a discussão de um referente para o significante, ou ainda porque a evolução do quadro conceitual deixou a ontologia no passado, não estaríamos usando de um subterfúgio análogo? Este artigo, tem por objetivo criticar esta posição, pois é um fato que a ontologia recebe atenção ao longo da obra lacaniana. Para isto, em primeiro lugar, serão apresentados os modos mais comuns de negar o problema da ontologia na psicanálise lacaniana³. Em segundo lugar serão apresentados argumentos acerca da importância das discussões ontológicas bem como a posição de autores que defendem a necessidade deste debate. Por fim, o artigo traz a sugestão de uma retomada de um diálogo com Heidegger como um caminho para uma abordagem ontológica na psicanálise.

A RECUSA DOS PROBLEMAS DA ONTOLOGIA NA PSICANÁLISE LACANIANA

Pretendemos agora argumentar, que na psicanálise de orientação lacaniana, existe uma recusa a discutir os problemas ontológicos. Nossa hipótese é que esta recusa assume como formas principais: o argumento da superação da ontologia pela ética e o argumento da superação da ontologia pela evolução interna do quadro conceitual, a suspensão das discussões acerca do referente para o significante. Vejamos alguns exemplos de passagens que afirmam o estatuto ético.

Guimarães (2007) afirma que a ausência de uma reflexão ontológica na obra freudiana exige a construção de uma ética na psicanálise. Que a psicanálise possui um estatuto ético porque o inconsciente freudiano lança um dever ético que surge da exigência em responder ao encontro traumático das pulsões e, por fim, que em psicanálise se trata de um saber-fazer com o sintoma. Já Martínez (2011), afirma que o inconsciente tem um estatuto ético porque, por sua fragilidade ôntica, só pode existir como contingência para aquele que deseje escutá-lo. Lopes (2011) afirma que a realidade descontínua da teoria do sujeito na psicanálise lacaniana demonstra por um lado uma fragilidade ôntica, dado que é um sujeito não subjetivo, inacessível ao eu do conhecimento, por outro, apresenta uma forte determinação ética no modo como cada um pode guardar uma fidelidade ao desejo particular que o anima. Analisando estas afirmações, vê-se que não há nelas argumentos que franqueiem a psicanálise de seus possíveis comprometimentos ontológicos. No último exemplo, já dentro de uma discussão de contornos inegavelmente ontológicos, a fragilidade ôntica é tratada como se fosse o reconhecimento de um ponto de fragilidade na teoria, que deveria ser varrido para baixo do tapete e abrigada sob a segurança do estatuto ético.⁴

Goldenberg (2017) argumenta que Lacan teve o cuidado de não tomar os conceitos psicanalíticos em um sentido ontológico e procedeu a um trabalho de desontologização da psicanálise ao optar pela transmissão via matema e nós. Lembra que a obra lacaniana comporta a ideia de que “não há outro *ser* que não o significado produzido pelos significantes, e este ser não tem *nenhuma* consistência fora do mundo da palavra e da fala. *O ser seria imaginário e produzido pelo simbólico*” (p. 11, [grifo do autor])⁵.

Sustentar a ética da psicanálise em sua radicalidade seria levar a sério esta afirmação e suspender toda a certeza no ser e esvaziar a consistência dos conteúdos em função dos efeitos produzidos pelo puro jogo significante. Segundo o autor, a essência da clínica é a “operação de esvaziar o ser imaginário e reduzir o discurso à sua materialidade significante” (p. 14).

Goldenberg (2017) afirma ainda que, o mandamento de não se curvar à tirania do sentido é um ponto fundamental da ética lacaniana. Lembra que Lacan chegou a chamar a ontologia de *hontologíe*, e que o autor afirmou que quando fala de ontologia fala como um “sem vergonha” (p. 23). Goldenberg adverte: é realmente uma vergonha o analista encher a análise de sentido e argumenta que na história da filosofia, ontologia e metafísica são quase sinônimos, sendo a proposta da psicanálise justamente a exclusão da metafísica⁷. Poderíamos argumentar ainda, que a palavra vergonha possui diversas dimensões, além da recusa peremptória. Pode também indicar, em um sentido mais amplo, uma postura de autocrítica.

Outra forma de argumentação para a recusa da discussão ontológica é a superação histórica do problema. Este é o posicionamento de Miller. Este autor divide a obra lacaniana em três períodos, que seriam correlatos ao predomínio de cada um dos três registros teorizados por Lacan para pensar a experiência do ser falante: o Imaginário, o Simbólico e o Real. Assim, de acordo com este autor, no primeiro período haveria uma clínica com o predomínio do registro Imaginário, no qual a centralidade recairia sobre as teorizações do estádio do espelho como momento lógico da constituição do eu. No segundo período, com a adesão às teses estruturalistas da linguística de Saussure via Jakobson e da antropologia de Lévi-Strauss, haveria o predomínio do registro Simbólico, no qual a interpretação do desejo teria um papel central. E por último, com a adesão de Lacan à lógica, à teoria dos nós e à topologia, haveria o predomínio da clínica do Real. Segundo esta forma de classificar os tempos constitutivos de uma obra, cada período se caracterizaria pela superação teórica do anterior, delegando aos períodos precedentes o estatuto de um momento propedêutico, uma espécie de progressiva preparação para o que viria a seguir, que é o período denominado de o “últíssimo” ensino de Lacan (Leguil, 2013).

Este último período se caracterizaria por uma *desontologização* da psicanálise, um processo que foi descrito como uma passagem da ontologia

para a henologia, ou seja, a passagem de um discurso sobre o ser para um discurso sobre o Uno. Se antes a clínica era dirigida à interpretação do desejo enquanto falta-a-ser, ela se transmutou para uma intervenção sobre a letra e o real (Leguil, 2013). Deste modo, a ontologia estaria superada por uma história interna de evolução teórica e faria parte de um capítulo superado pela psicanálise. Miller (2011) argumenta que Lacan nos concedeu o segredo da ontologia quando afirmou que o ser não passa de um semblante⁸.

Propondo uma diferença entre “ser” e “existir”, Miller (2011) argumenta que Lacan renuncia à ontologia para privilegiar o registro do Real. Assim abandona a ontologia e o ser que não existe propriamente por estar no campo do deslizamento do sentido, em favor de uma ôntica voltada para o gozo, que concerne ao que de fato existe e do qual se pode dizer “*Es gibt*”⁹: “há o gozo” (p.65), assim no singular, do mesmo modo em que se diz “há o Um” (p. 64). De acordo com o autor, o que levou Lacan a conceber a diferença entre o ser e o existir foram suas interrogações sobre o significante “Um”. Deste modo, Lacan teria inscrito a psicanálise em uma determinada tradição, a doutrina do Um (henologia), que remontaria a Parmênides¹⁰, passando por Platão e Plotino que consideravam o Um o elemento primordial, anterior ao ser e para além da essência. Segundo o autor, é sobre a categoria do Um que Lacan centraria, a partir de então, suas interrogações, a partir das matemáticas¹¹.

Contudo, é preciso perguntar: ao questionar o princípio fundamental e primeiro, propondo abordar a teoria a partir de outro princípio fundamental, que não o ser, o autor deixaria de se mover em um solo ontológico? Mesmo que o ser seja substituído pelo Um e assim se proceda à uma desconstrução da ontologia aristotélico-tomista, em que campo se inseriria tal procedimento? Não nos parece que uma progressiva ênfase na henologia articulada a uma certa recusa das discussões ontológicas na psicanálise, possa livrar a psicanálise de possíveis comprometimentos metafísicos. Como a psicanálise nos ensina, aquilo é varrido para baixo do tapete de algum modo retorna, ou seja, segundo uma fórmula clássica, o que é rejeitado no simbólico retorna no Real. Procedendo desta maneira, corre-se o risco de que a metafísica, excluída do campo de problematização, retorne inadvertidamente ao se tomar um registro da experiência do ser falante como uma unidade transcendental. Nos parece

que ao elidir a ontologia do campo da problematização, é justamente a metafísica que retorna em uma certa apropriação do conceito de Real. E nesse sentido, o Real se transforma, de acordo com Dunker (2016) em uma ideia fixada no horizonte, que não pode ser conhecida nem criticada, transformando-se em um conceito fechado em si mesmo e imune à experiência. Estando subtraído o conceito do seu contexto histórico de emergência e dos compromissos e inconvenientes que o conceito carrega, o conceito de Real pode se tornar um estilo complicado de metafísica, que é aquele que se desconhece como metafísica.

Outro exemplo, de recusa da discussão ontológica, pode ser encontrado no procedimento estruturalista de suspender a questão do referente. O estruturalismo é uma estratégia metodológica que prioriza as relações em detrimento dos elementos. A estrutura, afirma Greimas (2008, p. 103), é a noção de uma “grandeza cujo estatuto ontológico não tem necessidade de ser interrogado e deve, pelo contrário, ser colocado entre parêntese, a fim de tornar o conceito operatório”. O problema da falta de referente, de fato é constitutiva do pensamento lacaniano. Mas salientamos que um problema é diferente de uma suspensão e que o problema de ontologia recebe destaque ao longo da obra de Lacan, o que o diferencia dos estruturalistas de seu tempo.

Dunker (2007) estabelece um panorama de diversos posicionamentos na psicanálise com relação ao problema da ontologia tendo como critério o tipo de relação com a realidade que é estabelecido por cada pensamento. Estes posicionamentos são o narrativismo, o refundacionismo, o criticismo e a ontologia negativa.

No *narrativismo*, temos um exemplo da estratégia de suspensão do referente. O narrativismo propõe prescindir de qualquer referencialismo e considera esgotada a questão da realidade para a psicanálise. Utilizando uma concepção pragmática da linguagem, afirma o caráter metafórico da teoria e o caráter construtivista da prática na psicanálise. Ao prescindir do referencialismo em prol de uma teoria do sentido, o problema da existência é cercado em uma abordagem lógico-linguística, isto é, o problema da realidade é substituído pelo problema da lógica interna da produção de sentido. Outro posicionamento agrupado por Dunker (2007) é o *criticismo* que realiza o deslocamento do problema da realidade para o

problema das condições de possibilidade de sua representação, efetuando o que o autor denomina de uma epistemologização da realidade.

Uma argumentação importante é a de Barbara Cassin (2013)¹², que afirma que a psicanálise produz um novo tipo de sofista em nossa época. O analista como uma espécie de sofista, agiria como se enraizasse sua ação num momento lógico anterior ao da construção da metafísica aristotélica. A autora afirma que no livro Γ da “*Metafísica*”, Aristóteles, lançando mão do princípio da não-contradição, toma como adversários justamente os sofistas que, em seus cálculos, servem-se do equívoco da homonímia como bem lhes convêm. A autora argumenta que o cálculo do sofista não é de uma natureza diferente do que o cálculo do poeta e do psicanalista. Esse modo do poeta, que sabe falar e “fala pelo prazer de falar, poderia curar o filósofo de sua vergontologia [*hontologie*¹³]” (Cassin, 2013, p. 22), ou seja, da vergonha da metafísica aristotélica. Pois em relação à ontologia, Cassin (2013, p.33) afirma que “o ser é um efeito de discurso entre outros, ‘notadamente’, e a ontologia é uma vergonha” (*vergontologia*).

De acordo com Cassin (2013, p 15), o princípio da não-contradição é, estritamente falando, uma “decisão de sentido” que se funda na univocidade do sentido. O princípio não estabelece como impossível que uma substância tenha dois predicativos contraditórios, mas que é impossível que uma palavra simultaneamente tenha e não tenha o mesmo sentido: “O sentido é a primeira entidade encontrada que não tolera a contradição. O mundo está estruturado como a linguagem, e o ente é feito como um sentido” (Cassin, 2013, p. 15 e 16).

Existem dois modos de lidar com o princípio da não contradição, afirma a autora. O primeiro é o paradoxo, que produz uma espécie de “consistência imantada pela contradição” (Cassin, 2013, p. 26). O segundo é o proceder da psicanálise que consiste em fazer do equívoco a condição do sentido. Isto é, fazer da homonímia das palavras, da anfibologia¹⁴ gramatical das frases e do paradoxo lógico – que são as três modalidades do equívoco – a “condição do sentido”. Para a filosofia, o sentido de uma palavra expresso em uma definição determina em última instância a essência da coisa e não pode não haver univocidade. Para Lacan, não há sentido que não seja equívoco, o que denomina no texto “*O aturdito*” de “Ab-senso”, que é “uma escapadela para fora da norma aristotélica do sentido” (p.17).

A autora argumenta que em “*O Aturdido*”, Lacan promove uma subversão do princípio aristotélico ao propor no lugar da não-contradição o princípio da não-relação sexual¹⁵, que é um dos aforismos lacanianos para designar o impossível do real. O principal adversário de Lacan neste texto é Aristóteles, de modo que Cassin chama este texto de “ab-aristotélico” (p.10). Isto é, um texto que conseguiria se libertar da liturgia de sentido estabelecidos por “*Da Interpretação*” e pelo livro Γ da “*Metafísica*”. Uma das formas de se entender a inexistência da relação sexual é o corte fundamental que existe entre o significante e o significado, a ausência de um acoplamento entre os dois. Por este motivo, no plano da língua, o equívoco é pleno de poderes. Assim, a autora salienta que o equívoco é justamente a diretriz técnica que tem por objetivo produzir ondas no inconsciente e utilizando justamente as estratégias que as “*Refutações Sofísticas*” de Aristóteles diagnosticam e proíbem.

Mas Cassin (2013) se diz decepcionada por Lacan fazer um recenseamento aristotélico propondo uma subversão pelo viés do equívoco, por meio de toda estrutura do “*Refutações Sofísticas*” ao invés de abandonar a seriedade lógica de Aristóteles e propor com serenidade um riso intérprete da ontologia. Bom, aqui talvez possa ser dito que Lacan sabia muito bem que não é possível sair da Grécia sem montar num cavalo grego. Entendemos que no “*O aturdido*”, foi explorado uma vertente na desconstrução da metafísica que consiste em usar equívoco significante para dissolver as cristalizações do princípio da não-contradição. Esta é uma invenção singular da psicanálise, mas que por si só, não significa que dissolveria todo o comprometimento da psicanálise com a tradição da metafísica. Este empreendimento não é tão simples. A prova das dificuldades de fugir da metafísica aristotélica utilizando as línguas europeias, que são as línguas da metafísica, são as dificuldades que se apresentam em um intento como o do “*O aturdido*” que se tornou um texto de difícil leitura.

A autora também ressalta o uso que Lacan faz do “*den*” de Demócrito, que é uma palavra que sofreu um corte a partir da palavra grega “*meden*” que significa nada. Ao cortar o prefixo de negação do “*me*”, o “*den*” não significa corpo ou coisa, mas significa algo como um pouco menos que nada. Esta palavra só poderia ser pensada como efeito de um procedimento de subtração. Segundo Cassin (2013, p. 51), antes de um

processo de assimilação pela física aristotélica, Demócrito qualifica os seus átomos como “*den*”. Isto quer dizer que não são exatamente entes no mundo físico, mas são um pouco menos que nada. Para a autora isto é um vestígio da negação da identidade e do ente: “uma operação irônica sobre o ser, que prolonga a da sofística. [...] Um discurso de outro tipo [...] vinculado a uma crítica violenta dessa ontologia que coagula como metafísica”. Neste sentido os átomos seriam “o mais diminuto e inaparente dos corpos”. O *den* descreveria o significante enquanto tal, como algo radicalmente diferente do significado e completamente independente do referente.

Digamos que houve uma decisão lacaniana sobre o sentido, sendo que o equívoco foi estabelecido como condição para o sentido. Mas esta mexida no sentido do sentido seria uma decisão de que ordem? Ao subverter princípios como o da não-contradição, em que campo estaríamos atuando? Criando uma coisa nova e dissolvendo a discussão ontológica? Entendemos que o que nos mostra Cassin (2013) com o exemplo do “*O aturdido*”, é que Lacan não mede esforços para deixar de ser um aristotelizado aristotelizante. Ele se opõe a uma ontologia do sentido como essência que não suporta a contradição, onde essa funciona como reguladora da linguagem. Mas propor a psicanálise como aturdimento não supera o problema da ontologia, apenas demonstra a necessidade de se pensar uma ontologia que suporte o equívoco significante e um modo de existência como o do menos que nada do “*den*”. A afirmação de que é da linguagem que provêm essa loucura de que haja ser, não esgota o problema do ser em sua relação com a linguagem e a simples suspensão da questão do referente é apenas um modo de eliminar um grande problema. A seguir, apresentaremos alguns argumentos contrários a posição de recusa, para, na sequência, apresentar autores que defendem a importância da discussão ontológica.

POR QUE É NECESSÁRIO DISCUTIR ONTOLOGIA?

A tomada de posição de uma recusa nos parece hegemônica no campo da psicanálise lacaniana e pensamos que cumpre a função de elidir os problemas da ontologia. Todavia, como pretendemos indicar,

alguns destes argumentos demonstram justamente o contrário do que pretendem. A superação pela ética não resolve por si só os problemas concernentes à ontologia. Entendemos que sem uma discussão da ontologia não é possível sustentar um estatuto ético para a psicanálise. Basta tomar como exemplo o que afirma Safouan (2006), a respeito da proposta mais importante do Seminário VII, de que em psicanálise, seu sujeito, só se pode ser culpado de ter cedido no desejo. O autor argumenta que esta afirmação de Lacan logo virou um imperativo superegógico, uma espécie de décimo primeiro mandamento. Ou seja, uma afirmação que tem a função de inquietar o analista em sua crítica sobre o lugar de sua prática no discurso ético universal, logo tornou-se um imperativo categórico, uma espécie de substância a se realizar, no sentido de uma ideia de bem pré-estabelecida, que cabe ao sujeito realizar. A presença de algo da ordem da substancialização indica algo subjacente contrário à intenção crítica da afirmação do estatuto ético.

Quanto aos argumentos trazidos por Goldenberg (2017), quando afirma que não há ser fora da linguagem ou que em psicanálise se trata de realizar uma exclusão metafísica, pensamos que afirmações como esta, estão relacionadas à uma crítica ontológica. Basta lembrar da afirmação de Heidegger (1946/1991) de que o ser habita a linguagem ou de sua pretensão de uma destruição da metafísica. Do mesmo modo, o argumento da superação histórica é frágil, porque, como salienta Beividas (2000) não se pode julgar a importância de determinado território teórico de uma obra pelo seu lugar na cronologia de um autor. Se assim fosse, a “*Interpretação dos Sonhos*” seria considerado um dos menores textos de Freud. Do mesmo modo, Leguil (2013) afirma que o último ensino de Lacan não invalida o primeiro, porque se a clínica do real, por suas características, acaba se dirigindo aos restos sintomáticos irreduzíveis, o ensino clássico conduz ao que uma análise pode produzir de mudanças num sujeito. E este período que o autor chama de ensino clássico, é construído em um diálogo com o vocabulário do ser (Balmès, 2002).

Porém, ao sustentar que o estatuto ético não supera por si só os problemas ontológicos intrínsecos à teoria, não pretendemos com isto, afirmar que existe uma ontologia da psicanálise, no sentido de que esta propõe uma pergunta sistematizada pelo sentido do ser, ou que compõe

um sistema coerente de definição dos entes e da realidade que os compõe. Mas isto não quer dizer que a teoria não toque na veia de problemas ontológicos. Como poderíamos afirmar que a teoria dos três registros, que propõe em seus inúmeros desdobramentos, a situar a experiência do sujeito falante no mundo, não toca em problemas ontológicos? Neste sentido, concordamos com Dunker (2017) quando afirma que não se supera a ontologia por decreto e quando diz que não há nada mais metafísico do que decretar o fim da ontologia. Do mesmo modo Cetran (2006), ao falar das possíveis leituras na psicopatologia, afirma que é tarefa indelével a explicitação da ontologia para que o clínico não opere acriticamente com uma ontologia implícita, que determine o seu modo de pensar e agir sobre a realidade. Um clínico se move em um determinado horizonte de compreensão, que comporta regras que estabelecem a diferença entre “o que é” e o que “não é”.

Não há que elidir o fato de que a psicanálise comporta um conjunto de decisões de fundo, que delimitam um dentro e fora de seu campo de ação. Como afirmam Couto e Souza (2013, p. 188 e 189):

A organização de uma ciência, como a psicanálise, não prescinde de um conjunto de hipóteses preliminares que circunscrevam seu campo de ação. Tais hipóteses tanto revelam uma trama conceitual anterior às observações do pesquisador sobre o espaço de sua investigação, quanto calibram as técnicas que estabelecerão a maneira apropriada de intervenção sobre o conjunto dos fenômenos delimitados.

A construção deste conjunto de hipóteses preliminares é presidida por decisões de cunho ontológico. Aquilo que na ciência emerge como teoria ou como compreensão tematizada de um fenômeno, supõe que o clínico esteja se movendo sobre um solo ontológico que reside na linguagem. O analista conta com uma base ontolinguística que lhe oferta meios para diferenciar o existente do não existente nos limites de certo horizonte de explicabilidade. Além do mais, as estratégias de intervenção, de modo crítico ou acrítico bebem de alguma fonte da tradição ocidental. E o pensamento ocidental, nos afirma Stein (1976) não é uma mera abstração, mas um conteúdo que nos determina até os dias de hoje. Lacan (1978)¹⁶ afirmou que em todo psicanalista há um discípulo de Aristóteles e que

não se sabe por que os analisantes acreditam no universal, já que é como indivíduo particular que cada um se entrega aos cuidados de um analista. Esta afirmação é de suma importância pois ela demonstra que existe uma relação entre a direção do tratamento e a ontologia. No dispositivo analítico, analista e analisante costumam ser produto de uma mesma cultura, veiculada pela linguagem que é marcada pela verbalidade do ser.

Um autor que nos ajuda a compreender a importância desta questão e que pretendemos trazer para o diálogo é o filósofo Emmanuel Levinas (1980/2015), que afirma que qualquer construção teórica no ocidente está assentada em uma ontologia, que opera em nós a despeito de sabermos disto ou não, pois a cultura no ocidente é metafísica decantada¹⁷. Esta metafísica moderna teve sua última grande expressão na obra hegeliana, que com sua proposição de um movimento dialético rumo ao absoluto, forma o que Levinas chama de pensamento da totalidade. Em sua crítica à totalidade, afirma que a ontologia é o típico modo de ser, pensar e agir no ocidente e que funciona como um impeditivo da ética. Em sua perspectiva, Levinas afirma que a ética é primeira em relação à ontologia. Pois o outro é primeiro eticamente acessível, para depois ser ontologicamente capturado. O que ocorre no ocidente é uma inversão: o outro é ontologicamente capturado, a pretexto de ser eticamente acessível.

Quando somos, a título de exemplo, interpelados na rua, quando uma alteridade que nos transcende invade nosso horizonte calmo de existência, em um primeiro momento sentimos o desconforto de uma afetação. Em um segundo momento nos aquietamos, ao resgatarmos todo arcabouço de categorias que colocam aquela alteridade em lugar preciso no mundo de nossa própria fabricação. Utilizamos nossa ontologia para destituir qualquer poder de afetação da alteridade.

Na perspectiva de Levinas (1980/2015) a ética é o potencial da abertura à alteridade. Por este motivo, a ontologia seria um obstáculo à ética como abertura para além do que se coloca como uma imagem de si no outro, pois a ontologia é a via de acesso ao ser que termina invariavelmente reduzindo o Outro¹⁸ ao mesmo. Ontologia é o mecanismo tipicamente ocidental através do qual, ao lidarmos com o outro, cada qual assimila na totalidade de seus esquemas, qualquer índice de alteridade ou fratura que remeta a um fora. Através da ontologia qualquer diferença é subsumida pelos esquemas

teóricos forjados no ocidente que estão difundidos nas formações culturais. Por isso a ontologia tem o efeito de obstruir a ética. Toda ontologia tem uma relação com o poder, pois possui um efeito performático, de tirar o ente do silêncio, constituir mundos, excluir outros, criar limites entre dentro e fora, por fim, criar totalidades que a tudo subsumem, capturando qualquer índice de diferença. Ontologia é o lugar da força, da moral e da guerra, pois ela tem o poder de impor uma forma.

Para Levinas (1980) a ontologia forma esta face violenta do ser que se manifesta na guerra, e que advém do conceito de totalidade que domina a filosofia no ocidente. Assim, a ontologia é o movimento dialético que o ser realiza sobre si mesmo. O ser forma uma interioridade absorvente com um grande poder de redução, ou seja, uma constante redução da alteridade ao mesmo: “*El ser es único, total, interior y siempre el mismo*” (Costa, 2009, p. 90). A ontologia formaria uma espécie de *exercício domesticador realizado pela substância* que tem a função de tamponar todo o intervalo do nada no exercício do ser como totalidade ontológica.

Essas afirmações de Levinas (1980), de que a ontologia é o lugar da guerra e de que o ser possui uma face violenta, se insere no fio histórico que vai desde a sanha dos impérios em civilizar bárbaros com a luz de seus conhecimentos, até as discussões contemporâneas sobre neocolonização epistemológica. Assim, por exemplo, Tobie Nathan (1996) denomina de combate epistemológico, quando por meio de teorias ocidentais, que ele denomina de “pensamento branco”, se intervém em pessoas não ocidentais. O autor afirma que “uma psicoterapia é uma verdadeira guerra conceitual: um conflito cuja resolução é a adesão a uma teoria” (p. 27)”. Neste sentido, discutir os comprometimentos ontológicos de uma teoria também é refletir sobre a pertinência de usar uma teoria de origem europeia em outros contextos culturais. É sempre necessário problematizar os fundamentos das teorias que orientam mesmo a melhor dentre as boas intenções.

Existe uma relação entre ontologia e a questão do poder. Ao retirar os entes do silêncio do nada, uma teoria produz ontologia. Compreender sempre é mover-se num horizonte de pré-compreensão do ser. No pensamento levinasiano, ao compreender realizamos uma submissão daquilo que se apresenta como estranho aos esquemas de nossos aparelhos de captura.

Os seres e os mundos que são singularidades diferentes entre si, ao serem arrastados para um horizonte comum de compreensão, terminam por estabelecer uma comunidade ontológica de significado, que opera como uma comunidade ontológica de destino. E isto se dá mesmo que a unidade de ser que os reúne seja uma unidade analógica (Costa, 2009, p. 90)

Na ótica levinasiana – e isto é de suma importância para a psicanálise – o ser que se apropria do ser desde o ser, reduzindo o Outro ao mesmo, se chama *eu* (ego). A tradição ocidental está toda assentada em um *eu* que pode, pensa e sabe,¹⁹ e que coloca o *eu* no papel de fundamento mediador na relação com o Outro. Neste sentido a filosofia ocidental é uma *egologia*. Contra esta egologia, Levinas propõe o que denomina uma nova economia do ser, uma ética, sendo esta ética essencialmente crítica da liberdade e da autonomia que “cada *eu*” pode ter diante de uma alteridade.

A tradição metafísica provavelmente irrompe na psicanálise de vários modos, certamente ainda não todos localizados pelo trabalho de crítica²⁰. Mas é importante para a história do movimento psicanalítico a função central que assume a figura teórica do *eu* no início da *démarche* lacaniana. É contra a metafísica presente nesta teorização que Lacan (1948/1998) entra na cena psicanalítica propondo o *eu* como produto de uma alienação primordial no olhar do outro, sede de todas as posteriores alienações e matriz de toda identificação. E é contra esta metafísica, em nosso entender, que Lacan vem a propor a teoria e a ética do desejo como antídoto. Basta ver que em seu texto mais importante sobre técnica, Lacan (1958/1998) justamente aborda a ideia de que o analista não deve se orientar pelo seu ser²¹.

Outro motivo que torna imprescindível discutir a ontologia é o problema ontológico presente na linguagem, pois produzimos ontologias ao falar. A consequência do segundo aforismo do poema de Parmênides²², que afirma que ser e pensar são a mesma coisa, é de que tudo aquilo que pode ser pensado e, portanto, dito, tem como condição lógica a anterioridade de sua existência. Por isso a linguagem tem o efeito performático de tirar o ente do silêncio do nada. As línguas derivadas do latim e do grego são regidas pelo verbo ser e são as línguas do pensamento metafísico (Stein, 2011). No português, a palavra “*é*” está em toda parte e sempre afirma algo do ser. Ao mesmo tempo ativa o sentido absoluto, o fato de existir algo sobre o fundo do nada, e prepara um lugar para

o predicado que possa vir a seguir. Assim, por exemplo, quando Lacan (1958/1998, p. 628 e 629) afirma que “o desejo é a metonímia da falta-a-ser”, a palavra “é” já determina um discurso ontológico no enunciado. De acordo com Balmès (2002), Lacan sabia que o ser estava presente nas línguas europeias. Esse seria o motivo, segundo o autor, do duplo movimento, de colocar em jogo o ser e procurar desvencilhar as suas formulações do ser. A ontologia está presente no nosso pensar e no nosso falar. Neste sentido, qualquer discurso teórico, construído no seio das línguas ocidentais que são regidas pela verbalidade do ser produzem ontologias, como discursos sobre o que as coisas são ou não são.

A POSIÇÃO DE AUTORES QUE EVIDENCIAM O PROBLEMA

Como exemplo de uma autora que reconhece os problemas ontológica da psicanálise, David-Ménard (2001) propõe o estudo das formas de negação como um encaminhamento para esta questão. De certo modo, reconhece que não é possível prescindir da discussão sobre ontologia ao propor, como uma tentativa de saída desta, uma reflexão filosófica sobre a negação. Deste modo, a autora se pergunta se poderia haver um denominador comum entre a abordagem filosófica da questão do ser, a abordagem lógica da questão da existência e a abordagem psicanalítica da questão do real, e sugere articular estas abordagens pelo exame do que seria um julgamento. Deste modo propõe uma aproximação entre o texto sobre “*A negativa*” de Freud e o uso das grandezas negativas na lógica de Kant²³. Mas a autora salienta que para nenhum dos autores a negação desempenha uma função ontológica e que seria justamente pelo estudo do poder da negação que é possível definir uma certa distância da ontologia²⁴.

Segundo David-Ménard (2001) o que caracteriza a abordagem freudiana da negação e sua especulação sobre o julgamento de existência é que Freud jamais relaciona a negação com um não-ser, mas com a diferença entre ser excluído e existir. Já o que caracteriza a abordagem de Kant é que o autor desenvolve a ideia de que toda a metafísica sobre a realidade dos objetos exteriores é uma crença que é apoiada por alguma forma de negação. O que os aproxima é a possibilidade de se pensar o julgamento para além de sua função meramente judicatória. Há

qualquer coisa de criação na ordem da negação. Segundo a autora, Freud demonstra o caráter ambíguo, mas criativo da negação ao trazer para a discussão a duas formas de julgamento, o julgamento de atribuição e o julgamento de existência. Também em Kant há uma articulação entre a negação e o julgamento da existência, porém, em ambos os casos, a questão da decisão sobre a existência supõe uma passagem crítica pelo regime alucinatório do pensamento.

David-Mênard (2001) afirma que quando Kant reflete sobre as ilusões ou delírios que habitam o pensamento humano, ao analisar as relações do pensamento com a realidade externa, utiliza o mesmo tipo de distinção que Freud utilizou para caracterizar as várias formas de negação da castração. Em Freud as diversas experiências de negação da castração segundo as estruturas clínicas formam diversos modos de certeza, e portanto, diferentes modos de relação com a realidade.

Deste modo, David-Mênard (2001) propõe analisar as diversas formas de negação da realidade externa, para poder diferenciar os modos de negação que convém dos modos de negação que não convém. Segundo a autora, deveríamos abandonar a ilusão de que através da evidência é possível uma via direta para o estabelecimento do que é a realidade e que devemos realizar uma travessia das tentações produzidas pelas ilusões provenientes das negações mal colocadas. Assim, seria possível encontrar o puro jogo negativo e, a partir disto, localizar as exclusões primordiais. Através destas, é posto para fora do campo da dúvida a existência dos objetos exteriores. O que a autora propõe é um modo de pensar as relações do homem com a realidade como uma relação indireta e baseada na análise lógica das negações. A autora afirma isto baseada na ideia de conflito real em Kant e propõe um discurso que afirma o poder criativo da negação, de modo que a negação age sobre o que existe, determinando sua condição de existente. Ressalta que este pensamento se baseia em uma nova operação algébrica que, através de um conflito de forças, cria uma nova forma de negação que não elimina o ser, mas acaba determinando no real um correlato objetivo.

Nancy e Lacoue-Labarthe (1973/1991, p. 137, [Grifo dos autores]) afirmam que o inconsciente freudiano e as teorizações lacanianas sobre a letra no inconsciente guardam uma dignidade ontológica: “Trata-se, por certo de

uma ontologia *negativa*. É um buraco que designa o centro”. Este buraco determina um contorno que marca o trajeto de uma ontologia no qual o ser falta: “Uma ontologia aberta [...] para uma hiância que oculta seu fundo, mas deixa cercar seu contorno”. Os autores lembram que a metafísica sempre quis ter seu próprio conceito numa linguagem que lhe fosse própria: este conceito se estabeleceu como sendo o ser. Mas a língua que o suporta é uma língua esburacada que divide a superfície do ser. A língua opera através de uma inarticulação fundamental, que é o regime pelo qual opera esta ontologia da psicanálise que os autores consideram inédita. Ressaltamos que estes autores, no momento em que qualificam a ontologia como negativa, ressaltam outra característica fundamental: o fato de esta ontologia ter seu trajeto marcado pelo contorno dos buracos. Isto é, os buracos convocam uma ontologia que, além de negativa, opera pelas bordas.

Leguil (2013) e Dunker (2019), sustentam que a ontologia com a qual Lacan rompeu explicitamente foi a metafísica aristotélica que orienta o ser a partir do Supremo Bem, uma ontologia que desemboca em uma determinada deontologia ao assinalar no existente um ser a cumprir, uma essência a realizar. Se rompeu explicitamente com esta ontologia, resta delimitar com quais ontologias poderia Lacan dialogar. Um momento interessante em relação ao posicionamento de Lacan, foi quando abordou o assunto no seminário XI, momento em que foi diretamente interrogado sobre sua ontologia.

Nestas passagens o autor deixou algumas pistas sobre possíveis encaminhamentos e podemos afirmar que, este seminário, longe de trazer uma solução sobre o tema, ao contrário, coloca diversas questões. Lacan (1964/2008) afirmou de saída que há uma analogia entre a estrutura de hiância como a característica fundamental do inconsciente freudiano de que tratava na abertura deste seminário e a função da falta nas teorizações anteriores sobre o desejo. Disse que “é mesmo de uma função ontológica que se trata esta hiância” (p.36) do inconsciente. Posteriormente, considerou “a hiância do inconsciente [...] pré-ontológica” (p.37) e afirmou que o inconsciente tem o caráter “de não se prestar à ontologia”, pois não é “nem ser nem não-ser, mas é algo de não realizado” (p. 37). A seguir afirma que o “que é ôntico, na função do inconsciente, é a fenda (p. 38)” e que o “estatuto do inconsciente tão frágil no plano ôntico, é ético” (p. 40). No

entanto, mais adiante, por fim afirma: “certamente, tenho minha ontologia – por que não? – como todo mundo tem, ingênua ou elaborada” (p.76).

Estas passagens, de modo algum esgotam o problema concedendo um estatuto ético para o inconsciente. Como foi possível observar, Lacan afirma que do ponto de vista pessoal, não é possível operar sem uma ontologia, mesmo que esta seja irrefletida. Agora, as afirmações deste seminário geram questões, pelo modo disperso como são tratadas, pois Lacan afirma na mesma lição que a estrutura de hiância do inconsciente tem uma função ontológica, que é pré-ontológica e que é ôntica. Uma hipótese é que aqui, Lacan busca cercar a questão no âmbito de diferença ontológica em Heidegger. De qualquer modo, como salienta Balmès (2002, p. 11), Lacan, ao longo de sua obra:

No deja de hablar del ser, teje incesantemente sus términos con referencia al ser. Con entusiasmo o reticencia, con neutralidad, fingida o no, con ingenuidad más o menos sincera, rabia, vergüenza y burla, o resignación. Pero sin pausa. Ya sea que hable en contra o a favor, con la apariencia de no rozar siquiera el tema, a pesar de todo, hay en ello para él una necesidad ineludible²⁵.

O uso extensivo do vocabulário do ser, demonstra que os problemas ontológicos são incontornáveis nesta obra. Entretanto, Balmès (2012) coloca a questão: o ser é incontornável apenas para Lacan, ou é também para todo aquele que pretende se sustentar teoricamente no campo da psicanálise? Esta é uma pergunta fundamental. De qualquer modo, o autor ressalta que não há como ler os seminários e escritos sem encontrar um uso multiforme do vocabulário do ser, durante muitos anos e sem o menor sinal de desvalorização. Além do mais, a maioria dos conceitos que um analista lacaniano põe em prática se definiram neste contexto. E o autor afirma ainda que, a ideia de que em psicanálise o ser do sujeito está em jogo desde o começo é uma fórmula que Lacan nunca renunciou em todo o seu ensino. O ser serve de fundo para várias definições construídas em diferentes momentos de sua trajetória, sobre os significantes fundamentais, as apostas e a meta de uma análise²⁶.

De acordo com Balmès (2012), embora em constante diálogo com o discurso do ser, não há uma ontologia de Lacan. Ainda, segundo o autor, as coisas que Lacan disse do ser abrem caminho para fazer uma

crítica à ontoteologia diferente da desconstrução efetuada por Heidegger e os heideggerianos, pois a psicanálise não pertence à filosofia, mas se apoia nela e às vezes a interpela radicalmente. No Brasil, não obstante a majoritária negação do problema no campo, dois autores críticos se destacam em suas propostas para abordar o problema da ontologia: Dunker (2007, 2017 e 2019) e Safatle (2006 e 2007).

Dunker (2007) ao apresentar o cenário sobre o posicionamento do campo psicanalítico sobre o tema²⁷ tendo como critério a relação de cada posição com a realidade, fala de dois grupos que tocam o problema da ontologia. O primeiro posicionamento, que denomina *refundacionismo*, considera a psicanálise como a instauração de uma experiência onde o problema da realidade é abordado pelas vias de uma ontologia regional, tendo em vista a regionalidade singular de certos tipos de constituição subjetiva que a prática da psicanálise daria acesso. Aqui se enquadrariam os autores que investigam as experiências primitivas do desenvolvimento do psiquismo. O segundo posicionamento se situa no campo especificamente lacaniano e é a proposta de Safatle (2006 e 2007) que retoma a expressão de Nancy e Lacoue-Labarthe (1973/1991) e propõe uma *ontologia negativa* a partir de uma releitura crítica da obra hegeliana.

A proposta da ontologia negativa é pensar a ontologia fora da lógica da identidade e da substancialização. Se baseia, de acordo com Dunker (2007, p. 226) no fato de que “os modos de subjetivação da clínica lacaniana são fundamentalmente estruturas de reconhecimento de uma negação ontológica que se manifesta de maneira privilegiada na confrontação entre sujeito e objeto”. O autor lembra que a oposição que se costuma estabelecer no campo psicanalítico é contra um “ontologismo positivo, reificador e essencialista” (p. 227). Sugere que a ontologia seja pensada de um modo negativo, apoiado na noção de síntese disjuntiva entre o que seria uma vertente epistêmica e uma vertente ética da psicanálise. Discutir a ontologia, segundo o autor, poderia fornecer uma perspectiva crítica alternativa aos modos consagrados de interpretar Lacan, de que haja um kantismo lacaniano ou uma ontologia da estrutura.

Safatle (2007) argumenta que é preciso discutir a ontologia para que a psicanálise não fique à mercê dos valores adaptativos de cada época e neste ponto o autor é preciso em demonstrar uma relação direta

entre a crítica ontológica e a direção do tratamento. Por esse motivo é necessário pensar que ontologia interessaria à psicanálise e poderia servir aos propósitos de uma cura. Ao contrário de Goldenberg (2017), para quem Lacan teve o cuidado de não tomar seus conceitos em um sentido ontológico, o autor afirma que Lacan buscou tratar ontologicamente a metapsicologia freudiana forjando uma articulação complexa entre clínica e ontologia. Safatle considera a metapsicologia como um núcleo invariável de conceitos que orientam a clínica e defende a hipótese de que o projeto lacaniano consistiu em dotar a metapsicologia de um estatuto ontológico que se situa para além do estruturalismo.

O encaminhamento deste autor é propor a já citada ontologia negativa. Safatle (2006 e 2007) parte da noção da dialética negativa de Adorno, que consiste em pensar o advento de uma síntese não totalizante e aborda a ontologia na psicanálise por meio do conceito de pulsão²⁸ ao demonstrar que a noção de pulsão de morte aparece na psicanálise como um princípio que não se deixa capturar em um protocolo de ordenação. Desse modo, seria possível propor uma ontologia fundada “na negação como manifestação da essência” (2006, p. 320), ou seja, uma “ontologia não mais como regime de discursividade positiva do ser, regime que ao ser posto, tende a normatizar o campo da *práxis* ao determinar *a priori* a configuração de suas possibilidades” (2007, p. 175). O propósito do autor é que a ontologia negativa tornaria possível pensar um regime de existência que suporta o bloqueio do esgotamento do ser em uma determinação positiva.

Dunker (2007) afirma que a ontologia negativa não precisa ser uma abordagem independente das demais, mas teria a função de manter o potencial crítico ao analisar os diferentes modos de estabelecer a relação do sujeito com a realidade. Em outro texto, Dunker (2019) propõe pensar a ontologia não como fundamento dogmático de uma teoria, mas como um trabalho de exercício crítico sobre as soluções metafísicas desta teoria. Afirma, com justa razão, que não há nada mais metafísico do que decretar o fim da ontologia e que em Lacan não há uma ausência de ontologia, mas, e neste ponto está de acordo com Safatle, uma *ontologia negativa*. Sustenta que é necessário explicitar os compromissos ontológicos da psicanálise pois desdenhar dos problemas de fundamentação apoiado na autoridade dos textos é característica da metafísica mais dura. O autor lembra que o

problema das soluções metafísicas consiste em que, ao operar processos de naturalização e essencialização, cedo ou tarde estas soluções cristalizam comprometimentos na forma de efeitos de poder e bloqueio da crítica. Existe uma relação imanente entre ontologia e política, pois existe uma articulação discursiva que envolve as teorizações sobre a natureza das coisas e as teorizações sobre os costumes num mesmo programa político.

Dunker (2019) afirma que os problemas ontológicos são incontornáveis para a ética, para a epistemologia, para a lógica e principalmente para a política e crítica ideológica, pois se infiltram nas mais simples afirmações e nas premissas mais indiscutíveis de qualquer discurso. Argumenta que não se pode eliminar a ontologia por decreto e que esta é uma característica da metafísica mais dura. A questão então é perguntar qual é a ontologia para a psicanálise. Segundo o autor, para abordar o problema da ontologia, é uma pré-condição epistemológica desconstruir o mito de que o que poderia haver de metafísico na psicanálise seria a má importação de conceitos de um campo externo, pois os problemas ontológicos têm como característica serem transversais aos territórios das disciplinas. Por outro lado, não é através da análise dos conceitos em sua pureza que se poderá verificar se estes são ou não metafísicos, mas analisando a articulação entre a formulação dos conceitos e a lógica que os tornou possíveis e necessários.

Dunker (2017, 2019) propõe duas perguntas orientadoras para a abordagem da ontologia na psicanálise: qual a metafísica que a psicanálise precisa criticar em si mesma e que tipo de crítica à metafísica interessa à psicanálise? Do mesmo modo, propõe uma estratégia de abordagem da ontologia, que são as perguntas orientadoras: 1) que tipo de fundamentação é empregado? 2) qual a relação entre ser e linguagem? 3) que tipo de formalização lógica se aplica ao sujeito? 3) que concepção de tempo está implícita na teoria? O plano geral da crítica à metafísica seria retomar o que foi excluído para que as soluções metafísicas se constituíssem como tal.

Moura (2017) abordou o tema da ontologia propondo um diálogo com Heidegger, afirmando que o inconsciente lacaniano não é ético apenas por sua natureza linguística, mas também por sua natureza ontológica. Lembrando que Lacan, ao mesmo tempo afirma que o inconsciente não se presta à ontologia e que foi cercado em uma estrutura de manifestação temporal, a autora pergunta como seria possível falar em

tempo sem falar em ontologia? Por fim, propõe a pergunta sobre que tipo de relação o ser-para-a-morte heideggeriano em sua perspectiva temporal e ontológica teria com o estatuto ético do inconsciente.

POR UMA RETOMADA DO DIÁLOGO COM HEIDEGGER

Estabelecido por estes autores a importância de se discutir problemas relativos à ontologia na psicanálise, gostaríamos de colocar a seguinte questão: a utilização da palavra negativa posta ao lado de ontologia é uma estratégia pertinente? Ontologia negativa contra uma ideia de ontologia que trabalha com parâmetros positivos de objetivação não inscreve a discussão na segurança metafísica em par do tipo posição e oposição? Este posicionamento não deixa a questão demasiadamente presa à uma linguagem binária? Ao conduzir a questão por este caminho a discussão não desembocaria necessariamente nos impasses relativos à presença ou ausência de um referente positivo para o significante? O positivo e o negativo, o ser e o não-ser, o ente e o nada, a possibilidade de apreensão da essência ou sua impossibilidade? Conceitos como a pulsão, o inconsciente, devem ser abordados pela mesma via negativa do que os aforismos lacanianos referentes à não existência da mulher e da relação sexual? Heidegger (1946/1991) salienta que, como consequência da metafísica, sempre que não conseguimos circunscrever aquilo de que discorremos em termos objetivos, recaímos automaticamente no correlato oposto, no negativo e na negação. Em nosso entender, ao falar em ontologia negativa apenas nomeamos o atributo mais marcante dos fenômenos que se apresentam na clínica psicanalítica, que é o de suas manifestações no modo da negatividade.

Se considerarmos que existem diversos modos de negatividade, correríamos o risco, sob a rubrica do negativo, de colocar no mesmo plano de equivalência a não-existência, a não-totalidade e a ausência de atributos específicos. E ao estabelecer um campo de oposição binária entre o positivo e o negativo, deixaríamos de fora todo um campo de fenômenos que, por serem frágeis em sua consistência não deixariam de se dar no plano do ser, como são os limites, os contornos e as insistências temporais. A negatividade da proposta se dirige à impossibilidade de

inscrever a ontologia em protocolos objetivos de ordenação. Inspirada na incompletude da síntese não totalizante o negativo aqui é a negação da totalidade. Mas carrega o perigo de confundir com outras ordens de negação, como a do juízo de existência, pois o termo negativo não diferencia o tipo de negação a que se refere²⁹.

De acordo com Agamben (2006) a crítica da tradição ontológica do ocidente está relacionada à crítica de sua tradição ética. O autor argumenta que o idealismo alemão já preconizava que toda a metafísica um dia cairia nas malhas da ética. E afirmava também que o sentido desta queda é o que há de mais difícil para pensarmos, pois trata-se de uma queda que temos diante dos olhos. Esta queda não significa necessariamente o declínio da metafísica, mas o advento devastador do seu extremo negativo, na forma do niilismo, a partir do qual, de acordo com o autor, o pensamento contemporâneo e sua política não deram um só passo. O que o pensamento contemporâneo tenta pensar como a ausência de fundamento, corre o risco de ser uma mera repetição da ontoteologia³⁰. O autor argumenta que operar sobre a superfície de fundamentos negativos nomeia justamente a experiência do pensamento metafísico. Por isso, é necessário criar estratégias para pensar de modo diverso ao niilismo e sua fundamentação negativa.

A crítica que Rosenzweig³¹ realiza ao pensamento da totalidade é o por ao pensamento algébrico presente na dialética hegeliana, da operação de síntese entre o positivo de uma tese e o negativo de uma antítese, uma lógica assentada no cálculo correlacional. Se no pensamento hegeliano duas teses opostas produzem a positividade de uma síntese isto significa uma grande máquina de captura. Nunca uma negatividade permanecerá em sua pura diferença enquanto tal. Já com o cálculo correlacional, pode-se explorar múltiplas possibilidades em um diagrama de dispersão, dos diversos graus de correlação que podem manter as variáveis. Esta seria uma estratégia interessante para se explorar toda a rede de tensões criadas entre um polo positivo e um polo negativo, que não são anulados em sua diferença através de uma subsunção, mas que mantém sua existência na tensão da diferença. Deste modo, de acordo com Costa (2009), se pode pensar na correlação entre os polos distintos em uma situação de diversidade, evitando assim a redução dos diversos polos entre si. Essa poderia ser uma estratégia pertinente para pensar a força do paradoxo

presente em expressões como falta-a-ser³², ou para pensar o regime de existência do significante que se define como a presença equívoca de uma ausência, ou a presença de uma pura diferença.

Abordar o problema, considerando a “negação como manifestação da essência”, como propõe Safatle, (2006, p. 320) não seria incorrer no risco de tratar os problemas ontológicos como um correlato diametralmente (poderíamos dizer algebricamente?) oposto à Οὐσία (substância) aristotélica? Não se deixar capturar em protocolo de ordenação, como propõe este autor, é o que desde a crítica heideggeriana à metafísica, significa ontologia. No âmbito da diferença ontológica proposta por Heidegger, tudo aquilo que puder ser ordenado em protocolos objetivos se refere ao plano do ôntico, não ao plano ontológico do ser. E além do mais Heidegger (1927/2012, p. 783) salienta que a ontologia já fez um abundante uso do não, tratando o não como se fosse uma coisa simples e pudesse ser entendido por si mesmo:

Porque toda a dialética se refugia na negação, sem a fundamentar ela *mesma* dialeticamente e também sem mesmo poder sequer estabelecê-la *como problema*? Por acaso já foi posto alguma vez como problema a origem ontológica da negatividade e foram previamente buscadas as condições sobre cujo fundamento se pode propor o problema do não e da sua negatividade e de sua possibilidade? E onde devem ser encontradas senão na elucidação temática do sentido de ser em geral?

Por este motivo gostaríamos de afirmar a importância da retomada de um diálogo com Heidegger, como um caminho para abordar os problemas ontológicos da psicanálise. Em nosso entender, diversos elementos da analítica existenciária podem ajudar nesta discussão. Heidegger (1927/2012), ao analisar as estruturas fundamentais da existência do homem, propõe abordar a pergunta pelo ser através das bordas, por aquelas superfícies do ente que somos cada um de nós, que possuem uma estrutura vinculante e que estão, por assim dizer, na fronteira com a dimensão do ser. A função de borda dos litorais é um tema importante na psicanálise, pois essa nos mostrou a necessidade da abordagem pelas superfícies, pois se pode abordar o buraco por suas bordas. A analítica existenciária presente em “Ser e Tempo”, permite abordar o homem por suas estruturas existenciárias, de modo a evitar a doutrina da substância

presente nas categorias aristotélicas. Além do mais, podemos encontrar um veio ontológico comum à psicanálise que é a centralidade que assume a discussão das relações do ser com a linguagem. Dentro deste veio transversal, se destacam quatro zonas de avizinhamento entre psicanálise e analítica existenciária, que podem contribuir muito com a discussão ontológica na psicanálise: o modelo crítico da diferença ontológica, a concepção de verdade como desvelamento, a valoração ontológica da linguagem, a concepção não cronológica de tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ao longo do texto trazer argumentos de que a discussão da ontologia é uma tarefa intrasferível para uma prática clínica e que diante da dificuldade desta tarefa não podemos nos refugiar em saídas simples, como a da superação pela ética, da depuração pela evolução do quadro conceitual ou da suspensão do referente. Após apresentar as abordagens de outros autores, sugerimos ao fim do texto, a retomada de um diálogo com Heidegger por dois motivos. Primeiro como um caminho possível para uma abordagem ontológica que fuja de pares metafísicos de oposição e que possa abordar a natureza paradoxal do significante que é a presença de uma ausência. Segundo, para contribuir com a tarefa teórica de esclarecer as ontologias com as quais Lacan dialogou ao longo de suas obras. Nesse sentido Balmès (2002) afirma que houve um debate com Heidegger em momentos cruciais de formalização da obra e tanto os significantes fundamentais como as apostas e a direção do tratamento foram construídas em um tensionamento com o ser. Lacan (1966-67) afirmou que não há outro Dasein, termo fundamental da analítica existenciária, senão no *objeto a*. Se o uso do vocabulário do ser é um fato, portanto, incontornável, argumenta Balmès (2002), mais prudente seria que os analistas saibam como isto ocorre, e quais são as consequências ontológicas. Não é possível tomar o ser como algo óbvio no interior da teoria. De acordo com Balmès (2002), muitos conceitos centrais e significantes fundamentais foram forjados com o apoio de Heidegger. Mesmo que Lacan tenha se diferenciado publicamente de Heidegger, os termos que havia proposto a partir de seu pensamento,

não desapareceram. O autor pergunta: “*Siguen llevando estos la marca de su origen?*” (p. 20) Ou o processo de depuração do real e seus matemas teria tido pleno sucesso?

Em “A Direção do Tratamento e os Princípios de ser Poder”, Lacan (1958/1998) propõe a falta-a-ser como a política da psicanálise, que orienta a estratégia da transferência e a tática da interpretação. Esta proposição levanta perguntas a respeito da ontologia, pois ao propor esta expressão composta, a “falta a ser”, Lacan deixa explícito a subordinação do tratamento psicanalítico à uma noção construída a partir do vocabulário ontológico. A política da falta a ser é muito citada no campo, mas está longe de ser auto evidente. É uma destas noções que surpreendem quando surge e que, pelo desgaste do uso produz uma certa opacidade com sua concomitante transformação em algo aparentado ao clichê. E não deixa de ser curioso esta noção ser citada sem maiores estranhamentos em um campo onde se tornou comum afirmar que não é preciso discutir ontologia. Resulta que, de tempos em tempos, é necessário abrir estas noções e tentar entender a trama conceitual na qual foram construídas³³, para que se possa extrair dela a gravidade das consequências e o peso das decisões tomadas. E em nosso entender, o caminho para abrir esta noção é a retomada do diálogo com Heidegger e as zonas temáticas que indicamos acima, o modelo crítico da diferença ontológica, a concepção de verdade como desvelamento, a valoração ontológica da linguagem e uma concepção não cronológica de tempo são quatro linhas de influência da analítica existenciária na construção da teoria do desejo em Lacan.

REFERÊNCIAS

- Agamben, Giorgio. (2006). *A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade*. Ed. Humanitas. (Trad. Henrique Burigo). Belo Horizonte. Editora UFMG. Seminário proferido em 1979-1980.
- Balmès, François. (2002). *Lo que Lacan dice del ser (1953-1960)*. (Traducción de Horácio Pons. 1ª ed. Buenos Aires: Amorrortu).
- Bevidas, Waldir. (2000). *Inconsciente et verbum: psicanálise, semiótica, ciência, estrutura*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP.
- Cassin, Barbara. (2013). O Ab-senso de Lacan de A a D. In: Badiou, Alain. *Não há relação sexual: duas lições sobre “O aturdido” de Lacan*. (Alain Badiou e Barbara Cassin. Trad. Claudia Berliner) Rio de Janeiro: Zahar.
- Cetran, Héctor Pelegrina (2006). *Fundamentos antropológicos de la psicopatología*. Ediciones Polifemo, Madrid.
- Costa, Márcio Luis. (2009). *Lévinas: Subjetividade, intersubjetividade y ética*. 1ª Ed. Bogotá: Editorial Bonaventuriana.
- Couto, Luis Flávio Silva, & Souza, Marcelo Fonseca Gomes de. (2013). O estruturalismo em Jacques Lacan: da apropriação à subversão da corrente estruturalista no estabelecimento de uma teoria do sujeito do inconsciente. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 16(2), 185-200. <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982013000200001>
- David-Ménard, Monique. (2001). La négation comme sortie de l'ontologie. *Revue de métaphysique et de morale*. II (n° 30), pp. 59-67. DOI 10.3917/rmm.012.0059
- Dunker, Christian Ingo Lenz (2017). A psicanálise como crítica da metafísica em Lacan. In: *Analytica*. São João del-Rei. V. 6 n. 10, São Paulo. Recuperado em 29 de agosto de 2018 de: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/analytica/article/view/2513>
- Dunker, Christian Ingo Lenz. (2007). Ontologia negativa em psicanálise: entre ética e epistemologia. *Discurso*, (36), 217-242. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2007.38078>
- Dunker, Christian Ingo Lenz. (2016). *Por que Lacan?* São Paulo: Zagodoni.
- Dunker, Christian Ingo Lenz. (2019). The Forgetfulness of Ontology and the Metaphysical Tendencies of Contemporary Lacanism. *Crisis and Critique*, v. 6, p. 4-44. Recuperado em 03 de janeiro de 2020 de: <http://crisiscritique.org/april2019/dunker.pdf>

- Goldenberg, Ricardo. (2016). *Qual metafísica para a psicanálise?* Aula Magna proferida na Universidade de Londrina em 4 de março de 2016. Recuperado em 13 de outubro de 2017 de: <https://ricardogoldenberg.files.wordpress.com/2017/02/qual-metaficc81sica-para-a-psicanacc81lise.pdf>
- Greimas, Algirdas Julius. (2008). *Dicionário de semiótica / Algirdas Julius Greimas e Joseph Courtés*. (Trad. Vários tradutores). São Paulo: Contexto. Texto originalmente publicado em 1986.
- Guimarães, B. (2007). O estatuto do inconsciente é ético. *Discurso*, (36), 257-272. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2007.38080>
- Heidegger, Martin. (1991). *Carta sobre o humanismo*. (Trad. Rubens Eduardo Frias, 1ª ed.). São Paulo: Editora Moraes. Publicado originalmente em 1946.
- Heidegger, Martin. (2012). *Ser e tempo*. (Trad., org., nota prévia, anexos e notas: Fausto Castilho). Campinas-SP: Editora da Unicamp / Petrópolis, RJ: Editora Vozes. Publicado originalmente em 1927.
- Lacan, Jacques. (1978). *Le rêve d'Aristote*. Conférence à l'Unesco. Colloque pour le 23e centenaire d'Aristote. Publication par Unesco. Sycomore, pp. 23-24. Recuperado em 20 de março de 2018 de: <http://www.praxislacaniana.it/wordpress/Praxis/Recensioni-Stampa/Lacan-Aristote.pdf>
- Lacan, Jaques. (1998). O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelado na experiência psicanalítica. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Publicado originalmente em 1949.
- Lacan, Jaques. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Publicado originalmente em 1958.
- Lacan, Jaques. (1999) *O seminário. Livro 5: as formações do inconsciente*. (Texto estabelecido por Jacques Alain Miller. Trad. de Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Seminário ocorreu em 1957-1958.
- Lacan, Jaques. (2008a). *O seminário. Livro 7: A ética da psicanálise*. (Texto estabelecido por Jacques Alain Miller. Trad. de Antônio Quinet). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Seminário ocorreu em 1959-1960.

- Lacan, Jaques. (2008b). *O seminário. Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (Texto estabelecido por Jacques Alain Miller. Trad. de M.D. Magno). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Seminário ocorreu em 1964.
- Lacan, Jaques. (1966-1967). *El seminario 14: La lógica del fantasma*. (Versión crítica de Ricardo E. Rodríguez Ponte). Escola Freudiana de Buenos Aires.
- Lacan, Jaques. (2016). *O Seminário, livro 6: O desejo e sua interpretação*. (Texto estabelecido por Jacques Alain Miller. Trad. de Cláudia Berliner). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Seminário ocorreu em 1958-1959.
- Leguil, Clotilde. (2013). Usos lacanianos de la ontología. *Virtuália*. Revista Digital da Escola de la Orientación Lacaniana. n. 27. Recuperado em 30/08/2018 de: <http://www.revistavirtualia.com/storage/articulos/pdf/HahEF6nSp2qxB6I8gtb5gP6mORzHzOy7hugLnB0D.pdf>
- Levinas, Emmanuel. (1980). *Totalidade e Infinito*. (Trad. José Pinto Ribeiro. 3ª ed). Lisboa: Ed. 70.
- López, Héctor. (2011). *Lo fundamental de Heidegger en Lacan*. (2ª ed.). Buenos Aires: Letra Viva.
- Martínéz, Horácio G. (2011). El fin de la filosofía, el fin del análisis: La temática del “fin” en Heidegger y Lacan. In: López, Héctor. *Lo fundamental de Heidegger en Lacan*. (2ª ed). Buenos Aires: Letra Viva.
- Miller, Jacques-Alain. (2011). *O Ser e o Um*. (Trad. Vera Avellar Ribeiro. Revisão: Carlos Augusto Nicéas. Versão final e subtítulos: Marcus André Vieira). Seminário de Orientação Lacaniana. De 19 de janeiro de 2011 à 15 de junho de 2011.
- Moura, Patricia de Campos. (2017). Notas sobre uma ontologia em Lacan: um diálogo com Heidegger. *Psicologia USP*, 28(3), 451-456. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420160077>
- Nancy, Jean-Luc & Lacoue-Labarthe, Philippe. (1991). *O título da letra: uma leitura de Lacan*. (Trad. Sérgio Joaquim de Almeida. Revisão Técnica: Durval Checchinato). São Paulo: Escuta. Texto originalmente publicado em 1973.
- Nathan, Tobie. (1996). Psicoterapia ou psicoterapias. *Cadernos de Subjetividade*. n. 4, pp. 20-46.

- Safatle, Vladimir. (2006). *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Editora UNESP.
- Safatle, Vladimir. (2007). A teoria das pulsões como ontologia negativa. *Discurso*, (36), 151-192. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2007.38076>
- Safouan, Moustapha. (2006). *Lacaniana I: Os seminários de Jacques Lacan: 1953-1963*. (Trad. Procópio de Abreu). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Stein, Ernildo. (1976). *Melancolia: Ensaio sobre a finitude no pensamento ocidental*. Porto Alegre: Editora movimento.
- Stein, Ernildo. (2011). *Introdução ao pensamento de Martin Heidegger*. Porto Alegre: Editora EDIPUCRS.

NOTAS

- ¹ É necessário esclarecer que quando se fala em crítica ontológica, em abordagem de problemas ontológicos, em discussão ontológica ao longo deste texto, o debate se dá em torno de ontologias diversas, não de uma ontologia específica. Pois só é possível falar em ontologia (do ponto de vista lacaniano) levando em conta que ela é não-toda e que existem diversos modelos ontológicos propostos.
- ² Seminário de número VII: “A ética da psicanálise”.
- ³ Cientes das dissonâncias existentes, ao usar a expressão “psicanálise lacaniana”, pretendemos abarcar as diversas posições teóricas e clínicas que se autorizam da obra lacaniana.
- ⁴ Em nosso entender, a fragilidade ôntica se refere à falta-a-ser que é um ponto de estrutura da teoria e ao discutir estas questões, já estamos inegavelmente em uma discussão no âmbito da ontologia.
- ⁵ Esta afirmação poderia ser ponderada com outros momentos da obra onde o ser parece mais ligado ao registro do real.
- ⁶ De *honte*: vergonha.
- ⁷ No entanto, este “quase” comporta um campo de muitas diferenças. Todo o empreendimento de Heidegger busca sustentar a diferença ontológica, isto é, a afirmação de que a metafísica só abordou o ente e que entre o ente e o ser existe uma diferença fundamental (Heidegger, 1927/2012).
- ⁸ Em nosso entender, as diversas passagens de Lacan sobre a ontologia, tomadas em seu conjunto na dispersão de sua obra, não demonstram nada de definitivo sobre o tema, a não ser a existência de um problema.
- ⁹ A palavra alemã “*Es Gibt*” significa “existe”, o que está dado na existência.

- ¹⁰ É Parmênides quem constrói a via para a metafísica ao ordenar suas interrogações através do ser como princípio primeiro, do qual tudo depende. No entanto, Parmênides considerava o ser Uno, no sentido de ser indivisível.
- ¹¹ É complicado este argumento da passagem linear do Ser ao Um, considerando a proliferação destes termos nos textos lacanianos. Pensamos que esta afirmação decorre do modo do autor pensar a história da obra como uma evolução interna sem as devidas conexões com o contexto de emergência. Além do mais, a obra lacaniana não parece de modo algum um fluxo linear. Ela seria melhor descrita como construída em um movimento espiral, que realiza diferentes voltas em torno de um núcleo de problemas.
- ¹² Barbara Cassin se encontrou regularmente com Lacan durante o ano de 1975, com o objetivo de lhe ensinar doxografia (δόξα/γραφία) que é o estudo das ideias de autores da antiguidade por meio dos textos de seus comentadores.
- ¹³ *Honte* em francês significa vergonha e *hontologie* faz homofonia com *ontologie*.
- ¹⁴ O fato de que algumas frases podem ser tomadas em mais de uma estrutura sintática.
- ¹⁵ Cassin (2013) afirma que o aforisma “Não há relação sexual” não deve ser abordado por um “vergonólogo” que só iria essencializar a não-relação.
- ¹⁶ “*Dans tout psychanalyste, il y a un élève d’Aristote*” (Lacan, 1978, P. 23).
- ¹⁷ Em nosso entender, é este fato que Lacan pretende indicar quando afirma que todos seus pacientes foram alunos de Aristóteles. Segundo Goldenberg (2017), isto refere-se à fé inabalável dos pacientes nas essências. Poderíamos acrescentar que é a crença na plena realização de uma totalidade. Neste sentido, o trabalho clínico na psicanálise consiste em furar, fazer corte nestas certezas.
- ¹⁸ Outro em Levinas possui um sentido radicalmente diferente do Outro lacaniano. Refere-se à possibilidade ou impossibilidade de se ter acesso à radicalidade da alteridade que nos transcende. O tema comum dos dois autores é o eu como impeditivo de qualquer experiência de alteridade, como aquela instancia que só dá acesso a um duplo de cada um, via processo de identificação. Levinas chama este processo de ótica e Lacan tematiza através do estádio do espelho. Uma das faces do estatuto ético da psicanálise é o fato de que problema do acesso à realidade do semelhante é um problema primeiro, vindo em segundo lugar o problema do acesso à realidade.
- ¹⁹ O encaminhamento que pretendemos dar a seguir é o da importância da experiência da finitude, no poder, no pensar e no saber na constituição de uma abordagem ontológica do homem.
- ²⁰ E certamente a psicanálise lacaniana não está livre desta tarefa.
- ²¹ Em “*A direção do tratamento e os princípios de seu poder*” (Lacan, 1958/1998).
- ²² Da Natureza. Tradução de Gabriel Trindade Santos (2002).

- ²³ Trabalhado em “Ensaio para introduzir a noção de grandezas negativas na filosofia” de 1763 e “Crítica da Razão Pura” de 1781.
- ²⁴ Justamente questionamos a autora neste ponto. As discussões sobre a função do juízo de atribuição e do juízo de existência e o poder de criação de mundo da atividade de negação, em que campo se inseririam senão na ontologia?
- ²⁵ “Não deixa de falar do ser e tece incessantemente seus termos com referência ao ser. Com entusiasmo ou reticências, com neutralidade fingida ou não, com ingenuidade mais ou menos sincera, raiva, vergonha com gracejo, ou resignação. De qualquer modo sem pausa. Que fale contra ou a favor, com aparência de sequer tocar o tema, apesar de tudo, há nisso para ele uma necessidade indelével” (Tradução nossa).
- ²⁶ Afirmação importante de Balmès (2012) é que isto vale também no momento do uso da linguagem muda dos matemas, porque necessariamente essa se duplica na linguagem analítica ou mesmo filosófica.
- ²⁷ O autor apresentou um mapa do campo psicanalítico de modo geral, não apenas no âmbito da psicanálise lacaniana.
- ²⁸ Lacan (1959-1960/2008) considerou a pulsão uma noção ontológica central, um ponto em que a metapsicologia se entrelaça necessariamente com uma ontologia.
- ²⁹ Por último, usar o termo negativo como predicado de uma discussão ontológica não seria um modo de ceder com as palavras? E por outro lado, não nos deixa à mercê de críticas como as de Deleuze e Foucault? Este último, na “*Introdução à uma vida não fascista*”, prefácio ao “*Anti-Édipo*”, aconselha a abandonar todas as categorias negativas. É preciso lembrar que o inconsciente é o campo larvar do não-realizado, nem ser nem não-ser.
- ³⁰ Ontoteologia é o nome dado por Heidegger (1999c) para a metafísica que acaba criando uma unidade entre a lógica, a teologia e a ontologia. A ontoteologia interroga sobre o fundamento do ente, esquecendo a pergunta pelo ser.
- ³¹ Autor de “*Estrela da Redenção*”, uma influência marcante no pensamento de Levinas (1980) e citado logo no início de “*Totalidade e Infinito*” como presente no pensamento da obra.
- ³² Assim, em um diagrama de dispersão produzido pelo eixo vertical da falta e pelo eixo vertical do ser, estaria o desejo com uma produção terceira do campo de tensão instaurado pelos dois vértices.
- ³³ Como afirmou Lacan (1958/1998), conceitos que não foram suficientemente criticados sucumbem ao uso vulgar da língua.

Recebido em 25 de fevereiro de 2020

Aceito para publicação em 16 de novembro de 2020

APORTES DE FREUD AL ESTUDIO DE LA MEMORIA COLECTIVA¹

*Fedra Sonia Cuestas**

RESUMEN

Este artículo se propone indagar en los aportes y posibles aplicaciones de la obra de Freud al estudio de la memoria colectiva. Mediante una revisión teórico-crítica de la obra de este autor, se rescatan sus desarrollos y aportes en esta temática, destacando los cuestionamientos que esta introduce. Se concluirá observando la existencia de un corpus teórico destinado a pensar la memoria colectiva, que puede ser distinguido al interior de la obra freudiana y puede ser aplicado en la investigación de contextos sociales específicos.

Palabras claves: memoria colectiva; inconsciente; manifestaciones; efectos.

FREUD'S CONTRIBUTIONS TO THE STUDY OF COLLECTIVE MEMORY

ABSTRACT

This article proposes an inquiry into the contributions and possible applications of Freud's work to the study of collective memory. Through a theoretical and critical revision of this author's work, this article emphasizes his developments and contributions to this topic, underlining its questionings. The article will conclude by observing the existence of a theoretical corpus, aimed to analyze the collective memory, which can be distinguished within the Freudian work and applied in the research of specific social contexts.

Keywords: collective memory; unconscious; manifestations; effects.

CONTRIBUTIONS DE FREUD À L'ÉTUDE DE LA MÉMOIRE COLLECTIVE

RÉSUMÉ

Cet article propose d'examiner les possibles contributions et applications de l'œuvre de Freud à l'étude de la mémoire collective. Par la voie d'une révision

*Departamento de Ciencias Sociales, Universidad de Los Lagos, Chile. Psicóloga, Dra. en Filosofía.

théorico-critique de l'œuvre de cet auteur, on remarque les développements et apports sur cette matière, en soulignant les questionnements que celle-ci introduit. Finalement on conclura avec l'observation de l'existence d'un corpus théorique destiné à penser la mémoire collective, qui peut être distingué à l'intérieur de l'œuvre freudienne et qui peut être appliqué dans la recherche de contextes sociaux spécifiques.

Mots clés: mémoire collective; manifestations; effets.

INTRODUCCIÓN

La memoria colectiva fue definida por Halbwachs (1997) quien la entiende como un acuerdo entre memorias conscientes, compartidas por un grupo, cuya durabilidad no trasciende la generación que conserva el recuerdo en común. Freud, contemporáneo de Halbwachs, también desarrolla la idea de una memoria que atañe a los grupos humanos. Sin embargo entre ambos autores son más importantes las divergencias que las concordancias. La memoria que comparte una comunidad concebida por Freud contempla aspectos en los que Halbwachs no ha profundizado: es fundamentalmente inconsciente, puede transmitirse a través de las generaciones y traspasa los grupos en que los individuos se vinculan para llegar a abarcar la humanidad misma.

Desde diversas disciplinas que indagan sobre la memoria de acontecimientos de violencia política que afectando una colectividad dejaron huellas significativas, numerosos autores (Assmann, 2008; Assmann, 2011; Caruth, 1996; Felman, & Laub, 1992; Felman, 2002, La Capra, 2008, Osiel, 2000; Ricœur, 2000; Todorov, 2015, etc.) recurren a Freud a fin de sustentar sus desarrollos teóricos. Si bien los traumas colectivos producidos por la violencia de las guerras y los abusos de poder han sido tempranamente abordados desde el psicoanálisis (Abraham, Ferenczi, Jones, Simmel, 1919), es relativamente poco lo que se ha investigado específicamente en torno a la memoria después de Freud, comparativamente con la generalidad de los temas abordados al interior de esta disciplina.

Sin embargo, el sufrimiento causado por genocidios y violencia de Estado tanto a las víctimas como a su descendencia, ha dejado abundante material clínico que guió la reflexión de los psicoanalistas para

profundizar en el estudio de la transmisión transgeneracional del trauma. Esta problemática se remonta a los trabajos de Ferenczi (1982) sobre la transmisión de contenidos psíquicos de los adultos a los niños. En el campo de la clínica del lazo social, a partir de los trabajos de Abraham y Torok (1987), se inicia una fecunda línea de trabajo que debate diversas propuestas teóricas en torno a la transmisión de la memoria familiar transgeneracional (Altounian, 2005; Baranes J.-J.; Enriquez M.; Faimberg, H.; Käes, R., 2006; Ciccone, 2012; Enriquez, 1988; Faimberg, 1988; Kaës, 1989; Nachin, 1993, Tisseron, 1990, etc.) y que puede ser aplicada a ámbitos más amplios como la comunidad.

Tal como Freud lo hacía (Freud, 1986, XIII, Freud, 1968, XIV, Freud, 1968, XXI, Freud, 1986, XXII, Freud, 1986, XXIII, etc.), la teoría psicoanalítica puede servir para pensar sobre contextos sociales específicos, y puede ser aplicada a indagar sobre la memoria que un pueblo tiene de su pasado. La dificultad para recordar el pasado reciente en una sociedad afectada por la violencia totalitaria fue explicada en relación al duelo imposible del pueblo alemán luego del período Nazi (Mitscherlich, Mitscherlich, 1972). Con el paso del tiempo, la transmisión de la memoria de los victimarios también fue abordada desde el psicoanálisis (Gaudard, 1997, etc.). Igualmente la transmisión de la memoria que los sobrevivientes aportan a la sociedad ha sido inicialmente pensada por ellos mismos (Bettelheim, 1979) y continuada hasta la actualidad con un trabajo sobre el testimonio (Waintater, 2003; Puget, 2015). Entre los acontecimientos políticos que reclaman memoria, los efectos de las dictaduras latinoamericanas también han sido abordados por un importante número de psicoanalistas (Berman et al., 1994; Edelman, & Kordon, 2007; Edelman, Lagos, Kersner, & Kordon, 2010; Kaës, Puget, 2006; Viñar, Viñar, 1989, etc.)

A pesar de existir la continuidad de trabajos antes nombrados, no se ha distinguido a la memoria colectiva como un concepto que puede ser entendido desde la teoría psicoanalítica, ni se ha desarrollado un área de investigación específica al interior de esta teoría en torno a este concepto. La contribución que su fundador realiza a esta problemática, no ha sido discriminada, ni identificada, como un corpus teórico diferenciado al interior de la obra freudiana. Si bien, la memoria no es un tema al que

Freud se aboque de manera específica (ninguno de sus textos está destinado a trabajar este tema de manera independiente), se trata de una problemática que atraviesa toda su obra y al cual da una importancia capital.

En el presente artículo, se busca inquirir en los aportes que la teoría psicoanalítica realiza al estudio de la memoria colectiva y como ella puede ser aplicada a contextos sociales específicos. A partir de una lectura de las *Obras completas* (Freud, 1986) que destaca la importancia que Freud da a la memoria y en particular a la que denomina “memoria de los pueblos”, se pretende rescatar una teoría freudiana sobre la memoria que permita reconocer su impacto y observar sus potencialidades de aplicación en las investigaciones sobre el pasado reciente. A tales fines se procede en tres etapas: en una primera instancia se elabora una revisión histórica de los textos de Freud, centrada en una lectura de su teoría sobre la memoria, precisando sus particularidades. A través de esta revisión, se buscan destacar los principales cuestionamientos que la obra de Freud introduce al estudio de la memoria colectiva. En una segunda etapa se puntualizará el giro de perspectiva que cada uno de estos cuestionamientos opera a fin de poder examinar los aportes que en esta materia realiza el enfoque psicoanalítico. Finalmente, se concluirá reconociendo la obra freudiana como un pensamiento sobre la memoria colectiva útil para ser aplicable al estudio de realidades sociales.

La relevancia de esta investigación radica en identificar las contribuciones que el fundamento teórico freudiano realiza al estudio de la memoria colectiva, con miras a desarrollar e intensificar la perspectiva psicoanalítica en el campo de los estudios que se abocan a esta temática.

EL CONCEPTO DE MEMORIA A TRAVÉS LA OBRA DE FREUD

LA MEMORIA INDIVIDUAL INCONSCIENTE Y SUS CONSECUENCIAS

La problemática de la memoria individual aparece inicialmente en Freud (1986), en relación a la observación de los fenómenos histéricos. En los extractos de las notas de Freud para su traducción de Charcot, consigna que el núcleo del ataque histérico es un recuerdo. Esta idea será retenida y desarrollada en sus propias reflexiones. Es así que durante su colaboración con Breuer, Freud critica de la descripción de la “grande

ataque hystérique”, realizada por Charcot, el no ofrecer esclarecimiento sobre el significado del ataque al interior de la totalidad del cuadro histórico. Aportando en este sentido, propone que el contenido constante y esencial de un ataque histórico es “el retorno de un recuerdo” (Freud, 1986, I, p. 188). A este recuerdo le es adjudicada la causa de las distintas formas de histeria y neurosis traumática. Se trata de un recuerdo traumático que permanece inconsciente, o tal como lo señala en el manuscrito III, estos recuerdos se mantienen “ausentes de la memoria” (Freud, 1986, I, p. 185). Es a partir de la atención prestada a la histeria que se advierte la conexión entre trauma y memoria inconsciente. Pero a medida que las observaciones de Freud se extienden fuera del campo de la histeria y hasta el fin de su obra, irá encontrando recuerdos que retornan en ámbitos más amplios (Freud, 1986, XIII, Freud, 1986, XXIII, etc.).

En la “Comunicación preliminar” Freud y Breuer señalan que “el histórico padece por la mayor parte de reminiscencias” (Freud, 1985, II, p. 33), situando el ocasionamiento del síntoma histórico “muy atrás en el tiempo” (Freud, 1985, II, p. 29), señalan que se trata de vivencias no recordadas, ni relacionadas por el enfermo con su patología. Distinguen afectos vinculados a un recuerdo que pueden desgastarse con el tiempo (dado que la reacción frente al hecho que lo produjo logró una descarga afectiva) de afectos que permanecen conectados al recuerdo a causa de una reacción sofocada. Observan que en la histeria estos recuerdos “están completamente ausentes de la memoria, de los enfermos en su estado habitual, o están ahí presentes solo de una manera en extremo sumaria” (Freud, 1985, II, p. 35). Luego indican que ellos “corresponden a traumas que no han sido suficientemente “abreccionados”” (Freud, 1985, II, p. 35). Freud reconoce, en el plano de la memoria individual y patológica, afectos que permanecen, aunque provienen de recuerdos ausentes. El mismo fenómeno será posteriormente observado en el campo de la psicología normal y colectiva.

Tal como bien se sabe, en la correspondencia con Fliess, así como en el “Proyecto de psicología”, Freud expresa las ideas iniciales que anticiparán sus desarrollos posteriores. La importancia otorgada por Freud en ese texto a la memoria es clara, dado que señala que “Cualquier teoría psicológica atendible tiene que brindar una explicación de la memoria”

(Freud, 1986, I, p. 343). Iniciando esa explicación define la memoria como: “el poder de una vivencia para seguir produciendo efectos” (Freud, 1986, I, p. 345). Considera que ella depende de la magnitud y frecuencia de repetición de la impresión.

Luego, en la carta a Fließ del 6 de diciembre de 1896, expresa claramente “Es que consciencia y memoria se excluyen entre sí” (Freud, 1986, I, p. 275). Un amplio espacio de la memoria transcurre claramente fuera de la consciencia, desde los primeros escritos, en la obra de Freud.

Esta concepción de una memoria inconsciente y con poderes sobre acontecimientos que ocurren posteriormente se mantendrá hasta el fin de sus trabajos y será aplicada a lo que Freud denomina la “memoria de los pueblos” (Freud, 1986, VI, Freud, 1986, XIII, Freud, 1986, XXIII, etc.).

A partir de las características adjudicadas a la memoria, nacen los dos primeros cuestionamientos que dan lugar a pensar la memoria desde otra perspectiva:

Inicialmente, la observación de síntomas que remiten a acontecimientos del pasado, conduce a que Freud se pregunte por las formas de manifestación que adquiere la aparente ausencia de memoria sobre hechos significativos.

Además, siendo que Freud define a la memoria como un poder, se abre una segunda pregunta que indaga en su alcance. Esta definición introduce la posibilidad (que más tarde será claramente sustentada mediante el concepto de compulsión a la repetición) de pensar la memoria como un elemento a considerar cuando se piensa sobre las consecuencias del pasado sobre el devenir. Es decir, conduce a examinar los efectos de la memoria y la desmemoria.

Los desarrollos de la teoría freudiana irán respondiendo estas preguntas al paso que crearan otras nuevas.

LA REPRESIÓN DEL RECUERDO Y SU TRANSFORMACIÓN EN OTRAS FORMAS DE MEMORIA

Extender el campo de la memoria al de lo inconsciente llevará a Freud a descubrir otras formas en que esta se manifiesta. En los manuscritos podemos encontrar el hilo que guiará las reflexiones de Freud sobre el recuerdo. Este último aparece allí afirmando la idea de que se encuentra en el origen de las

neurosis. En el “Manuscrito M” (Freud, 1986, I), escribe que las fantasías se generan por un conjunto de vivencias y cosas oídas, conjugadas con tendencias a volver inasequible el recuerdo que las hizo surgir. La fantasía se forma por desfiguración del recuerdo. La fantasía entonces es una forma de memoria, o más bien de expresión de la memoria inconsciente.

La ausencia de recuerdo consciente lleva a que Freud se preocupe de describir y esclarecer el fenómeno de la desmemoria. Para ello saldrá del marco de estudio de la neurosis y comenzará a buscar la memoria fuera de su consulta. En “Sobre el mecanismo psíquico de la desmemoria” (Freud, 1986, III), a partir del relato de un olvido de nombres vivenciado por él mismo durante una plática, explica que el recuerdo reprimido remite a la sofocación de una parte de la historia narrada en aquella conversación. La acción de la represión sobre la fragilidad de la memoria no queda restringida a los síntomas neuróticos. Este ejemplo, calificado como una perturbación conciliable con la salud psíquica, es considerado como “un modelo de los procesos patológicos a que deben su génesis los síntomas psíquicos de las psiconeurosis” (Freud, 1986, III, p. 286).

Freud no solo atiende a la ausencia de recuerdo, también se cuestiona por su presencia exacerbada. Los detallados recuerdos de la infancia, aparentemente insignificantes, llevan a Freud a indagar respecto al falseamiento del recuerdo. Ellos esconden impresiones desagradables que han sido disfrazadas. Las fantasías inconscientes pueden aparecer como recuerdos encubridores. El valor de estos recuerdos no se encuentra en su contenido, sino en su vinculación con contenidos reprimidos. A partir de esta exploración Freud reflexiona sobre la formación y selección de recuerdos, expresando:

Acaso sea en general dudoso que poseamos unos recuerdos conscientes de la infancia, y no más bien, meramente, unos recuerdos *sobre* la infancia. Nuestros recuerdos de la infancia nos muestran los primeros años de vida no como fueron, sino como han aparecido en tiempos posteriores de despertar. En esos tiempos del despertar, los recuerdos de infancia no *afloraron*, como se suele decir, sino que en ese momento fueron *formados*; y una serie de motivos, a los que es ajeno el propósito de fidelidad histórico-vivencial, han influido sobre esa formación así como sobre la selección de recuerdos. (Freud, 1986, III, p. 315).

La aparente ausencia de memoria guio a Freud para indagar sobre una variedad de formas que puede adquirir la memoria para manifestarse. Pero esa búsqueda crea nuevos interrogantes: entender cómo se forman los recuerdos y poder ver otras formas de expresión de la memoria, lleva a plantar un tercer cuestionamiento, sobre la fidelidad con la que se representa el pasado.

Esta pregunta que es tratada particularmente a propósito de un recuerdo que remonta a los primeros meses de vida de Leonardo da Vinci (Freud, 1986, XI) se irá resolviendo progresivamente, dando lugar, hacia el final de la obra de Freud, a pensar en una memoria de los orígenes de la cultura que concierne a la colectividad y que puede dar cuenta del pasado desconocido de la humanidad.

LA MEMORIA INCONSCIENTE EN EL CAMPO DE LO COLECTIVO

Continuando con la indagación sobre la memoria en la vida cotidiana, Freud dedica especial atención al olvido como función normal, buscando entender los mecanismos que motivan la represión del recuerdo. En la “Psicopatología de la vida cotidiana” (Freud, 1986, VI), retoma el tema de los recuerdos encubridores y recuerdos de la infancia. La amnesia infantil es presentada como la clave para acceder a la comprensión de la formación de síntomas en las neurosis. Sobre los recuerdos de la infancia propone la siguiente conjetura (que más tarde será explicada al analizar un recuerdo infantil de Leonardo da Vinci):

de estos recuerdos de infancia que se llaman los más tempranos no poseemos la huella mnémica real y efectiva, sino una elaboración posterior de ella, una elaboración que acaso experimentó los influjos de múltiples poderes psíquicos posteriores. Por lo tanto, los “recuerdos de infancia” de los individuos llegan con total universalidad a adquirir el significado de unos “recuerdos encubridores”, y de ese modo cobran notable analogía con los recuerdos de infancia de los pueblos, consignados en sagas y mitos (Freud, 1986, VI, p. 52).

Nos situamos aquí ya en el campo de la memoria de los pueblos. Esta comparación muestra que las indagaciones de Freud acerca de la memoria han rebasado el foco de interés que alumbró la psicología individual. Eso también es notorio en la observación que realiza Freud un

poco más adelante en el mismo texto, cuando describe las discrepancias en los recuerdos que poseen sujetos que han compartido una misma experiencia. Mayor claridad al respecto tenemos cuando señala:

El punto de vista que aquí desarrollamos, según el cual unos recuerdos penosos caen con particular facilidad en el olvido motivado, merecería aplicarse a muchos campos donde hasta hoy no se lo ha tenido en cuenta o se lo consideró sólo en mínima medida. Así, no me parece que se lo haya destacado lo suficiente en la apreciación de los testimonios que se presentan ante un tribunal, donde es evidente que se atribuye al juramento del testigo un exagerado influjo purificador sobre su juego psíquico de fuerzas. En cambio, es de universal aceptación que debe tomarse en cuenta ese motivo en la génesis de las tradiciones y de la historia legendaria de los pueblos: lleva a borrar del recuerdo lo penoso para el sentimiento nacional. Quizá un estudio más detenido establecería una completa analogía entre el modo en que se forman las tradiciones de un pueblo y los recuerdos de infancia del individuo. (Freud, 1986, VI, p. 146-147)

Luego, en los “Tres ensayos de teoría sexual”, Freud (VII, 1987) reitera la comparación entre la amnesia propia de las neurosis y la que atañe a los primeros años de la infancia. Basado en la indagación psicológica, explica que las impresiones olvidadas dejan huellas profundas en la vida anímica y se vuelven determinantes para el desarrollo posterior. No hay desaparición de impresiones infantiles, sino una amnesia sustentada por la represión.

La equiparación entre la memoria de los pueblos y la memoria sobre la infancia, lleva a vincular estas con la memoria y el olvido en la neurosis.

Freud observa que las revelaciones que sus pacientes hacen en análisis sobre su sexualidad infantil, son expresadas en los mitos de diversas culturas. Estas revelaciones también lo llevan a inferir la posterioridad con que se establecen los recuerdos de la infancia. En relación a ello, en una nota al pie de página del caso del Hombre de las Ratas, señala que mediante formaciones de la fantasía, el ser humano busca borrar la memoria de su quehacer autoerótico, “procura contemplar el pasado a la luz del presente” (Freud, 1986, X, p. 162 n. 39). Explica la universalidad de las fantasías sobre la infancia gracias a “la uniformidad de contenidos y la constancia de los influjos modificadores posteriores” (Freud, 1986, X, p. 163 n. 39). Establece una analogía entre el trabajo de refundición

posterior al cual están sometidos tanto los recuerdos infantiles como la formación de sagas que un pueblo hace sobre su historia primordial.

La pregunta sobre la exactitud con la que el pasado es guardado en el recuerdo, permanece vigente cuando la memoria atañe a ámbitos de alcance colectivo. Freud describe una memoria de los pueblos que contiene vestigios que nos remiten a un origen universal.

TRAUMA, DUELO Y MEMORIA DE LOS PUEBLOS

Las comparaciones entre memoria individual y de los pueblos, continúan a lo largo de los años venideros. En 1909, en la primera de las conferencias que Freud realiza con la ocasión de la invitación que le extendieron al festejo del vigésimo aniversario de la Clark University (Freud, 1986, XI), establece un parangón entre símbolos mnémicos que se manifiestan como síntomas y aquellos que se expresan mediante monumentos. Explica que así como en la histeria los síntomas son símbolos mnémicos que dan cuenta de vivencias traumáticas, los monumentos recuerdan traumas que afectaron una ciudad. Sin embargo distingue la perpetuación de la memoria que establece un monumento, situando el hecho traumático en el pasado; de la fijación al pasado que ocurre en la neurosis.

Los ejemplos de símbolos mnémicos urbanos dados por Freud, remiten a una situación traumática, respecto a la cual estos monumentos dan cuenta de un trabajo de duelo. Charing Cross, recuerda la última parada del cortejo fúnebre que trasladó el cuerpo de la Reina Leonor de Castilla, durante 3 meses, desde Nottingham hasta la Abadía de Westminster. The Monument, hace memoria de la pérdida y reconstrucción de una importante parte de las edificaciones de la ciudad de Londres, luego de un gran incendio. Igualmente los síntomas de Anna O, son explicados por Freud como “signos recordatorios” de la enfermedad y muerte del padre de esta paciente. Por ese motivo, Freud aclara, que siendo que la fijación a la memoria del difunto corresponde a un duelo reciente, no indica patología. Sin embargo, considera probable que esta fijación se hubiera vuelto patológica, de no haber mediado un tratamiento catártico, dado que intensos afectos habían sido sofocados.

La memoria aparece ahora no solo vinculada al trauma, sino también al trabajo de duelo. Aquí se establece una nueva analogía y una nueva diferenciación. Memoria individual y colectiva son equiparadas en las comparaciones respecto a la memoria normal o patológica luego de una pérdida. Pero los monumentos ofrecen un ejemplo de instancias colectivas que permiten la expresión del dolor y la elaboración de un duelo, logrando erigir una memoria consciente sobre el pasado, sin que quienes sufrieron por una situación traumática queden atrapados en él. Por el contrario, respecto a los neuróticos, dado que no pudieron dar curso a la manifestación de afectos, Freud señala: “Y no es solo que recuerden las dolorosas vivencias de un lejano pasado; todavía permanecen adheridos a ellas, no se liberan del pasado y por él descuidan la realidad efectiva y el presente.” (Freud, 1986, XI, p. 14). Se distinguen entonces hechos traumáticos que (en los ejemplos de la ciudad de Londres) afectan a un pueblo, respecto a los cuales hay instancias colectivas de elaboración, del trauma que afecta a los neuróticos (pero también podría afectar una comunidad) cuyas consecuencias patógenas se deben a la ausencia de elaboración.

Al hacer memoria y relatar el surgimiento del psicoanálisis, Freud mantiene su propuesta de distinguir recuerdos que pueden remitir al pasado, de aquellos que por permanecer vinculados a afectos reprimidos tienen efectos en el presente. Se abren dos caminos diversos a la memoria individual y colectiva: la elaboración consciente o la conservación inconsciente de las vivencias del pasado. Freud demuestra que los efectos de la memoria sobre el devenir varían en función del camino tomado.

FANTASÍA Y VERDAD HISTÓRICA

Es posible construir espacios para recordar, donde los elementos concretos como los monumentos pueden referir hechos del pasado, pero tal como ya se ha visto las fantasías también muestran resquicios pretéritos.

Freud, confirma la analogía entre recuerdos infantiles y recuerdos de los pueblos que había establecido anteriormente en la “Psicopatología de la vida cotidiana” (Freud, 1986, VI) al analizar un recuerdo de Leonardo da Vinci (Freud, 1986, XI). Con ese fin, indaga en un recuerdo de una

época muy temprana de la vida del inventor y artista, cuando este aún estaba en la cuna, en el cual un buitre habría descendido sobre él para abrir su boca con la cola. Considera que no se trata de un verdadero recuerdo, sino de una fantasía formada más tarde y luego trasladada a la infancia. Sin embargo, ante la objeción planteada por Havelock Ellis, quien defiende que se trata de un hecho real recordado, Freud se dispone a admitir la posibilidad de que este recuerdo pueda tener un fundamento real. En una nota a pie de página esclarece este asunto, explicando que la escena podría haber sido observada por la madre del gran científico y artista del renacimiento, quien podría haberla relatado de manera repetida a su hijo, llevando a que con el paso del tiempo, este último la confunda con una vivencia propia. Sin embargo, comenta que todo esto no altera la reflexión respecto a las fantasías. Explica que las fantasías que los adultos crean sobre su infancia, suelen apoyarse en realidades que fueron olvidadas y re plasmadas como recuerdo por algún motivo. Es por ello que Freud justifica que el hecho de que se trate de una fantasía, no implica que debemos dejar de prestarle atención. La posibilidad de hacerlo es comparada por Freud con el error de desestimar el material de las sagas y tradiciones de los pueblos. A propósito de ello señala:

A pesar de todas las desfiguraciones y malentendidos, la realidad del pasado está representada en ellos; son lo que el pueblo ha plasmado como vivencias de su época primordial bajo el imperio de motivos de antaño poderosos y hoy todavía eficaces. Si uno pudiera deshacer esas figuraciones – para lo cual debería conocer todas las fuerzas eficaces –, no podría menos que descubrir la verdad histórica *{historisch}* tras ese material fabuloso. Lo mismo vale para los recuerdos de la infancia o las fantasías de los individuos. No es indiferente lo que el hombre crea recordar de su infancia; por lo común, tras los restos mnémicos no bien comprendidos por él mismo se esconden inestimables testimonios de los rasgos más significativos de su desarrollo anímico. (Freud, 1986, XI, p. 79).

Freud reivindica el valor de la fantasía en la reconstrucción del pasado, haciendo que ella ocupe un lugar esencial en relación a la memoria individual y colectiva. La fantasía no es dejada de lado por no ser una verdad concreta, muy por el contrario, ella se convierte en pieza clave para recuperar recuerdos. En el plano individual, ella nos remite a hechos

efectivamente ocurridos y no recordados de la infancia. Y más aún, en lo que respecta a la vida colectiva, su manifestación en las creaciones populares, es considerada como el material que podría llevar a descubrir una verdad histórica que se muestra disfrazada.

EL ACTUAR COMO FORMA DE RECORDAR

El pasado puede ser recordado o recuperado a través de sus manifestaciones. Sus huellas no solo se dejan ver en las fantasías, también aparecen en la amnesia infantil y en otras formaciones de lo inconsciente o pueden ser actuadas a la manera de repetición. Tal como su subtítulo lo indica, “Recordar, repetir y reelaborar, Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis II” (Freud, 1986, XII) es un texto destinado a aconsejar sobre aspectos referidos a la técnica psicoanalítica. Sin embargo, es en torno al primer concepto que entra en juego en el título, que gira toda la reflexión realizada en este texto. El recordar aparece como meta central e inalterable de esta técnica, a través de sus transformaciones. El texto compendia de manera muy concentrada las posibilidades del recuerdo y el olvido durante el tratamiento psicoanalítico. El olvido en el tratamiento aparece como un frecuente bloqueo. Y la amnesia infantil es postulada como contrabalanceada por los recuerdos encubridores, quienes “representan {*repräsentieren*} tan acabadamente a los años infantiles olvidados como el contenido manifiesto del sueño a los pensamientos oníricos” (Freud, 1986, XII, p. 150). Pero también se señala la aparición de recuerdos que nunca pudieron ser olvidados, ya que nunca habían accedido a la consciencia; y el efecto retardado con que pueden ser interpretadas vivencias que no habían sido entendidas al momento de ocurrir durante la temprana infancia. Ahora bien, el punto principal es la sustitución del recordar por el actuar. Es en relación a ello que en este texto aparecen por primera vez los conceptos de compulsión a la repetición y reelaboración. Estos nuevos conceptos muestran los caminos alternativos (y sucesivos en el análisis), que puede tomar el recuerdo reprimido: manifestarse en el actuar y la transferencia como formas que adquiere la compulsión a la repetición, o ser reelaborados. Si bien, tal como fue antes mencionado, Freud apunta en este texto a la técnica psicoanalítica, no deja de mencionar

que la transferencia, principal recurso para advertir la compulsión a la repetición en el tratamiento analítico, ocurre también como repetición del pasado en todos los ámbitos del presente. De esta última afirmación se puede inferir que Freud aquí presupone también a los ámbitos que abarcan la comunidad. La expresión que la memoria inconsciente realiza en la vida cotidiana mediante el actuar, puede ser sospechada también en lo que atañe a la colectividad. Sin que Freud formule de manera evidente una cuarta pregunta que alude a la posibilidad de transpolar sus observaciones sobre la repetición en la clínica al ámbito colectivo, se puede sobreentender la pregunta a partir de la respuesta.

La repetición como expresión del pasado olvidado por un pueblo, es pensada por Freud en un breve texto donde sin hablar de memoria hace un importante aporte a este tema. En “Grande es Diana Efesia” (Freud, 1986, XII), muestra como el mismo culto, las mismas costumbres, oficios, rituales, pueden repetirse atravesando las transformaciones culturales que el paso del tiempo inscribe en una ciudad, haciendo persistir un pasado olvidado. De esta manera el pasado de un pueblo se inscribe en una temporalidad diferente a una historia representada como lineal y progresiva.

MEMORIA Y TRANSMISIÓN TRANSGENERACIONAL

La memoria consciente aparece en la obra de Freud como una memoria parcial, dispuesta al olvido de impresiones penosas, propensa a la transformación de todo aquello que cause displacer, plagada de lagunas. Pero es todo ello lo que nos da testimonio de tiempos anteriores. El pasado puede reiterarse en el presente siendo actuado. La conservación de los aspectos más significativos del pretérito no se realiza en la consciencia, pero se manifiesta. Son las formaciones de lo inconsciente quienes dan mejor cuenta de lo ocurrido en un tiempo remoto, tanto en el plano individual como colectivo. Es entonces que tal como el sueño y la fantasía en la vida individual, las tradiciones, los ritos, las leyendas, los mitos o los cuentos populares pueden ser interpretados a fin de conocer el pasado albergado en la memoria inconsciente. Es así como en “El interés por el psicoanálisis”, Freud explica la capacidad del psicoanálisis de “arrojar luz

sobre los orígenes de nuestras grandes instituciones culturales” (Freud, 1986, XIII, p. 188), contribuyendo al conocimiento de la historia de la cultura. Empleando esa capacidad, Freud buscará los orígenes de la cultura e intentará comprender cómo se produce la transmisión de esta a través de las generaciones.

La memoria no solo perdura en lo inconsciente, ella también puede ser traspasada de una generación a las siguientes. Freud se plantea entonces una nueva pregunta, buscando saber cuáles son las vías de transmisión de la memoria. La transmisión de la memoria no transita únicamente por el camino del relato o las representaciones conscientes del pasado. Las manifestaciones de lo inconsciente que dan cuenta del pasado también realizan una transmisión de la memoria.

Al final de “Tótem y tabú” (1986, XIII) postula una transmisión transgeneracional del trauma por el asesinato del padre. Preciso es señalar, que ya en capítulos anteriores de este texto hay alusiones a la memoria de los pueblos, a partir del momento en que Freud se refiere a la memoria de los muertos. A ese respecto, Freud reflexiona sobre las reglamentaciones propiciadas al duelo por los enemigos, los gobernantes y los muertos en general. Duelo y ambivalencia de sentimientos muestran las divergencias entre conservación de la memoria consciente y una memoria que persiste por generaciones a pesar de ser apartada de la consciencia. La prohibición de pronunciar el nombre del difunto y mencionar aquello que lo evoque, es explicada a partir de un paralelismo con la neurosis obsesiva, como un duelo patológico que pretende impedir un recuerdo que causa sentimientos de culpa. Esta prohibición, calificada por Freud como una de las más instructivas prácticas del tabú durante períodos de duelo, tiene como resultado “la importante consecuencia de que estos pueblos no tengan tradición ni reminiscencias históricas, y las máximas dificultades se opongan a una exploración de su prehistoria.” (Freud, 1986, XIII, p. 62). Pero el recuerdo persiste en las generaciones siguientes, en lo que Freud denomina una práctica compensatoria, que luego de un largo periodo de duelo, permite recordar el nombre de los difuntos al serle adjudicado a los niños considerados el renacimiento de los muertos.

Retomando lo señalado por Freud respecto a la transmisión a través de las generaciones, quisiéramos destacar la importancia que asigna

a esta en el marco de la psicología de los pueblos: “Sin el supuesto de una psique de masas, de una continuidad en la vida de sentimientos de los seres humanos que permita superar las interrupciones de los actos anímicos producidos por la muerte de los individuos, la psicología de los pueblos no podría existir” (1986, XIII, p. 159).

Es por ello que busca averiguar el grado de continuidad psíquica que se puede suponer en la serie de generaciones, así como los medios y caminos de que se vale una generación para transferir a la que sigue sus estados psíquicos. Entiende que la comunicación directa y la tradición son insuficientes para lograr ese cometido. Entonces propone que: “Una parte de la tarea parece estar a cargo de la herencia de predisposiciones psíquicas, que, empero, necesitan de ciertos enviones en la vida individual para despertar a una acción eficaz” (Freud, 1986, XIII, p. 159). Luego supone que: “ninguna generación es capaz de ocultar a la que sigue sus procesos anímicos de mayor sustantividad” (Freud, 1986, XIII, p. 160). Siendo que aún las mociones anímicas más cuidadosamente reprimidas encuentran una vía de expresión sustitutiva, podrán ser interpretadas por las generaciones siguientes. Entonces señala que el camino de la transmisión psíquica, de la “herencia de sentimientos” (Freud, 1986, XIII, p. 160), es el del entendimiento inconsciente. La memoria compartida por un pueblo sobre sucesos traumáticos que no quieren ser recordados, tal como lo explica a través del asesinato de un mítico padre primordial, transcurre por ese camino. Los hechos traumáticos que afectan a un pueblo pueden ser borrados del recuerdo consciente, pero dejan marcas perdurables que se expresan en formaciones sustitutivas siendo así legadas a las generaciones siguientes.

LA MEMORIA CONSCIENTE Y SU FUNCIÓN CRÍTICA

Durante años Freud viene definiendo la memoria, detallando sus formas de manifestarse, demostrando su poder y efectos, indagando acerca de su posibilidad de transmisión, pero también intenta conocer su germen. En la “Introducción del narcisismo”, Freud (1986, XIV) esboza ideas que más tarde lo llevarán al concepto de superyó, refiriéndose a una instancia psíquica encargada de velar por la satisfacción narcisista

del ideal del yo, la que observaría al yo para evaluarlo en relación al ideal. Explica el origen del ideal del yo, en la instancia crítica de los padres, a lo cual se van sumando otras figuras como los educadores y la sociedad en general, para volverse como autocrítica. Respecto a la observación de sí, Freud señala: “Esa misma actividad psíquica que ha tomado a su cargo la función de la consciencia moral se ha puesto también al servicio de la exploración interior que ofrece a la filosofía el material de sus operaciones intelectuales.” (Freud, 1986, XVI, p. 93). Al final de ese párrafo, intercala una nota a pie de página donde dice: “Agregaré, solo a modo de conjetura, que la formación y refuerzo de esta instancia observadora podrían contener en su interior también la posterior génesis de la memoria (subjetiva) y del factor temporal, que no rige para los procesos inconscientes.” (Freud, 1986, XIV, p. 93, n. 8). Esta hipótesis permitiría entender, a partir de la conformación de la memoria al interior de esta instancia crítica, la función de juicio lógico que más tarde Freud (1986, XXIII, p. 98) otorgará a la transmisión consciente del pasado. Aquí aparecen los primeros indicios de respuesta a otra interrogante implícita acerca de la memoria, que intentará saber sobre la función de la memoria consciente.

Posteriormente, en “Lo inconsciente” (Freud, 1986, XIV) especifica respecto a la memoria consciente que ella parece depender por completo del preconscious, separándola absolutamente de las huellas mnémicas en que se fijan las vivencias del inconsciente. Esta separación radica en la distinción entre representaciones conscientes e inconscientes. Freud adjudica a las primeras la representación cosa y la representación palabra, mientras que la segunda solo contiene la representación cosa. La represión impide la traducción en palabras. Queda bien distinguida la localización y la conformación de ambas memorias.

Paralelamente, en cuanto a los orígenes de la memoria inconsciente, se esclarece otra pregunta que desde mucho antes se venía esbozando (Freud, 1986, VI):

La explicación que Freud profundizará en años venideros, excede la posibilidad de circunscribirse en la psicología del individuo, ya que (tal como se vio en el punto anterior) esta procede en parte de una herencia recibida de generaciones anteriores.

EL DUELO COMO TRABAJO DE RECUERDO

La mayor parte de las páginas que Freud escribe sobre la memoria están destinadas a descubrir la relevancia de la memoria inconsciente en el acaecer psíquico, sin embargo en el caso del duelo el papel predominante está dado a la memoria consciente. En “Duelo y melancolía” (Freud, XIV, 1986), donde la memoria consciente va a ser rotundamente vinculada al trabajo de duelo se va a iniciar el desarrollo de la respuesta a la función de la memoria consciente. El duelo conociste en un trabajo de recuerdo consciente y cuidadoso de cada detalle que unía el doliente con el objeto perdido. En este trabajo el afectado se ve totalmente implicado a fin de operar un deshacimiento de la libido.

Freud (1986) distingue el recuerdo que opera en el duelo del de la melancolía. Señala que en esta última se liberan batallas inconscientes en “el reino de las huellas mnémicas de cosa {*sachliche Erinnerungspuren*} (a diferencia de las investiduras de palabra)” (XIV, p. 253-254). Los intentos de desatadura del duelo se realizan en el mismo sitio, sin que nada impida que ellos transiten el preconsciente y arriben a la consciencia. Por el contrario, en el caso del melancólico, no ocurre lo mismo; ya que sentimientos de ambivalencia y vivencias traumáticas interrumpen ese camino, sin permitir el recuerdo consciente del objeto perdido.

Mediante la elaboración de la perdida, el trabajo de duelo permitirá establecer nuevos vínculos afectivos. El recuerdo del dolido aparece como un trabajo reparador de memoria. Esta deriva se distingue de lo que ocurre con el recuerdo impedido del melancólico, dado que las batallas inconscientes que bloquean el recuerdo se reiteran al interior del yo, llevando a la autodestrucción.

En 1915, unos meses después de escribir “Duelo y melancolía”, afectado por el inicio de la Primera Guerra Mundial, Freud escribe varios textos breves. Retoma el tema del duelo al preguntarse sobre el valor de lo transitorio (Freud, XIV, p. 306-311). En “La transitoriedad”, Freud no se ocupa de la memoria, sino de la perdida, del dolor que ella causa, y la dificultad que presenta la libido para abandonar los objetos perdidos. Frente a lo percedero que la guerra por esos tiempos estaba destruyendo, explica que quienes desvalorizan aquello que se ha perdido, se encuentran en estado de duelo.

Espera que la superación del duelo, permita recuperar el aprecio y reconstruir sobre un fundamento más sólido los bienes de la cultura. La superación del duelo, estado que gira en torno al recuerdo consciente, es propuesta como instancia que llevará a restituir el valor por los bienes culturales y a crear nuevos vínculos. Por lo tanto, de aquí es posible deducir la importancia de la memoria consciente a los fines de elaboración cuando los vínculos sociales y los bienes culturales han sido destruidos.

En “De guerra y muerte. Temas de actualidad”, se dedica a revelar la ilusión que producía decepción. En ese texto, se preocupa por la desilusión que la guerra ha provocado y el cambio que ella ha ejecutado en la actitud hacia la muerte. Es decir intenta admitir el duelo por la pérdida del ideal de convivencia pacífica. Reconociendo que podía preverse que las diferencias en las condiciones de vida entre los diversos pueblos y en el valor que cada uno de ellos atribuye a la vida humana, sería causa de nuevas guerras; plantea la expectativa defraudada de una búsqueda de entendimiento por parte de las naciones civilizadas. Entiende que esta expectativa era una ilusión, destruida por el encuentro con la realidad de la 1ª guerra mundial. A la desilusión le adjudica dos causas: la contradicción en la eticidad que ejercen los Estados que pretenden garantizar las normas éticas y la brutalidad de la conducta humana. En relación a ello, asevera que la investigación psicoanalítica ha demostrado que la esencia más profunda del hombre consiste en mociones pulsionales, que no son ni buenas ni malas, controladas durante el desarrollo por factores internos (amor) y externos (educación). Luego señala: “el individuo no recibe sólo la influencia de su medio cultural del presente; está sometido también a las influencias de la historia cultural de sus antepasados” (Freud, XIV, p. 284). Subordinado el presente a influencias de su pasado cultural, Freud está sugiriendo la acción de una memoria colectiva inconsciente sobre el devenir de las sociedades.

Respecto a las restricciones éticas que la cultura impone durante el desarrollo de los individuos, Freud menciona:

Los desarrollos del alma poseen una peculiaridad que no se encuentra en ningún otro proceso de desarrollo. Cuando una aldea crece hasta convertirse en ciudad o un niño se vuelve hombre, aldea y niño desaparecen en la ciudad o en el hombre. Sólo el recuerdo puede refigurar los antiguos rasgos

en la imagen nueva; en realidad, los materiales o las formas antiguas se dejaron de lado y se sustituyeron por otras nuevas. En un desarrollo anímico las cosas ocurren diversamente. Aquí la situación no es comparable con aquellas, y no puede describirse sino aseverando que todo estadio evolutivo anterior se conserva junto a los más tardíos, devenidos a partir de él; la sucesión envuelve a la vez una coexistencia, y ello a pesar de que los materiales en que transcurre toda la serie de transformaciones son los mismos. Por más que el estado anímico anterior no se haya exteriorizado durante años, tan cierto es que subsiste, que un día puede convertirse de nuevo en la forma de manifestación de las fuerzas del alma, y aun en la única forma, como si todos los desarrollos más tardíos hubieran sido anulados, hubieran involucionado. Esta plasticidad extraordinaria de los desarrollos del alma no es irrestricta en cuanto a su dirección; puede designársela como una capacidad particular para la involución —para la regresión—, pues suele ocurrir que si se abandona un estadio de desarrollo más tardío y elevado no pueda alcanzárselo de nuevo. Ahora bien, los estados primitivos pueden restablecerse siempre; lo anímico primitivo es impercedero en el sentido más pleno. (Freud, 1986, XIV, p. 286, 287)

Freud considera a la guerra como un factor que puede llevar a tal involución, al mismo tiempo que ve como lícito esperar un ennoblecimiento pulsional en épocas de paz. Al final de este capítulo, Freud plantea que los pueblos podrían repetir el desarrollo de los individuos. Más tarde volverá sobre el tema de la guerra a raíz del intercambio epistolar con Einstein (Freud, 1986, XXII).

En la cita anterior, Freud opone el recuerdo de una etapa anterior capaz de refigurar las imágenes que representan el pasado, a la regresión a una etapa más primitiva que permanece coexistiendo junto a etapas posteriores y puede manifestarse. Habría una memoria del pasado y un pasado que es memoria permanente con potencialidad para resurgir. Esta memoria del pasado, es la que está implicada en el trabajo elaborativo.

LA MEMORIA DE LOS ORÍGENES

Intercalando entre el período en que el duelo producido por la guerra acapara parte importante de la producción de Freud sobre la memoria, los pacientes siguen siendo fuente de nuevas reflexiones. En “De la historia de una neurosis infantil”, Freud (1968, XVII), va a relacionar

recuerdo, sueño y fantasmas primordiales. Da a los sueños que en análisis remiten a la misma escena, el mismo valor que a un recuerdo. Considera al soñar como una forma de recordar, que se realiza bajo condiciones de la formación del sueño. Es a través de ese soñar que explica el convencimiento por parte de los pacientes de la realidad de escenas primordiales, no menos certero que el fundado en el recuerdo.

Pero respecto a los fantasmas primordiales va a realizar una mayor profundización. Considera que las escenas que aparecen en los fantasmas originarios son un patrimonio de la herencia filogenética, pero también pueden resultar de sucesos ocurridos en experiencias individuales. De este modo un recuerdo individual vendría a constituir al mismo tiempo parte de la memoria de los pueblos. Es que, en la memoria compartida por un grupo social, Freud encuentra un sostén para la memoria individual, argumentando que las lagunas de una verdad individual son llenadas con una verdad prehistórica. El individuo pone la experiencia de los ancestros en lugar de la propia. En relación a ello, acuerda con Jung respecto a sus postulados sobre una herencia filogenética, pero considera metodológicamente incorrecto recurrir a una explicación filogenética antes de agotar la exploración por la vía ontogenética. El argumento filogenético será retomado al final de su obra (Freud, 1968, XXIII, p. 94-129) a fin de explicar una memoria que remonta a los orígenes de la humanidad, pero allí la investigación recomendada no se realizará.

A partir de material clínico aportado en este caso, Freud piensa sobre nexos asociativos frecuentes (tomando como ejemplo la incontinencia de orina y el fuego) y las reacciones a ellos, proponiendo que en ellos podrían estar “presentes unos precipitados de la historia cultural de la humanidad, de raíces más profundas que todo cuanto se ha conservado para nosotros por sus huellas en el mito y en el folklore” (Freud, 1986, XVII, p. 85 n.2). El material clínico le proporciona vestigios de un pasado, que no solo hace memoria individual, sino también colectiva.

LA REPETICIÓN DEL PASADO O SU ELABORACIÓN

La transferencia, en tanto protagonista principal de la clínica psicoanalítica, había dado a Freud (1986, XII), en 1914, la clave de una memoria repetitiva que será el punto central del “Más allá del principio de placer” (Freud, 1986,

XVIII). En ese último texto mencionado, duelo y trauma como efectos de la guerra vuelven a aparecer. Es a través de ellos que aparecen claras respuestas a la pregunta sobre los alcances del poder de la memoria.

Freud postula allí, que la base de la memoria estaría dada por huellas permanentes que no devienen conscientes. Destaca que los recuerdos son más fuertes y duraderos, cuando nunca han llegado a la consciencia. El proceso excitatorio que dará origen a un recuerdo pasa por la consciencia sin dejar allí huellas. Es gracias a la propagación de la excitación a sistemas contiguos, que en estos últimos, se inscriben las huellas de donde surge el recuerdo. A las consideraciones tópicas sobre la memoria, Freud destina más tarde un texto específico: “Nota sobre la ‘pizarra mágica’” (Freud, 1896, XIX). En relación a los estímulos que arriban a lo inconsciente, Freud no deja de aclarar su especial relación con el tiempo, dada la atemporalidad del sistema que los alberga.

Más arriba dábamos el papel preferente en el texto que estamos considerando a la compulsión a la repetición: suerte de polo opuesto al recuerdo consciente, y forma de memoria inconsciente. Es a raíz de ella que Freud reflexiona sobre la repetición en el sueño traumático y en el juego infantil, siendo ambos formas de representar un pasado sobrecargado de excitaciones. La neurosis de guerra demuestra que la causa de la neurosis traumática sobrepasa la violencia mecánica, especificándose como terror, o más bien violencia del exceso de estimulación. Estableciendo comparaciones con la melancolía, la hipocondría y la histeria, Freud explica que se trata de una patología de “reminiscencias”. El recuerdo del hecho traumático, es evadido por el enfermo en estado de vigilia, pero este se reitera en el sueño, donde se revive la sensación de terror del momento del trauma. El recuerdo de hechos traumáticos en el sueño, pone en cuestionamiento la tesis sobre el sueño como cumplimiento de deseo, ya que estos contenidos están movidos por la compulsión a la repetición.

Mientras que el trauma permanece ligado al pasado que no quiere ser recordado, el juego infantil nos hace ver el camino de la elaboración. A través del juego de su pequeño nieto, Freud puede observar que la repetición en el juego permite la elaboración de aquello que causa gran impresión al niño, como la ausencia y pérdida de su madre. Es así que Freud encuentra en el juego y la interpretación artística (*Spiel*) “vías para

convertir en objeto de recuerdo y elaboración anímica lo que en sí mismo es displacentero” (Freud, 1986, XVIII, p. 17). El padre del psicoanálisis, no solo piensa aquí en la vida psíquica individual, ya que se refiere a las sensaciones colectivas de los espectadores ante una obra artística. Esto último, es ejemplificado nada más y nada menos que con la tragedia, espacio que además de canalizar la catarsis colectiva, permite criticar, pero al mismo tiempo integrar, un pasado social percibido como obsoleto.

En tanto abuelo del niño observado y padre en duelo, apenas habla (en una cita a pie de página (Freud, 1986, XVII, p. 16 n. 7), de aquella aflicción que lo afecta personalmente, por la muerte de su hija y madre del niño. Sin estar específicamente mencionado, en este texto se vislumbra nuevamente el trabajo de memoria que realiza el duelo (por la ausencia de la madre en el juego del niño) como vía de elaboración de las pérdidas que ocasiona el tiempo pasado.

SOBRE LA UBICACIÓN, CONSERVACIÓN Y PERSISTENCIA DE LA MEMORIA

Más tarde, en “El yo y el ello”, Freud (1986, XIX) retoma lo ya señalado en “Lo inconsciente” (Freud, 1986, XIV) sobre la distinción entre una representación preconscious, que al conectarse con representaciones-palabra puede devenir consciente; y una inconsciente, cuyo material permanece desconocido. Lo que permite el acceso a la consciencia es la conexión con estas representaciones palabras, que son restos mnémicos que antes fueron percepciones. Luego hace una clara diferenciación entre reanimación del recuerdo y alucinación. Finalmente hace una detallada referencia del papel de las percepciones sensoriales en la representación-palabra.

La ubicación de la memoria en el aparato psíquico sigue ocupando el pensamiento de Freud. “Nota sobre la ‘pizarra mágica’” (Freud, 1968, XIX) es el único texto donde el tema de la memoria es abordado de manera más específica por Freud. Allí el juguete aparentemente mágico sirve de modelo para ser comparado con el aparato psíquico. Señala que, tal como ocurre en la superficie de la pizarra, el preconscious, receptor de estímulos, no forma huellas duraderas. “Las bases del recuerdo tienen lugar en otros sistemas contiguos” (Freud, 1986, XIX, p. 246). Freud distingue una memoria consciente, que depende por completo del preconscious; de las huellas mnémicas que se fijan en lo inconsciente.

MEMORIA, HERENCIA ARCAICA Y VERDAD HISTÓRICO-VIVENCIAL

La indagación respecto a la persistencia de la memoria inconsciente, llevará a Freud hasta los límites más remotos, ya que postulará la posibilidad de una memoria que remite a los orígenes de la humanidad.

A partir de 1927 las temáticas culturales se volverán una prioridad para Freud. James Strachey, basado en el “Postfacio” a la “Presentación autobiográfica” de Freud (1986, XX), hace notar en la “Nota Introductoria” a “El porvenir de una ilusión” (Freud, 1986, XXI) que este último texto “inauguró una serie de estudios que habrían de constituir su preocupación primordial el resto de su vida” (Freud, 1986, XXI, p. 4). Las problemáticas culturales no son un tema nuevo en Freud, el giro producido se refiere al centro de interés sobre el cual trabajará en los años venideros. Desde este nuevo eje, manifiesta su curiosidad por los orígenes, desarrollos y destino lejano de la cultura, señalando al respecto que: “mientras menos sepa uno sobre el pasado y el presente, tanto más incierto será el juicio sobre el porvenir” (Freud, 1986, XXI, p. 5). En este texto, Freud demuestra que las creencias religiosas responden a una ilusión, expresión de nuestros deseos, que comunica reminiscencias históricas disfrazadas por el velo de las fantasías.

En “El malestar en la cultura”, Freud (Freud, 1968, XXI) vuelve sobre el problema de la conservación al interior de lo psíquico. Reflexiona aseverando que el olvido no implica el aniquilamiento de la huella mnémica. Indaga varios modelos de comparación con la vida anímica: la ciudad de Roma con sus ruinas y edificaciones correspondientes a diferentes períodos históricos, la de Londres menos devastada por el tiempo y los enemigos, el desarrollo del cuerpo animal o humano. Pero ninguno de estos modelos proporciona una imagen adecuada de lo que solo ocurre en la vida anímica, a saber, la conservación de estadios anteriores conviviendo junto a la forma última. A pesar de comprobar esta convivencia, Freud duda de que todo pueda ser conservado y recordado. Pero afirma que es posible sostener, “que la conservación del pasado en la vida anímica es más bien la regla que no una rara excepción.” (Freud, 1986, XXI, p. 72).

La reflexión de Freud sobre las problemáticas culturales va a continuar hasta sus últimos textos, manteniendo siempre un hilo de referencia al

pasado y la memoria inconsciente. Sin embargo, la preocupación de Freud por desentrañar una verdad sobre los orígenes, no permitirá que se sustraiga de tocar temas relevantes para pensar la memoria aun cuando trata sobre la técnica psicoanalítica.

Esta pregunta sobre la verdad, conlleva la otra: la pregunta sobre el estatuto de verdad que transmite la memoria. Es decir aquí aparecen conclusiones a la pregunta sobre la fidelidad de los contenidos que la memoria da a conocer.

En “Construcciones en el análisis” explica que si bien la construcción debería culminar en lograr el recuerdo del analizado, frecuentemente esto no sucede. Sin embargo, la verdad de la construcción tiene el mismo provecho que el recuerdo recuperado, ya que restituye un tramo de la biografía olvidada. De manera semejante, la convicción del delirio se asienta en lo que en él retorna de la *verdad histórico-vivencial*. Este texto finaliza observando que la humanidad “ha desarrollado formaciones delirantes inasequibles a la crítica lógica y que contradicen la realidad efectiva” (Freud, 1986, XIII, p. 270), cuyo poder se basa en la verdad histórico-vivencial de épocas primordiales que ellas guardan. La inquietud sobre la verdad histórica antes expuesta es importante para Freud en ese período y es tratada de manera muy similar en “*Moisés y la religión monoteísta*” (Freud, 1968, XXIII).

Ya al final de su vida, en el texto antes mencionado, Freud, retoma el problema antes dilucidado en “El porvenir de una ilusión” (Freud, 1986, XXI), sobre la verdad de la religión, explicando que en ella podemos encontrar una verdad no “material”, sino “histórico vivencial” (Freud, 1986, XXIII, p. 124). Propone que la idea de un Dios único reanima vivencias correspondientes a épocas primordiales, que han desaparecido de la memoria consciente de los hombres, pero que sin embargo han dejado huellas duraderas. Fundamenta el postulado principal de este texto, reafirmando que los fenómenos religiosos pueden ser comprendidos a partir del modelo aplicado para entender la infancia y la psicopatología, ya que en estos fenómenos el acontecer histórico primordial olvidado retorna al presente de manera compulsiva. Explica que los fenómenos que corresponden a la psicología individual y los que está indagando en la psicología de las masas, son semejantes pero no idénticos. Descarta el concepto de inconsciente colectivo para pensar la

memoria de la humanidad, ya que señala: “Es que de suyo el contenido de lo inconsciente es colectivo, patrimonio universal de los seres humanos” (Freud, 1986, XXIII, p. 127).

En los desarrollos de Freud sobre la memoria del pasado olvidado, aparece una relación de complementariedad entre memoria individual y la memoria de la humanidad. La memoria de las masas vuelve aquí a ser vinculada al trauma, ya que este último sirve de ejemplo para mostrar un tiempo de latencia entre la ocurrencia de un acontecimiento traumático olvidado y la aparición de síntomas. Freud considera un desarrollo análogo para el individuo y la humanidad, dando lugar a explicar que esta última habría sido afectada por un trauma primordial cuyo recuerdo reprimido aparece en mitos, sagas y tradiciones.

Este desarrollo análogo sirve a que memoria individual y colectiva se complementen. Mientras los recuerdos incompletos del pasado colectivo se prestan a ser rellenados con la fantasía del relator, la cual remite a sus vivencias infantiles individuales; un trauma primordial que pertenece al pasado de la totalidad de la humanidad, afecta a cada uno de los individuos que la componen.

Respecto de la transmisión de la memoria de los pueblos, este texto es donde aparecen más claramente los desarrollos de Freud sobre una memoria recibida de una herencia arcaica. Los contenidos vivenciados por el individuo se distinguen de aquellos contenidos aportados con el nacimiento. Estos últimos obedecen a fragmentos de origen filogenético, haciendo parte de una “herencia arcaica”. El concepto de herencia arcaica es explicado por Freud explorando sus contenidos y las pruebas de su existencia. Sin embargo, respecto a los mecanismos de transmisión que llevan a su presencia no hay ningún planteamiento. La ausencia de tal pregunta está dada por el supuesto de una herencia filogenética. Estima que precipitados psíquicos de tiempos primordiales harían parte de un patrimonio hereditario que no podría ser explicado sin recurrir a argumentos fundados en la biología.

Esta hipótesis hace caso omiso de lo propuesto en otros textos anteriores:

– Freud no explora otras vías de transmisión, lo cual entra en contradicción con lo que cuestionaba años antes a Jung al referirse a este tema en el caso del Hombre de los Lobos (Freud, 1968, XVII, p. 89).

– Tampoco retoma la idea de una “herencia de sentimientos” (Freud, 1986, XIII, p. 160), establecida por un “entendimiento inconsciente” (Freud, 1986, XIII, p. 160) de los procesos anímicos significativos para las generaciones predecesoras.

La tesis sobre la herencia arcaica abarca: predisposiciones y huellas mnémicas de lo vivenciado por generaciones anteriores. Para Freud la persistencia de tales huellas mnémicas en la herencia arcaica establece un puente entre psicología individual y la psicología de las masas.

Afirma entonces que los seres humanos han sabido siempre sobre el padre primordial asesinado. Considera que las condiciones que permiten que tal recuerdo ingrese a la herencia arcaica están dadas por la importancia de un suceso y/o la frecuencia con que este se repitió. También explora las circunstancias que llevan a su manifestación desfigurada, considerando diversas influencias y la posibilidad de un curso espontáneo. Sin embargo, especifica: “Pero, sin duda, es de una significatividad decisiva el despertar de la huella mnémica olvidada por obra de una repetición real reciente del suceso” (Freud, 1986, XXIII, p. 97). Freud hace ver el repetir como forma de memoria que se sucede en la historia del monoteísmo, lo cual es ejemplificado con los asesinatos de Moisés y Cristo. El ejemplo tomado de la historia de la religión, podría ser aplicado a muchos otros contextos contribuyendo a comprender el pasado.

REPETIR O RECORDAR EN LA VIDA COLECTIVA

Luego de las elucidaciones que anteceden, Freud (1986, XXIII, p. 98) concluye:

Una tradición fundada solo en el hecho de ser comunicada no podría testimoniar el carácter compulsivo que corresponde a los fenómenos religiosos. Sería juzgada y, llegado el caso, rechazada como cualquier otra noticia que llega de afuera: nunca alcanzaría el privilegio de librarse de la compulsión del pensar lógico. (Freud, 1986, XXIII, p. 98).

Nuevamente, y esta vez específicamente en el plano de la vida colectiva, Freud discrimina una memoria transmitida conscientemente, cuyos efectos se desvanecen en el tiempo; de una memoria inconsciente que perdura y se manifiesta por las vías que los contenidos inconscientes encuentran para escapar de la represión.

Ahora bien, en oposición a lo descrito en el ejemplo de la religión monoteísta, Freud señala que una transmisión consciente de la memoria no solo podría permitir la elaboración de sucesos dolorosos del pasado, también daría lugar a un juicio crítico sobre ellos.

Por el contrario, cuando la memoria queda coartada por la represión, el recurso a vías de escape, cuyo prototipo en un paralelismo con la vida psíquica individual es fácilmente visible en lo patológico, conlleva el riesgo de la aparición de síntomas o la reiteración de *actings*. Sean estas últimas u otras (mitos, creencias, etc.) las manifestaciones de la memoria, en todos los casos, comunican una verdad histórico-vivencial.

CUESTIONAMIENTOS QUE FREUD ABRE AL ESTUDIO DE LA MEMORIA

El punto que antecede desarrolla la teoría de la memoria en la obra de Freud, restituyendo su relevancia y continuidad al interior de la teoría psicoanalítica. En ella se observa una concepción particular de la memoria colectiva, de la cual se pueden extraer los siguientes interrogantes que permiten pensar la memoria colectiva desde una perspectiva diferente:

1°– *Formas en que se manifiesta la memoria* – Las indagaciones de Freud en lo inconsciente han determinado un giro de enfoque en su observación de los fenómenos que entiende como manifestaciones de la memoria. Sin que Freud relegue el estudio de la memoria consciente, las otras formas en que la memoria se expresa han sido desplegadas a través de toda la obra de Freud. Aquello que aparentemente puede aparecer como olvido al mantener recuerdos ocultos tras la represión, en ocasiones se expresa de manera disfrazada en síntomas (conversiones, delirios, violencia, etc.), sueños, fantasías, mitos, leyendas, cuentos populares, creencias religiosas, etc. También puede dejarse ver siendo actuado como compulsión a la repetición. Estas consideraciones son igualmente válidas para la vida individual y colectiva. El reconocimiento de las vías de expresión de la memoria que fueron nombradas en el párrafo anterior permite ampliar el campo de estudio de esta problemática.

2°– *Efectos de la memoria sobre el devenir* – Freud observa los efectos de la memoria consciente e inconsciente sobre el presente y el futuro, tanto en el plano individual como colectivo. Esos efectos son diversos según el recuerdo pueda o no acceder a la consciencia.

Por una parte Freud otorga un papel de mayor poder y duración a la memoria inconsciente. Pero por otra parte, confiere a la memoria consciente, a través de la posibilidad de realizar una crítica del pasado, la capacidad de realizar un trabajo de elaboración, que podría evitar las repeticiones.

Desde el conocimiento vulgar se malentende que el psicoanálisis se ocupa de estudiar solamente fenómenos significativos del pasado, y no puede intervenir sobre el futuro. Sin embargo, Freud señala claramente que desentrañar el pasado olvidado permite pensar el porvenir. El malentendido antes referido, no contempla la incidencia sobre el presente y el futuro que tiene el trabajo elaborativo, ni advierte la atemporalidad de lo inconsciente. Esto último deriva en una problemática que desbordando el campo de la psicología, puede llevar a discutir la forma de pensar la temporalidad de la historia, ya que ella puede ser vista desde una óptica no lineal que considere el retorno de lo reprimido.

Pensar la memoria desde una comprensión de los fenómenos inconscientes, lleva a entender que el pasado puede no ser tal, en tanto permanece vigente. La comprensión psicoanalítica, además de explicar la continuidad entre fenómenos aparentemente inconexos provenientes de tiempos distantes, puede develar la permanencia de marcas dejadas por hechos significativos del pasado que son conservados tras el correr del tiempo. Esas marcas son presente, aunque provienen de situaciones que ocurrieron en tiempos anteriores, ya que al interior de lo inconsciente son memoria constante. La vigencia que en esta instancia guardan, permite las expresiones de la memoria antes referidas.

Solo la consciencia puede situar un acontecimiento en el pasado y permitir que deje de ser olvido presto a resurgir.

3°- *Fidelidad de la memoria* – Freud muestra que las diversas maneras en que la memoria escapa a la represión hacen que esta aparezca disfrazada. El recuerdo evade la represión sin lograr quitarse sus efectos, entonces se expresa escondiendo los hechos que fueron reprimidos. Pero al mismo tiempo, es justamente esa forma disfrazada en la que aparecen, la que permite al psicoanálisis develar la verdad histórico-vivencial. El psicoanálisis confiere un estatuto específico de verdad al recuerdo, dado que es capaz de descifrar las transformaciones a las que la memoria está sometida.

4°– *Compulsión a la repetición colectiva* – La compulsión a la repetición es entendida por Freud en la transferencia, como un fenómeno que lleva a repetir los conflictos individuales en las diversas relaciones interpersonales que cada sujeto crea en su comunidad. Ella da cuenta de la incidencia de hechos del pasado sobre la constitución y continuidad de todo lazo social. Los hechos acaecidos no quedan en una etapa estanca del pretérito, ya que el pasado es móvil. Ellos reaparecen de diversas maneras entre las que se cuenta el actuar colectivo. El actuar colectivo entonces es memoria repetitiva.

5°– *Transmisión del recuerdo* – Este es el problema referido a la memoria, que ha sido más indagado gracias a su manifestación en la clínica. Freud piensa sobre la transmisión transgeneracional inconsciente de la memoria (lo cual va a seguir siendo desarrollado por los psicoanalistas en la clínica actual) buscando averiguar sobre una memoria arcaica. Pero al mismo tiempo, no deja de considerar la transmisión consciente de la memoria, observando que permite la elaboración de las marcas dejadas por acontecimientos dolorosos. A ella le otorga la importante función de juicio sobre el pasado. Esta memoria consciente, que procesa un trabajo elaborativo, no se circunscribe al testimonio, sino que aquí toman un papel importante las expresiones artísticas.

6°– *Función de la memoria consciente* – En la obra de Freud la memoria consciente no es la mera representación del pasado, ella posibilita un juicio crítico y la elaboración de un pasado traumático. Esa opción que se opone a la repetición actuada, fundamenta la necesidad de hacer un trabajo de rememoración consciente que permita elaborar sucesos traumáticos, intentando prevenir repeticiones.

7°– *Origen de la memoria* – Para el creador del psicoanálisis, la memoria inconsciente remite a una memoria arcaica que reitera el trauma de los orígenes de la humanidad. Este origen no refiere a un tiempo, sino a un pasaje hacia la cultura.

CONCLUSIÓN

De todo lo anteriormente dilucidado, se puede deducir que la memoria colectiva ha sido pensada por Freud, quien desarrolla una nueva teoría sobre ella. La profundidad de su indagación justifica distinguir un corpus

teórico en torno a este concepto. Esta teoría no solo es fundamental al interior de la teoría psicoanalítica, sino que además constituye un aporte para cualquier disciplina que se pregunte por el origen y el devenir de la cultura, ya que considerando a la memoria individual y colectiva de relevante importancia al interior de la psicología, inscribe la memoria colectiva en un lugar fundamental para el desarrollo de la cultura.

De la teoría freudiana sobre la memoria se pueden concluir los siguientes puntos:

- La comprensión de una memoria sujeta a conflictos intrapsíquicos da lugar al estudio de fenómenos que de otra manera quedarían fuera de toda posibilidad de indagación (Ej: olvido del pasado reciente, retorno de lo reprimido, etc.)

- La función crítica que Freud asigna a la transmisión consciente de la memoria, así como la insistencia de la compulsión a la repetición, permiten comprender la relevancia de las políticas de memoria que pueda instaurar una sociedad.

- Los aportes y cuestionamientos de la teoría Freudiana sobre la memoria, pueden contribuir a pensar la realidad sociopolítica entendiendo las consecuencias de un pasado que no puede dejar de incidir sobre el porvenir.

- La profundización en aspectos inconscientes que afectan la memoria colectiva, permite ubicarla en una temporalidad que no lleva una línea evolutiva unidireccional, sino que está sujeta a detenciones, retrocesos y repeticiones.

- La búsqueda de una verdad objetivable sobre el pasado debe ser repensada considerando otros criterios de verdad que no implican que esta sea menos demostrable.

Si bien es clara la necesidad de observar los acontecimientos políticos del pasado desde esta perspectiva, ella es insuficientemente aplicada para entender contextos sociopolíticos del pasado reciente.

Considerando todo lo anteriormente señalado se propone que las bases dadas por esta teoría podrían seguir nutriendo investigaciones y abrir a nuevos estudios sobre la memoria colectiva en diversas disciplinas. Además, al interior del psicoanálisis se podría pensar un área de estudios específica destinada a continuar desarrollando y aplicando el concepto de memoria colectiva.

REFERENCIAS

- Abraham, K., Ferenczi, S., Jones, E., & Simmel, E. (1919). *Psychoanalysis and the war neuroses*. London: The International Psycho-Analytical Press.
- Abraham, N., & Torok, M. (1987). *L'Écorce et le noyau* (2ª ed.). Paris: Flammarion (Original publicado en 1978)
- Altounian, J. (2005). *L'intraduisible. Deuil, mémoire, transmission*. Paris: Dunod.
- Assmann, J. (2008). *Religión y memoria cultural. Diez estudios*. Buenos Aires: Lilmood.
- Assmann, J. (2011). *Cultural memory and early civilization: writing, remembrance, and political Imagination*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Baranes, J.-J., Enriquez, M., Faimberg, H., & Käes, R. (2006). *Transmisión de la vida psíquica entre generaciones*. Buenos Aires: Amorrortu (original publicado en 1983)
- Berman, S., Edelman, L., Kordon, D., Müller-Hohagen, J., Pavlosky, E., Stoffels, H., & Viñar M. (1994). *Efectos psicosociales de la represión política. Sus secuelas en Alemania, Argentina y Uruguay*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Bettelheim, B. (1979). *Survivre*. Paris: Pluriel.
- Breuer J., & Freud, S. (1986) Sobre el mecanismo psíquico de fenómenos históricos: Comunicación preliminar. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. II. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1893)
- Caruth, C. (1995). *Trauma: explorations in memory*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Caruth, C. (1996). *Unclaimed experience. Trauma, narrative, and history*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Ciccone, A. (2012). *La transmission psychique inconsciente. Identification projective et fantasme de transmission*. Paris: Dunod.
- Edelman, L., Kersner, D., Kordon, D., & Lagos, D. (2010). *Sur, dictadura y después... Elaboración psicosocial y clínica de los traumas colectivos*. Buenos Aires: Psicolibro ediciones.

- Edelman, L., & Kordon, D. (2007). *Por-venires de la memoria*. Buenos Aires: Madres de la Plaza de Mayo.
- Enriquez, E. (1988). Incidences du délire parental sur la mémoire des descendantes. *Topique* 42. p.130-183.
- Faimberg, H. (1988). Á l'écoute du télescopage des générations: pertinences psychanalytiques du concept. *Topique*, 42. p. 223-238.
- Felman, S. (2002). *The juridical unconscious: trials and traumas in the twentieth century*. Harvard: Harvard University Press.
- Felman, S., & Laub, D. (1992). *Testimony: crises of witnessing in literature, psychoanalysis and history*. New York: Tylor & Francis Group.
- Ferenczi, S. (1982). *Œuvres complètes*. Paris: Payot.
- Freud, S. (1986). Prólogo y notas de la traducción de J.-M. Charcot, Leçons du mardi de la Salpêtrière. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. I. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1886)
- Freud, S. (1986). Carta 52 (6 de diciembre de 1896). In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. I. Buenos Aires: Amorrortu. (Escrita el 6 de diciembre de 1896)
- Freud, S. (1986). Manuscrito M. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. I. Buenos Aires: Amorrortu. (Escrita el 25 de mayo de 1897)
- Freud, S. (1986). Sobre el mecanismo psíquico de la desmemoria. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. III. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1898)
- Freud, S. (1986). Sobre los recuerdos encubridores. In Freud, S. *Sigmund Freud Obras completas*. (Vol. III). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1899)
- Freud, S. (1986). Psicopatología de la vida cotidiana. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. VI. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1901)
- Freud, S. (1986). Tres ensayos de teoría sexual. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. VII. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1905)
- Freud, S. (1986). A propósito de un caso de neurosis obsesiva. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freudcompletas*, v. X). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1909).

- Freud, S. (1986). Cinco conferencias sobre psicoanálisis. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XI.. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1910)
- Freud, S. (1986). Un recuerdo infantil de Leonardo da Vinci. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XI. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1910)
- Freud, S. (1986). Recordar, repetir y reelaborar (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis II). In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XII. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1914)
- Freud, S. (1986). Grande es Diana Efesia. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XII). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1911)
- Freud, S. (1986). El interés por el psicoanálisis. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XIII). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1913)
- Freud, S. (1986). Tótem y tabú. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XIII). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1913)
- Freud, S. (1986). Introducción del narcisismo. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XIV). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1914)
- Freud, S. (1986). Lo inconsciente. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XIV. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1915)
- Freud, S. (1986). Duelo y melancolía. In Freud, S. Sigmund Freud Obras completas. (Vol. XIV). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1917)
- Freud, S. (1986). De guerra y muerte. Temas de actualidad Freud. In Freud, Freud, S. [Autor], Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XIV. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1915)
- Freud, S. (1986). La transitoriedad. In Freud, S. Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XIV. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1916)

- Freud, S. (1986). De la historia de una neurosis infantil. In Freud, S. Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XVII. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1918)
- Freud, S. (1986). Más allá del principio de placer. In Freud, S. Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XVIII. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1920)
- Freud, S. (1986). El yo y el ello. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XIX. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1923)
- Freud, S. (1986). Nota sobre la “pizarra mágica”. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas* (Vol. XIX). Buenos Aires: Amorrortu. (Obra original publicada en 1925)
- Freud, S. (1986). Postfacio a la Presentación autobiográfica. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XX. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1935)
- Freud, S. (1986). El porvenir de una ilusión. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XXI. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1927)
- Freud, S. (1986). El malestar en la Cultura. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XXI. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1930)
- Freud, S. (1986). ¿Por qué la Guerra? In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XXII. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1933)
- Freud, S. (1986). Construcciones en el análisis. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XXIII. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1937)
- Freud, S. (1986). Moisés y la religión monoteísta. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud Obras completas*, v. XXIII. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1939)
- Gaudard, P. I. (1997). *Le fardeau de la mémoire*. Paris: Plon.
- Halbwachs, M. (1991). *La mémoire collective*. Paris: Éditions Albin Michel.
- Kaës, R. (1989). Le pacte dénégatif dans les ensembles transsubjectifs. In Missenard, A., Rosolato, G., & Guillaumin, J. (Orgs.), *Le négatif, figures et modalités* (p. 101-136). Paris: Dunod

- Kaës, R., & Puget, J. (1991). *Violencia de estado y psicoanálisis*. Buenos Aires: Centro Editor.
- La Capra, D. (2008). *Historia y memoria después de Auschwitz*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Mitscherlich, A., & Mitscherlich, M. (1972). *Le deuil impossible*. Paris : Payot.
- Nachin, C. (1993). *Les fantômes de l'âme*. Paris: L'Harmattan.
- Osiel, M. (2000). *Mass atrocity, collective memory and the law*. United State of America: Library of the Congress.
- Puget, J. (2015). *Subjetivación discontinua y psicoanálisis. Incertidumbres y certezas*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Ricoeur, P. (2000). *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Strachey, J. (1986). Nota Introductoria a El porvenir de una ilusión. In Freud, S., *Sigmund Freud Obras completas*, v. XXI. Buenos Aires: Amorrortu.
- Tisseron, S. (1990). *Tintin et les secrets de famille*. Paris: Segquier.
- Todorov, T. (2015). *Les abus de la mémoire*. París: Arléa.
- Viñar, M., & Viñar, M. (1989). *Exil et torture*. Paris: Denoël.
- Waintater, R. (2003). *Sortir du génocide. Témoigne et survivance*. Paris: Ed. Payot.

NOTAS

- ¹ Este artículo fue realizado durante estadía post-doctoral en el Departamento de Filosofía de la Universidad de París 8, Vincennes - Saint Denis, hecha posible gracias a Becas Chile-CONICYT, Programa de Formación de Capital Humano Avanzado, postdoctorado en el extranjero, convocatoria 2015, Folio 74160081.

Recebido em 19 de outubro de 2018
 Aceito para publicação em 09 de março de 2020

CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS EN ADOLESCENTES ACORDE AL ENFOQUE DINÁMICO Y PSICOANALÍTICO

*Edgar Alfonso Acuña Bermúdez**

RESUMEN

En términos generales la adolescencia se extiende desde el momento de la madurez sexual hasta la edad en que se asegura por vía legal la independencia respecto de la autoridad del adulto. El pasaje a través del periodo adolescente es un tanto desordenado y nunca en una línea recta. En verdad, la obtención de las metas en la vida mental que caracterizan las diferentes fases del periodo de la adolescencia es a menudo contradictoria en su dirección y además cualitativamente heterogénea; es decir, esta progresión, digresión y regresión se alternan en evidencia, ya que en forma transitoria comprenden metas antagónicas. Con relación a la elección de objeto adolescente el estado mental y físico que generalmente se asocia con la adolescencia (tanto con la adolescencia temprana como con la adolescencia propiamente dicha) tiene cualidades muy diferentes a la fase preadolescente. El estadio de la representación de la imagen corporal en la adolescencia es importante, ya que es en esta etapa donde el adolescente se ve enfrentado a cambios físicos (crecimiento de órganos sexuales, aumento de la actividad hormonal, capacidad reproductora, entre otros), cambios intelectuales o emocionales (capacidad de formular juicios de valor propio, etc.) y a tres crisis: de identidad, autoridad y sexual, aspectos fundamentales que influyen en la percepción de su cuerpo. Durante la adolescencia propiamente dicha, ocurre un cambio decisivo hacia la heterosexualidad y una renunciación final e irreversible del objeto incestuoso.

Palabras clave: Adolescencia; psicoanálisis; crisis; elección de objeto; impulsos; genitalidad.

* Psicólogo y Psicoterapeuta Docente e investigador de tiempo completo, Programa de Psicología Universidad de San Buenaventura-Cartagena, Director del Grupo de Investigación en Psicología GIPSI, Doctor en Psicología Clínica y de la Salud Universidad de Salamanca-España

CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS EM ADOLESCENTES DE ACORDO COM A ABORDAGEM DINÂMICA E PSICANALÍTICA

RESUMO

Em termos gerais, a adolescência estende-se desde o momento da maturidade sexual até a idade em que a independência é legalmente garantida da autoridade do adulto. A passagem pelo período adolescente é um tanto bagunçada e nunca em linha reta. De fato, a consecução dos objetivos da vida mental que caracterizam as diferentes fases do período da adolescência é, muitas vezes, contraditória em sua direção e qualitativamente heterogênea; isto é, essa progressão, digressão e regressão se alternam em evidência, pois entendem temporariamente objetivos antagônicos. Em relação à escolha do objeto adolescente, o estado físico e mental geralmente associado à adolescência (tanto na adolescência precoce quanto na própria adolescência) possui qualidades muito diferentes da fase pré-adolescente. A etapa de representação da imagem corporal na adolescência é importante, pois é nessa fase que o adolescente se depara com alterações físicas (crescimento de órgãos sexuais, aumento da atividade hormonal, capacidade reprodutiva, entre outras), mudanças intelectual ou emocional (capacidade de fazer julgamentos de seu próprio valor etc.) e três crises: identidade, autoridade e sexual, aspectos fundamentais que influenciam a percepção do seu corpo. Durante a adolescência propriamente dita, há uma mudança decisiva em direção à heterossexualidade e uma renúncia final e irreversível ao objeto incestuoso.

Palavras-chave: Adolescência; psicanálise; crise; escolha de objeto; impulsos; genitalidade.

CLINICAL CHARACTERISTICS IN ADOLESCENTS ACCORDING TO THE DYNAMIC AND PSYCHOANALYTICAL APPROACH

ABSTRACT

In general terms, adolescence extends from the moment of sexual maturity to the age at which independence is legally ensured from the authority of the adult. The passage through the adolescent period is somewhat messy and never in a straight line. Indeed, the attainment of the goals in mental life that characterize the different phases of the adolescence period are often contradictory in their direction and qualitatively heterogeneous; that is, this progression, digression and regression alternate in evidence, since they temporarily understand antagonistic goals. In relation to the choice of adolescent object, the mental and physical state that is generally associated

with adolescence (both with early adolescence and with adolescence itself) has very different qualities than the pre-adolescent phase. The stage of the representation of body image in adolescence is important, since it is at this stage where the adolescent is faced with physical changes (growth of sexual organs, increased hormonal activity, reproductive capacity, among others), changes intellectual or emotional (ability to make judgments of their own value, etc.) and three crises: identity, authority and sexual, fundamental aspects that influence the perception of your body. During adolescence proper, there is a decisive shift towards heterosexuality and a final and irreversible renunciation of the incestuous object.

Keywords: Adolescence; psychoanalysis; crisis; choice of object; impulses; genitality.

INTRODUCCIÓN

El vocablo adolescencia proviene del verbo latín *adoleceré*, que significa crecer o llegar a la maduración. Esto significa no solo el crecimiento físico sino también el desarrollo mental. En el aspecto somático representa alcanzar una estatura adulta, la adquisición de rasgos físicos características del individuo adulto, y el desarrollo del aparato reproductor que hace posible la procreación, según Hurlock, E (1970, p. 32).

“Por consiguiente, no debe confundirse la adolescencia con la “pubertad” que es el periodo de la preadolescencia y principios de la adolescencia en que se produce la maduración sexual. La pubertad es una parte de la adolescencia, pero no es sinónimo de esta, puesto que la adolescencia, tal como ahora se le entiende, incluye todas las fases de la maduración, y no solo la del aspecto físico”.

Aquí se describe el proceso psíquico con sus diferentes características clínicas acorde al enfoque psicoanalítico y psicodinámico durante el curso de la adolescencia en mujeres y hombres.

DESARROLLO EN LA ADOLESCENCIA

En términos generales la adolescencia se extiende desde el momento de la madurez sexual hasta la edad en que se asegura por vía legal la independencia respecto de la autoridad del adulto. Como existen diferencias

individuales tan notorias en las edades a que se alcanza la madurez sexual, es difícil hacer algo más que demarcar el final de la niñez y el comienzo de la adolescencia, mediante el empleo de edades promedio.

La diferencia según sexo demuestra que los varones maduran algo más tarde que las niñas, podemos considerar que su preadolescencia se extiende desde los 11 a 12 y medio o 13 años, el periodo inicial de la adolescencia de los 13 a los 17, y el final de los 18 a los 21. En el caso de las niñas, la preadolescencia habitualmente se encuentra entre los 10 y los 11 años, el periodo inicial de la adolescencia entre los 12 y los 16 años y el final entre los 17 y 20 o 21, sin embargo, dentro de cada sexo puede encontrarse pronunciadas diferencias individuales, esto es importante debido a la estrecha relación que existe entre la conducta del individuo y el nivel de su desarrollo sexual. (Bloss, P., 1986, p. 132)

El pasaje a través del periodo adolescente es un tanto desordenado y nunca en una línea recta. En verdad, la obtención de las metas en la vida mental que caracterizan las diferentes fases del periodo de la adolescencia es a menudo contradictoria en su dirección y además cualitativamente heterogénea; es decir, esta progresión, digresión y regresión se alternan en evidencia, ya que en forma transitoria comprenden metas antagónicas. Se encuentran mecanismos adaptativos y defensivos entrelazados, y la duración de cada una de las fases no puede fijarse por un tiempo determinado o por una referencia a la edad cronológica. Esta extraordinaria elasticidad del movimiento psicológico, que subraya la diversidad tan espectacular del periodo adolescente no puede dejar de enfatizarse; sin embargo, permanece el hecho de que existe una secuencia ordenada en el desarrollo psicológico y que puede describirse en términos de fases más o menos distintas.

El adolescente puede atravesar con gran rapidez las diferentes fases o puede elaborar una de ellas en variaciones interminables; pero de ninguna manera puede desviarse de las transformaciones psíquicas esenciales de las diferentes fases. Su elaboración por el proceso de diferenciación del desarrollo a lo largo de un determinado periodo de tiempo resulta en una estructura compleja de la personalidad; un pasaje un tanto tormentoso a través de la adolescencia habitualmente produce una huella en el adulto que se describe como primitivización. Ninguno

de estos dos desarrollos debe de confundirse con niveles de maduración; más bien son evidencias de grados de complejidad y diferenciación. Tanto el empuje innato hacia adelante como el potencial de crecimiento de la personalidad adolescente buscan integrarse al nivel de maduración de la pubertad y a las antiguas modalidades para mantener el equilibrio. por medio de este proceso de integración se preserva la continuidad en la experiencia del yo que facilita la emergencia de una sensación de estabilidad en el ser – o sentido de identidad.

La importancia del periodo de latencia para tener éxito en la iniciación y durante el desarrollo de la adolescencia. el periodo de latencia proporciona al niño los instrumentos, en términos de desarrollo del yo, que le preparan para enfrentarse al incremento de los impulsos en la pubertad. El niño, en otras palabras, está listo para la prueba de distribuir el influjo de energía en todos los niveles de funcionamiento de la personalidad, los cuales se elaboraron durante el periodo de latencia. De allí que sea capaz de desviar la energía instintiva a las estructuras físicas diferenciadas y a diferentes actividades psicológicas, en lugar de experimentar esto solamente como un aumento de la tensión sexual y agresiva. (Freud, S., 1905, p. 46) se refiere a la latencia abortiva como “precocidad sexual espontánea” que se debe al hecho de que el periodo de latencia no se pudo establecer con éxito; por lo tanto pensó que “las inhibiciones sexuales” que constituyen el componente esencial del periodo de latencia, no fueron adquiridas adecuadamente, “ocasionando manifestaciones sexuales, que, debido a que las inhibiciones sexuales fueron incompletas y que por otro lado el sistema genital no está desarrollado, pueden orientarse hacia las perversiones”.

La interpretación literal del término periodo de latencia que significa que estos años están desprovistos de impulsos sexuales - es decir, que la sexualidad es latente- ha sido corregido por la evidencia clínica de los sentimientos sexuales expresados en la masturbación, en actividades voyeuristas, en el exhibicionismo y en actividades sadomasoquismo que no dejan de existir durante el periodo de latencia (Berenstein, 1989, p. 132). Sin embargo, en esta etapa no aparecen nuevas metas instintivas. Lo que en verdad cambia durante el periodo de latencia es el incremento del control del yo y del superyó sobre la vida instintiva. “Durante el

periodo de latencia las demandas instintivas no han cambiado mucho; pero el yo sí”. La actividad sexual durante el periodo de latencia está relegada al papel de un regulador transitorio de tensión; esta función está superada por la emergencia de una variedad de actividades del yo, sublimatorias, adaptativas y defensivas por naturaleza. Este cambio está promovido sustancialmente por el hecho de que “las relaciones de objeto se abandonan y son sustituidas por identificaciones” (Freud, S., 1924, p. 15). El cambio en la *cathexis* de un objeto externo a uno interno puede muy bien ser considerado como un criterio esencial del periodo de latencia. (Freud, S., 1905, p. 46) hizo referencia especial a este hecho, el cual sin embargo ha sido opacado por el concepto más general de “inhibición sexual” que es un marco claro e indicativo del periodo de latencia. Freud afirmó: “De vez en cuando (durante el periodo de latencia) puede aparecer una manifestación fragmentaria de la sexualidad que ha evadido la sublimación, o alguna actividad sexual puede persistir a los largos de todo el periodo de latencia hasta que el instinto sexual emerja con gran intensidad en la pubertad. debido al desarrollo de la latencia, la expresión directa de las necesidades de dependencia y sexuales, disminuyen ya que éstas se amalgaman con otras metas más complejas y aloplásticas, o están mantenidas en suspenso por defensas entre las cuales son típicas de este periodo las obsesivo-compulsivas”.

Concomitante a estos desarrollos, las funciones del yo adquieren una mayor resistencia a la regresión, actividades significativas del yo, como son la percepción, el aprendizaje, la memoria y el pensamiento, se consolidan más firmemente en la esfera libre de conflicto del yo. De allí pues que las variaciones en la tensión instintiva no amenacen la integridad de las funciones del yo como ocurría en los años anteriores a la latencia. el establecimiento de identificaciones estables hace que el niño sea más independiente de las relaciones de objeto y de su ondulante intensidad y cualidad; la ambivalencia declina en forma clara, especialmente durante la última parte del periodo de latencia (Berenstein, 1989, p. 16). La existencia de controles internos más severos se hace aparente en la emergencia de conducta con actitudes que están motivadas por la lógica y orientadas a valores. este desarrollo general coloca a las funciones mentales más elevadas en interjuego autónomo y reduce en

forma decisiva el empleo del cuerpo como instrumento de expresión para la vida interna. Desde este punto de vista, la latencia puede ser descrita en términos de “reducción del uso expresivo del cuerpo como un todo, aumentando la capacidad para expresión verbal, independiente de la actividad motora”. (Kris, 1964, p. 22). El lenguaje atraviesa por un cambio: la conjunción “porque” se emplea con mayor pericia (Werner, 1940, p. 112). Además, el lenguaje se emplea cada vez más como un velo, tal como está indicado en el empleo de la alegoría, la comparación y la semejanza en contraste con el lenguaje empleado por el niño más joven, que expresa sin circunloquios sus emociones y sus deseos. Sharpe (1940, p. 83) ha mostrado que el empleo de la metáfora sobresale en el periodo de latencia y en la adolescencia; esta figura del lenguaje “aparece al mismo tiempo que el control de los orificios corporales. Las emociones que originalmente estaban acompañadas con descargas corporales encuentran vías sustitutivas”. Una ganancia en la expresión artística compensa por la pérdida de la espontaneidad corporal.

Los muchachos y las muchachas muestran diferencias significativas en el desarrollo durante la latencia. Una regresión a niveles pregenitales como defensa al principio de la latencia parece ser más típica para el muchacho que para la muchacha. la proclividad regresiva del muchacho simboliza su desarrollo preadolescente. El hecho de que el muchacho abandone la fase edípica en forma más definitiva que la muchacha, hace que la primera parte de su periodo de latencia sea tormentosa. la muchacha, por el contrario, entra a este periodo con menos conflicto; en verdad preserva con un sentido de libertad algunos de los aspectos fálicos de su pasado preedípico. Greenacre (1950, p. 38) opinó que “cierto grado de identificación bisexual ocurre en la mayoría de las muchachas durante alguna época del periodo de latencia, a menos que la muchacha o la niña permanezca casi en forma exclusiva bajo el dominio de sus deseos edípico”. La niña entra en una situación más conflictiva durante los últimos años de su latencia, cuando sus impulsos instintivos aparecen y su superyó es inadecuado para hacer frente a la primera pubertad.

Las características generales de la latencia que he resumido están descritas en detalle en diferentes estudios psicoanalíticos del periodo de latencia (Friess, 1958, p. 11), algunos con especial referencia a la

selección de libros (Peller, 2016, p. 82; Friedlander, 1961, p. 37); al chiste (Wolfenstein, 1966, p. 17); y al juego (Peller, 2016, p. 86).

Un prerrequisito para entrar a la fase adolescente de la organización de los impulsos es la consolidación del periodo de latencia; de otro modo el niño púber experimenta una simple intensificación de sus deseos en la prelatencia y muestra una conducta infantil un tanto regresiva. En el trabajo analítico con adolescentes -principalmente con adolescentes jóvenes- cuyo periodo de latencia nunca fue adecuadamente establecido, acostumbramos a iniciar el trabajo analítico con intervenciones educativas para poder obtener algunos logros esenciales del periodo de latencia.

Durante la fase preadolescente un aumento cuantitativo de la presión instintiva conduce a una *cathexis* indiscriminada de todas aquellas metas libidinales y agresivas de gratificación que han servido al niño durante los años tempranos de su vida. No se puede distinguir un objeto amoroso nuevo y una meta instintiva nueva. Cualquier experiencia puede transformarse en estímulo sexual -incluso aquellos pensamientos, fantasías y actividades que están desprovistos de connotaciones eróticas obvias. Por ejemplo, el estímulo al cual el muchacho preadolescente reacciona con una erección; no es específica ni necesariamente un estímulo erótico lo que causa la excitación genital, sino que ésta puede ser provocada por miedo, coraje, o por una excitación general. Las primeras emisiones durante la vigilia a menudo se deben a estos afectivos como éste, más bien que a estímulos eróticos específicos. Entre los muchachos más maduros físicamente, las situaciones competitivas, como la lucha, han sido reportadas como provocadoras de emisiones espontáneas. Este estado de cosas en el muchacho que entra a la pubertad es una muestra de que la función genital actúa como descarga no específica de tensión; esto es característico de la niñez hasta la época de la adolescencia cuando el órgano gradualmente adquiere la sensibilidad exclusiva al estímulo heterosexual.

El resurgimiento de los impulsos genitales no se manifiesta uniformemente entre los muchachos y las muchachas debido a que cada sexo se enfrenta a los impulsos puberales en aumento en una forma distinta. Erickson (1951, p. 127) describió la diferencia tan clara en las construcciones de juego de los adolescentes. Es aparente a

partir de su material que el tema de la masculinidad y de la feminidad conduce a diferentes configuraciones en el juego del muchacho y de la muchacha. Es la preocupación (consciente y preconscious) con los órganos sexuales, su función, integridad y protección, y no la relación de éstos con situaciones amorosas y su satisfacción lo que sobresale en las construcciones de juego en los preadolescentes. Erickson comenta: “Las diferencias sexuales más significativas en el juego nos dan el siguiente cuadro: en los muchachos las variables más sobresalientes son altura, caída y movimiento y su canalización o arresto (policía), en las muchachas, los interiores estáticos que están abiertos, simplemente encerrados o bloqueados y que son violados.”

En términos generales podemos decir que un aumento cuantitativo en los impulsos caracteriza la preadolescencia y que esta condición lleva a un resurgimiento de la pregenitalidad (Freud, A., 1974, p. 79). esta innovación lleva al periodo de latencia a su terminación, el niño es más inaccesible, más difícil de enseñar y controlar. Todo lo que se ha obtenido a través de la educación en los años anteriores en términos de control instintivo y conformidad social parece que está camino de la destrucción.

En esta etapa, dos formas típicas de conducta preadolescente tanto en los muchachos como en las muchachas dan cierta luz en el conflicto central en cada sexo. Los muchachos son hostiles con las muchachas, las atacan, tratan de evitarlas, cuando están en compañía de ellas se vuelven presumidos y burlones. En realidad, trataba de negar su angustia en lugar de establecer una relación con ellas. La angustia de castración que lleva la fase edípica a su declinación reaparece y conduce al muchacho a llevarse exclusivamente con compañeros de su propio sexo. En la niña esta fase está caracterizada por una actividad intensa donde la actuación y el portarse como marimacha alcanza su clímax (Deutsch, 1991, p. 53). Nesta negación muy clara e la feminidad puede descubrirse el conflicto no resuelto en la niñez sobre la envidia del pene, que es el conflicto central de la joven preadolescente, un conflicto que encuentra una dramática suspensión temporal, mientras las fantasías fálicas tienen sus últimas apariciones antes que se establezca la feminidad.

Es un hecho bien sabido que el desarrollo psicológico en la preadolescencia es diferente en las muchachas y en los muchachos. Las

diferencias entre los sexos son muy significativas; la psicología descriptiva ha puesto gran atención a este periodo y ha acumulado gran cantidad de observaciones. El muchacho toma una ruta hacia la orientación genital a través de la *cathexis* de sus impulsos pregenitales; por el contrario, la muchacha se dirige en forma más directa hacia el sexo opuesto.

Las fantasías de los muchachos preadolescentes habitualmente están bien protegidas; las que mencionan con más facilidad son las de pensamientos sintónicos al yo de grandiosidad y de indecencia.

El material clínico anterior se cita como apoyo para el modelo teórico de la preadolescencia; una interpretación de este material nos permite delinear el conflicto preadolescente típico del muchacho como de miedo y de envidia por la mujer. Su tendencia a identificarse con la madre fálica le alivia de la angustia de castración en relación con ella; normalmente se construye una organización defensiva en contra de esta tendencia. Recordemos aquí la tesis de Bettelheim (1971, p. 58) de que los ritos de iniciación en la pubertad sirven a los muchachos para resolver su envidia de la mujer. En esencia se tiene que resolver una identificación bisexual (Mead, 1958, p. 85). Bettelheim (1983, p. 63) nos ofrece material clínico que demuestra “que ciertos ritos de iniciación se originan en los intentos adolescentes para integrar su envidia del otro sexo o para adaptarse al rol social prescrito para su sexo y abandonar las gratificaciones pregenitales infantiles”.

En la fase de la preadolescencia el muchacho tiene que renunciar nuevamente, y ahora definitivamente a sus deseos de tener un niño (pecho, pasividad) y, más o menos completar la tarea del periodo edípico (Mack Brunswick, 1940, p. 11). En un hombre dotado, este deseo puede encontrar satisfacción en el trabajo creativo, y cuando un hombre como éste busca tratamiento porque su actividad creadora ha dejado de funcionar, revela una organización típica de los impulsos que Jacobson (1950, p.32) describió en su artículo: “El deseo de los muchachos de tener un niño”. Con relación a estos pacientes, Jacobson dice “que su actividad creadora muestra regularmente fantasías femeninas reproductoras”. Van der Leeuw (1958, p. 83) enfatiza que la envidia normal del muchacho por la madre preedípica y la importancia para su desarrollo progresivo radica en la resolución, principalmente en abandonar “el deseo preedípico de

estar embarazado y tener hijos como la madre”. Van der Leeuw continúa: “Los obstáculos que hay que resolver son sentimientos de coraje, envidia, rivalidad, y, sobre todo, la impotencia y la destrucción agresiva que acompaña a estas experiencias. En la niñez temprana el tener hijos es vivido como un logro, una sensación de poder y una competencia con la madre; esto representa ser activo como la madre. Es una identificación activa y productora”. La fijación en el nivel preadolescente da a esta fase una organización duradera de los impulsos; en algunos casos donde ocurre tal fijación, la fase de preadolescencia ha fracasado debido a un enorme miedo a la castración en relación con la madre arcaica, el cual se resuelve identificándose con la mujer fálica.

La angustia de castración que lleva a su declinación la fase edípica de este muchacho reaparece durante la pubertad. La angustia de castración puberal del hombre está relacionada en su fase inicial a la madre activa, poderosa y procreadora. Una segunda fase que es típica e la adolescencia propiamente será descrita después. En la preadolescencia observamos que los deseos pasivos están sobrecompensados y que la defensa en contra de ellos se ve poderosamente reforzada por la maduración sexual (Freud, S., 1936, p. 62). La fase típica de la preadolescencia en el hombre, antes de que efectúe con éxito un cambio hacia la masculinidad, recibe su cualidad característica del empleo de una angustia homosexual en contra de la angustia de castración. Es precisamente esta solución defensiva en el muchacho, subyacente en la conducta de grupo, la que la psicología descriptiva llama la “pandilla”* (No debe confundirse con la pandilla de los muchachos adolescentes). La psicología psicoanalítica llama a esto “el estadio homosexual” de la preadolescencia.

Este estadio debe de separarse de una fase homosexual transitoria y más o menos elaborada de la adolescencia temprana, cuando un miembro del mismo sexo se toma como objeto de amor bajo la influencia del yo ideal. Las amistades con tintes eróticos son manifestaciones bien conocidas de este periodo. La diferencia en la conducta preadolescente entre hombres y mujeres está dada por la represión masiva de la pregenitalidad, que la muchacha hubo de establecer antes de poder pasar a la fase edípica; de hecho, esta represión es un prerrequisito para el desarrollo normal de la feminidad. Cuando la muchacha se separa de su madre debido

a una decepción narcisista de sí misma como mujer castrada, reprime también sus impulsos instintivos que estaban íntimamente relaciones con el cuidado materno y los cuidados corporales, fundamentalmente la amplitud de la pregenitalidad. Mack Brunswick (1940, p54) en su artículo clásico sobre “La fase pre-edípica del desarrollo de la libido” afirma: “Una de las grandes diferencias entre los sexos, es la enorme represión de la sexualidad infantil en el niño. Exceptuando los estados neuróticos profundos, ningún hombre recurre a una represión similar de su sexualidad infantil.”

En resumen, podemos decir que, en el desarrollo femenino normal, la fase preadolescente de la organización de los impulsos está dominada por una defensa en contra de una fuerza regresiva hacia la madre preedípica. Esta lucha se refleja en dos de los conflictos que surgen en este periodo entre madre e hija. Una progresión hacia la adolescencia propiamente dicha en la mujer está marcada por la emergencia de sentimientos edípicos que aparecen primero disfrazados y finalmente son extinguidos por “un proceso irreversible de desplazamiento” tal como Anny Katan (1937, p. 79) lo ha designado: “remover al objeto”.

Ya que hemos definido la organización de los impulsos en la preadolescencia en términos de posiciones preedípicas, consideremos el primer análisis de una joven adolescente llamada Dora (Freud, S., 1905, p. 50). Dora tenía 16 años cuando visitó a Freud y 18 cuando inició su tratamiento. El material de la historia, el cual revisaremos aquí, se refiere a la organización preadolescente de los impulsos en esta joven. Su fijación materna preedípica probó ser de intensidad patogénica y representó un obstáculo invencible en el camino del desarrollo progresivo de la adolescencia.

Esta formulación cabe muy bien en el modelo que he descrito; sin embargo, sospecho que la “gran actividad” que en las muchachas precede al aumento de la pasividad es un intento para dominar activamente lo que ha experimentado pasivamente cuando estaba siendo cuidada por su madre; en lugar de tomar a la madre preedípica como objeto amoroso, la muchacha se identifica temporalmente con su imagen fálica activa. Esta ilusión fálica transitoria en la muchacha da a este periodo una actitud vital exaltada que no escapa al peligro de provocar una fijación.

Con relación a la elección de objeto adolescente el estado mental y físico que generalmente se asocia con la adolescencia (tanto con la adolescencia temprana como con la adolescencia propiamente dicha) tiene cualidades muy diferentes a la fase preadolescente. La diferencia se muestra en una vida emocional mucho más rica, en una orientación dirigida a crecer, en un intento invencible para autodefinirse en respuesta a la pregunta: “¿Quién soy yo?” El problema de relaciones de objeto pasa a primer plano, como tema central, y sus variaciones tiñen la totalidad del desarrollo psicológico en las dos fases subsiguientes. Lo que diferencia este periodo de la preadolescencia es, por lo tanto, el cambio meramente cuantitativo de los impulsos. Es muy notorio el abandono de la posición regresiva preadolescente. La pregenitalidad pierde cada vez más el papel de una función satisfactoria siendo relegada a una actividad de iniciación -mental y física- y da lugar al surgimiento de un nuevo componente instintivo, precisamente la anticipación del placer. Este cambio en la organización jerárquica de los impulsos y de su carácter definitivo e irreversible representa una innovación que influye en forma decisiva al desarrollo del yo. El yo, por así decirlo, toma sus señales de estos cambios en organización instintiva y elabora en su estructura una organización jerárquica en sus funciones y en sus pautas defensivas. Ambos adquieren al final de la adolescencia una fijación irreversible llamada carácter; esta estructura firme, -que emerge de estas fases -que en verdad está construida sobre los logros del periodo de latencia- no se completará sino hasta la fase de postadolescencia. Acuña, E. (2016, p. 171).

Mientras que la diferenciación entre preadolescencia y las dos fases que le siguen es bastante clara, es necesaria cierta justificación para presentar a “la adolescencia temprana” y la “adolescencia propiamente tal” como dos entidades separadas. En bases estrictamente observacionales esta definición está justificada, porque después de la preadolescencia se hace muy aparente un periodo de intentos repetidos de separación de los objetos primarios de amor. En la adolescencia temprana hay un resurgimiento de amistades idealizadas con miembros del mismo sexo; los intereses sostenidos y la creatividad se mantienen en un nivel bajo y emerge la búsqueda un tanto torpe de valores nuevos -no simplemente

de oposición-; en pocas palabras existe una fase de transición, que posee características propias antes de que se afirme la adolescencia.

Durante la adolescencia propiamente dicha, ocurre un cambio decisivo hacia la heterosexualidad y una renunciación final e irreversible del objeto incestuoso; Katan (1937, p. 73) ha sugerido llamar a este proceso “remover el objeto”. Ciertos tipos de defensas, tales como la intelectualización y el ascetismo pertenecen a la fase de la adolescencia propiamente dicha. En general se hace muy notable una tendencia hacia la experiencia interna y al autodescubrimiento; de ahí la experiencia religiosa y el descubrimiento de la belleza en todas sus manifestaciones. Reconocemos que este desarrollo es una forma de sublimación del amor del niño por el padre idealizado y una consecuencia de la renuncia final a los objetos de amor tempranos. El sentimiento de “estar enamorado”, y la preocupación por los problemas políticos, filosóficos y sociales es típico de la adolescencia. La ruptura franca con la forma de vida de la niñez ocurre en esta fase; a los años de la adolescencia tardía les corresponde la tarea de probar estos logros nuevos y de gran trascendencia al integrarlos en la experiencia total de la vida.

Al establecer las dos fases de adolescencia temprana y adolescencia propiamente dicha, estoy de acuerdo en la forma en que Helen Deutsch (1991, p. 58) divide la adolescencia de la mujer, en “pubertad temprana” y “pubertad y adolescencia”. En esta última fase, a la cual también llama “pubertad avanzada”, son características las tendencias heterosexuales. Hago énfasis en lo característico que las unifica, principalmente al separarse del objeto y la busca de otro, por ejemplo, el cambio definitivo hacia una separación de la familia y la organización jerárquica de los impulsos y de las funciones del yo. El ingrediente esencial de ambas fases es el darse cuenta de la situación social con angustia y culpa.

Desde luego que cualquier división en fases continúa siendo una abstracción, ya que en el desarrollo no hay una separación tan nítida. El valor de este tipo de formulación sobre las fases radica en que enfoca nuestra atención en una secuencia ordenada del desarrollo; las modificaciones psicológicas esenciales y las metas que caracterizan a cada fase, a medida que siguen el principio epinegético del desarrollo. Las transiciones son vagas y lentas y están matizadas con movimientos oscilantes. Durante las

subsecuentes fases del desarrollo encontramos rastros grandes o pequeños del desarrollo adolescente que al parecer habían sido completadas, y que sin embargo persisten por periodo largos o cortos. Estas irregularidades son capaces de empañar el itinerario del desarrollo si lo aplicásemos un tanto rígida y literalmente. (Acuña, 2017, p. 203).

Durante la adolescencia temprana y la adolescencia propiamente dicha ocurre una profunda reorganización de la vida emocional con un estado de caos bien reconocido. La elaboración de defensas características con frecuencia extremas y también transitorias mantiene la integridad del yo algunas maniobras defensivas de la adolescencia prueban tener un valor adaptativo y por consecuencia facilitan la integración de inclinaciones realistas, talentos, capacidades y ambiciones; no hay ninguna duda de que el ensamble estable en todas estas tendencias constituye un prerrequisito para la vía adulta en la sociedad.

RELACIONES DE OBJETO

El problema central de la adolescencia temprana y de la adolescencia propiamente dicha recae en una serie de predicamentos sobre las relaciones de objeto. La solución de este problema depende de las muchas variaciones por las que este tema atraviesa durante los años; estas variaciones determinan finalmente en forma genuina o espuria la adultez. Estas variaciones recuerdan un poco la niñez, sólo tenemos que recordar que la necesidad del niño de ser amado se fusiona solamente en forma gradual con la necesidad de dar; la necesidad de que me hagan las cosas se transforma en “hacer las cosas para otro”. El papel pasivo de ser controlado es reemplazado en forma gradual y parcial por la necesidad del niño de control activo del mundo externo esta polaridad de actividad y pasividad reaparece durante la adolescencia como un problema crucial la ambivalencia tan característica de la adolescencia comprende no solamente las metas instintivas, activas y pasivas esto es igualmente cierto para el hombre y para la mujer. La rebelión en contra del superyó en el hombre adolescente representa con frecuencia la oposición en contra de tendencias pasivas femeninas que fueron parte esencial de la relación edípica del muchacho hacia su padre. (Freud, S., 1905, p. 54) formula

este problema con relación a la adolescencia de la manera siguiente: “no es sino hasta la terminación del desarrollo durante la época de la pubertad que la polaridad del sexo coincide con lo masculino y femenino. En lo masculino se concentra la actividad y la posesión del pene; lo femenino lleva como objeto la pasividad. la vagina se valora como un asilo para el pene, es una herencia de la matriz materna”.

Antes de que haya una reconciliación y se alcance un equilibrio maduro entre las posesiones de actividad y pasividad, o con frecuencia una oscilación entre ambas, éstas caracterizan la conducta adolescente por algún tiempo. La temprana dependencia en la madre posee una atracción innegable para el adolescente de ambos sexos. Debemos advertir que los muchachos con frecuencia transfieren esta necesidad de dependencia pasiva al padre; en este caso, el muchacho entra en una constelación de impulsos homosexuales, los cuales pueden ser transitorios o duraderos. Cuando esta necesidad pasiva es sentida muy intensamente, por ejemplo, ya sea por un muchacho sobreprotegido o severamente privado, más fuerte será la defensa en contra, por medio de fantasías y actos rebeldes y hostiles; las ideas paranoides son frecuentes este conflicto puede conducir a una rendición a los deseos pasivos, a una actitud demandante, dependiente, o la renunciación de los impulsos instintivos. Esta última condición semeja muy cercanamente la posición del periodo de latencia. Con frecuencia la regla es una mezcla de todos estos intentos para estabilizar la polaridad activa-pasiva.

El tema de este conflicto refleja la modificación de los impulsos y los intentos de ponerlos en armonía con el yo, el yo ideal, el superyó y la condición somática de la pubertad. la polaridad de los impulsos de actividad y pasividad se ejercita en relación con el yo, con el objeto y con el mundo externo. Esta situación determina en gran medida la elección de objeto adolescente, así como las pautas fluctuantes en el estado de ánimo de los adolescentes, los cambios en la conducta y los cambios en la capacidad de ver la realidad. Esta inestabilidad e incongruencia ha sido descrita con frecuencia como la característica general más significativa de la adolescencia, y esto en verdad es correcto para las fases de la adolescencia temprana y la adolescencia propiamente dicha. Polaridades .como las siguientes, es bien sabido,

aparecen en un mismo individuo: sumisión y rebelión, sensibilidad delicada y torpeza emocional, profundo pesimismo, intensa fidelidad y cambios repentinos de infidelidad, ideas cambiantes y argumentos absurdos, idealismo y materialismo, dedicación e indiferencia, aceptación y rechazo impulsivo, apetito voraz, indulgencia excesiva y gran ascetismo exuberancia física o gran abandono estas pautas de conducta oscilantes reflejan cambios psicológicos los cuales no progresan en línea recta ni tampoco con un ritmo preciso. Los problemas de ambivalencia, narcisismo y fijación juegan un papel muy significativo; sus implicaciones serán discutidas en seguida.

Durante la adolescencia temprana y la adolescencia propiamente dicha debe lograrse la renunciación de los objetos primarios de amor, los padres como objetos sexuales; los hermanos y sustitutos paternos deben ser incluidos en este proceso de renunciación estas fases están relacionadas esencialmente con la renuncia a objetos y a la búsqueda de otros. Estos procesos reverberan en el yo produciendo cambios catécticos que influyen tanto las representaciones de objeto existentes como las autorrepresentaciones. Debido a esto el sentido de identidad adquiere de aquí en adelante una desconocida labilidad.

Durante la adolescencia temprana y la adolescencia propiamente, los impulsos cambian hacia la genitalidad, los objetos libidinales cambian de preedípicos y edípicos a objetos heterosexuales no incestuosos. El yo salvaguarda su integridad por medio de operaciones defensivas; algunas de éstas son de carácter restrictivo para el yo y requieren de una energía catéctica para su mantenimiento mientras que otras muestran ser de carácter adaptativo para permitir la descarga de impulsos inhibidos (sublimación); éstas llegan a ser los reguladores permanentes de la autoestimación.

Después del descubrimiento de la sexualidad infantil (“tres ensayos sobre una teoría sexual”, Freud, 1905, p. 67), la adolescencia paso a ser considerada como una etapa de transformación final o como un simple puente entre la sexualidad infantil y la sexualidad adulta centrada en la genitalidad. Más adelante, Ernest Jones (1922, p. 78) afirma que la adolescencia recapitula la infancia y que la manera en que una determinada persona ha de atravesar las necesarias etapas del desarrollo

de la adolescencia, está en gran medida determinada por la modalidad de su desarrollo infantil.

Retomando la frase de Lacan (1960, p. 84), diría que el síntoma del adolescente está en posición de responder a lo que hay de sintomático no sólo en la estructura familiar, sino en la social. El adolescente oscila entre conservar actitudes de niño, dependientes de los padres, y el ir arribando a una posición adulta, para finalmente conquistar su autonomía externa, por fuera de la estructura familiar. Pero el drama adolescente actual, está en que la sociedad no facilita este despegue, más bien lo obstaculiza. Antiguamente, sin ir muy lejos en el tiempo, los adolescentes tenían el obstáculo, diría casi natural, de la familia, en aquellas que impedían o no acompañaban su tránsito a la independencia. Padres que, por conflictivas propias y / o de la pareja, no aceptaban el drama del pasaje del tiempo y sus avatares, del hijo que deja de ser un niño, que se puede ir de la casa, con todo lo que ello conlleva para la pareja. Hoy se agrega un macroobstáculo: la sociedad.

No alcanza con pensar (y ya muy trillado está) la adolescencia como aquello de lo que se adolece, en el solo sentido de un sufrimiento. Desde el conocimiento divulgado por Freud, la cuestión hay que retomarla en la pubertad: el segundo despertar sexual, segundo tiempo del hallazgo del objeto. "...Con el advenimiento de la pubertad comienzan las transformaciones que han de llevar la vida sexual infantil hacia su definitiva constitución normal. El instinto sexual, hasta entonces predominantemente autoerótico, encuentra por fin el objeto sexual..." Despertar segundo, donde el púber se halla con su órgano sexual, apto para el encuentro con el otro sexo, en la posibilidad de un coito que lo transforme en productor, en dador de un hijo. Por lo tanto, la adolescencia también es la posibilidad del pasaje de ser hijo al ser padre, o quedar allí capturado, en la posición hijo.

Destrabarse de la posición hijo, aunque sea en su potencia, eso cambia el posicionamiento en la vida: es la apertura de la vía del propio deseo. La adolescencia abre el juego de lo que desde uno es posible o la alineación en el fantasma del Otro. "Cuando menos soldado el fantasma del Sujeto, más claro su lugar de objeto en el fantasma de los padres, de la madre más habitualmente o del padre..." Por eso es la tan común entrevista a

padres que acuden para consultar por un adolescente que no anda bien y al agudizar la escucha, se encuentra que son ellos los que no soportan los cambios naturales del hijo, el nuevo transitar de este hijo. Quieren que sea “para ellos” y “como era antes”, es decir, un niño sumiso. Y por definición, la adolescencia presenta lo inmanejable, lo que se produce más allá del sujeto, de ese cuerpo ingobernable, que crece, choca con los marcos de las puertas, cambia la voz, erecta.

El noviazgo es una de las etapas más bonitas y disfrutables de la vida del ser humano. En el noviazgo se pasa de la mera simpatía o del simple “gustarse” a una nueva relación de mayor conocimiento y que a su vez debe estar inspirada por el espíritu de entrega, de comprensión, de respeto, de delicadeza.

Existe muchos tipos de noviazgo, algunos se viven como un juego, otros son más cercanos y profundos. Antes de llegar al noviazgo se pasan por varias etapas:

- La etapa de atracción y encantamiento;
- La etapa de la amistad, donde se empiezan a vivir sentimientos de cercanía y se definen las normas y los alcances de la relación;
- Inicio del noviazgo: en esta etapa ambos reconocen que se atraen y deciden iniciar una relación, la cual se vuelve todavía más cercana, llena de detalles, con ciertos límites y donde puede florecer el amor verdadero.

En el noviazgo, hay atracción y enamoramiento, de ahí que la persona se comporta de diferente manera: Piensa frecuente en la persona amada, a la que se idealiza y maravilla, desea ver a la persona en todo momento, estar juntos y conversar, se busca la forma de agradar a quien se ama, hay sentimientos y emociones intensos ante la presencia real o imaginada del amado, la persona busca apoyar a su pareja y desea su bien.

Es casi innecesario mencionar que una buena comunicación es la base de una relación de pareja satisfactoria. La comunicación no siempre es verbal ya que la pareja también se mira, se toca, se sonrío (comunicación no verbal). Ante una situación en la que queramos comunicar algo, la manera o forma de emitirlo, el cómo lo reciba el otro y el contenido de este mensaje son fundamentales. Así, nos encontramos con diferentes maneras de comunicarnos y algunas de ellas no son precisamente positivas.

“La coerción”: se trata de una manera de comunicación donde tan solo se tienen en cuenta nuestras propias necesidades haciendo al otro la vida muy difícil en el sentido de que no se tienen en cuenta sus necesidades e intentando conseguir la sumisión o anulación del otro.

Esto es así porque el miembro de la pareja que cede lo hace no porque considere que el otro tiene razón sino para evitar la discusión y amenazas. En conclusión: para escapar de un conflicto.

“Respuestas emocionales negativas”: “son aquellas palabras, gestos, acciones etc., que se experimentan como desagradables: gritos, amenazas, humillaciones, sarcasmos...y que en numerables ocasiones es lo que mantiene fundamentalmente unida a una pareja

Los celos sanos suponen el preocuparse por el miedo a perder a la persona amada, porque tenga una relación real o imaginaria con alguien. Los celos patológicos están acompañados de intensos sentimientos de inseguridad, autocompasión, hostilidad y depresión y suelen ser destructivos para la relación.

En una relación de pareja no influyen sólo los factores internos de la misma (habilidades de comunicación, expectativas de futuro, compromiso), también hay factores externos que la influyen directamente: estrés laboral y personal de cada uno de los miembros, la rutina, problemas relacionados con el ambiente como familia y amigos.

Uno de los conflictos más frecuentes en las relaciones de pareja es la diferente perspectiva de ambos miembros para organizar su tiempo libre y sus actividades sociales.

Los estudios de Biller (1974, p. 59), Hetherington, Camara y Featherman (1983, p. 252), Hetherington, Cox y Cox (1978, p. 35) señalan que los resultados académicos de los hijos varones se ven afectados negativamente por la no presencia del padre.

Bisnaire, Firestone y Rynard (1990, p. 76) señalan en su estudio que el acceso a ambos padres después de la separación era el factor que mejor protegía a los niños del descenso en su rendimiento académico:

Las investigaciones sugieren que la ausencia del padre está asociada a insidiosos efectos a largo plazo en el desarrollo psicosexual de los hijos.

Biller (1970, p. 11) informa de actitudes inapropiadas hacia los roles sexuales.

Tendencia hacia la promiscuidad y dificultades en las relaciones de pareja es el resultado encontrado en los trabajos de Wallerstein y Kelly (1980, p. 96).

Ante la cuestión planteada, las distintas investigaciones y estudios psicológicos y sociológicos convergen en el mismo resultado: la ausencia del padre en la vida de los hijos tiene, en la inmensa mayoría de los casos, genera repercusiones negativas que se manifiestan en diferentes planos del ajuste adaptativo de los niños. La incidencia de estas consecuencias viene modulada por múltiples factores. Podemos citar, como los más significativos, la edad de los menores en la que se inicia la privación de la presencia paterna y la duración de la misma, las causas que la originan, el sexo de los hijos, variables psicológicas de los niños y factores del entorno de naturaleza familiar, social, cultural y económica.

Los adolescentes son quienes más sufren a corto plazo inseguridad, soledad y depresión, que puede mostrarse en forma de fracaso escolar, conducta delictiva, consumo de drogas y vagancia. Los adolescentes y adultos jóvenes mantienen vivos los recuerdos a los 10 años del divorcio de sus padres, lo que les hace expresar angustia respecto a sus relaciones amorosas y a un posible fracaso matrimonial. Las repercusiones sobre los adolescentes también dependen de los factores de estrés psicosocial que pueden acompañar al divorcio.

Desde el punto de vista de las consecuencias, la investigación psicológica sobre los efectos de la ausencia del padre en la vida de los hijos se ha centrado, principalmente, en tres grandes grupos de variables: Efectos sobre el ajuste escolar, el desarrollo cognitivo y los niveles de competencia intelectual de los niños, el desarrollo pisco-sexual y su ajuste psicológico, conductual y social.

La ausencia del padre parece tener los efectos más graves y dañinos en los niños varones. Así aparecen graves carencias en los niños privados de la presencia paterna en el desarrollo de su identidad masculina y problemas de fracaso escolar.

Distintos estudios coinciden en señalar que estos nocivos efectos se manifiestan a corto, medio y largo plazo o pueden ser recurrentes en la vida adulta.

Parece ser que la ausencia del padre es un factor de riesgo en lo que se refiere al proceso de transición que comienza en la adolescencia y termina en una inserción exitosa en la comunidad.

Los estudios sobre los efectos del padre en la estabilidad psicológica y emocional de los hijos apuntan hacia la conclusión de que la privación paterna se asocia con una mayor probabilidad de que los niños presenten desórdenes emocionales en diferentes estadios de su desarrollo evolutivo.

La ausencia de uno de los progenitores ha sido asociada por Parish (1987, pp. 559-562), citando a otros autores también, con trastornos mentales en el niño, ansiedad, tensión depresión y enfermedades psicósomáticas (Cartwright, 1993, p. 14), con dificultades en el ajuste escolar (Felner, Ginter, Boike & Cowen), dificultades en el ajuste social (Fry & Grover), dificultades en el ajuste personal (Covell & Turnbull) y disminución de la autoestima en los hijos. “El papel del padre en el desarrollo de la masculinidad de los niños no debe idealizarse, pero tampoco anularse, porque sí juega un rol”, asegura.

IMAGEN CORPORAL

Acorde a investigaciones realizadas, la representación de la imagen corporal hace referencia a como el sujeto se percibe a sí mismo y se siente con su cuerpo, reflejando por medio de éste, sentimientos y emociones que son hechos corporales manifestados a través del lenguaje verbal y no verbal.

El estadio de la representación de la imagen corporal en la adolescencia es importante, ya que es en esta etapa donde el adolescente se ve enfrentado a cambios físicos (crecimiento de órganos sexuales, aumento de la actividad hormonal, capacidad reproductora, entre otros), cambios intelectuales o emocionales (capacidad de formular juicios de valor propio, etc.) y a tres crisis: de identidad, autoridad y sexual, aspectos fundamentales que influyen en la percepción de su cuerpo.

Todos estos cambios en el adolescente lo pueden conducir a una sensación de ansiedad por no conocer cuáles son los cambios que se generarán próximamente en su cuerpo y cómo manejarlos o percibirlos; claro está, que estas emociones aparecen con más intensidad en unos adolescentes que en otros.

Es importante trabajar en la imagen corporal del adolescente, ya que si no tienen una orientación adecuada respecto a la misma pueden presentar complejos, frustraciones, aislamiento social, entre otros, en etapas posteriores de su vida.

La representación del esquema corporal es importante para todas las personas dado que es un componente fundamental para construir su propia personalidad y autoafirmarse en relación con los demás.

La capacidad innata del infante aparece con la experiencia que solo se despliega a partir de un estímulo específico como es el de la función paterna en los primeros años de vida para poder construir una comunicación coherente con otros sujetos la función paterna insta la ley y esto permite pensar razonablemente y ordenar la información de lo imaginario y lo real. (Lacan, 1961, p. 71).

El ser humano con su lenguaje puede no solo comunicarse sino también reflexionar y conocer experiencias de otros y transmitir las de él mismo. La capacidad de comunicarse del ser humano puede enriquecer sus experiencias y su vida. El embarazo en adolescentes repercute en la vida de ella, su hijo, el entorno familiar, social y, debido a su frecuencia, se ha convertido en un problema de salud pública.

El embarazo es una experiencia profunda en la vida de la mujer, mientras cambian su cuerpo y su ánimo, también lo están haciendo sus necesidades y prioridades. Esta transición, que es un reto para los adultos, puede resultar abrumadora para una adolescente.

Quienes estiman que las madres solteras pueden tener a sus hijos es porque la mujer ha demostrado ser capaz de eso y más, ven el madresolterismo como un acto valeroso pues significa que se están atreviendo a desafiar el puritanismo de una sociedad machista y esto merece el respeto de la sociedad. Sin embargo, en las circunstancias de la deteriorada sociedad actual, un acto de verdadera valentía sería tener el coraje de unirse, con el compromiso de hacer todo lo posible para formar una pareja estable y armoniosa que forme un hogar cálido en donde los hijos y las hijas puedan disfrutar de los innumerables beneficios que les aporta crecer al amor de ambos padres.

La sexualidad es fuente de comunicación y se expresa principalmente en tres áreas: genital o biológica, que expresa en los aspectos fisiológicos;

área erótica, relacionada con la búsqueda de placer; y la moral expresada en la estructura social fijados en los valores o normas aceptados (Molina, Luengo & Toledo, 1998, p. 17).

El embarazo en una pareja de jóvenes, en general, es un evento inesperado, sorpresivo. González señala que “se desarrollan reacciones de angustia propias del momento y trastornos en el proceso normal del desarrollo de la personalidad, fenómenos que condicionan la aparición de patologías orgánicas propias del embarazo (Molina et al., 1998, p. 29).

Una mujer con carencia afectiva y sin una adecuada educación de la voluntad, además de la erotización ambiental y la seudovaloración de la sexualidad sin compromiso podrá conducir a la joven a una relación sexual inmadura con el riesgo de un embarazo inesperado. “Muchas mujeres llegan al embarazo como una manera de llenar sus múltiples carencias. El ser requeridas sexualmente, las hace sentirse valoradas. Entregan ese cariño no tanto por satisfacción personal, sino por satisfacer a la persona que quieren mantener a su lado.” (Molina et al., 1998, p. 32).

En la década del cincuenta Jacques Lacan ya decía, “...el síntoma del niño está en posición de responder a lo que hay de sintomático en la estructura familiar...” Es sabido que el síntoma es una metáfora, como una pintura rupestre a ser descifrada y que guarda un sentido. No siendo cualquier cifrado, el síntoma es un texto que habla de una verdad que el sujeto desconoce, o que en todo caso conoce parcialmente y conlleva un sufrimiento.

Retomando la frase de Lacan y parafraseándolo, diría que el síntoma del adolescente está en posición de responder a lo que hay de sintomático no sólo en la estructura familiar, sino en la social. El adolescente oscila entre conservar actitudes de niño, dependientes de los padres, y el ir arribando a una posición adulta, para finalmente conquistar su autonomía externa, por fuera de la estructura familiar. Pero el drama adolescente actual, está en que la sociedad no facilita este despegue, más bien lo obstaculiza. Antiguamente, sin ir muy lejos en el tiempo, los adolescentes tenían el obstáculo, diría casi natural, de la familia, en aquellas que impedían o no acompañaban su tránsito a la independencia. Padres que, por conflictivos propios y / o de la pareja, no aceptaban el

drama del pasaje del tiempo y sus avatares, del hijo que deja de ser un niño, que se puede ir de la casa, con todo lo que ello conlleva para la pareja. Hoy se agrega un macro-obstáculo: la sociedad.

CONCLUSIONES

La adolescencia como aquello de lo que se adolece, en el solo sentido de un sufrimiento. Desde el conocimiento divulgado por Freud, la cuestión hay que retomarla en la pubertad: el segundo despertar sexual, segundo tiempo del hallazgo del objeto. "...Con el advenimiento de la pubertad comienzan las transformaciones que han de llevar la vida sexual infantil hacia su definitiva constitución normal. El instinto sexual, hasta entonces predominantemente autoerótico, encuentra por fin el objeto sexual..." Despertar segundo, donde el púber se halla con su órgano sexual, apto para el encuentro con el otro sexo, en la posibilidad de un coito que lo transforme en productor, en dador de un hijo. Por lo tanto, la adolescencia también es la posibilidad del pasaje de ser hijo al ser padre, o quedar allí capturado, en la posición hijo.

Destrabarse de la posición hijo, aunque sea en su potencia, eso cambia el posicionamiento en la vida: es la apertura de la vía del propio deseo. La adolescencia abre el juego de lo que desde uno es posible o la alineación en el fantasma del Otro. "Cuando menos soldado el fantasma del Sujeto, más claro su lugar de objeto en el fantasma de los padres, de la madre más habitualmente o del padre..."

Por eso es la tan común entrevista a padres que acuden para consultar por un adolescente que no anda bien y al agudizar la escucha, se encuentra que son ellos los que no soportan los cambios naturales del hijo, el nuevo transitar de este hijo. Quieren que sea "para ellos" y "como era antes", es decir, un niño sumiso. Y por definición, la adolescencia presenta lo inmanejable, lo que se produce más allá del sujeto, de ese cuerpo ingobernable, que crece, choca contra los marcos de las puertas, cambia la voz, erecta.

Cuando lo relatado comienza a sucederse en la geografía de cada adolescente, es importante la presencia de una figura adulta, capaz de registrar esto y propiciar el espacio para sostener un diálogo, donde el

adolescente pueda decir, manifestar vía la palabra, consultar. En lo posible una figura del mismo sexo, a quien presentarle las cuestiones ligadas a la sexualidad y sus eventualidades. Favorecer el encuentro, porque lo que no se dice vía la palabra, se actúa, fundamentalmente en la etapa adolescente. La actuación es una vía privilegiada para mostrar aquello que no pudo verbalizarse o lo que se dijo reiteradas veces, sin que sea registrado.

Y éste uno de los problemas medulares, la falta de registro de los adultos, que parecen andar en otra cosa, con la mirada puesta en su propio espejo.

La realidad es que el sistema de creencias, valores, prejuicios y tradiciones, heredada por los padres, determina la repetición inconsciente de patrones de conducta disfuncionales por parte de los hijos y posteriormente dará lugar a problemas dentro de la dinámica familiar. Esto ocasiona un círculo vicioso donde los nuevos miembros de la familia, desde las primeras etapas del desarrollo, aprenden formas disfuncionales de relacionarse con los demás, y en consecuencia con la pareja.

Desde esta perspectiva la función paterna asigna lugares y roles en la familia, discrimina la relación de alianza de las relaciones con la familia materna y por lo tanto protege el encuadre familiar (Berenstein, 1989, p. 14) Promueve la salida de los hijos de la familia y les permite emanciparse y generar un proyecto propio de vida, es decir asegura la apertura de la familia al grupo social. Este proceso no se ocurre solamente en la infancia, sino que es continuo a lo largo de la vida del hijo. El padre tiene un rol crítico en los procesos de iniciación y en los rituales en los que estos se apoyan para materializarse. A mayor déficit de función paterna, mayor perturbación del proceso de emancipación.

REFERENCIAS

- Aberastury, A. (2003). *Teoría y técnica del psicoanálisis de niños*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Aberastury, A et al. (2000). *Adolescencia*. Madrid: Editorial Kargieman.
- Acuña Bermúdez, E. (2016). *Fundamentos de clínica dinámica y psicoanálisis*. Cartagena - Colombia: Editorial Bonaventuriana.
- Acuna Bermúdez, E. (2017). *Adolescencia y Psicoanálisis*. Düsseldorf: Editorial Publicia.
- Alexander, F. (1962). *Psiquiatría dinámica*. Editorial Paidós: Buenos Aires
- Berenstein, I. (1989). *Psicoanálisis de la estructura familiar*. Editorial Paidós: Buenos Aires.
- Bettelheim, B. (1983). *Freud y el alma humana*. Barcelona: Editorial Crítica, Grijalbo.
- Billar, H. B. (1970). *Paternal deprivation: Family, school, sexuality, and society*. Lexington, MA: Lexington
- Blos, P. (1981). *La transición adolescente*. Buenos Aires: Editorial Amorrortú.
- Blos, P. (1986). *Psicoanálisis de la adolescencia*. México: Editorial Moritz.
- Deutsch, H. (1991). *Psychoanalysis of the Sexual Functions of Women*. London: Karnac Books.
- Erickson, E. (1951). *Sociedad y adolescencia*. Barcelona: Paidós.
- Fenichel, O. (1966). *Teoría psicoanalítica de las neurosis*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Burítica Trujillo, F. (1993), Del padre a la ley como objetos transicionales (entre la palabra y la sangre). *Revista Colombiana de Psicología*, (2), Universidad Nacional de Colombia, Santafé de Bogotá.
- Filloux, J. C. (1973). *La personalidad*. Buenos Aires: Eudeba.
- Freud, A. (1985). *Psicoanálisis del desarrollo del niño y del adolescente*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Freud, A. (1974). *Psicoanálisis del yo y los mecanismos de defensa*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Freud, S. (1992). *Obras Completas*. Buenos Aires: Editorial Amorrortú.
- Freud, S. (1905). *Tres ensayos sobre teoría sexual*. O.C. Vol.VII. Buenos Aires: Editorial Amorrortú.

- Freud, S. (1923). *El yo y el ello*. Vol. XIX. O.C. Buenos Aires: Editorial Amorrortú.
- Freud, S. (1924). *El sepultamiento del complejo de Edipo*. O.C. Vol. XIX. Buenos Aires: Editorial Amorrortú.
- Friedlander, K. (1961). *Psicoanálisis de la delincuencia Juvenil*. Buenos Aires: Paidós.
- Gonzalez, C. M. (1996). *Autoridad y Autonomía*, Cuadernos Pedagógicos, Universidad Nacional, Medellín.
- Greenacre (1950). *Trauma, desarrollo y personalidad*. Buenos Aires: Hormé.
- Hetherington, E. M., Camara, K. A., & Featherman, D. L. (1983). *Achievement and intellectual functioning of children in one-parent households*. Achievement and achievement motives, 205-284.
- Hoyos, L (1990). *Imagen paterna en la estructuración de la personalidad*. Bogotá: A.Z. Editores.
- Hurlock, E. (1970). *Psicoanálisis de la adolescencia*. Buenos Aires: Paidós.
- Jones, E. (1922). *Hamlet y Edipo*. Buenos Aires: Madrágora.
- Kaplan, N. (1984). *Adolescencia, el adiós a la infancia*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Katan, A. (1937). *The Therapeutic Nursery School; a Contribution to the Study and Treatment of Emotional Disturbances in Young Children*. New York : International Universities Press
- Kernberg, O. (1987). *Trastornos graves de la personalidad*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Klein, M. (1980). *Obras Completas*. Barcelona: Ediciones Hormé.
- Kris, E. (1964). *Psicoanálisis del arte y del artista*. Buenos Aires: Paidós.
- Lacan, J. (1985). *Seminarios*. Buenos Aires: Paidós.
- Lacan, J. (1960). *El amor al prójimo*. Seminario 7. Buenos Aires: Paidós.
- Lacan, J. (1961). *La Identificación*. Buenos Aires: Paidós.
- Lagache, D. (1969). *Los modelos de la personalidad*. Buenos Aires: Editorial Proteo.
- Mannoni, O. (2019). *La crisis de la adolescencia*. Madrid: Gedisa.
- Mack Brunswick, R. (1940). *Ein Nachtrag zu Freuds Geschichte einer infantilen Neurose*. Berlín: Internationaler Psychoanalytischer.
- Mead, M. (1971). *Adolescencia, sexo y cultura en Samoa*. Barcelona: Laia.

- Molina, R., Luengo, X., & Toledo, J. (1998). Factores de riesgo del embarazo, parto y recién nacido en adolescentes embarazadas. *Rev SOGIA*, 5, 17-32.
- Parish, T. (1987). Children 's Self Concepts: Are they Affected by Parental Divorce and Remarriage, *Journal of Social Behavior and Personality*, 1987, z(4), 559-562.
- Peller, M. (2016). Lugar de hija, lugar de madre. Autoficción y legados familiares en la narrativa de hijas de desaparecidos en Argentina. *Revista Criação & Crítica*, 75-90.
- Sharpe, E. (1940). *El analista, requisitos esenciales para la adquisición de la técnica*.
- Publicación Interna de la Asociación de Psicoanálisis de Barcelona.
- Van der Leeuw, J. (1958). *La conquista de la ilusión*. Buenos Aires: C.S. Ediciones.
- Wallerstein, J. S., & Kelly, J. B. (1980) *Surviving the breakup: How children and parents cope with divorce*, New York: Basic Books.
- Winnicott, D. (2009). *La familia y el desarrollo del individuo*. Barcelona: Ediciones Hormé
- Wolfenstein, M. (1966). How is mourning possible? *Journal Psychoanalytic Study of the Child*, United Kingdom, 21, 93-123.

Recebido em 15 de setembro de 2019

Aceito para publicação em 1 de fevereiro de 2020

ALTERIDAD EN LOS ESTADOS LÍMITES Y ADULTEZ JOVEN: UNA PERSPECTIVA PSICOANALÍTICA

*Daniela Fernández Olguin**

RESUMEN

En este trabajo se analizan las dimensiones de la relación con el otro como problemática dentro de los Estados Límites (EL) en adultos jóvenes desde una perspectiva psicoanalítica. Se propone el reconocimiento de la sintomatología de estos estados a partir de la inclusión de los aspectos psíquicos e intersubjetivos que se manifiestan. Finalmente se realizará una discusión en torno al análisis de los EL desde la perspectiva psicoanalítica que permita comprenderlos no sólo como una categoría diagnóstica, sino también como una expresión de un sufrimiento psíquico particular para estos casos vinculado con el desamparo, los discursos simbólicos y la transición hacia la adultez.

Palabras claves: Estados Límites, Psicoanálisis, Adultez Joven, Alteridad.

ALTERITÉ DANS LES ÉTATS LIMITES ET L'ÂGE ADULTE: POINT DE VUE PSYCHANALYTIQUE

RÉSUMÉ

Le document analyse les configurations de la relation à l'autre comme problématique dans les États Limites (EL) chez de jeunes adultes d'un point de vue psychanalytique. Il propose de reconnaître la symptomatologie de ces états à partir de l'inclusion des aspects psychiques et intersubjectifs qui se manifestent. Enfin, une discussion relative à l'analyse des EL d'un point de vue psychanalytique sera menée, permettant de considérer les EL non seulement comme une catégorie de diagnostic, mais aussi comme une expression d'une souffrance psychique particulière pour ces cas, liée à l'abandon, aux discours symboliques et à leur relation avec le passage à l'âge adulte.

Mots-clés: États Limites, Psychanalyse, Jeunes Adultes, Altérité.

* Psicóloga, Magister en Psicoanálisis.

ALTERIDADE NOS ESTADOS-LÍMITE E IDADE ADULTA JOVEM: UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA

RESUMO

No trabalho são analisadas as dimensões da relação com o outro como problemática dentro dos Estados-Límite (EL) em jovens adultos de uma perspectiva psicanalítica. Propõe-se o reconhecimento da sintomatologia desses estados a partir da inclusão dos aspectos psíquicos e intersubjetivos que se manifestam. Finalmente, haverá uma discussão sobre a análise dos EL a partir da perspectiva psicanalítica que permite compreendê-los não apenas como uma categoria diagnóstica, mas também como uma expressão de um sofrimento psíquico particular para esses casos ligados ao desamparo, discursos simbólicos e seu relacionamento com a transição para a vida adulta.

Palavras-chave: Estados-Límite, psicanálise, idade adulta, alteridade.

OTHERNESS IN BORDERLINE STATES AND YOUNG ADULTHOOD: A PSYCHOANALYTIC PERSPECTIVE

ABSTRACT

The research analyses the otherness dimensions as a problematic in Borderline States during Young Adulthood through a psychoanalytic perspective. It proposes the recognition of the symptomatology of these states from the inclusion of the psychic and intersubjective aspects. Finally, the research discusses how the analysis of Borderline States from psychoanalytic perspective could enable the understanding of these States not only as a diagnosis category, yet also as a particular psychic suffering expression related to psychic abandonment experiences, symbolic discourses, and the transition towards adulthood.

Keywords: Borderline States, psychoanalysis, young adulthood, otherness.

INTRODUCCIÓN

Los Estados Límites, también llamados Organizaciones Límites, Casos Límites, Fronterizos o Borderline han aumentado su prevalencia durante los últimos años (Lieb et al., 2004), si bien es necesario aclarar que estos términos no siempre pueden considerarse como sinónimos (Fisher, 2009). Considerando esto, resulta pertinente integrar la perspectiva psicoanalítica como modo de analizar las complejidades psíquicas e intersubjetivas que pueden encontrarse en este tipo de cuadros.

Los Estados Límites (EL) corresponden a “un término descriptivo que se refiere a un grupo de condiciones que manifiestan, tanto fenómenos psicóticos como neuróticos, sin caer inequívocamente en ninguna de dichas categorías diagnósticas” (Marinópulos & Huidobro, 1991, p. 50). Green (1990) describe que el concepto límite más que una línea de demarcación implica un territorio donde no existe una división precisa entre locura y no locura. Bajo estos significantes se agrupan pacientes con manifestaciones diversas y difusas, siendo su exactitud descriptiva poco precisa (Rassial, 2001).

Si bien dentro de este artículo se realizará un análisis vinculado a la noción de EL propuesta por Green (1990, 1999, 2001, 2010) y Bergeret (1975, 1996), se hace pertinente revisar cómo este concepto se ha construido desde el psicoanálisis. Según Green (1990), los trabajos psicoanalíticos que contribuyen al estudio y buscan definir los EL incluyen autores de distintas líneas teóricas y con diferentes conceptos que han buscado aportar a comprender esta problemática.

Por ejemplo, si bien Freud no expone directamente el concepto de EL, aparecen diversos trabajos vinculados a la escisión como mecanismo de defensa de ciertos individuos en los que su Yo buscaba separarse del mundo exterior, a modo de defensa de la psicosis (Freud, 1924), lo cual podría también ser analizado en el caso del Hombre de los Lobos, en donde, si bien se describe la emergencia de una estructura obsesiva, una lectura posterior puede llevar a pensar en la posibilidad de pensar en EL (Green, 1983). Adicionalmente dentro del trabajo de Freud “muchos conceptos y teorías pueden ser conectadas con los casos límite, como la importancia de los primeros traumas y de las primeras distorsiones del Yo, la fijación a mecanismos de defensa más antiguos, la concepción de la pulsión de muerte (...)” (Cosentino et al., 2017, p. 3).

Desde la denominada Escuela de las Relaciones Objetales, si bien tampoco existe una conceptualización directa respecto a los EL, muchos de los conceptos trabajados por autores de esta escuela son una contribución al estadio de los EL. Un ejemplo es el trabajo de Bion (1962), quien a través de su concepto de “reverie” construye una manera de comprender las relaciones objetales y la relevancia de la función de continente por parte de la madre en el desarrollo temprano:

“Así, la capacidad de tolerancia que el bebé tendrá en relación a las frustraciones, dependerá tanto de sus demandas pulsionales innatas como de la respuesta real de la madre externa” (Cosentino et al., 2017, p. 4). Es debido a la capacidad de continente de la madre, es que el niño construirá internamente la barrera que permitirá la aparición de los procesos secundarios y juicio de realidad. Por otro lado, los trabajos vinculados al estudio del mecanismo de identificación proyectiva (Klein, 1930; 1946) también son un aporte a la comprensión de los mecanismos que subyacen los estados límites.

Dentro del “middle group”, Winnicott enfatiza elementos como el ambiente facilitador y la zona intermedia o transicional que se construye en la relación madre hijo (Winnicott, 1971), lo cual contribuye al estudio de los EL, junto a conceptos del mismo autor como angustia al derrumbe (1963), sentido del vacío y la representación del setting terapéutico como un entorno materno (1989). Estas conceptualizaciones, de manera directa e indirecta, permitirían pensar una clínica para los EL, incluyendo particularidades y problematizaciones respecto a los fenómenos transferenciales en estos pacientes.

Respecto a Kernberg (1979), quien define estos cuadros dentro de la llamada Personalidad Borderline, Green (1990) propone que se encuentra a sí mismo en un “límite” entre la corriente freudiana y la kleiniana, considerando el estado límite como un continuum evolutivo y organización estable. La propuesta de Kernberg, orientada con criterios psicoestructurales, evalúa tres áreas en la organización del individuo: integración/difusión de identidad, mecanismos de defensa predominantes, y naturaleza de la prueba de realidad. En base a esto, el núcleo de las organizaciones borderline es la difusión de la identidad, los mecanismos de defensa primitivos y una prueba de realidad adecuada que puede perderse en momentos de mayor angustia. Adicionalmente, Kernberg (1984) propuso la denominada “Psicoterapia focalizada en la transferencia” como método de trabajo clínico en estos pacientes.

También se encuentra el trabajo realizado por Fonagy (2000) quien, además de proponer la vinculación de los EL – comprendidos por el autor dentro de la línea de los Trastornos Borderline – con traumas tempranos relacionados con las relaciones de apego, propone la terapia

basada en la mentalización (Bateman y Fonagy, 2010). La mentalización implica la interpretación de la conducta de uno y los otros con relación a los estados mentales intencionales. Esta capacidad se logra durante el desarrollo en el contexto de un vínculo afectivo seguro en donde la madre tiene la capacidad de contener en su mente complejos estados mentales y mantener en mente la experiencia emocional de su hijo. Los pacientes identificados dentro de los EL poseen dificultad en funcionar de manera simbólica, es decir, desde un modelo “como si”. Esto afectaría sus relaciones y a su vez la relación terapéutica a nivel transferencial.

Finalmente, dentro de los autores que trabajan el concepto de EL se expone el trabajo de autores vinculados a la denominada “Escuela Francesa”, destacándose –entre otros- Bergeret (1974) quien, al definir “el tronco de los estados límites” expone la noción de un trauma temprano “desorganizador”, describiendo a los estados límites como “a-organizaciones” y organizaciones provisionales. Para el autor, el Yo de los EL enfrenta su problemática en el inicio del Edipo, ya que la situación relacional triangular y genital no logra ser abordada de manera normal, viviendo una frustración viva y eventual pérdida de objeto, siendo esto denominado por Bergeret como “traumatismo psíquico precoz”, el cual corresponde a “(...) una intensa emoción pulsional que sobreviene en un estado todavía muy deficientemente organizado y poco maduro en cuanto a su equipamiento, sus adaptaciones y sus defensas como para hacerle frente en condiciones inofensivas” (Bergeret, 1974, p. 185). Los EL serían un estado intermedio entre neurosis y psicosis, siendo una enfermedad relacionada con el narcisismo, estando la relación de objeto centrada sobre la dependencia anaclítica del otro. Es relevante destacar que para Bergeret, lo “límite” no correspondería a una estructura como tal –como lo plantea Kernberg (1969)- sino a una estructura en potencia, siendo un estado.

Dentro de esta misma línea Green también describe este cuadro como EL, siendo estos parte de las problemáticas clínicas de nuestro tiempo, comprendiendo estos cuadros como “(...) un término descriptivo que designa a un grupo de condiciones que manifiestan fenómenos tanto neuróticos como psicóticos sin entrar de manera inequívoca en ninguna de esas dos categorías diagnósticas, en donde ni los síntomas neuróticos ni los psicóticos se corresponden con la concepción de neurosis o psicosis”

(Green, 1990). Green caracteriza a los EL con elementos vinculados a la exclusión somática, expulsión por el acto, escisión y desinversión. En cuanto a las relaciones de objeto, los déficits en los procesos de simbolización presentados por estos pacientes favorecen la angustia de separación e intrusión, siendo éstas decisivas en estos estados.

En base a esta revisión teórica, surge como un tema relevante dentro de los diferentes autores la noción de las relaciones con el otro como parte de las problemáticas presentadas en la organización de los EL. Por esto, dentro de este trabajo se busca analizar cómo se construye la noción de alteridad dentro de los EL, considerando una etapa particular del desarrollo: la adultez joven, con el fin de conocer las particularidades que la noción del otro y alteridad poseería en este grupo, mediante un análisis teórico-clínico.

ANÁLISIS TEÓRICO-CLÍNICO

EXPERIENCIAS DE DESVALIMIENTO

Dentro de los EL, la dinámica preedípica tiende a vincularse a la construcción de una imagen totalitaria de las figuras parentales, con una carencia de límites respecto a la organización triádica: “Los padres de los sujetos límites han alentado las fijaciones en una relación estrechamente anafórica. El plano aparente es tranquilizador: “Si permaneces en mi órbita, no te ocurrirá nada desagradable”, pero el plano latente sigue siendo inquietante: “No me dejes, de lo contrario correrás grandes peligros”” (Bergeret, 1974, p. 198. Comillas del autor).

El modo de vinculación que se configura dentro de esta organización preedípica podría asociarse con la denominada experiencia de desvalimiento (*Hilflosigkeit*) (Freud, 1895). El estado de prematuración con el cual el ser humano nace, hace que deba estar enfrentado a tareas que son demasiado exigentes para su nivel de maduración psicofisiológica y, para resolver el problema de la supervivencia, entonces necesita ayuda externa (Laplanche, 1987). La presencia del otro, entonces, se hace imprescindible para mediar este estado, ya que si no se logra facilitar la creación de representaciones simbólicas que organicen las excitaciones en torno a los estímulos, habrá desvalimiento, y tales tramitaciones se

mantendrán en el aparato psíquico del sujeto sin elaboración. El otro actúa como sostén que ofrece una barrera protectora contra todos estos estímulos, significándolos, protegiendo y facilitando el aprendizaje de los procesos de regulación y significación de estímulos (Freud, 1895).

Es posible pensar los EL como una reconstrucción de una falla en esta experiencia debido a cómo se han establecido sus relaciones tempranas y preedípicas, a través de un sostén y auxilio confuso, en el cual el otro regula de una manera desregulada los estímulos y afectos relacionados. Esto facilita una lógica que prioriza la inmediatez y evacuación de los afectos mediante el acto, sin representación ni historización, en tanto el otro emerge desde su niñez cómo agresivo –desde la madre- y lejano –desde el padre-, imposibilitando la regulación sostenedora de sus afectos: “(...) aquello del orden de lo psíquico que se encuentra en el borde de la palabra, allí donde fracasa la posibilidad de simbolización y que, por esa razón, quedaba situado en el límite de lo analizable” (Untoiglich, 2009, p. 16).

Estas representaciones en torno al desamparo se reactualizan en los vínculos parentales durante la adultez. En los EL, se describen relaciones complejas con los padres: “No quiero saber nada de mis papás, me tienen harto” (A). La particularidad de las experiencias de desvalimiento psíquico puede ayudar a comprender el desarrollo psíquico en los EL, así como la organización del malestar.

EL OTRO ANACLÍTICO DURANTE LA ADULTEZ

Además de la persistencia de elementos conflictivos dentro de la organización preedípica, durante la adultez joven en los EL se da cuenta de conflictivas vinculadas con el modo de establecer relaciones con otros en la actualidad. En los adultos jóvenes en EL, pueden describirse relaciones propias de lo descrito por Bergeret (1974) y Green (1990), vinculadas a la fijación de necesidades narcisistas internas en donde lo anaclítico se torna tranquilizador.

Pareciera que las configuraciones construidas durante el desarrollo temprano son internalizadas y reeditadas en relaciones posteriores significativas. Considerando la emergencia de la adultez joven y el impacto de los criterios normativos respecto a esta etapa, sobre todo

vinculados a la formación de una relación de pareja estable (Undurraga, 2011), es que los discursos se vinculan mayormente este tema como una problemática dentro de sus vidas, con relaciones de pareja tormentosas, idealizadas, en ocasiones pasivo-agresivas y anaclíticas.

A nivel general, las relaciones de pareja y amistad tienden a estar atravesadas por una intensa necesidad de afecto: “Su lucha sin fin contra la depresión los obliga a una incesante actividad. Su dificultad para comprometerse los coloca en la necesidad de aparecer como disponibles y adaptables en todo momento, a falta de poder adaptarse real y duraderamente” (Bergeret, 1974, p. 190). Su fragilidad narcisista mantiene una evidente y excesiva necesidad de comprensión, respecto, afecto y sostén, viviendo los objetos muchas veces como perseguidores. Esto se describe sobre todo en el vínculo con sus pares en relaciones de amistad, con modos de vincularse algo demandantes que promovían la lejanía del otro. La internalización de la frustración respecto al otro, así como la posibilidad de elaborar un proceso de duelo frente a este vínculo se ve imposibilitada debido a la persistente lucha por mantener los vínculos, posiblemente por las dificultades en la elaboración y simbolización de la pérdida.

Los adultos jóvenes en EL tienden a explicitar dificultades y sufrimiento respecto a las relaciones de pareja. Por un lado, debido a los discursos sociales vinculados a la necesidad de iniciar una relación de pareja estable dentro de este período vital. Por otro lado, debido al modo de vinculación ligados a lo anaclítico. Por ejemplo, encontrarse en relaciones de pareja con componentes violentos, pero luego del término por parte del interlocutor aparece la angustia ligada a la pérdida, lo que llevaba a la búsqueda del interlocutor por no poder tolerar la idea del abandono, así como la aparición de una pérdida de la estabilidad yoica después del término de la relación, con una fragilidad respecto a sus límites y reeditando la llamada organización dual edípica (Bergeret, 1975) descrita en estos pacientes y que afecta la elaboración de lo ausente. Se muestra una idealización del interlocutor, negando los aspectos agresivos de la relación.

Otro elemento crítico es la elaboración de la soledad, una problemática recurrente en los tiempos actuales, donde es posible describir una

fragilidad simbólica respecto a la elaboración de las pérdidas y la soledad, construyendo los objetos como totales y únicos, similar a la estructuración de los ideales puestos en el padre, debido posiblemente a que el objeto no puede hallarse por completo introyectado. De este modo, no hay espacio –al igual que en la infancia- para la ambivalencia en los objetos de amor, siendo estos totalmente buenos o malos, lo cual organiza la vida cotidiana de los adultos jóvenes en EL. La angustia y depresión vinculada a la pérdida de los objetos de amor es particularmente dolorosa en los adultos jóvenes en EL.

DE LA TRANSFERENCIA AL LAZO SOCIAL

Otro elemento relevante en el análisis de la otredad en los Estados Límites corresponde al análisis transferencial. Si bien el proceso transferencial se construye de acuerdo con las particularidades de cada caso, es posible identificar algunos elementos comunes dentro de los adultos jóvenes en EL.

Transferencialmente, es posible reconocer defensas vinculadas a la identificación proyectiva, atribuyendo las preguntas o intervenciones desde una interpretación agresiva y cómo modo de evacuar a su vez afectos agresivos. De este modo, el pensar las particularidades que adquiere el otro en los EL lleva a analizar las coordenadas históricas y sociales que se articulan en la presentación de los EL en la actualidad. La noción de otro, entonces, va a relacionarse no sólo con un agente individual, sino también con el discurso sociosimbólico que esté presente en el advenimiento del sujeto, el otro en tanto lugar: de resguardo, de protección, de amor. La alteridad parece desaparecer en su función de auxilio ajeno, noción propia de nuestros tiempos, para invisibilizarse e individualizar el psiquismo como autoengendrado (Aulagnier, 1977). Debido a este vacío, se busca la sobrecompensación a partir de la omnipotencia limítrofe donde el yo ideal está sobre el ideal del yo.

El psiquismo individual, desde sus inicios, está relacionado con lo grupal, lo histórico, lo intergeneracional y transgeneracional. El desvalimiento invoca la dependencia como relación fundante con la otredad, no sólo a su figura sino también al lugar que representa: un sistema cultural que se

le impone. El sujeto se enfrenta a su desvalimiento en el sufrimiento de la renuncia frente a un sistema que lo antecede, a cambio de protección. El lazo social también involucra sufrimiento, ya que el otro no es solo auxiliar, sino también puede ser una tentación para satisfacer la agresión.

Frente a esto, es relevante destacar las particularidades que adquiere el lazo social en el contexto actual dentro del grupo de adultos jóvenes, categoría reciente en la conceptualización de la Psicología del Desarrollo, abordada como una transición hacia la adultez desde la adolescencia para el Psicoanálisis. En los casos analizados pareciera que el lazo social, construido desde discursos normativos respecto a lo “esperado” dentro de la adultez, así como el desamparo psíquico vivenciado en la adultez, dificultara la transición hacia la adultez.

Se hace relevante problematizar hasta qué punto los EL en este período del desarrollo se construyen desde el desamparo y el Yo anaclítico, y también desde modos de transición que se tornan problemáticos para los sujetos desde su historia y particularidad. El lazo social articula demandas particulares dentro de la Adultez Joven, las cuales emergen en el discurso de los adultos jóvenes en EL como un fondo –destacando las demandas respecto a tener una relación de pareja estable y separación de los padres– en el cual se desenvuelven las particularidades subjetivas de cada caso.

Las dificultades en las elaboraciones psíquicas que estos estados presentan, necesitan de otro que sostenga y facilite sentidos para su comprensión, al modo del desvalimiento del bebé descrito. En la adultez no deja de ser necesario el auxilio ajeno, no sólo comprendido como figura particular, sino también como el entorno sociosimbólico que sostenga y en el cual puedan significarse estos momentos de constitución psíquica. La precaria valorización social del otro simbólico en las sociedades posmodernas provoca una duda permanente respecto a la presencia del otro que puede contribuir a la emergencia de sentimientos de desamparo respecto al vacío de no tener un lugar ni un discurso auxiliar para mediar las elaboraciones propias de este cuadro.

De este modo, esta carencia de lugares, objetos y significantes que faciliten un apuntalamiento psíquico al desborde corporal, gestiona la percepción de una pérdida de la trama vincular hacia el otro, lo que es denominado por Calzetta (2004) como “deprivación simbólica (...) la

exclusión de una franja de sujetos de los bienes simbólicos propios de su cultura, huérfanos entonces en ese sentido y obligados a inventarse una forma de autosostén que, a menudo, no puede orientarse sino en el sentido de la destructividad” (p.122).

DISCUSIONES

Si bien este estudio no busca realizar una generalización respecto a los posibles modos en que se construye la otredad dentro de los EL, teniendo la limitación de ser un análisis teórico con ilustraciones clínicas, si se torna importante el poder analizar cómo la otredad es construida dentro de los EL en un momento específico de la vida de los pacientes, como es la adultez joven.

Las problemáticas vinculadas a la transición hacia la adultez son descritas en todos los casos, dentro de las cuales surgen como relevantes los discursos sociosimbólicos identificados dentro de los ideales normativos. Frente a esto, se hace relevante pensar las particularidades que adquiere el sufrimiento respecto de los elementos culturales y normativos de los sujetos, lo que también puede ser pensado dentro de los EL. En los casos analizados se presentaban demandas iniciales vinculadas a dificultades en el cumplimiento de hitos normativos construidos desde la Psicología del Desarrollo pero que ya son parte de los discursos sociales para la adultez: establecimiento de una relación de pareja y diferenciación de las figuras parentales.

Las problemáticas descritas en los EL se pueden comprender como una forma en la cual el narcisismo del sujeto busca reorganizar el desamparo vivenciado en la elaboración psíquica sin auxiliar ajeno. En su estatuto de desamparo, da cuenta de la fragilidad de los procesos identitarios y de la constitución subjetiva, ya que el límite con la otredad es difícil de establecer, por lo cual los EL se encuentran atravesados a su vez por la experiencia de fragilidad corporal y psíquica. De este modo, se establece como aporte al estudio de los EL no sólo indagar en torno al período preedipico, sino además analizar cómo las experiencias de desamparo emergen dentro de los discursos en los EL.

La subjetivación en su plano psicopatológico también se ve tensionada en este contexto epocal, ya que en tanto conflicto, hace síntoma

respecto a las condiciones, deseos y represiones en las cuales el sujeto se ancla no sólo desde su historia vincular como portavoz de un orden sociosimbólico, mediante lo cual busca expresar un sufrimiento psíquico relacionado con experiencias actuales así como tempranas de relación con el otro y de reconocimiento de las experiencias de desvalimiento propias de la constitución subjetiva. De este modo, no se hace sólo referencia a pensar en que lo límite se relaciona directamente con la construcción del sujeto moderno, sino a su vez que lo límite adquiere una particularidad dentro de lo sociosimbólico siendo subjetivizado.

De este modo, la fragilidad construida en las relaciones preedípicas se presenta dentro de los EL durante la adultez joven desde una tensión hacia el buscar un modo de posicionamiento vinculado a lo edípico y fuertemente influenciado por la cultura y lo normativo, hasta la imposibilidad de lograr esto, construyéndose así un sufrimiento que se describe desde la necesidad de reconocimiento situada en desincibirse de esa lógica preedípica conflictiva sin elaborar estos aspectos, en donde la otredad posee un lugar muy relevante. Las intervenciones clínicas en los EL debe considerar la particularidad de los EL, no sólo a nivel de intervenciones terapéuticas, sino también respecto al lugar de la otredad que el analista corporiza, lo cual requiere de un trabajo de análisis personal importante y necesario en estos casos.

Finalmente, la revisión teórica respecto a los EL muestra distintos elementos problemáticos en estos pacientes, así como de sus figuras parentales, los cuales al mismo tiempo pueden transformarse en elementos estigmatizadores para estos pacientes, considerando como el psicoanálisis y la psicología clínica se han vuelto parte de los discursos psi (Rose, 1996). Una parte importante de las intervenciones debe reconocer no solo las problemáticas que los sujetos atraviesan, sino también sus recursos.

BIBLIOGRAFÍA

- Aulagnier, P. (1977). *La violencia de la interpretación. Del pictograma al enunciado*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Bateman, A., & Fonagy, P. (2010, Feb.). Mentalization based treatment for borderline personality disorder. *World Psychiatry*, 9(1), 11-15.
- Bergeret, J. (1975). *La personalidad normal y patológica*. Madrid: Gedisa.
- Bergeret, J. (1996). L'incertaine subtilité des limites nosologiques. *Revue française de psychanalyse*, (60), 299-316. Recuperado desde DOI: 10.3917/rfp.g1996.60n2.0299
- Bion, W. (1962). *Aprendiendo de la experiencia*. Buenos Aires: Paidós.
- Cahn, R. (1998). *L'adolescent dans la psychanalyse. L'aventure de la subjetivation*. Paris: PUF.
- Calzetta, J. (2004, marzo). La privación simbólica. *Revista Cuestiones de Infancia*, 119-127.
- Cosentino, S., Arias, E., & Pérez, C. (2017, Julio). El trastorno límite de personalidad en psicoanálisis. *Temas de Psicoanálisis*, (14). Recuperado desde http://www.temasdepsicoanalisis.org/wp-content/uploads/2017/09/Salvatore-Cosentino.-El-trastorno-libre-de-personalidad-en-psicoanalisis_21.pdf
- Fisher, I. (2009). Revisión histórica del concepto Estado Límite. *Revista Psicoanálisis ayer y hoy*, (6), 2009. Recuperado desde <http://www.elpsicoanalisis.org.ar/old/numero6/mesaredonda-6.htm>
- Florenzano, R., Weil, K., Cruz, C., Acuña, J., Fullerton, C., & Muñiz, C. (2002, oct.). Personalidad limítrofe, somatización, trauma y violencia infantil: un estudio empírico. *Rev. Chil. Neuro-psiquiatr.* 40(4), Santiago. Recuperado desde <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-92272002000400005>
- Fonagy, P. (2000). Attachment and borderline personality disorder. *J. Am. Psychoanal. Assoc.*; 48(4), 1129-46. Recuperado desde DOI: 10.1177/00030651000480040701
- Freud, S. (1895). *Proyecto de psicología para neurólogos*. Obras Completas, (Vol. I). Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1924). *Neurosis y Psicosis*. En Obras Completas, (Tomo XIX). Buenos Aires: Amorrortu.

- Green, A. (1983). *Narcisismo de vida, narcisismo de muerte*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Green, A. (1990). *De locuras privadas*. Madrid: Amorrortu.
- Green, A. (1999). Genèse et situation des états limites. In André, J. *Les états limites*. (pp. 23-67). Paris: PUF.
- Green, A. (2001). Démembrement du contretransfert. In Baranes, J., & Sacco, F. *Inventer en psychanalyse: construire et interpréter*. Paris: Dunod.
- Grinker, R., Werble, B. Y., & Drye, R. (1968). *The borderline síndrome: A behavioral study of ego-functions*. New York: Basic Books.
- Kernberg, O. (1967). Borderline personality organization. *J Amer Psychoanal Assoc*; 15, 641-685.
- Kernberg O. (1979). La teoría de las relaciones objetales y el psicoanálisis clínico. México: Paidós.
- Kernberg, O. (1984). *Trastornos graves de personalidad*. México DF: Manual Moderno.
- Klein, M. (1930). *La importancia de la formación de símbolos en el desarrollo del Yo*. Obras Completas Tomo II. Buenos Aires: Paidos.
- Klein, M. (1946). *Notas sobre algunos mecanismos esquizoideos*. Obras Completas, (Tomo I). Buenos Aires: Paidos.
- Laplanche, J. (1987). *Nuevos fundamentos para el psicoanálisis. La seducción originaria*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Lieb, K., Zanarini, M., Schmahl C., Linehan M., & Bohus, M. (2004, Jul.-Ago.). Borderline personality disorder. *Lancet*. 364(6), 453-461.
- Marinópulos, J., & Ruiz Huidobro, M. (1991). *Entre la neurosis y la psicosis*. Lima: Amaru Ed.
- Muzquiz, A. (2013). Configuración de la psicopatología y la práctica psiquiátrica. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, 33(119), 575-592. Recuperado desde <http://www.redalyc.org/pdf/2650/265028372008.pdf>
- Núñez, M., & Santamarina, M. (2017). Propuesta de análisis crítico del discurso en entrevistas clínicas en profundidad. *Cinta moebio*, 59, 198-210. Recuperado desde DOI: 10.4067/S0717-554X2017000200198
- Rassial, J. (2001, marzo). *El sujeto en estado límite*. Buenos Aires: Nueva Visión.

- Rose, N. (1996). *Inventing ourselves: Psychology, power and personhood*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sánchez, J. (2016). Estudio de caso: Una manera de investigar en psicoanálisis. *Ajayu. Órgano de Difusión Científica del Departamento de Psicología de la Universidad Católica Boliviana "San Pablo"*. 14(1), 7-22. La Paz, Bolivia. Recuperado desde <http://www.redalyc.org/pdf/4615/461545454002.pdf>
- Undurraga, C. (2011). *Psicología del Adulto: De la conquista del mundo a la conquista de sí mismo*. Santiago: Ed. Universidad Católica de Chile.
- Untoiglich, G. (2009). Patologías actuales en la infancia. In Wettengel, Untoiglich, Szyber. *Patologías actuales en la infancia. Bordes y desbordes en clínica y educación*. 13-34. Buenos Aires: Noveduc.
- Valles, M. (1997). *Técnicas cualitativas de investigación social*. Madrid: Síntesis.
- Winnicott, D. (1963). Angustia de derrumbe. In Winnicott, D. 1989. *Exploraciones psicoanalíticas I*. Buenos Aires: Paidós.
- Winnicott, D. (1971). *Realidad y juego*. Barcelona: Gedisa.
- Winnicott, D. (1989). *Sostén e interpretación*. Buenos Aires: Paidós.

Recebido em 10 de outubro de 2020

Aceito para publicação em 01 de março de 2020

ABRINDO O LIVRO DO MUNDO NA PANDEMIA DA COVID-19

OPENING THE WORLD'S BOOK IN THE COVID-19 PANDEMIC

ABRIENDO EL LIBRO DEL MUNDO EN LA PANDEMIA DE LA
COVID-19

*Isabel Fortes**

Resenha do livro:

Birman, Joel. *O trauma na pandemia do coronavírus: Suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 167 páginas, 2020.

Em setembro de 2020, o livro *Trauma na pandemia do coronavírus* foi publicado pelo psicanalista Joel Birman, que começou a escrevê-lo em março de 2020, assim que se anunciou que nosso planeta estava tomado por uma pandemia, que ultrapassa em muito a dimensão de uma epidemia.

A leitura pode ser feita de sôfrego, arrebatando o leitor desde a primeira linha, uma vez que não há pessoa no planeta que não esteja assombrada com a temática abordada em suas páginas. Somos convidados pelo autor a refletir sobre aquilo que estamos todos vivendo no momento mesmo da publicação e diante do que estamos todos perplexos e estonteados. Trata-se de um livro escrito no calor do momento da crise sanitária no mundo, e sua feitura revela uma extrema lucidez e capacidade ampla de análise do tema, o que dá ao leitor a sensação de se encontrar diante de um verdadeiro livro do mundo no tempo trágico da pandemia. Este

* Psicanalista, Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio.

livro é quase uma experiência terapêutica: não doura a pílula sobre o horror que passamos e ainda estamos passando, mas consegue colocar em palavras o irrepresentável, o que já é um alento. O livro aborda a pandemia em sua complexidade, tendo -- como o próprio título anuncia -- várias chaves de leitura: a social, a psicanalítica, a do campo da saúde mental e a política. Como salienta o psicanalista já na apresentação do livro, “a pandemia do coronavírus se mostrou uma catástrofe de enormes proporções humanitárias, sociais, econômicas, ao mesmo tempo que ecológicas e culturais” (p. 13).

No campo do social, a covid-19 é mapeada culturalmente, economicamente e politicamente a partir de duas entradas, que se apresentaram no social frente a frente como excludentes, expressas no livro pela dicotomia entre os imperativos econômico e o da vida, que Birman condensa na expressão “A bolsa ou a vida”, inspirada na obra de Shakespeare, *O mercador de Veneza*. Tal oposição gerou conflitos e confusão mental na população que, em alguns países, não recebeu de seus governantes mensagens claras sobre como reagir ao vírus. No caso do Brasil, a oposição entre a bolsa e a vida desenhou nosso campo social e político, mostrando como o Brasil se tornou de fato um pária, um país de exceção, vivendo a pandemia como uma situação muito mais catastrófica do que outros países devido às ações irresponsáveis de seu próprio governo. Dentre inúmeras questões sociais graves examinadas, o autor nos adverte de que, em paralelo à pandemia do vírus, ocorre um quadro catastrófico colateral, que é a pandemia da fome, detalhando o alarmante mapa da fome no Brasil no ano de 2020 que, sem dúvida, só se agravou em 2021.

No campo da saúde mental e da psicanálise, Birman destaca a noção psicanalítica de trauma, colocando-a no centro das reflexões sobre a pandemia, que pode ser concebida por psicólogos e psicanalistas como uma experiência traumática. Cabe aqui a noção de *catástrofe*, que remete ao campo do coletivo na sua multidimensionalidade e circunscreve-se, aqui, a noção de *trauma*, para conceber os atravessamentos vividos no campo do sujeito, da experiência subjetiva.

Neste contexto, alguns quadros clínicos do campo da saúde mental e da psicanálise são no livro apontados como tendo tido forte aumento. São quadros que se acentuaram na atual catástrofe, como a depressão

(que recebeu recentemente o estatuto de epidemia), a hipocondria, a síndrome do pânico, a insônia, dentre outros, resultantes, no terreno do sofrimento psíquico, do terror da morte, do sentimento de solidão causado pelo necessário confinamento, e da presença permanente do afeto da angústia relatado pelas pessoas.

Além dos sintomas clínicos retratados na saúde mental, no campo do social o livro examina o incremento da violência na sociedade, como efeito da precarização social que aumentou de maneira evidente ao longo de 2020-2021.

Para explicar o sentimento de desproteção e solidão, o autor traz à baila a categoria freudiana de *desamparo*, a fim de demonstrar a fragilidade humana diante da alteridade, e propõe que, neste quadro de catástrofe e de situações de precarização total, estamos mais, no nível do psiquismo, diante da experiência de *desalento*, categoria psíquica que expressa o sofrimento do sujeito, que se vê muitas vezes sem recurso algum, à beira de um colapso psíquico.

Nessa linha de raciocínio, Birman descreve uma terceira categoria psíquica que se sobressaiu frente à covid-19: o *desafio*, abrangendo as pessoas que quiseram desafiar onipotentemente o vírus ao negar seu poder mortífero. Interessante notar que o autor oferece para essa figura do desafio uma interpretação psicanalítica, analisando como ela resulta também de uma consequência do terror da morte que vige naqueles que negam e recusam as regras sanitárias de isolamento e proteção estabelecidas pela comunidade científica.

A ecologia é outro terreno importante abordado, sendo examinada como um aspecto fundamental do mundo hoje, encontrando-se à frente da cena nas reflexões sobre as ações do homem de nossos dias. O cenário da pandemia pôs as urgências ecológicas ainda mais em destaque, na medida em que não resta mais nenhuma dúvida de que as catástrofes ecológicas explicam o aumento das pandemias no século XXI, havendo uma correlação direta entre as devastações ambientais e as crises sanitárias. Os impactos globais das catástrofes ecológicas preocupam sobremaneira os cientistas, que já põem na pauta do dia a previsão da possível ocorrência de novas pandemias. A comunidade científica em todo o mundo adverte que, caso essas devastações não tenham um término, isso pode conduzir

à multiplicação de novas pandemias no futuro, pois não temos como separar mais o problema sanitário do problema ecológico.

Além da análise aguda que o livro faz da catástrofe e suas consequências, é fundamental ressaltar que ele, além disso, algumas saídas para antevermos o mundo no tempo pós-pandemia.

Como saídas para o futuro pós-pandemia, Birman identifica como a catástrofe acelerou o processo de enfraquecimento da globalização, processo que se encontrava em marcha desde antes. Ele adverte que o enorme risco frente à desglobalização é o incremento dos governos nacionalistas e populistas autoritários de extrema direita, quadro que já está em curso.

Por outro lado, para além desse risco, Birman aposta na possibilidade de que a pandemia tenha como desdobramentos algumas saídas positivas, como o cosmopolitismo e a solidariedade.

Alguns indicadores são fornecidos. A pandemia causou uma espécie de ferida narcísica nas promessas do neoliberalismo, ao aumentar o quadro de desigualdades sociais causado por essa modalidade de organização econômica e social. Com efeito, o vírus deixou ainda mais evidente como o neoliberalismo produz enormes desigualdades sociais e um contexto de extrema violência social. Diante de tal quadro, o autor deseja crer que há uma abertura possível e que a pandemia poderá ser uma oportunidade de transformar a crise catastrófica em condição de uma mudança positiva do espaço social. Ele afirma que o cosmopolitismo pode ser um substituto do internacionalismo que marca a conjunção neoliberal, vindo aquele fazer frente à tentativa de aumento de poder do estado-nação, que tem sido a proposta de alguns governos diante do enfraquecimento do neoliberalismo.

O cidadão cosmopolita ocupa o mundo de um modo que confronta o nacionalismo e é capaz de estabelecer vínculos de solidariedade que não incluem a globalização. A construção de um mundo cosmopolita para além de uma simples ordem internacional traria a possibilidade de posturas solidárias e de parcerias multilaterais entre as nações. O desarranjo do capitalismo neoliberal pode ser oportunidade para rearticulação de novos laços, agregando diferentes raças e povos, contemplando um mundo que já mostra ter forte rejeição à globalização, mas que, nem por isso, precisa de se aferrar aos nacionalismos e populismos.

Dessa maneira, a junção entre trauma e solidariedade é uma análise fecunda para pensarmos o tempo pós-pandêmico. Que a pandemia possa nos trazer isso é a grande aposta para o futuro que este extraordinário livro oferece. Que a psicanálise possa acompanhar este futuro que se anuncia é também uma promessa que essa leitura nos leva a desejar.

Recebido em 9 de outubro de 2021

Aceito para publicação em 9 de outubro de 2021